



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

**TERRITÓRIOS INVISÍVEIS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA VIVENCIADO POR BENEFICIÁRIOS DO
PROJETO PAULO FREIRE NO CARIRI CEARENSE**

FORTALEZA

2025

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

**TERRITÓRIOS INVISÍVEIS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA VIVENCIADO POR BENEFICIÁRIOS DO
PROJETO PAULO FREIRE NO CARIRI CEARENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e
Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Profa. Dra Zulmira Áurea
Cruz Bomfim.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M342t Martins, Cicera Mônica da Silva Sousa.

Territórios invisíveis: : aspectos psicossociais do processo de transição agroecológica vivenciado por beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri Cearense / Cicera Mônica da Silva Sousa Martins. – 2025.
250 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profª. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

1. Afetividade. 2. Psicologia Ambiental. 3. Agroecologia. 4. Políticas Públicas. 5. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 150

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

**TERRITÓRIOS INVISÍVEIS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA VIVENCIADO POR BENEFICIÁRIOS DO
PROJETO PAULO FREIRE NO CARIRI CEARENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e
Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 05/06/2025

Banca Examinadora

Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Sara María de La Concepción Sánchez Quintanar
Colegio de Postgraduados- México (COLPOS)

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Maria Odete Batista Alves (*in memoriam*), Maria Regina de Lima Sousa e a todas as mulheres sertanejas que tive o prazer de conhecer e trilhar junto durante minha vida. Às agricultoras e aos agricultores familiares beneficiários do Projeto Paulo Freire e a todos os produtores e produtoras agroecológicas do Brasil, especialmente os do meu Cariri.

Agradecimentos

Após quatro anos, uma pandemia e vários outros desafios vivenciados nessa ponte rodoviária Juazeiro do Norte-Fortaleza, estou aqui para contar o quão grata estou pelas experiências, afetos e pessoas que estiveram junto comigo nessa montanha-russa. Tenho imensa gratidão por todos e todas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nessa jornada e estiveram comigo. Todos vocês foram cruciais para eu chegar até aqui!

À Deus pela força, paciência e cuidado que tem por mim.

Aos meus pais, Cícero Martins de Lima Sousa e Francisca Edileuda da Silva Sousa, por todo amor, carinho, orações e suporte que têm me dado nesses anos, mesmo eu estando muito tempo longe de casa. Obrigada por acreditarem em mim quando eu mesma não acreditava, me animarem quando estava angustiada e serem meu piloto e copiloto nas visitas de campo, onde éramos nós, um GPS e um sonho. (E quase um carro quebrado, foi mal, painho! Kkkk!) Amo muito vocês!

Ao meu irmão caçula, Paulo Diêgo da Silva Sousa, que eu tive o orgulho de ver graduado e atuante na profissão, pelo suporte, pelas palavras de força, pelo Mario Party e pelos memes partilhados (*Never Gonna Give You Up* 🎵). Amo você, jovem *Jedi*.

À Saori, por ser a cachorinha mais companheira e querida do mundo, minha co-autora pet!

Ao meu avô Pedro, agricultor familiar, sertanejo, paraibano, que se mantém vivo em minhas memórias e me inspirou a trilhar na pesquisa em contextos rurais e agricultura familiar.

À minha vizinha Odete, que infelizmente perdi nessa jornada, por sempre ter acreditado em mim e sido minha maior fã. Quando eu penso em uma agricultora resiliente e forte, sempre penso em você. Enquanto eu viver, a senhora nunca será esquecida.

À minha avó Regina, que migrou de Pernambuco para Juazeiro, e se tornou uma memória viva de um pedaço da história dessa cidade. Obrigada pelo carinho, pelo cuidado e pela torcida por mim.

A todos os tios, tias, primos, primas, sobrinhos (filhos dos meus primos) pela confiança e

torcida *“pra essa menina terminar logo esses estudos e voltar pra casa”*.

À minha mãe acadêmica, diva acessível e melhor orientadora do mundo, Zulmira Bomfim, por ter me acolhido e me aguentado por mais quatro anos no doutorado. Obrigada por ser tão cuidadosa, acolhedora e paciente com minhas ideias mirabolantes. A senhora viu meu potencial, acreditou em mim e me guiou para chegar aqui, só tenho a agradecer.

Aos professores e professoras que compuseram a banca de defesa de doutorado, Concepción Quintanar, João Figueiredo, Suely Chacon e Cássio Braz, pelas valiosas contribuições e devolutivas que me foram dadas. Sou grata pela leitura cuidadosa e ética que possibilitou a melhoria deste escrito. Gratidão também a professora Fernanda Gurgel por suas contribuições na qualificação.

À Funcap, pelo fomento ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, queridos professores, secretaria e colegas da turma de doutorado, pelas trocas frutíferas e pelo suporte.

Ao maravilhoso Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), que foi o casulo onde essa borboletinha se desenvolveu durante esses anos. Obrigada por ser um lugar tão confortável e enriquecedor na minha trajetória. Gratidão à professora Nara Diogo, aos meus colegas da pós-graduação Hellen, Pedro, Elizabeth, Carol, Luíza, Halaine, Yasmin, Mayara, Rosana, e a todos os extensionistas e bolsistas de graduação.

Ao meu irmão e melhor amigo que eu poderia ter, Fábio Pinheiro, por ser a pessoa que sempre me deu apoio, mesmo nos momentos em que eu pensei em desistir. Fábio, finalmente os refrescos!

À minha amiga-irmã Andie Lima, por embarcar em minhas ideias, viagens e sempre estar comigo, mesmo que virtualmente. Sua presença fez toda a diferença na minha vida. Juntas!

Aos meus queridos coordenadores dos cursos de Psicologia, onde eu trabalho, Miguel e Renata, aos meus colegas de trabalho, em especial Priscila e Suzanne, e, principalmente, aos meus amados alunos e alunas pela torcida, apoio e compreensão.

Ao LIEGS/UFCA, também conhecido como minha segunda casa no Cariri, pelo carinho e apoio durante essa trajetória, a todos os professores e bolsistas do laboratório.

Às duas professoras e amigas nas quais eu me inspiro e admiro: Waléria Menezes e Liana Esmeraldo, pela amizade, torcida e por serem tão maravilhosas comigo.

À Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará e à equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire, pela prontidão e disponibilidade no esclarecimento de dúvidas e provisão de material para o estudo. Espero que esse estudo traga contribuições relevantes para a implementação de demais políticas públicas para a população rural cearense.

Ao Instituto Flor do Piqui, pelo apoio no processo de localização e contatos das comunidades visitadas, assim como esclarecimento de dúvidas.

Às agricultoras e agricultores participantes da pesquisa, tanto na comunidade Sítio Gostoso (Nova Olinda), quanto na comunidade Sítio Cedro (Santana do Cariri), pela acolhida maravilhosa e pela construção e troca de saberes dos momentos que partilhamos. Me sinto imensamente grata em ter conhecido suas histórias, desafios e conquistas. Foi incrível!

Aos meus amigos fortalezenses: Ana, por ter me dado a honra de ser sua madrinha de casamento e tia do Benjamim, você e sua família são especiais para mim; Raiane e sua família, por serem os melhores vizinhos do mundo, Conceição, por ser minha segunda mãe em Fortaleza, Dona Francisca e Seu Vicente por terem sido meu primeiro lar em Fortaleza, Lucas, pela amizade, paciência e pelas fofocas, Ingrid, pelo carinho e por nossos surtos com a Taylor Swift e Adson, por aguentar Ingrid, eu e nossa playlist pop. Aos amigos caririenses, que se eu começar a citar todos aqui vai demorar, pela torcida a distância, pelos memes e por ter compreendido meus sumiços.

Eu tinha prometido para mim mesma que dessa vez ia escrever menos nos agradecimentos, mas falhei miseravelmente, como vocês podem observar. Então, vou fechar agradecendo a mim, por não ter desistido de mim, por ter sobrevivido e construído esse trabalho da melhor forma que eu pude, mesmo com minhas limitações. Bom trabalho, pode descansar, Mônica!

Long story short, I survived.

[...]

Camponeses meus irmãos
e operários da cidade
é preciso dar as mãos
cheios de fraternidade
em favor de cada um
formar um corpo comum
praciano e camponês
pois só com esta aliança
a estrela da bonança
brilhará para vocês.

Uns com os outros se entendendo
esclarecendo as razões
e todos juntos fazendo
suas reivindicações
por uma democracia
de direito e garantia
lutando de mais a mais
são estes os belos planos
pois nos direitos humanos
nós todos somos iguais.
(Assaré, 1990, p.280)

Resumo

A discussão sobre formas de manejo sustentável da terra e da produção agrícola vem ganhando força desde a década de 1990, sendo esse período primordial para a difusão de ideias sobre a Agroecologia. Esse modelo preconiza o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais na agricultura, considerando também as dimensões econômica, social e cultural no planejamento e execução de suas práticas. Um dos desafios para o estabelecimento dessas práticas em unidades produtivas familiares é o processo de transição agroecológica, que implica na mudança do modelo de produção convencional para um paradigma ecológico fundamentado na redução de insumos químicos e no redesenho do sistema produtivo local, com foco na biodiversidade. Considerando isso, o presente projeto de tese tem como objetivo geral analisar, a partir da categoria afetividade, quais os aspectos psicossociais do processo de transição agroecológica vivenciado por agricultores beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri Cearense. E os objetivos específicos: 1) investigar como se dá o processo de implementação de estratégias de transição agroecológica a partir das ações desta política pública nas comunidades pesquisadas; 2) analisar como o processo de capacitação em transição agroecológica promovido pelo projeto foi impactado pelas relações afetivas dos agricultores familiares com o território onde vivem e 3) identificar os elementos que indicam a existência do compromisso pró-ecológico dos agricultores que optaram pelo modelo agroecológico de produção. Essa pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, contou com a utilização de três instrumentos de coleta de dados: pesquisa documental, aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos e realização de círculo de cultura. Os dados coletados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo. Dentre os resultados observados, nos mapas afetivos, a imagem de pertencimento foi a mais recorrente, seguida de contrastes e da agradabilidade, sendo os afetos potencializadores mobilizadores importantes na adesão dos agricultores ao processo de transição agroecológica promovido pelo Projeto Paulo Freire. Dentre os aspectos psicossociais que atravessam o fomento dos sistemas agroalimentares na vida da população pesquisada, destacam-se que 1) os elementos afetivos são importantes para efetivação do engajamento dos

agricultores na transição agroecológica, 2) os métodos ativos são mais eficazes para estimular a participação dos agricultores no processo, 3) a consolidação do compromisso pró-ecológico dos agricultores, assim como sua participação em atividades agroecológicas, está diretamente relacionada a aspectos subjetivos e aspectos referentes às condições de vida e trabalho e 4) a subjetividade é importante para entender a adesão ou evasão de um público-alvo a uma política pública. Conclui-se que o processo de transição agroecológica aliado ao entendimento da relação afetiva agricultor-ambiente pode fortalecer a relação do agricultor com sua terra, fomentando condutas ecologicamente responsáveis e de cuidado no campo, entendido como território de vida e trabalho.

Palavras-Chaves: Afetividade, Psicologia Ambiental, Agroecologia, Políticas Públicas, Sustentabilidade.

Abstract

The debate on sustainable land management and agricultural production has gained strength since the 1990s, with this period being pivotal for the dissemination of Agroecology principles. This model advocates for ecologically responsible management of natural resources in agriculture, while also considering economic, social, and cultural dimensions in the planning and execution of its practices. One of the challenges for implementing these practices in family farming units is the agroecological transition process, which involves shifting from conventional production models to an ecological paradigm based on reducing chemical inputs and redesigning local production systems, with a focus on biodiversity. Considering this, the general objective of this thesis project is to analyze, through the lens of affectivity, the psychosocial aspects of the agroecological transition process experienced by farmers benefiting from the Paulo Freire Project in Cariri Cearense, Brazil. The specific objectives are: 1) to investigate how the implementation of agroecological transition strategies occurs through the actions of this public policy in the studied communities; 2) to analyze how the agroecological transition training process promoted by the project was impacted by the farmers' affective relationships with their territory; and 3) to identify elements indicating the existence of a pro-ecological commitment among farmers who adopted the agroecological production model. This qualitative field research employed three data collection tools: documentary research, application of the Affective Mapping Tool, and Culture Circles. The collected data were analyzed using Content Analysis. Among the observed results, the affective maps most frequently reflected a sense of belonging, followed by contrasts and agreeableness, with affective bonds acting as key mobilizers for farmers' adherence to the agroecological transition process promoted by the Paulo Freire Project. Among the psychosocial aspects influencing the promotion of agro-food systems in the lives of the studied population, the following stand out: 1) affective elements are crucial for securing farmers' engagement in the agroecological transition; 2) active methods are more effective in stimulating farmer participation; 3) the consolidation of farmers' pro-ecological commitment, as well as their involvement in

agroecological activities, is directly linked to subjective factors and living/working conditions; and 4) subjectivity is vital to understanding target groups' adherence to or disengagement from public policies. It is concluded that the agroecological transition process, combined with an understanding of farmers' affective ties to their environment, can strengthen their connection to the land, fostering ecologically responsible behaviors and care for the countryside as a territory of life and work.

Keywords: Affectivity, Environmental Psychology, Agroecology, Public Policies, Family Farming, Sustainability.

Resumen

El debate sobre las formas de manejo sostenible de la tierra y la producción agrícola ha ganado fuerza desde la década de 1990, siendo este período fundamental para la difusión de ideas sobre la Agroecología. Este modelo propugna el manejo ecológicamente responsable de los recursos naturales en la agricultura, considerando también las dimensiones económica, social y cultural en la planificación y ejecución de sus prácticas. Uno de los desafíos para el establecimiento de estas prácticas en unidades productivas familiares es el proceso de transición agroecológica, que implica el cambio del modelo de producción convencional a un paradigma ecológico basado en la reducción de insumos químicos y en el rediseño del sistema productivo local, con enfoque en la biodiversidad. Teniendo esto en cuenta, el presente proyecto de tesis tiene como objetivo general analizar, desde la categoría de afectividad, los aspectos psicosociales del proceso de transición agroecológica experimentado por agricultores beneficiarios del Proyecto Paulo Freire en el Cariri Cearense. Y los objetivos específicos: investigar cómo se da el proceso de implementación de estrategias de transición agroecológica a partir de las acciones de esta política pública en las comunidades investigadas; analizar cómo el proceso de capacitación en transición agroecológica promovido por el proyecto fue impactado por las relaciones afectivas de los agricultores familiares con el territorio donde viven; identificar los elementos que indican la existencia del compromiso pro-ecológico de los agricultores que optaron por el modelo agroecológico de producción. Esta investigación de campo, de enfoque cualitativo, contó con la utilización de tres instrumentos de recolección de datos: investigación documental, aplicación del Instrumento Generador de Mapas Afectivos y realización de círculos de cultura. Los datos recolectados fueron analizados mediante Análisis de Contenido. Entre los resultados observados, en los mapas afectivos, la imagen de pertenencia fue la más recurrente, seguida de contrastes y de lo agradable, siendo los afectos potenciadores movilizados importantes en la adhesión de los agricultores al proceso de transición agroecológica promovido por el Proyecto Paulo Freire. Entre los aspectos psicosociales que atraviesan el fomento de los sistemas agroalimentarios en la vida de la población investigada,

se destacan que: 1) los elementos afectivos son importantes para la efectivización del compromiso de los agricultores en la transición agroecológica; 2) los métodos activos son más eficaces para estimular la participación de los agricultores en el proceso; 3) la consolidación del compromiso pro-ecológico de los agricultores, así como su participación en actividades agroecológicas, está directamente relacionada con aspectos subjetivos y aspectos referentes a las condiciones de vida y trabajo y 4) la subjetividad es importante para entender la adhesión o deserción de un público objetivo frente a una política pública. Se concluye que el proceso de transición agroecológica aliado al entendimiento de la relación afectiva agricultor-ambiente puede fortalecer la relación del agricultor con su tierra, fomentando conductas ecológicamente responsables y de cuidado en el campo, entendido como territorio de vida y trabajo.

Palabras-clave: Afecto, Psicología Ambiental, Agroecología, Agricultura Familiar, Sostenibilidad.

Lista de Figuras

Figura 1- Índice de aridez.....	19
Figura 2- Área de incidência do Semiárido Brasileiro	20
Figura 3- Mandacaru (<i>Cereus jamacaru</i>)	20
Figura 4- Especificação sobre o Soldadinho do Araripe	23
Figura 5- Posição geográfica do Ceará no Brasil	24
Figura 6- Regiões Metropolitanas do Ceará.....	27
Figura 7- Mapa da Região de Planejamento Cariri	27
Figura 8- Região Metropolitana do Cariri	28
Figura 9- Floresta Nacional do Araripe (Imagem parcial)	29
Figura 10- Fóssil de libélula (<i>Cordulagomphus fenestratus</i>) do período Cretáceo	30
Figura 11- Mapa de abrangência do PPF.....	41
Figura 12- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	47
Figura 13- Casa Grande de Nova Olinda.....	100
Figura 14- Representação de cor ou raça em Nova Olinda	102
Figura 15- Geossítio Ponte de Pedra	103
Figura 16- Oficina promovida no interior da Fundação Casa Grande.....	105
Figura 17- Mestre Espedito Seleiro trabalhando em sua oficina.....	105
Figura 18- Escola de Ensino Fundamental da comunidade Sítio Gostoso	106
Figura 19- Representação de cor ou raça em Santana do Cariri.....	108
Figura 20- Geossítio do Parque dos Pterossauros	109
Figura 21- Entrada do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens.....	110
Figura 22- Mirante do Pontal de Santa Cruz	110
Figura 23- Capela Menino Jesus, no Sítio Cedro	111
Figura 24- Índice de práticas agroecológicas e sustentáveis	133
Figura 25- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com o gênero.....	137
Figura 26- Distribuição etária do público da pesquisa	138
Figura 27- Distribuição do público da pesquisa quanto à renda.....	139
Figura 28- Distribuição do público da pesquisa quanto o nível de escolaridade.....	139
Figura 29- Frequência das imagens afetivas presentes nos mapas aplicados	142

Figura 30- Índice de Estima de Lugar observado nas comunidades estudadas	142
Figura 31- Mapa afetivo da agricultora Margarida	144
Figura 32- Mapa afetivo da agricultora Estrela	145
Figura 33- Mapa afetivo da agricultora Ipê	146
Figura 34- Mapa afetivo da agricultora Amor	148
Figura 35- Mapa afetivo da agricultora Girassol	150
Figura 36- Mapa afetivo de Rosa Amélia 1.....	151
Figura 37- Mapa afetivo da agricultora Abelha.....	154
Figura 38- Mapa afetivo da agricultora Libélula.....	157
Figura 39- Mapa Afetivo da agricultora Lírío	159
Figura 40- Tempo de moradia dos participantes da pesquisa em suas comunidades	161
Figura 41- Nuvem de palavras referente ao significado de ambiente para os participantes da pesquisa ...	173
Figura 42- Nuvem de palavras referente ao significado das ações de cuidado ambiental para os participantes da pesquisa	174
Figura 43- Nuvem de palavras referente ao significado de sustentabilidade para os participantes da pesquisa	175
Figura 44- Nuvem de palavras referente ao significado de agroecologia para os participantes da pesquisa	176
Figura 45- Diagrama de Venn dos elementos que compõe a noção de Compromisso Pró-ecológico dos beneficiários do Projeto Paulo Freire	177

Lista de Tabelas

Tabela 1- Projetos apoiados pelo Semear Internacional	37
Tabela 2- Técnicas de trabalho utilizadas na construção do DRP	123
Tabela 3- O processo de Transição Agroecológica	126

Lista de abreviaturas e siglas

Acidente Vascular Cerebral AVC

Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe APA Araripe

Articulação Nacional de Agroecologia ANA

Assessoria Técnica Continuada ATC

Assistência Técnica e Extensão Rural ATER

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica CIAPO

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora CETRA

Cinturão das Águas do Ceará CAC

Comissões da Produção Orgânica CPOrgs

Comitê de Ética em Pesquisa CEP

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CONTAG

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA

Constituição Federal CF

Triângulo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha CRAJUBAR

Diagnóstico Rural Participativo DRP

Doença do Coronavírus COVID 19

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA

Escala de Estima de Lugar EEL

Floresta Nacional do Araripe FLONA Araripe

Fundação Casa Grande FCG

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola FIDA

Índice de Desenvolvimento Humano IDH

Índice de Estima de Lugar IEL

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN

Instituto Flor do Piqui IFP

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA

Instituto Nacional do Semiárido INSA

Instrumento Gerador de Mapas Afetivos IGMA

Ministério da Agricultura e Pecuária MAPA

Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial NEDET

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS

Organização das Nações Unidas ONU

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura FAO

Organizações da Sociedade Civil OSC

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO

Política Nacional de Agroecologia PNAPO

Produto Interno Bruto PIB

Programa Bolsa Família PBF

Programa de Aquisição de Alimentos PAA

Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE

Programa Um Milhão de Cisternas P1MC

Projeto Paulo Freire PPF

Psicologia Social do Trabalho PST

Região Metropolitana do Cariri RMC

Secretaria de Desenvolvimento Agrário SDA

Sistema Integrado de Saneamento Rural SISAR

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE

Unidade de Gerenciamento de Projeto UGP

Universidade Federal do Cariri UFCA

Universidade Federal do Ceará UFC

Universidade Regional do Cariri URCA

Sumário

Prólogo	6
Introdução.....	6
Região Metropolitana do Cariri: caracterização do território estudado.....	10
Semiárido e Caatinga: peculiaridades climáticas, geográficas e biológicas.....	18
O Oásis do Sertão: Conhecendo a Região Metropolitana do Cariri	23
Caracterização da política pública abordada: Projeto Paulo Freire	34
Políticas Públicas: Breve marco conceitual.....	34
O Projeto Paulo Freire	37
Marco Teórico	43
Das posturas antropocêntricas ao ecologismo dos pobres: a trajetória de construção do conceito de sustentabilidade	43
Agricultura sustentável e políticas públicas: o florescer da agroecologia no território brasileiro	57
Ambiente rural, trabalho rural, afetividade e compromisso pró-ecológico: algumas considerações	73
O conceito de ruralidade e o entendimento de ambiente rural para Psicologia Ambiental	74
Trabalho Rural e a relação agricultor-ambiente: Reflexões a partir da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social do Trabalho	80
Compreendendo os conceitos de Compromisso Pró-Ecológico e Comportamento Ecológico a partir do colorido da Afetividade: reflexões a partir da Psicologia Ambiental	85
Procedimentos Metodológicos	99
Cenário da pesquisa	100
Amostragem da Pesquisa.....	114
Instrumentos de coleta de dados	115
Pesquisa documental.....	115
Círculo de Cultura	116
Instrumento Gerador de Mapas Afetivos.....	118
Análise de dados.....	120
Ética em pesquisa em Psicologia.....	120
O Estímulo à Transição Agroecológica no Projeto Paulo Freire: Reflexões sobre a estratégia de ação utilizada nas comunidades pesquisadas	121
Princípios básicos do processo de assessoria continuada em Transição Agroecológica	121
Aplicabilidade das metodologias de Transição Agroecológica nas comunidades assessoradas pelo Projeto Paulo Freire	127
Afetividade, Transição Agroecológica e relação agricultor-ambiente: Compreendendo a dinâmica afetiva de beneficiários do Projeto Paulo Freire com o seu território	136
Agradabilidade	144
Pertencimento	146

Contrastes.....	153
Afetividade como elemento mobilizador da participação de agricultoras e agricultores no processo de Transição Agroecológica promovido pelo PPF	161
Transição agroecológica, Compromisso Pró-Ecológico e Afetividade: Reflexões sobre as vivências dos beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri	171
Considerações Finais	180
Referências	184

Prólogo

A temática da agricultura familiar e ruralidades faz parte da minha constituição enquanto sujeito. Crescendo em uma família de agricultores familiares, assim como meus avós e tios, tive contato desde cedo com temáticas relacionadas à vida no campo. A terra e eu temos uma trajetória, que começa na infância, nas brincadeiras infantis, nas idas ao sítio dos meus avós, na produção de bolinhos de lama, no entendimento sobre o plantar, colher e ser um sujeito terreno.

Meus avós tinham uma pequena propriedade na divisa dos estados do Ceará e da Paraíba e, nesta, focavam sua produção em culturas como o algodão, feijão e milho, sobre as quais me recordo de brincar entre os silos de grãos. Infelizmente, ambos descontinuaram suas atividades por conta de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que afetou meu avô. O conteúdo que perpassava o estado alucinatório do meu avô após o AVC sempre tinha como foco a sua rotina enquanto agricultor, na relação com os animais e com o território do sítio.

Ao mesmo tempo que refletia sobre como a relação agricultor-ambiente pode constituir um vínculo tão forte que consegue manifestar-se em momentos de fragilidade, como o caso do problema de saúde do meu saudoso avô. Comecei, na faculdade, a ter meu primeiro contato com o trabalho da Psicologia na zona rural, realizando um estágio básico na Unidade Básica de Saúde do distrito rural Dom Quintino, na cidade do Crato, onde atuei no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Posteriormente, em meu trabalho como Assessora Territorial no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Cariri (NEDET-UFCA), projeto vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), acompanhei grupos produtivos agroecológicos que faziam parte da Rede de Feiras Agroecológicas do Cariri, rede colaborativa que uniu agricultores acompanhados pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prestado em três cidades da Região Metropolitana do Cariri, a saber: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Durante os diálogos promovidos nos espaços de comercialização, alguns agricultores falaram sobre os desafios do processo de transição de uma agricultura convencional para as práticas agroecológicas, abordando como essa mudança no modo de produção alterou sua relação com o seu

lugar de vida.

A temática da relação afetiva do agricultor familiar com o seu território e sua influência nas formas de apropriá-lo e defendê-lo aparece também no meu campo de estudos durante a construção da minha dissertação, onde investiguei sobre o processo de desapropriação decorrente da construção de uma obra pública – o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – em comunidades rurais da cidade do Crato. Durante as pesquisas, percebeu-se que os sentimentos manifestos na imagem de pertencimento – tanto quando ela era predominante, quanto quando aparecia nos contrastes analisados – estavam diretamente relacionados ao fortalecimento das relações dos moradores com o território.

Essa relação fortalecida com o território foi crucial para o surgimento dos movimentos de defesa do direito à moradia e preservação dos aspectos físicos e socioculturais do território impactado. No processo de finalização da minha pesquisa, acompanhei as ações da Casa de Quitéria, espaço cultural que é símbolo da resistência ao CAC, sendo a agroecologia um dos pontos contemplados como importantes para o fortalecimento das ações de resistência no território (Martins, 2020). Logo, aponto o meu interesse pessoal pela temática, meu engajamento em ações voltadas para políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares, meu envolvimento em espaços de debate sobre ruralidade e Psicologia, como a *Red Latinoamericana de Psicologia Rural* e, também, meu apreço pelo trabalho com comunidades rurais, ao qual me dedico desde 2015, quando iniciei minha trajetória enquanto assessora do NEDET.

É preciso ressaltar a necessidade da ampliação dos estudos sobre Psicologia em contextos rurais no Brasil. Segundo levantamento realizado por Moura Júnior e colaboradoras (2019), a discussão sobre a relação entre Psicologia e Contextos Rurais tem ganhado força a partir dos anos de 1990 e, apesar da produção científica nessa área ainda não ser tão expressiva, tem ganhado força em estudos desenvolvidos no campo da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental, como o caso do estudo de Furlani e Bomfim (2010) sobre a construção de projetos de vida de jovens rurais de uma cidade do Ceará. A partir disso, acredito que este trabalho pode trazer contribuições ao campo de pesquisa de Psicologia e Ruralidades, pois estudar sobre os processos produtivos agrícolas

e suas reverberações na vida dos agricultores familiares possui relevância nesse contexto.

Se, de forma geral, a questão da ruralidade nas produções e estudos da Psicologia precisa ser ampliada, quando é feito um recorte apenas para a subárea da Psicologia Ambiental, a demanda é ainda maior. Mendéz (2015), ao refletir sobre a correlação da Psicologia Ambiental com ambientes rurais, afirma que o ambiente rural é uma área da qual a Psicologia ambiental precisa se aproximar, tendo em vista as discussões recentes sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e a pauta da sustentabilidade rural, da segurança alimentar e nutricional de comunidades rurais e o estímulo ao manejo sustentável da produção agrícola. Seguindo esse mote, uma das temáticas emergentes na pauta das ruralidades são os modos de produção sustentáveis na agricultura familiar, sendo a Agroecologia a temática mais atual.

A partir de um levantamento de artigos em língua portuguesa realizado nas bases de dados denominadas Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores Psicologia Ambiental, Agroecologia e Ambiente Rural, com recorte temporal de vinte e três anos (2000-2023), foram encontrados nove estudos com foco em questões relacionadas à qualidade de vida, percepção ambiental, apropriação do espaço e estímulo à participação social por meio da presença em feiras agroecológicas. Logo, é perceptível que as discussões sobre Psicologia, Territorialidade e Agroecologia requerem atenção e aprofundamento nos estudos sobre a relação pessoa-ambiente no país.

Outro ponto relevante é o fato desse estudo ser contextualizado fora dos grandes centros urbanos, como Fortaleza, promovendo a interiorização dos saberes em novos campos de pesquisa. A interdisciplinaridade, que é uma característica inerente aos estudos em Psicologia Ambiental (Moser, 2016), também é um elemento importante para entender esse trabalho, que pretende, a partir do diálogo entre três áreas distintas (Psicologia, Ruralidades e Gestão de Políticas Públicas), proporcionar uma aproximação entre elas, ao pensar sobre um problema que lhes perpassa.

A discussão sobre a agricultura sustentável tem sido posta em cena em vários espaços do terceiro setor e fóruns sociais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), pois é emergencial pensar em uma nova forma de produzir que valorize o pequeno produtor e estimule o contato com

técnicas de cultivo e produção que retomem e fortaleçam a vinculação agricultor-ambiente, como também o possibilite entrar em contato com saberes ancestrais importantes.

No campo dos movimentos sociais, como o movimento sindical rural e entidades de apoio à causa ecológica em ambientes rurais, é recorrente a fala sobre a necessidade da inclusão da pauta agroecológica na agenda pública. Em um dos documentos orientativos da última Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2023, membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), relatam que, ao falar sobre agroecologia, não se deve restringir a discussão aos aspectos técnicos, pois questões como relações sociais, aspectos culturais e uma relação de cuidado com todos os seres do planeta devem estar presentes no debate. Logo, eles entendem que “a agroecologia só é possível com democracia, pois, para que ela germine, é necessário ter políticas públicas inclusivas, espaços de participação social e fortalecimento das redes, de forma a potencializar a ação dos sujeitos que produzem alimentos” (CONTAG, 2023, p.7).

Estudar sobre os aspectos subjetivos que permeiam a possibilidade de uma mudança paradigmática no consumo e produção, logo, torna-se emergencial para pensar em questões como a educação para sustentabilidade, trabalho de base voltado aos jovens, políticas específicas de estímulo à agroecologia, como a linha de crédito PRONAF Agroecologia e a ampliação das reflexões sobre a pauta agroecológica para além do campo das ciências da terra, partindo de uma perspectiva interdisciplinar da Psicologia.

Boa leitura!

Introdução

A terra, elemento de vida, debates e conflitos é uma dimensão importante para compreender a dinâmica da relação pessoa-ambiente. Esta terra, que tem uma representação de nutrição e permanência, é palco de vários processos de manutenção da vida, dentre eles as práticas agrícolas. Historicamente, a questão do acesso à terra no contexto rural é passada por diversas situações de violação de direitos básicos fundamentais. Como ilustra Graziano Neto (1982), o crescente problema da concentração fundiária brasileira, tendo em vista o espólio dos pequenos produtores, a lógica de acumulação do capital e o avanço dos grandes latifundiários em áreas de moradia dos povos originários perduram ao longo das vivências dos povos dos campos. Sendo o país que nunca teve uma política efetiva de Reforma Agrária, o Brasil vive em constante situação de conflitos pela terra, que tem aumentado ao longo das décadas.

Para falar sobre a questão agroecológica contemporânea, precisamos nos atentar a alguns fatos. A problemática da descaracterização das práticas campesinas e do início da utilização de agrotóxicos na produção brasileira se inicia na década de 1960, alinhada com a política agrária do contexto da ditadura militar. Com a ascensão da Revolução Verde, terminologia usada para referenciar uma maneira “moderna” de produzir com a utilização de insumos químicos e maquinários de grande porte, as práticas campesinas começam a perder espaço, coagindo os agricultores, que ainda não tinham sido atingidos pela grilagem ou expulsão compulsória das terras, a se adequarem aos critérios competitivos do mercado, aderindo ao manejo convencional da plantação, se afastando das práticas embasadas no saber local e mudando a forma de se relacionar com o território, onde a produção começa a ganhar protagonismo perante os aspectos vivenciais do lugar, como laços familiares, práticas culturais e visão integrada do produtor com a natureza. Tal fato revela como o modelo macroeconômico neoliberal adentra no contexto da agricultura tradicional (Santos et al, 2014; Altieri, 2011).

Os processos citados acima e o estímulo à produção para exportação, em detrimento da produção para consumo interno, estão no cerne da crise agrária, que envolve os conflitos de terra, lutas nas melhorias nas condições de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores rurais, e da

crise agrícola, relacionada aos problemas de abastecimento interno do país. Graziano Neto (1982) relata que o processo de modernização da agricultura no Brasil se deu de maneira parcial, pois ocorreu de forma concentrada no Sul e Sudeste brasileiro, centrando o investimento em insumos para culturas tipo exportação e privilegiando os grandes produtores rurais do país. Na atualidade, a região Centro-Oeste tem se destacado como polo exportador agropecuário.

Todos os impactos gerados pelo processo de modernização da agricultura têm reverberado na própria alimentação do povo brasileiro com a mudança no consumo e nos problemas de aquisição de alimentos, o que no texto está correlacionado com o aumento da mortalidade infantil no país, que só fora atenuado no final dos anos 1990, época em que surgiu a primeira política pública voltada para a inclusão produtiva do pequeno produtor rural. A modernização da agricultura agravou o processo de desigualdade social no campo, trazendo menos autonomia para o pequeno produtor e diminuição da qualidade de vida no campo, provando que modernização não deve ser vista como sinônimo de desenvolvimento (Graziano Neto, 1982; Caporal; Costabeber, 2004).

De acordo com Servilla Guzman (2001), o processo de modernização decorrente do pensamento do progresso técnico da agricultura causou a erosão do conhecimento local, que possui um potencial endógeno embasado na relação pessoa-ambiente, e isso trouxe, conseqüentemente, reverberação nas atividades e vínculos comunitários preexistentes, onde imperava a ética da solidariedade. O mesmo autor afirma que, nesse contexto, as comunidades buscam formas de resistir e manter seus vínculos comunitários e territoriais.

As reflexões sobre esse modelo moveram diversos agricultores, estudiosos das ciências da terra e movimentos sociais a lutarem pelo retorno ao modelo de produção campestre, que não se restringe à dimensão da produtividade a todo o custo, fomentando uma relação respeitosa com o ambiente. A agricultura de base campestre é a categoria central da Agroecologia, tendo como foco compreendê-la para além dos aspectos produtivos e econômicos, abordando dimensões como a cultura, determinantes sociais e ambiente (Moura, 2017).

De acordo com Altieri (2011), a agroecologia tem um enfoque holístico de compreensão dos sistemas agroalimentares, pois, para além dos elementos biológicos, leva em consideração o

elemento humano e sua inter-relação com esses sistemas. Objetiva possibilitar o surgimento de ambientes equilibrados a partir de técnicas de cultivo e produção diversas e de baixo custo operacional. Os primeiros esforços para o fomento de práticas de agricultura sustentável no Brasil se iniciam nos anos 1990, o que coaduna com o crescimento do debate sobre Desenvolvimento Sustentável em fóruns de discussão nacionais e mundiais, como foi visto na ECO 92, e o surgimento das primeiras políticas públicas específicas para agricultores familiares.

Aliada ao constante debate sobre regulamentação fundiária no país, a discussão sobre práticas sustentáveis em contextos rurais começou a ganhar protagonismo nas últimas décadas, em especial nos editais de agências de fomento e na formulação da agenda das políticas públicas de agricultura familiar. Um dos marcos para o fortalecimento da Agroecologia como elemento para construção de ações governamentais foi à criação da Política Nacional de Agroecologia (PNAPO), durante a gestão Dilma, em 2012, que coloca a pauta do fortalecimento das ações de permanência no campo e da agricultura familiar a partir de um modelo de manejo sustentável da terra, com foco na participação social e no fortalecimento da relação do sujeito com seu território. Prezando, também, pelo respeito ao saber local e favorecendo um espaço produtivo inclusivo e solidário no meio rural (Santos et al, 2014; Brasil, 2012).

Porém, esse avanço nas ações relacionadas à pauta agroecológica foi paralisado durante a gestão Bolsonaro (2019-2022), que promoveu o esvaziamento da pasta e a diluição das demandas da agricultura familiar em secretarias do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). De acordo com Martins, Lima e Bomfim (2025) em seu trabalho de resgate sobre as políticas públicas voltadas ao fomento da agroecologia, alguns dos indicadores que apontam o desmonte da pauta agroecológica na formulação da agenda de políticas públicas no Brasil na gestão Bolsonaro são: a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a extinção das câmaras técnicas e de controle social da PNAPO, o enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a desatualização do portal Brasil Agroecológico, a supressão do termo agroecologia, que foi substituído pela terminologia “produtos orgânicos” (que possui um direcionamento mais mercadológico) e a falta de construção do Plano Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica (PLANAPO).

No contexto atual, com o início da terceira gestão Lula (2023-2026), é observado nos documentos técnicos e eventos governamentais um esforço para reativação da agenda agroecológica no país. Em 2023, houve a reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instância dissolvida na gestão Temer (2016-2018), que diz respeito às políticas públicas voltadas para agricultores familiares, restabelecimento das câmaras técnicas e de controle social da PNAPO e as primeiras oficinas de produção do novo PLANAPO (Brasil, 2023). Em 2024, de acordo com o MDA (Brasil, 2024), foi publicada a Portaria Interministerial nº 7, que institui o III PLANAPO (2024-2027).

Para além do estímulo à agroecologia a partir de políticas nacionais, as ações de cooperação internacional no combate à pobreza rural têm visualizado na agroecologia um modelo produtivo economicamente rentável, ambientalmente sustentável e socialmente produtor do incentivo à participação social. No Ceará, a partir do acordo de financiamento entre a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), foi criado e implementado o Projeto Paulo Freire (PPF). Tal projeto tem como objetivo promover, a partir da inclusão produtiva, a redução de pobreza rural em 31 municípios, tendo como público prioritário quilombolas, indígenas, jovens e mulheres rurais (Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2020).

Os beneficiários selecionados são comunidades rurais em condição de pobreza/extrema pobreza. Segundo a SDA (2020), o projeto se divide em dois componentes: o primeiro é focado no desenvolvimento de capacidades e tendo como principais ações a promoção de capacitações e treinamentos direcionados tanto aos moradores como às lideranças comunitárias. O segundo é focado no desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental, voltado ao reforço nos investimentos produtivos das organizações produtivas e comunitárias apoiadas pelo projeto. Dentre as estratégias do projeto, a agroecologia é uma das escolhidas, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar em consonância com o processo de convivência com o semiárido e a superação da situação de pobreza rural.

Tendo em vista o percurso histórico da produção agrícola e direito à terra no Brasil, como também a progressão e desmonte de políticas públicas correlacionadas à pauta agroecológica no país, optou-se, neste estudo, por abordar um dos elementos cruciais para estabelecimento da agricultura sustentável no país: o processo de transição agroecológica, definido por Balestro e Sauer (2013, p.8) como “a passagem de um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo para um outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo”.

A transição agroecológica é embasada em uma perspectiva sistêmica de sustentabilidade, levando em consideração vários fatores para além da dimensão ecológica. Um dos diferenciais do processo de transição agroecológica é a consideração das diferenças socioculturais e ambientais de cada território onde a estratégia irá ser implementada, visto que as peculiaridades do semiárido requerem um cuidado diferente das produções realizadas no cerrado. (Schmitt, 2013).

Um ponto importante que precisa ser ressaltado é que não há como pensar na execução do processo de transição agroecológica desconsiderando aspectos como o fortalecimento de vínculos nas comunidades, o que pode fomentar modos de vida e subjetividade embasados na sustentabilidade. Conforme pontuado por Mendéz (2015), o estudo sobre ambiente rural a partir da perspectiva da Psicologia Ambiental deve considerar as formas prévias de uso e ocupação dos territórios estudados. Martins, Bento e Bomfim (2023, p. 186) afirmam que o ambiente rural tem uma dupla percepção, visto que “ao mesmo tempo em que este é um lugar instrumentalizado para o trabalho (agricultura familiar), também é um lugar de produção de sentido”.

Wiesenfield (2003), ao falar sobre o engajamento da Psicologia na pauta da sustentabilidade, aponta que o componente humano é um fator determinante para o estímulo de práticas focado no desenvolvimento sustentável, porém, a dimensão psicossocial segue sendo desconsiderada na composição de políticas públicas, como também foi percebido na pesquisa de dissertação de mestrado realizada por mim. Como já apontado em Martins (2020), aspectos subjetivos devem ser levados em conta desde a composição da agenda política até a avaliação de políticas públicas, visto que os receptores de uma iniciativa estatal também devem ter seus modos de vida e subjetividade compreendidos e respeitados no processo de implementação de uma política pública.

Para o presente estudo, escolheu-se pesquisar a dimensão afetiva da relação agricultor-ambiente e como essa dimensão está envolta na consolidação do compromisso pró-ecológico do agricultor que passa pelo processo de transição agroecológica, compreendendo que o profissional passa por diversos obstáculos ao optar pela agricultura sustentável. Um deles, nesse processo de transição é o próprio ato de sair da ótica vigente de produção para uma prática que dialoga com os saberes locais, observando e (re)aprendendo formas sustentáveis de lidar com o plantio, fator ocasionado pelo impacto de anos de “modernização” da agricultura a partir da revolução verde e da fragmentação da relação entre o agricultor e seu lugar de vida, que impulsionou o processo de êxodo rural no país.

O medo da competitividade com os grandes produtores também é uma tônica presente nos discursos, visto que, de acordo com Mendéz (2015), a pressão pela alta produtividade estimulada pelos grandes latifúndios, que produzem com foco no mercado externo, gera aumento no uso de agrotóxicos na agricultura familiar. No contexto brasileiro, campanhas midiáticas como “O agro é Pop, agro é tech, agro é tudo”¹ promovem o protagonismo das práticas agrícolas alinhadas à produção de larga escala e à utilização de insumos artificiais para aumentar a produtividade da lavoura, o que ilustra o processo de globalização agrícola. Temores referentes à efetividade das técnicas da agroecologia, no que se refere ao controle de pragas, também aparecem alinhados ao discurso mercadológico, onde o agrotóxico é tido como a única forma de lidar com esse problema.

Porém, quando falamos sobre o estímulo à transição agroecológica, para além dos entraves, mais uma pauta atual entra em cena: os efeitos da agricultura convencional, de larga escala, nas mudanças climáticas. Em um recente evento, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres², anunciou que o mundo está entrando na fase de ebulição global, onde a temperatura da Terra tem subido vertiginosamente e isso tem trazido significativas alterações, como ondas de calor mais intensas e inundações fora de época. Tal fenômeno tem sido potencializado pelo modelo de agricultura convencional de larga escala, que gera desmatamento de

¹ Peça publicitária desenvolvida pela Rede Globo de Televisão que objetiva ilustrar o modelo do agronegócio como propulsor da economia do país, trazendo uma imagem idílica deste modo de produção.

² Informação retirada do artigo de opinião “Começou a era da ebulição global do planeta?”. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2023/08/04/comecou-a-era-da-ebulicao-global-do-planeta/>.

mata nativa e contaminação dos solos e lençóis freáticos através da utilização de agrotóxicos.

A necessidade de uma mudança paradigmática no que se refere às atividades agrícolas também é contemplada na formulação da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, segundo a ONU (2022), trata-se de ações globais com o foco no combate à pobreza, promoção da paz, proteção ambiental e combate a situações de vulnerabilidade socioambientais, que devem atingir dezessete objetivos³ até 2030. Nessa agenda, a pauta da mudança dos sistemas agroalimentares e estímulo à agricultura sustentável é ilustrada no ODS 2: fome zero e agricultura sustentável, sendo que, na meta 2.4 é apontada como prioritária a garantia de sistemas agroalimentares sustentáveis e adequados a cada ecossistema (ONU, 2022).

Conhecendo as peculiaridades territoriais do contexto cearense e as ações de apoio ao estímulo à produção agroecológica que partem tanto do Governo do Estado do Ceará, a partir das ações da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), como das iniciativas de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com foco em Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER), viu-se a necessidade de compreender os aspectos psicossociais do processo de transição agroecológica nas formas de se relacionar com o território rural de origem, tendo a afetividade como categoria de análise das relações pessoa-ambiente. Isto gerou os seguintes questionamentos: o que motiva os agricultores familiares a optarem pela transição agroecológica e pela agricultura sustentável? Quais os aspectos psicossociais do processo de adesão à transição agroecológica manifestos nos afetos dos agricultores familiares participantes do Projeto Paulo Freire, no Cariri?

A presente proposta de tese tem como objetivo geral analisar, a partir da categoria afetividade, quais os aspectos psicossociais do processo de transição agroecológica vivenciado por agricultores beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri Cearense. Enquanto objetivos específicos, apresentam-se: investigar como se dá o processo de implementação de estratégias de transição agroecológica a partir das ações desta política pública nas comunidades pesquisadas; analisar como o processo de capacitação em transição agroecológica promovido pelo projeto foi

³ Esses objetivos foram definidos pelos países-membros das Organizações das Nações Unidas, que são considerados “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”. (ONU, 2022, s.p).

impactado pelas relações afetivas dos agricultores familiares com o território onde vivem e identificar os elementos que indicam a existência do compromisso pró-ecológico dos agricultores que optaram pelo modelo agroecológico de produção.

A partir do compilado de dados teóricos, documentais e advindos da pesquisa de campo, foi possível chegar aos dados, que aqui estão distribuídos em capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada a caracterização do território abordado pelo estudo, o Cariri cearense. Para isso, apresentam-se as peculiaridades climáticas, geográficas e biológicas do Semiárido e do bioma Caatinga, além da contextualização histórica da criação da Região Metropolitana do Cariri (RMC). No segundo capítulo, apresenta-se a contextualização e linha do tempo da implementação da política pública onde a pesquisa foi realizada: o Projeto Paulo Freire. No terceiro capítulo, ilustra-se com os referenciais teóricos a base desse estudo, pautado nas áreas de Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável, Sociologia Rural, Geografia Agrária, Agronomia Psicologia Ambiental, Psicologia Histórico-Cultural e Psicologia Social do Trabalho.

No terceiro capítulo, detalha-se o percurso metodológico da pesquisa, abordando os métodos de coleta de dados, particularidades do território, público-alvo alcançado e metodologia de análise de dados. No quarto capítulo, foi realizada a análise documental referente ao entendimento da metodologia optada pelo Projeto Paulo Freire na condução do processo de transição agroecológica. No quinto capítulo, foram analisados os dados obtidos a partir da aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), explorando como a afetividade perpassa a relação do público-alvo da pesquisa com seu território. No sexto capítulo são apresentados e discutidos resultados referentes à perspectiva de compromisso pró-ecológico, embasados nas rodas de conversa do círculo de cultura e nas respostas do IGMA. Por fim, o capítulo sete apresenta as considerações finais sobre o estudo.

Região Metropolitana do Cariri: caracterização do território estudado

Neste capítulo foram trabalhadas as especificidades geográficas, biológicas e socioeconômicas do território onde a pesquisa foi realizada. Para conhecer melhor a Região Metropolitana do Cariri (RMC), inicialmente, foi abordada a questão climática que permeia o

território, o Semiárido Nordestino e o bioma predominante deste território: a Caatinga. Em seguida, foi realizada uma apresentação das características naturais, populacionais, demográficas e econômicas da RMC, focando na perspectiva macro, visando uma melhor compreensão para as especificidades dos dois municípios abordados, que foram apresentados com o campo de pesquisa, no tópico metodologia.

Semiárido e Caatinga: peculiaridades climáticas, geográficas e biológicas

O Brasil é um país de dimensões continentais, composto por diversos biomas e manifestações climáticas. No contexto do estudo aqui desenvolvido, a Região Metropolitana do Cariri (RMC), está imersa no clima semiárido que, de acordo com Brasil (2013, p.9), é uma terminologia utilizada para se referir a territórios onde “a quantidade de chuva que cai é menor que a quantidade de água que se evapora”. Esta variação climática não está presente apenas no Brasil, sendo detectada também na região do Deserto do Atacama, onde é chamado de “Semiárido Frio”. No caso do Nordeste brasileiro, região onde este clima é predominante, utiliza-se a nomenclatura “Semiárido Quente”, pois os períodos de estiagem e seca são acompanhados por uma sensação climática de aquecimento.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), foi a partir da Lei n. 7.827, de 27.09.1989, que a delimitação da abrangência do Semiárido Nordestino foi realizada. Uma das características importantes para essa delimitação é o nível de precipitação pluviométrica⁴ que no caso deste clima possui uma média anual inferior à 800 milímetros. De acordo com a publicação do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), órgão governamental responsável pela condução de estudos voltados ao desenvolvimento do território de abrangência desta tipologia climática, outras duas características importantes são o cálculo do índice de aridez⁵, que deve resultar entre 0,21 e 0,5, como pode ser observado na figura 1; e probabilidade de risco de seca

⁴ Termo utilizado para se referir ao volume de água que cai em uma determinada região, conhecido também como chuva.

⁵ De acordo com Brasil (2013, p.16) trata-se de um “índice indicativo da intensidade da aridez de uma região, proposto pela UNESCO (1979). Consiste na razão entre a Precipitação Pluviométrica e a Evapotranspiração”.

maior que 60% entre os anos estudados (Brasil, 2013).

Figura 1- Índice de aridez

Classe Climática	Índice de Aridez
Hiper-árido	< 0,05
Árido	0,03 – 0,2
Semiárido	0,21 – 0,5
Subúmido seco	0,51 – 0,65
Subúmido e úmido	> 0,65

Nota: Retirado de Brasil (2013)

Uma característica central desse contexto é a incidência de períodos de seca, intercalados com períodos concentrados de chuva, que costumeiramente ocorrem durante três meses do ano. Durante os meses de estiagem, a população do entorno vive situação de escassez de água e temperaturas altas, o que afeta diretamente a sobrevivência deste público, assim como sua produção agropecuária. Para isso, há uma crescente busca de práticas que estimulem uma convivência equilibrada com este clima, o que foi dissertado mais adiante, na abordagem das políticas públicas para Convivência com o Semiárido. (Moura, Sobrinho & Silva, 2019; Cavalcanti, 2016).

Quando é observado o mapa do Brasil (figura 2), percebe-se que a sua área de abrangência abarca quase todos os estados do Nordeste brasileiro (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e a porção Norte do estado de Minas Gerais, que faz parte da região Sudeste do país. Moura, Sobrinho e Silva (2019) explanam que a área de abrangência do Semiárido é quase a mesma área onde o bioma Caatinga se estabelece. No mapa também é perceptível que o Ceará é o único estado nordestino a estar 100% imerso no contexto do Semiárido.

Figura 2- Área de incidência do Semiárido Brasileiro



Nota: Retirado de IBGE (2022)

Mesmo assim, como pontua Cavalcanti (2016), o território de abrangência do Semiárido e suas peculiaridades é o menos estudado na academia. O autor, ao fazer um levantamento bibliográfico de produções voltadas para compreensão deste clima, observou que, apesar do Semiárido brasileiro ser o mais populoso do mundo e com maior taxa de espécies endêmicas correlatas a suas condições geoclimáticas, as pesquisas focadas em suas características geomorfológicas, meteorológicas e de estudo de fauna e flora local ainda são insuficientes. O mesmo ocorre com o bioma Caatinga, que está inserida no clima semiárido, conforme consta na análise de Melo e colaboradores (2023) e de Barbosa e Gomes Filho (2022), que observaram uma lacuna em estudos direcionados para este bioma.

Quando falado sobre as características geográficas e biológicas do semiárido, a diversidade do Semiárido Brasileiro é superior as demais áreas mundiais. Em uma área territorial de 980.133,07 km² e abrangência de 1.135 municípios, foram detectadas “cerca de 5.000 espécies vegetais distribuídas em pelo menos 150 famílias botânicas”, ao longo da sua extensão, que está imersa na

Caatinga (Brasil, 2013, p.21). A seguir, serão expostas as características de solo, vegetação e fauna deste bioma.

Assad (2024) apresenta que a formação de solo da Caatinga é composta por rochas cristalinas, que não são favoráveis para o processo de acumulação de água em reservatórios subterrâneos. Seu relevo é composto predominantemente por áreas de planalto, depressão e chapadas, como é o observado no caso do território de abrangência deste estudo, que é a Chapada do Araripe. Sobre a profundidade do solo, é exposto que há uma significativa variedade “em termos de profundidade (de rasos a profundos), de textura (de argilosos a arenosos), de reserva de água (de baixa a alta) e de nutrientes de alta a baixa fertilidade, o que favorece a vegetação local” (Assad, 2024, p.6).

Conforme Melo e Colaboradores (2023), a Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, que é composto por uma vegetação predominante de plantas de baixa a média estatura, que são adaptadas para sobreviver à estiagem característica do clima semiárido, composta por arbustos, arvoretas e, principalmente, plantas xerófitas, que possuem a capacidade de retenção de água em seus tecidos. Um exemplo é espécie de cacto *Cereus jamacaru*, popularmente conhecida como Mandacaru (figura 3).

Figura 3-Mandacaru (*Cereus jamacaru*)



Nota: Retirado de Google Imagens (2025)

Barbosa e Gomes Filho (2022), ao pontuarem sobre a vegetação característica da Caatinga, ilustram que são necessários mais estudos para contemplar a ampla diversidade da flora local, visto que o registro das espécies nativas ainda é insuficiente. Essa catalogação, junto a criação de mais

Unidades de Conservação (UC), são cruciais para o reconhecimento e proteção da vegetação local. Mota e colaboradores (2023) alertam que o bioma Caatinga tem sofrido uma escalada de processos como desmatamento, degradação florestal e deterioração ambiental pela exploração dos recursos naturais locais, conjugado com o agravante das mudanças climáticas, que tem gerado áreas de desertificação.

Os autores supracitados apontam que “por ser uma das vegetações mais sensíveis às mudanças climáticas no mundo, cerca de 94% da Caatinga apresenta risco entre moderado e alto de desertificação” (Melo *et al*, 2023, p. 3). Barbosa e Gomes Filho (2022, p.183) também alertam sobre os principais elementos que causa a perda da biodiversidade na Caatinga: “perda de habitat, desproteção biogeográfica, maior predominância de espécies exóticas, existência de poucas áreas de conservação, impactos antropogênicos e suscetibilidade às mudanças climáticas”. Essa questão também está contida na pauta da construção da agenda política das políticas públicas direcionadas aos municípios imersos neste bioma, não apenas na pauta ambiental, mas também no planejamento urbano e na produção agropecuária.

Sobre a fauna da Caatinga, Assad (2024) afirma que aproximadamente 1487 espécies, subdividas entre mamíferos, anfíbios, aves, répteis, peixes e invertebrados são encontrados nesse território, onde estes animais possuem estratégias distintas de adaptação climática. Algumas das espécies mais populares deste ambiente são o tatu-bola, a jaguatirica, a abelha jandaíra, o preá e o sapo-cururu.

Além dessas, algumas regiões também possuem espécies endêmicas, como o caso do *Antilophia bokermanni*, conhecido comumente como Soldadinho do Araripe (figura 4), ave ameaçada de extinção que só pode ser encontrada na região do Cariri Cearense, especificamente, nos municípios de Barbalha, Crato e Missão Velha. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2021), esta ave encontra-se em condição de Criticamente em Perigo (CR), que indica uma alta probabilidade de extinção perante suas especificidades. O Soldadinho do Araripe é considerada ave símbolo do Cariri.

Figura 4- Especificação sobre o Soldadinho do Araripe



Nota: Retirado de ICMBio (2021)

Assim como foi apresentado no tópico sobre a vegetação, o avanço de práticas nocivas ao ambiente, que promovem sua deterioração, assim como a restrição de estudos mais aprofundados sobre as espécies de animais presentes na região, faz com que o conhecimento sobre a fauna da Caatinga ainda seja escasso. Um ponto elucidado por Barbosa e Gomes Filho (2022, p.185) é a “importância da aproximação e união de esforços entre as populações locais e os órgãos responsáveis pelo estabelecimento das áreas de conservação, com vistas a traçar estratégias mais eficazes” para pensar como frear os efeitos das ações humanas nesse bioma.

Tendo em vista essa breve contextualização do clima e do ecossistema de abrangência, no tópico seguinte será feito um aprofundamento nas especificidades territoriais da Região Metropolitana do Cariri (RMC). Localizada ao Sul do estado do Ceará, essa região é composta por nove municípios, incluindo Santana do Cariri e Nova Olinda, territórios de abrangência deste estudo.

O Oásis do Sertão: Conhecendo a Região Metropolitana do Cariri

O estado do Ceará (Figura 5), unidade federativa onde este estudo foi desenvolvido, fica localizado entre os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e ao Norte do Oceano Atlântico. Este estado possui área total de 148.894,4 km² e população de 8.794.957,

conforme dados do último Censo, realizado em 2022. (IPECE, 2022).

Figura 5- *Posição geográfica do Ceará no Brasil*



Nota: Retirado de IBGE (2022)

Acerca das suas especificações de solo e clima, o estado possui clima predominante semiárido que, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2022), abrange 98 dos seus 184 municípios, com exceção da área litorânea e de serras. Os solos mais encontrados são os Neossolos, formações jovens, frágeis e sucessíveis à erosão, e Argissolos, que possuem estrutura argilosa. Tais formações em conjunto com a escassez de chuvas característica do clima semiárido deixa o estado suscetível a passar por situações de deficiência hídrica (seca) e vulnerável aos danos causados por fenômenos erosivos.

Chacon (2007), ao contextualizar o fenômeno da seca no Ceará, explica que visões de água enquanto bem econômico (a partir da terminologia recurso hídrico) e sua mercantilização, junto à estereotipia midiática do sertão enquanto território “atrasado” e de extrema pobreza, assim como as propostas de gestão do acesso à água no estado como principal bandeira eleitoreira dos gestores público estaduais nos últimos 50 anos, mostra como a questão hídrica do estado pode ser um “aglutinador ou desagregador das relações sociais, dada a sua relativa escassez e ao histórico de uso político dessa realidade” (Chacon, 2007, p.47).

As secas passaram a ser tratadas como problema nacional em meados do século XX, mas as

ajudas federais eram frequentemente apropriadas por coronéis locais – grandes latifundiários que controlavam terras, poder político e os recursos enviados pelo governo. Com isso, consolidou-se a chamada “indústria da seca”, um esquema de corrupção e clientelismo que beneficiava elites locais em detrimento da população sertaneja (Ribeiro, 2022).

Ao pontuar sobre a multidimensionalidade da seca, a autora supracitada afirma que é preciso pensar em políticas públicas que contemplem de fato os elementos sociais e ambientais específicos da vivência dos povos sertanejos⁶, pois elas “nunca puseram efetivamente o ser humano como um sujeito de ação, não lhe deram voz ativa, nunca lhe propuseram um diálogo verdadeiro” (Chacon, 2007, p.160). Em seu estudo sobre os impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará⁷ em comunidades rurais de um município do Cariri, Martins (2020, p. 170) alerta que “é preciso pensar a construção de políticas públicas de forma multidimensional, abordando elementos como a subjetividade do público-alvo da ação”, reafirmando a necessidade de as políticas públicas estarem alinhadas às reais necessidades do seu público-alvo.

Apesar de predominar o bioma Caatinga, há áreas de dunas e mangues na faixa litorânea e vegetação florestal em áreas de serra e, em especial, na parte do estado abrangida pela Chapada do Araripe. O estado possui catorze regiões de planejamento, dentre elas, as três regiões metropolitanas: de Fortaleza, de Sobral e do Cariri.

O Estatuto da Metrópole (2015, p.2) define região metropolitana como “aglomeração urbana que configure uma metrópole”. De acordo com Nascimento (2018, p.62), o processo metropolização no ordenamento territorial brasileiro leva em consideração os seguintes critérios:

(...) Grande concentração populacional de uma região em torno de uma grande cidade, altos índices demográficos, multifuncionalidade econômica, grande produção técnica e de conhecimento, diversidade de trabalho e forte presença de relações econômicas nacionalmente e internacionalmente.

⁶ Denominação utilizada para caracterizar os povos que vivem no sertão nordestino.

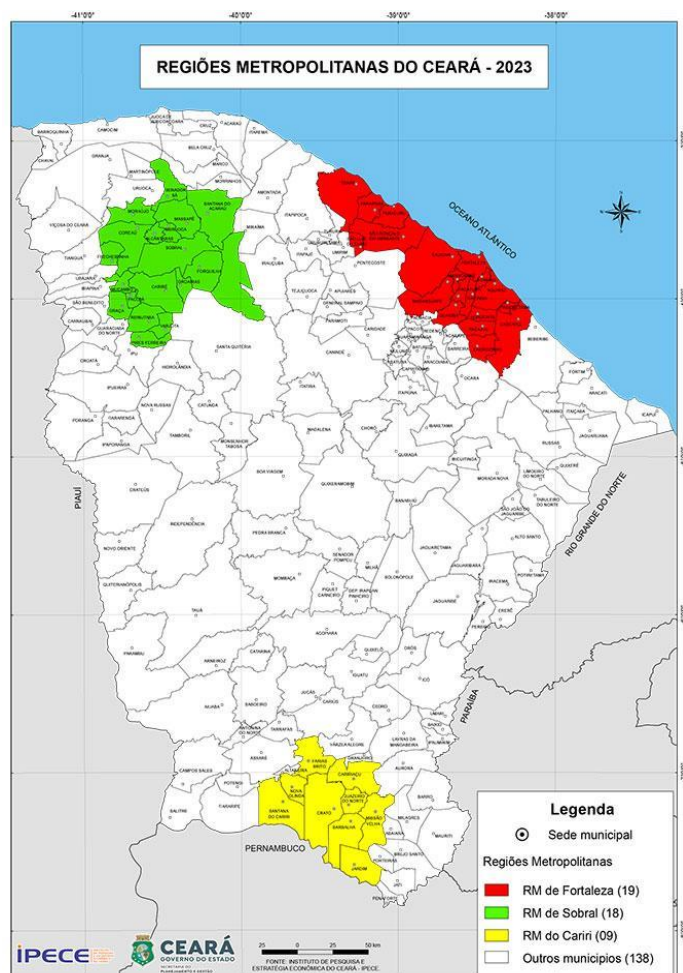
⁷ Trata-se de um “sistema adutor que tem como premissa a adução e distribuição das águas advindas do Rio São Francisco pela transposição para as doze bacias hidrográficas do estado do Ceará, tendo previsão de ser concluído no ano de 2040” (Martins, 2020, p.22).

A instituição das regiões metropolitanas em estados brasileiros está assegurada pela Constituição Federal Brasileira de 1988 que, no artigo 25, inciso 3, direciona que os estados que quiserem realizar essa delimitação devem fazê-la a partir da promulgação de uma lei complementar e pensando a área de abrangência desta região a partir do agrupamento de municípios que sejam mais próximos. Firmiano, Medeiros e Sousa (2018, p.4) pontuam que a criação destas regiões é derivada da conurbação⁸ de cidades limítrofes, o que possibilita o surgimento de “sistemas de transporte, comunicação, pavimentação e outros serviços que estejam interligados entre os diferentes limites”. No Ceará, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi a primeira a ser criada, a partir da Lei Complementar Federal nº 14 do ano de 1973. Iniciou-se com cinco municípios, porém, na atualidade, é composta por dezenove municípios, tendo como cidade principal a capital Fortaleza.

Posteriormente, a partir da Lei Complementar Estadual nº 78 de 2009, foi criada a Região Metropolitana do Cariri, objetivando a criação de um polo de desenvolvimento econômico a partir do potencial já existente na conurbação Triângulo CRAJUBAR: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A essas três cidades, foram adicionadas à formação da RMC mais seis municípios: Caririaçu, Farias Brito, Missão Velha, Jardim, Nova Olinda e Santana do Cariri. Alguns anos depois, em 2016, foi criada a Região Metropolitana de Sobral (RMS), a partir da lei Complementar nº 168, composta por 18 municípios (Firmiano; Medeiros; Sousa, 2018). A localização de cada região citada encontra-se na figura 6.

⁸ De acordo com Santos e Peixinho (2015, p. 39) “o processo de conurbação acontece quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios”.

Figura 6- Regiões Metropolitanas do Ceará

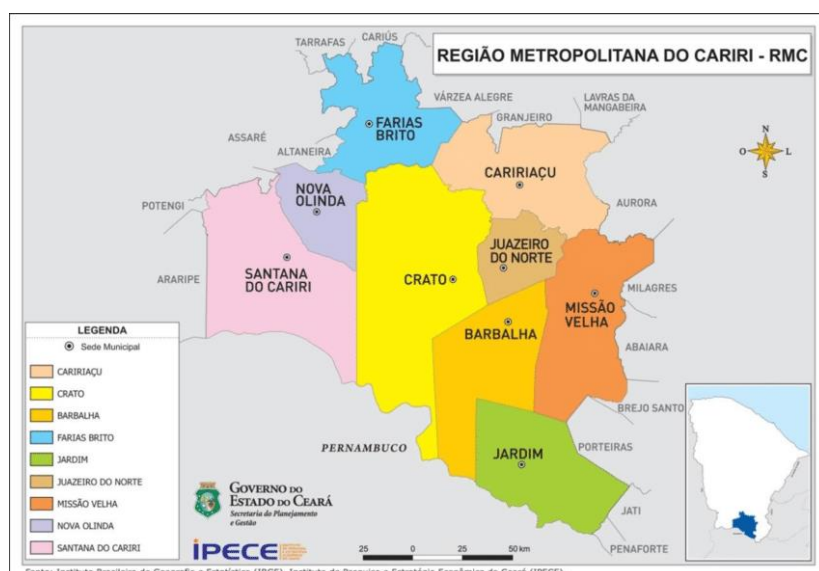


Nota: Retirado de IPECE (2023)

Visto este panorama, foi desenvolvido um aprofundamento na apresentação da Região Metropolitana do Cariri. O nome Cariri é utilizado para se referir tanto à região de planejamento estadual, composta por 28 municípios e que faz divisão com os estados do Pernambuco, Piauí e Paraíba, quanto à RMC, que está inclusa no Cariri ampliado. (Queiroz, 2014). Na figura 7, está representada a região ampliada, já na figura 8, a delimitação da RMC.

Figura 7- Mapa da Região de Planejamento Cariri

Nota: Retirado de PEFOCE (2024)

Figura 8- Região Metropolitana do Cariri

Nota: Retirado de IPECE (2023)

Localizado no Sul do estado, o Cariri Cearense é conhecido por ser um celeiro de manifestações artísticas e culturais, além de um polo de desenvolvimento socioeconômico importante para o estado, abrigando a terceira cidade mais populosa do Ceará, Juazeiro do Norte, que é a cidade-sede da RMC. O seu nome advém do povo indígena Kariri, que foram os primeiros moradores do território. Moura Fé (2017, p.1), ao discorrer sobre o potencial paleontológico da região, afirma que, em sua formação geológica, está contida a “maior bacia sedimentar interior do território brasileiro”, a bacia Araripe, que perpassa também pelos estados do Pernambuco e do Piauí.

Inserida no bioma Caatinga, a formação geológica Chapada do Araripe é considerada um

“Oásis do Sertão”, por sua potencialidade acerca da reserva de águas subterrâneas advindas da chuva, que implicam na formação de áreas de nascentes. Nessa região também se localiza a Floresta Nacional do Araripe (FLONA Araripe) que, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2004), foi a primeira floresta nacional do país. Sua criação foi instituída pelo Decreto-lei nº9226 de 1946 e atualmente é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A FLONA Araripe (Figura 9) localiza-se no topo da Chapada, abrangendo as cidades de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri. Sua flora é composta por vegetação característica de áreas de mata úmida, cerrado e carrasco. Algumas espécies comuns na região são o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*), mangabeira (*Hancornia speciosa*) e a copaíba (*Copaifera langsdorffii*). Na composição da sua fauna, encontram-se diversas espécies de anfíbios, répteis, aves (grupo mais investigado), mamíferos e invertebrados. Alguns dos citados no Plano de Manejo da floresta (IBMA, 2004) são Soldadinho do Araripe (*Antilophia bokermanni*), Zabelê (*Crypturellus noctivagus*), Tatu-peba (*Euphactus sexcinctus*) e Preá (*Galea spixii*).

Figura 9- Floresta Nacional do Araripe (Imagem parcial)



Nota: Retirado de Google Imagens (2025)

A área de abrangência da floresta compõe a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe (APA Araripe), criada pelo Decreto n. 5587, de 4 de agosto de 1997 (Brasil, 1997). Com o

intuito de preservar e proteger as espécies nativas da Chapada do Araripe, a APA Araripe possui sede na cidade do Crato, que também é cidade sede do complexo Geopark Araripe que, de acordo com Moura Fé (2017), trata-se do primeiro parque geológico do continente americano reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Neste ambiente, são acompanhados tanto os onze geossítios, que tem conservado formações geológicas datadas do período Cretáceo, quanto os achados paleontológicos, que de acordo com o site do Geopark Araripe (2024) possuem entre 150 e 90 milhões de ano.

Parte desses achados estão em exposição no Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, localizado na cidade de Santana do Cariri e pertencente à Universidade Regional do Cariri (URCA). A figura abaixo (figura 10) mostra o fóssil de libélula da formação geológica Santana, símbolo do Museu.

Figura 10- Fóssil de libélula (*Cordulagomphus fenestratus*) do período Cretáceo



Nota: Retirado de Casa das Ciências (2025)

Acerca das especificidades populacionais, originalmente, os índios Kariris ocupavam a área onde hoje se localiza a Chapada do Araripe. A partir do século XVII, com a distribuição de sesmarias e a chegada de criadores de gado dos estados do Pernambuco e Bahia, o território passa a ser ocupado por áreas de engenho, pequenas e grandes propriedades rurais e campo de criação de bovinos. Cortez (2010) ilustrou que entre os séculos XVIII e XIX, a população era composta pelos senhores de terra, trabalhadores livres, pequenos agricultores, vaqueiros e, até antes da abolição da escravidão, que ocorreu no Ceará quatro anos antes do que nos demais territórios brasileiros, pelos

escravos.

Nascimento (2018) reflete que o potencial para agricultura e pecuária do então Vale do Cariri, tanto por qualidade do solo como pelas áreas com incidências de nascentes, tornaram-no um polo de produção de alimentos no contexto dos semiáridos, logo “(...) nota-se que o Cariri cearense foi ocupado e formado por uma miscelânea de povos, condição favorecida pelos seus limites geográficos e centralidade no sertão nordestino” (Nascimento, 2018, p.86).

No início do século XX, três municípios do Cariri começam a ganhar destaque na história do Ceará: Barbalha, Crato e a recém-fundada Juazeiro do Norte. A cidade de Barbalha começa a se sobressair no âmbito da produção de cana-de-açúcar, que confere a esta a alcunha de “Terra dos Verdes Canaviais” até os dias de hoje. Já o Crato era considerado um polo econômico importante da região, em especial, pelas atividades de comercialização, que lhe conferiu o status de entreposto comercial do Sul cearense (Nascimento, 2018).

Porém, o fato histórico que marcou a região foi a criação da cidade de Juazeiro do Norte e a influência do Padre Cícero no contexto cearense. De acordo com Della Cava (2014), o então povoado de Tabuleiro Grande, pertencente à cidade do Crato, era considerado um ponto de descanso para caixeiros-viajantes até a chegada de um novo pároco para a capela de Nossa Senhora das Dores. Cícero Romão Batista chega à Tabuleiro Grande em 1872, movido por um sonho onde este afirmava ter recebido de Cristo a missão de cuidar dos sertanejos e que este seria um lugar de refúgio para estes sujeitos.

O que o padre não contava é que esse seria o início de uma história que culminou no desenvolvimento de um dos movimentos religiosos mais populares do Nordeste. Inspirado nos pés de juá onde os viajantes descansavam, o povoado recebe o nome de Juazeiro. O lugar começa a se tornar popular quando ocorre o episódio chamado “Milagre da Hóstia ou do Juazeiro”, em 1889, onde durante uma missa celebrada pelo pároco, a hóstia entregue à beata Maria de Araújo tingiu-se de sangue em sua boca, o que foi interpretado pelos populares como um sinal divino. Desde então, peregrinos de diversos estados do Nordeste vão a Juazeiro para alcançar suas graças e o aumento vultoso da população, além da articulação política do padre, fez com que, em 22 de julho de 1911,

Juazeiro fosse emancipada do Crato e torna-se município. (Della Cava, 2014).

Desde sua fundação, a cidade ficou conhecida como um lugar de provisão, o que fez que a sua população crescesse cada vez mais, perante a migração dos fiéis que buscavam fugir do advento das grandes secas. Além disso, a cultura do empreendedorismo e do estímulo ao comércio também está atrelada à filosofia do Padre Cícero: “em cada casa um altar, em cada quintal uma oficina”, o que estimulava a fabricação de produtos artesanais, que eram comercializados durante as romarias, que são eventos de peregrinação religiosa que ocorrem até os dias atuais e fazem parte do calendário da cidade. Unindo o desenvolvimento do comércio, a força do turismo religioso e a alta taxa de urbanização, Juazeiro do Norte é considerada na atualidade o sétimo maior município do interior do Nordeste e a cidade mais populosa do interior do Ceará, sendo escolhida a cidade-sede da Região Metropolitana do Cariri (Nascimento, 2018; IBGE, 2022).

Vista a breve contextualização sobre o processo de povoamento das cidades que compõe o então Triângulo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), foi apresentado o processo de criação da RMC. Firmiano, Medeiro e Sousa (2018, p.5) afirmam que o intuito em criar essa região metropolitana foi “tanto para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior, como para minimizar o desenvolvimento desigual do triângulo CRAJUBAR em relação aos municípios vizinhos”.

Tendo em vista a criação de um polo de desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, no processo de criação da RMC foram adicionados ao CRAJUBAR seis municípios limítrofes. Acerca da taxa de urbanização, a maior parte da concentração populacional está concentrada nas cidades de Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato. Nova Olinda é o único município caracterizado como de moderada urbanização neste recorte territorial. Os demais municípios (Missão Velha, Caririaçu, Jardim, Santana do Cariri e Farias Brito) possuem baixo grau de urbanização e incidência de áreas de concentração populacional em comunidades rurais e tradicionais, quilombolas (Nascimento, 2018, IBGE, 2022).

Nas cidades do entorno do CRAJUBAR, a agricultura se destaca como principal atividade econômica, em especial, nas cidades de Nova Olinda, Santana do Cariri, Missão Velha e Caririaçu.

No contexto fabril, o Cariri é conhecido por ser um polo calçadista em ascensão no Brasil, com mais de 100 fábricas de diferentes portes instaladas na região. Nas cidades do triângulo, a oferta de comércio e serviço também se destaca, sendo espaço de compra e venda que supre a demanda atacadista e varejista das cidades do entorno e dos estados de Pernambuco e Paraíba. O polo universitário do Cariri também tem ganhado cada vez mais força, com o crescimento de oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Uma das reverberações desse processo foi o desmembramento da anteriormente unidade Cariri da Universidade Federal do Ceará (UFC), que a partir da Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013, instituiu a criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA), pensada a partir da identidade do território (Nascimento, 2018; Brasil, 2013).

Acerca do Produto Interno Bruto (PIB), a maior receita se concentra no CRAJUBAR, seguido das cidades de Missão Velha, Jardim, Caririaçu e, com o PIB inferior à 150.000.000, as cidades de Nova Olinda, Farias Brito e Santana do Cariri (IBGE, 2022). Em uma matéria do jornal Diário do Nordeste (2019) sobre o marco de dez anos da criação da RMC, é ilustrado que, apesar do salto populacional e econômico vivenciado nas cidades do triângulo, as demais cidades que fazem parte da metrópole não tiveram aumento nem populacional, nem nos índices econômicos, o que, de acordo com a matéria, está movendo as Instituições de Ensino Superior públicas radicadas na região a pensar, junto ao poder público, estratégias de promoção integrada do desenvolvimento local, sendo mencionada a criação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

Nascimento e Chacon (2016), ao observarem os índices socioeconômicos da RMC em concordância ao que é preconizado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pontuam que há disparidades entre os marcadores do triângulo CRAJUBAR com os demais municípios da metrópole. Um dos exemplos foi a projeção de renda familiar *per capita*, onde as cidades de Farias Brito e Santana do Cariri apresentavam 50% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Acerca do cumprimento dos ODS é demonstrado que

Na contramão dos municípios do CRAJUBAR estão em sequência as cidades de Santana do Cariri, Nova Olinda e Farias Brito com reduções inferiores aos 26% e, consequentemente,

exigindo grandes esforços para o alcance da meta e melhoria da qualidade de vida da população (Nascimento & Chacon, 2016, p.448).

Nova Olinda e Santana do Cariri também são elencadas na lista de cidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Ceará, o que fez com que esses municípios fossem selecionados para compor a política pública “Projeto Paulo Freire” (PPF), que tem como foco a redução da pobreza rural e melhoria nos marcadores de qualidade de vida nas comunidades assistidas, como pode ser observado no próximo tópico.

Caracterização da política pública abordada: Projeto Paulo Freire

Este tópico será dedicado à discussão sobre a política pública aqui abordada, o Projeto Paulo Freire (PPF). Para iniciar o debate, será apresentado o conceito e ciclo de política pública e como se dá o processo de análise do seu impacto. Após o marco conceitual, apresento a linha do tempo da implementação ao encerramento do PPF 1, que foi realizado entre os anos de 2016 e 2022 no estado do Ceará, a partir de uma parceria internacional entre Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), instituição que compõe à Organização das Nações Unidas (ONU). Serão também abordados os objetivos da política pública, público-alvo e principais estratégias de atuação.

Políticas Públicas: Breve marco conceitual

Para iniciar a discussão sobre a construção conceitual das políticas públicas, faz-se necessário destacar suas raízes. Mastrodi e Ifanger (2019) sinalizam que este campo de pesquisa e intervenção surge em meados do século XX no contexto norte-americano, no período após a Grande Depressão, onde as ações governamentais, de caráter emergencial, visavam promover estratégias de recuperação econômica dos Estados Unidos da América. Apesar da ligação direta com a área das ciências políticas, trata-se de uma área multidisciplinar, que também dialoga com a economia,

filosofia, Psicologia social, direito, sociologia, dentre outras áreas das ciências humanas e sociais aplicadas.

De acordo com Secchi (2023), para pensar na definição de política pública é preciso se reportar para um tópico: o problema político. O mesmo autor define este problema político como um elemento que traz incômodo a uma parcela expressiva de atores sociais, nos mais diversos campos (educação, saúde, habitação, meio ambiente etc.) e que precisa ser solucionado mediante a utilização de meios concretos como a criação de projetos de lei, de campanhas estratégicas, investimento em obras, programas setoriais, prestação de serviços, dentre outras modalidades. Logo, uma política pública é criada para lidar com esse problema político, visto que a sua finalidade principal é “o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução de um problema público” (Secchi, 2023, p.5).

O processo de elaboração de políticas públicas (*policy making*) leva em consideração todos os elementos que gravitam em torno de um problema político, desde questões estruturais até a relação dos atores sociais envolvidos nesse contexto, considerando duas dimensões: a instrumentalização das políticas públicas e as relações políticas relacionadas à demanda em questão. Para a composição de uma política pública, faz-se necessário “identificar problemas e aplicar (por mais imperfeitas que sejam), as soluções encontradas (...) envolvem a articulação de objetivos políticos por meio de deliberações e discursos, além do uso de instrumentos políticos, numa tentativa de atingir os objetivos.” (Howlett; Ramesh & Perl, 2013, p.5-6).

Considerando a formação societal, o agente primário de uma política pública é a gestão pública (primeiro setor), sendo esta responsável por encabeçar o processo, desde a formação da agenda política até a avaliação da ação realizada. Mesmo que na composição de uma política pública estejam envolvidas representações da iniciativa privada (segundo setor) e organizações da sociedade civil (terceiro setor), é o governo o responsável pelas deliberações correspondentes a implementação de uma política pública (Howlett, Ramesh & Perl, 2013).

Secchi, Coelho e Pires (2019) classificam as políticas públicas em dois tipos, estadocêntricas e multicêntricas. O primeiro tipo refere-se a uma ação criada e executada exclusivamente pela gestão

pública. Já a multicêntrica ocorre quando agentes dos outros setores da sociedade participam da sua construção e execução. A política pública aqui estudada (Projeto Paulo Freire) se configura como uma política multicêntrica, visto que é uma ação pactuada por um órgão público brasileiro (Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará) e órgãos intergovernamentais (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), porém com a presença de representações de organizações da sociedade civil na composição da sua equipe de atuação, como o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (CETRA) e o Instituto Flor do Pequi (IFP).

Os elaboradores de políticas públicas (*policy makers*), majoritariamente, partem de uma abordagem multimétodos de construção de uma política, levando em consideração elementos como implicação dos atores políticos, a estrutura socioeconômica vigente e as correntes teórico-metodológicas que condizem com a visão da gestão. Levada em consideração a complexidade do processo decisório em torno da elaboração de uma política pública, faz-se necessário compreender como os atores sociais envolvidos nesse processo seja como executores, seja como receptores, podem ser afetados por esta política, assim como a influência do contexto histórico e socioeconômico onde será aplicada (Howlett, Ramesh & Perl, 2013).

Secchi, Coelho e Pires (2019), ao pensarem o processo de formulação de políticas públicas, partem do entendimento da composição do ciclo de políticas públicas. Esse ciclo diz respeito à vida útil de uma política pública e é composto pelas seguintes fases: identificação do problema, formação da agenda política, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Já para Howlett; Ramesh e Perl (2013), são cinco estágios: montagem da agenda, formulação da política, implementação e avaliação. É importante ressaltar que nem todas as políticas públicas irão obedecer a esse processo de forma linear.

No presente estudo, o foco de compreensão será para a fase de implementação do Projeto Paulo Freire, que tem como marco inicial o ano de 2013, onde foi firmada a parceria entre SDA e FIDA até o momento de prestação de contas, realizado em 2022 (Ceará, 2022). Na pesquisa, o foco será dado às atividades realizadas no território caririense entre os anos de 2016, quando o projeto

chega às associações, até 2020, quando ocorre o fechamento das ações.

A fase de implementação é aquela onde as decisões planejadas e tomadas se tornam ações concretas, onde a intervenção vai ser executada pelos agentes políticos que prestarão serviço diretamente à população beneficiada, podendo estes agentes serem servidores públicos ou membros de entidades parceiras, como, atentando-se ao exemplo do PPF, instituições do terceiro setor conveniadas (Secchi; Coelho & Pires, 2019). No tópico seguinte, será feita a apresentação de como se deu essa implementação nos territórios selecionados e serão apresentados dados advindos do relatório de impacto e do relatório de finalização do projeto.

O Projeto Paulo Freire

O Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, mais conhecido como Projeto Paulo Freire (PPF), é resultante de um acordo intergovernamental entre o Governo do Estado do Ceará, a partir da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), celebrado a partir do Acordo de Empréstimo N° I-882-BR/E17-BR. Esse projeto faz parte do leque de ações promovidas pelo Programa Semear Internacional, onde o FIDA selecionou onze estados brasileiros com foco em cidades imersas no contexto do semiárido e com altos índices de pobreza rural, atingindo um público-alvo de mais de 93 mil pessoas no território brasileiro (ONU, 2022; Ceará, 2017). Na tabela abaixo (Tabela 1) serão ilustrados os seis projetos, incluindo o PPF, que foram apoiados pelo FIDA no período de vigência do Semear.

Tabela 1- *Projetos apoiados pelo Semear Internacional*

Nome do Projeto	Território de Abrangência
Projeto Paulo Freire (PPF)	Ceará
Projeto Dom Helder Câmara II	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo
Projeto Pró-Semiárido	Bahia
Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba (PROCASE)	Paraíba

Projeto Dom Távora	Sergipe
Projeto Viva o Semiárido	Piauí

Nota: Elaborada a partir de IICA (2020).

De acordo com o Ceará (2017), o pontapé inicial para construção da agenda política referente ao Paulo Freire começa em 2010, quando foi feito o primeiro contato entre SDA e FIDA. Nos anos seguintes (2011-2012), foram realizadas missões com foco no diagnóstico dos territórios que seriam selecionados e no desenho do projeto piloto da política pública. Em 2013, com os avanços na negociação, é instituída pela SDA a Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) do Paulo Freire, setor da Secretaria voltado para a gestão desta política pública, a partir do Decreto nº 31.088, de 07 de janeiro de 2013. No mesmo ano, como mencionado anteriormente, foi celebrado o acordo de empréstimo Nº I-882-BR/E17-BR, com duração estimada de seis anos de vigência, com o valor total de US\$ 80 milhões, “sendo US\$ 40 milhões de empréstimo do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida” (Ceará, 2017, p.8).

Abrangendo um recorte temporal de seis anos, em trinta e um municípios localizados no semiárido cearense, o Projeto Paulo Freire tem como objetivo central a melhoria da qualidade de vida e a melhor distribuição de renda às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza rural, tendo como foco o fortalecimento das potencialidades dos atores sociais envolvidos na ação e a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável, em especial, com o público feminino, juvenil e moradores de comunidades tradicionais. Entre suas principais metas, elencam-se: “35% de redução na pobreza extrema, 30% de aumento nos ativos das famílias atendidas por assessoria técnica e investimentos produtivos de 60.000 famílias para os agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais recebendo capacitação em acesso às políticas públicas” (Ceará, 2022a, p.11).

Tendo foco na inclusão produtiva sustentável e na geração de renda, o projeto possui ações estratégicas em dois componentes: 1) Desenvolvimento de capacidades e 2) Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. No primeiro componente, o foco é a promoção de assessoria técnica em três formas (contínua, especializada e pontual a um tema de capacitação), levando em

consideração os seguintes eixos de trabalho:

a) Capacitação em políticas públicas; b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças; c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais; d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para a gestão e comercialização; e) Formação de jovens; f) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria e g) Mobilização e controle social. (Ceará, 2017, p.12).

Foram realizadas seleções de entidades não governamentais voltadas para Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER), de acordo com critérios como tempo de atuação, familiaridade com a temática abordada, área de cobertura das ações e habilidades relacionadas ao cumprimento da prestação de serviços que serão ofertados. Temáticas como: equidade de gênero, estímulo à sucessão rural, práticas agroecológicas, valorização da cultura local e das potencialidades ali existentes estavam no escopo da assessoria e das formações. A gestão, implementação e monitoramento da política pública foi realizada pela equipe da UGP Paulo Freire, sediada na SDA (2017).

Ao final, foram selecionadas as seguintes entidades: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS), Cáritas Diocesana de Crateús, Centro de Estudos e Assistência às Lutas do Trabalhador Rural (CEALTRU), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC) e Instituto Flor do Piqui (IFP). A última citada foi a selecionada para realização da escolha das comunidades abordadas pela pesquisa, visto que ela se localiza na cidade do Crato, Região Metropolitana do Cariri.

No segundo componente, as ações são realizadas a partir de três linhas de ação: “O apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas; O incentivo a iniciativas e práticas inovadoras; A promoção de atividades de

proteção e recuperação dos recursos naturais”. (Ceará, 2017, p.18). O foco do componente 2 pauta-se no estímulo a práticas produtivas que possam incrementar os insumos das famílias assessoradas pelo PPF, a partir de uma relação harmoniosa com os recursos naturais do seu entorno, focando em ações que visem uma boa convivência com as peculiaridades do semiárido e o estímulo à transição agroecológica.

Em 2014, foram selecionadas as primeiras sessenta e duas comunidades a serem beneficiadas pelo PPF, assim como a instalação da UGP (Ceará, 2022b). Dentre os critérios de elegibilidade das comunidades apontados no Manual de Implementação (2017) do PPF, destacam-se: famílias rurais consideradas pobres e extremamente pobres, que estejam na área de abrangência do projeto, que não tem acesso à assessoria técnica, grupos familiares chefiados por mulheres, comunidades tradicionais (pescadores, indígenas e quilombolas), grupos com jovens de 16 a 29 anos e comunidades onde já tenham processos de organização existentes, como associações e cooperativas.

Nas cidades de Santana do Cariri e Nova Olinda, recorte territorial deste estudo, as comunidades receberam o projeto entre os anos de 2015 e 2016. O projeto começou a ser discutido no Colegiado Territorial do Cariri, envolvendo organizações da sociedade civil e os membros do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Cariri (NEDET), programa voltado para o monitoramento e avaliação da política pública “Territórios da Cidadania⁹”. O NEDET foi chamado também para contribuir como parceiro em formações promovidas pelo Instituto Flor do Pequi (IFP), uma das organizações da sociedade civil organizada que atuou na execução da política pública no Cariri, onde foram realizadas ações voltadas para a Saúde do Trabalhador Rural, Comércio Justo e Solidário e Prevenção do uso de álcool e outras drogas junto ao público juvenil (NEDET, 2017).

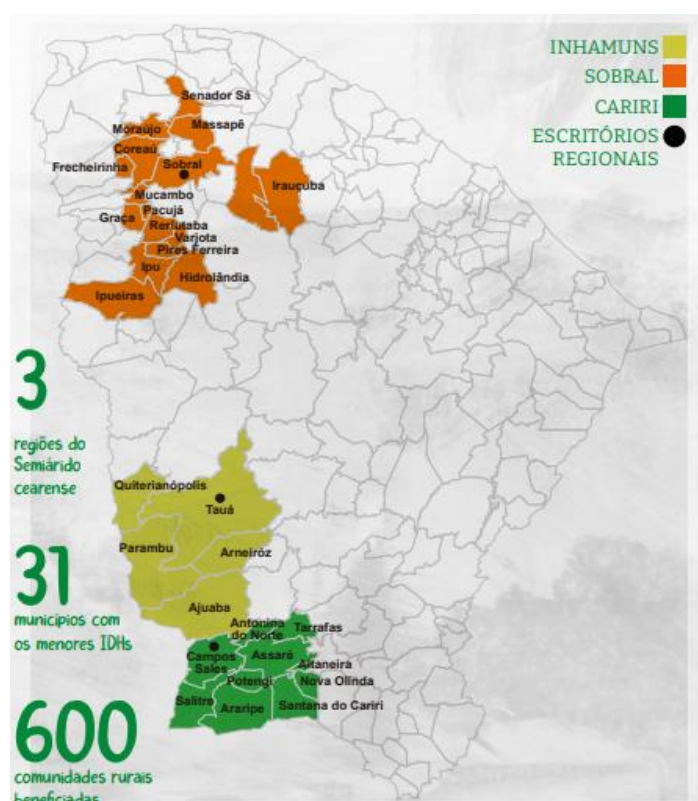
Na produção PPF em números (Ceará, 2022b) é mencionado que entre 2016 e 2017 foram selecionadas na segunda etapa de captação do PPF 538 comunidades, distribuídas em três microrregiões: Sobral, Inhamuns e Cariri (Figura 11). No relatório de impacto (Ceará, 2022) são

⁹ “O programa “Territórios da Cidadania” é uma política pública criada em 2008 que visa a promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais fragilizados e com problemas socioeconômicos e ambientais” (Martins, Maciel, Alencar, 2016, p.110).

mencionadas seis regiões de planejamento abordadas pelo Projeto Paulo Freire: Cariri, Sertão de Sobral, Sertão do Inhamuns, Sertão de Crateús, Serra de Ibiapaba e Litoral Oeste/Vale do Curu.

A seleção das comunidades seguiu os seguintes critérios de elegibilidade: “Famílias rurais que residem na área de abrangência do Projeto; Famílias rurais consideradas pobres e extremamente pobres; Famílias sem serviço de assessoria técnica; e Agricultores(as) elegíveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁰” (Ceará, 2017, p.46). A seleção teve como prioridade famílias chefiadas por mulheres e moradores de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores).

Figura 11- Mapa de abrangência do PPF



Nota: Retirada de Ceará (2022c).

Entre os anos de 2017 e 2019, vários eventos institucionais e implementações de atividades estratégicas foram realizadas, correlacionadas aos dois componentes orientativos da política

¹⁰ “O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares.” (Brasil, 2024).

pública, dentre elas: elaboração dos planos de ação de gênero, juventude e comunidades tradicionais, seminários temáticos sobre políticas públicas, reconhecimento identitário dos povos quilombolas, direito das mulheres rurais, festivais da juventude, acompanhamento e organização de feiras, intercâmbios de experiências nacionais e internacionais, instalação de cisternas, implementação da estratégia de cadernetas agroecológicas e diversas oficinas. Em 2020, com o surgimento da pandemia do COVID-19¹¹, iniciou-se o período de isolamento social. Visto isso, as atividades do projeto passaram a ocorrer por meio de lives e espaços de debate virtuais. (Ceará, 2022a, 2022b).

Em 2021, foram realizadas ações de fechamento do projeto e encerramento do acordo de empréstimo com o FIDA e, em 2022, a produção e divulgação das peças de avaliação de impacto e prestação de contas do Projeto Paulo Freire. Internacionalmente, o PPF figurou como um dos cinco melhores projetos do mundo pela avaliação do FIDA, entre os projetos realizados nos 120 países de abrangência dessa instituição (Ceará, 2022b).

Nos documentos de divulgação de resultados e avaliação de impacto produzido pela SDA, são apresentados os seguintes dados: foram beneficiadas 54.999 unidades familiares de agricultores, sendo 28.567 dessas chefiadas por mulheres; redução de 23% na condição de pobreza e extrema pobreza dos participantes da política pública, aumento de 64% na produção das unidades familiares, fortalecimento de 100% das organizações comunitárias, como associações de base e cooperativas, que receberam o PPF, investimento e suporte a 4.591 quintais produtivos agroecológicos, majoritariamente chefiados por mulheres (75%), além de construção de cisternas, unidades de reuso de água, estímulo a pluriatividade, construção de fogões ecológicos, estímulo a feiras da economia solidária, dentre outros (Ceará, 2022a, 2022b).

Visto o impacto desta política pública, vem sendo discutido, desde o início de 2024, a possibilidade de realização de uma segunda edição do Projeto Paulo Freire. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará (2024), foi sancionada a lei estadual

¹¹ Em março de 2020, devido o alastramento do vírus SARS-CoV-2, foi necessário realizar um processo de isolamento social, onde as atividades presenciais não essenciais foram paralisadas até o final de 2021, quando a cobertura vacinal 80% da população brasileira. (Sanar, 2022).

nº 18.938 de 18 de julho de 2024, que autorizou a contratação de financiamento para o Paulo Freire

II. Após a apresentação do cenário de desenvolvimento dessa pesquisa, será ilustrado o marco teórico que a embasa.

Marco Teórico

A presente seção versará sobre o arcabouço teórico que dá suporte à construção da referida tese. Inicialmente, será mostrado um estudo teórico sobre a construção do conceito de sustentabilidade ao longo do tempo, focando na vertente antropocêntrica e biocêntrica deste termo. Em seguida, será exposto como se dá o entendimento sobre trabalho rural e agroecologia no contexto brasileiro, levando em consideração as peculiaridades dos ambientes rurais do país. Continuando o percurso, será feita a contextualização do processo de criação e implementação do Projeto Paulo Freire. Por fim, serão apresentadas as aproximações entre a temática da sustentabilidade e a dimensão da afetividade e do compromisso pró-ecológico, tendo como base os saberes da Psicologia Ambiental.

Das posturas antropocêntricas ao ecologismo dos pobres: a trajetória de construção do conceito de sustentabilidade

Na atualidade, a temática da sustentabilidade tem ganhado cada vez mais força, tanto nos espaços de discussão de gestão pública, quanto na sociedade civil organizada. Com o iminente estado de ebulição global, os danos causados pelas mudanças climáticas e as reflexões sobre como o modelo atual de desenvolvimento corrobora para o aumento dos danos, a discussão sobre desenvolvimento sustentável tem ganhado espaço cada vez mais no âmbito governamental.

Polanyi (2021) elucida que o modelo macroeconômico de desenvolvimento dominante na atualidade é o grande causador da larga poluição, da perspectiva utilitarista de bens naturais e do estímulo a práticas consumistas, como a obsolescência programada. Protagonizando valores como a competitividade, o individualismo e a ganância em contraponto da justiça social, da solidariedade e do consumo consciente embasado na noção de bem comum. É sabido que não há possibilidade de

ações humanas sem impactos ambientais, mas é possível pensar em soluções para agir de forma sinérgica ao ritmo da natureza e proteger redutos da vida selvagem.

Falar sobre sustentabilidade implica em suscitar questões acerca da pluralidade de formas de enxergar essa temática. Segundo Boff (2016), apesar do evento Conferência de Estocolmo ser referenciado como marco dos estudos sobre sustentabilidade, na realidade o conceito refere-se a reflexões obtidas a mais de quatrocentos anos, como em textos antigos voltados para a questão da preservação de florestas. A primeira utilização formal do termo sustentabilidade em escritos voltados para questões ecológicas surge em 1913, em um escrito do capitão Hans Carl von Calorwitz sobre a necessidade de se pensar no uso sustentável da madeira.

De acordo com Lourenço (2019) e Gudynas (2019) outro autor importante para compreender a trajetória do conceito de sustentabilidade na atualidade é Aldo Leopold. O foco do autor residia na preservação e conservação de ambientes naturais, a partir do entendimento da Terra não como ambiente a ser explorado, mas espaço de relações significativas, como valores mais amplos do que apenas os econômicos. Reflete que a desconexão da humanidade com seu ambiente vivido é um propulsor do processo de utilitarismo, porque sem haver pertencimento, não há senso de preservação.

Aldo Leopold é considerado o expoente norte-americano sobre a discussão de uma ética da terra, tendo como marco do debate a publicação do livro “Pensar como uma montanha: *a sand country almanac*”, em 1949. O autor é considerado pioneiro nos estudos pautados no ecocentrismo, perspectiva holística que possui uma visão da terra como um superorganismo autônomo, tendo como principal problema epistemológico a visão de conservação pela ótica da natureza selvagem e intocada. A ideia de terra pela perspectiva de Leopold é ligada a ideia de pirâmide biótica. “(...) ambiente natural é uma comunidade ou sociedade não menos importante que a ‘aldeia global’” (Lourenço, 2019, p. 196-197).

Outro expoente importante no debate acerca da sustentabilidade é o norueguês Arne Naess, teórico criador da noção de Ecologia Profunda, em 1973. A ecologia profunda é centrada na perspectiva de os valores da vida serem independentes da visão eurocentrada, sem contradizer com

as visões dos povos originários. Tem foco na mobilização social e na concepção sistêmica do conceito de comunidade. A teoria da ecologia profunda gira em torno de três temáticas: a perspectiva holística da natureza, igualitarismo biosférico (o humano como componente da teia da vida) e autorrealização (voltada para a identidade de lugar a partir da correlação da natureza sem se desconectar do self individual), balizado em uma interpretação da natureza enquanto sistema integrado (Gudynas, 2019; Lourenço, 2019).

Outra autora importante é Rachel Carson, que com a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, na década de 1960, traz questionamentos importantes sobre a questão do uso de componentes tóxicos nos processos de produção, em especial na produção agrícola, traz o alerta sobre a quão danosa é essa perspectiva do indivíduo fragmentado da teia da vida, sendo que a sobrevivência da humanidade também depende dos outros membros dessa teia, e vice-versa, se aproximando da visão ecocentrada de ambiente (Carson, 2010).

Porém, a questão da sustentabilidade só passa, de fato, a fazer parte do ciclo de discussão de gestores públicos internacionais a partir da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em 1972, Estocolmo. Evento esse motivado pelos dados obtidos no relatório “Os limites do crescimento econômico” produzido pelo Clube de Roma. Nesse evento, de acordo com Sachs (2008; 2009), a tônica das discussões realizadas foram voltadas tanto para a discussão sobre o pareamento da ética da solidariedade com a noção de responsabilidade para o futuro ao pensar em ações referentes ao uso e preservação dos recursos naturais no contexto mundial, quanto para a busca por um “caminho do meio” para resolver o impasse entre a demanda de conservação ambiental e o crescimento econômico, onde nesse caminho é importante a promoção do crescimento econômico socialmente receptivo e ambientalmente responsável.

Na década de 1980, duas ações importantes para o avanço da pauta aconteceram: a fundação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a produção do relatório “Nosso Futuro Comum”, popularmente conhecido como Relatório de Brundtland, documento esse onde apareceu pela primeira vez a definição clássica de Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de

atenderem às suas necessidades e aspirações” (Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1991, p.46).

O conceito de Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento sustentável, de acordo com Sachs (2009), era visto como o caminho do meio, entre as principais correntes de discussão sobre desenvolvimento: o otimismo epistemológico, que pregava como prioridade a aceleração do crescimento econômico e visualizava a preocupação com o meio ambiente como algo supraestimado e os pessimistas, que viam um paralelo entre a perturbação do meio ambiente com as altas taxas de crescimento e com o consumo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento só é possível a partir de estratégias que potencializem o tripé da sustentabilidade: a sustentabilidade econômica, ambiental e social. Logo, é fundamental promover o crescimento econômico de maneira inclusiva, socialmente receptiva e utilizando métodos que respeitem o meio ambiente. Ressalta-se a importância de promover ações voltadas ao desenvolvimento endógeno, valorizando as potencialidades locais, aspectos socioculturais e espaços de participação e controle social das políticas públicas direcionadas à esta pauta. (Sachs, 2009).

Para Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável representa um desafio global que exige a cooperação entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Segundo o autor, é necessário que as ações voltadas a esse desenvolvimento contemplem a efetivação dos direitos humanos em todas as suas dimensões – políticas, sociais, econômicas, culturais –, além do direito coletivo a um meio ambiente equilibrado. Assim, para que uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável seja eficaz, é essencial garantir que a população local receba, de forma justa e efetiva, parte dos benefícios advindos do uso dos saberes tradicionais e dos recursos naturais preservados. Nesse contexto, o planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional torna-se uma etapa fundamental para fomentar um desenvolvimento mais incluyente, ao buscar integrar localidades com identidades culturais semelhantes e interesses compartilhados.

Na década de 1990, a discussão sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável também foi realizada no espaço da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, onde foram produzidos dois documentos

estratégicos para a discussão do tema: a Agenda 21, utilizada para o planejamento de ações táticas para a promoção da sustentabilidade a nível global, respeitando o tripé do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) e a Carta do Rio de Janeiro, documento onde os signatários de vários países se comprometem a atuar em prol da promoção desse modelo. Nos anos 2000, ocorreu a Cúpula de Joanesburgo, onde foi percebida uma baixa na mobilização sobre o tema sustentabilidade. Partindo dessas conferências realizadas, o termo “desenvolvimento sustentável” se popularizou e começou a fazer parte da agenda de políticas públicas de diversos países, assim como normativas de responsabilidade social no setor privado e projetos do terceiro setor (Boff, 2016).

Mais recentemente, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas, com representações dos 193 países pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), decidiu organizar uma agenda de trabalho para promoção de ações em prol do fomento de práticas ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justas (ONU, 2016). Para Nortear essas ações, definiu-se dezessete objetivos, como pode ser verificado na Figura 12:

Figura 12- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Nota: Retirado de ONU (2016).

De acordo com o documento orientativo da ONU (2016, p.5) sobre a construção da agenda, tanto os objetivos propostos quanto as 169 metas inerentes a esse objetivo buscam “alcançar o

desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada”. Questões como promoção da paz, equidade de gênero e fortalecimento de parcerias institucionais também estão pautadas nesta construção. No caso da presente pesquisa, tem-se o alinhamento principal com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 – “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que tem em suas metas e pressupostos o estímulo à produção a partir da agricultura sustentável, em especial pela agroecologia e políticas públicas agroecológicas, questão que será aprofundada no tópico seguinte.

É importante ressaltar que além da agenda da dimensão ambiental, que é a mais popular quando se fala sobre sustentabilidade, os aspectos econômicos e sociais são cruciais para pensar a transversalidade do tema na construção da agenda política governamental e a implementação de políticas públicas estratégicas. De acordo com Sachs (2008), o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo voltado à universalização e ao exercício efetivo de todos os direitos humanos – incluindo os direitos políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e os direitos coletivos, como o direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Logo, a construção de políticas públicas que respeitem os três pilares da sustentabilidade é de suma importância.

Ao analisar a trajetória da discussão sobre sustentabilidade realizada nos últimos séculos, é perceptível que a agenda pública sobre a temática parte de uma perspectiva utilitarista e antropocentrada, onde a questão da sobrevivência humana na terra é a principal tônica para promoção da pauta. Segundo Boff (2016), é preciso uma ampliação do entendimento sobre sustentabilidade, para além da díade desenvolvimento-crescimento, mas trazendo elementos importantes como a individualidade de cada território abordado, sua cultura, meios políticos, constructos socioeconômicos e ecológicos e alinhamento com as potencialidades dos humanos envolvidos no processo.

Uma das correntes atuais que refletem essa preocupação é a Epistemologia Ambiental, de Enrique Leff (2001; 2013). Este autor trabalha o conceito de racionalidade ambiental, onde destaca que a sustentabilidade não resulta simplesmente da união entre a lógica ecológica e a lógica capitalista, consideradas antagônicas. Em vez disso, a superação de suas contradições exige mais

do que uma síntese teórica ou dialética – envolve estratégias políticas, disputas de poder e a legitimação de saberes e direitos, inseridos em sistemas complexos de ideologias, práticas sociais e mecanismos institucionais, onde o saber se configura como instrumento de poder (Leff, 2013).

Diante da ecologia como princípio e modelo para a reconstrução do todo social, a racionalidade ambiental estabelece o ponto crítico de uma sociedade regida por um conjunto de meios para alcançar fins comuns da humanidade dentro de uma razão universal ordenadora do mundo. (Leff, 2013, p.44).

Leff (2013) afirma que a racionalidade ambiental não deve ser compreendida como uma estrutura fixa ou uma lógica determinada por sistemas como o mercado, a economia ou a ecologia. Em vez disso, ela emerge de um conjunto de formas de pensamento, princípios éticos, significados e práticas sociais que moldam – ou limitam – a expressão de leis econômicas, ecológicas ou termodinâmicas. Essa racionalidade se constitui na articulação entre interesses sociais diversos e orienta processos de reorganização social, nos quais a atuação do Estado e da sociedade civil é fundamental para a construção da sustentabilidade. Para o autor, essa categoria é fundamental no processo de análise tanto da construção de pressupostos teóricos das correntes ambientalistas, como para analisar o impacto e a consistência das políticas públicas propostas com foco na pauta da sustentabilidade.

Visto todas as reflexões conceituais realizadas até aqui, faz-se necessário expor as duas vertentes de estudo sobre sustentabilidade: a vertente antropocêntrica, com discursos pautados na sustentação da vida humana na terra e a vertente biocêntrica/ecocêntrica, que parte de uma premissa sistêmica de entendimento da sustentação de todos os tipos de vida presente na Terra, para além da vida humana. A segunda vertente é a perspectiva da ecologia popular, mencionada por Martinez Alier (2018) como o “Ecologismo dos Pobres”.

De acordo com Gudynas (2019, p.20), quando se fala sobre a concepção antropocêntrica de sustentabilidade, pontua-se que ela “diz respeito às posturas centradas nos seres humanos,

colocando-os como ponto de partida para qualquer valoração”. Pela perspectiva do antropocentrismo, toda a visão da natureza e como ela é interpretada e sentida se origina das necessidades humanas. Tem um viés utilitarista, onde a natureza é vista como recurso importante para atingir seus objetivos, separando-a em recursos úteis e não úteis. Não há compreensão da natureza como sujeito de direitos. A precificação da vida e surgimento de desigualdade também evoca a esse modelo.

Quando se refere à corrente ambientalista clássica, é possível perceber um alinhamento antropocentrado de preocupação com o ambiente. Nessa perspectiva, o foco da natureza em razão da sua utilidade para as pessoas e a subordinação do ambiente natural aos desígnios humanos é crucial, sendo que esse ambiente deve ser preservado para maximização da vida humana na terra e de suas realizações pessoais (Lourenço, 2019; Gudynas, 2019). Logo, a preservação e a conservação de ambientes devem servir ao propósito humano, que se visualiza como ser hierarquicamente superior no bioma onde vive.

De acordo com Lourenço (2019), essa noção das necessidades que englobam a demanda de cuidado com o ambiente a partir da perspectiva antropocêntrica segue a tendência dos projetos humanos mais populares em um determinado contexto, que podem estar correlacionados às demandas da esfera econômica, como a noção de Recursos Naturais; da esfera estética, como a preservação de paisagens pelo seu apelo turístico; da esfera científica, como a descoberta de insumos na natureza para fabricação de fármacos e da esfera de recreação, como a necessidade de criação de ambientes restauradores que promovam entretenimento a partir do contato com a natureza. O processo de atribuição de valores à natureza, quer sejam econômicos, estéticos etc., perpassa pelo processo de mediação humano-natureza. Este processo tem origem antropogênica, mas não necessariamente esse valor é antropocêntrico, como poderá ser percebido mais adiante sobre o valor ecocentrado da relação entre pessoa-ambiente.

A visão da terra como um mero celeiro provedor de recursos que devem atender primordialmente aos seres humanos, que estão no centro de tudo, alinhada à perspectiva atual de modernização, são elementos que fomentam os atos destrutivos que têm causado inúmeros prejuízos

a biomas de todo o planeta. Para tentar lidar com o avanço das condutas destrutivas e manter o utilitarismo dos chamados recursos naturais, nomenclatura que reforma a perspectiva de natureza enquanto insumo, começam a emergir formas de pensar como conjugar a necessidade de preservação desses materiais com a manutenção da vida moderna, surgindo assim os primeiros debates sobre o que é pensar em desenvolvimento com sustentabilidade (Boff, 2016; Ferreira & Bomfim, 2023).

Quando nos reportamos às agendas das políticas públicas com relação ao meio ambiente no Brasil, pode-se observar a predominância da perspectiva antropocentrada de sustentabilidade. No âmbito constitucional, a garantia de um meio ambiente saudável está na Constituição Federal (CF) de 1988, porém com uma perspectiva utilitarista da natureza enquanto recurso. Nos próprios marcos legais da Política Nacional do Meio Ambiente e da Constituição Federal de 1988, nota-se a prevalência de uma perspectiva utilitarista sobre o meio ambiente, evidenciada pelo uso de termos como “recurso” e “patrimônio.” Tal perspectiva está alinhada à visão de uma “natureza instrumentalizada, coisificada, que se torna meio para atender à meta de uma qualidade de vida satisfatória e plena da humanidade” (Lourenço, 2019, p.63).

Ao refletir sobre os estudos em Ecologia, Martínez-Allier (2018) aponta três tipos de correntes de ecologismos: “culto ao silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e “ecologismo dos pobres”, sendo o evangelho da ecoeficiência o mais alinhado à perspectiva antropocêntrica. Segundo o autor, neste entendimento, a preocupação ambiental está centrada na dimensão econômica, com alinhamento com a visão tradicional de desenvolvimento sustentável, utilização do termo “recursos naturais” para se referir a elementos da natureza, relação win-win (ganha-ganha) e visão utilitarista da natureza. Gudynas (2019), ao falar sobre o ambientalismo de livre mercado, que está alinhado ao modelo macroeconômico neoliberal, destaca o fenômeno da privatização de recursos naturais e gestão do ambiente natural pelo segundo setor.

Gudynas (2019, p. 28) ao refletir sobre a iminente crise ambiental vivenciada no século XXI, afirma que “é crucial reconhecer que o utilitarismo próprio do antropocentrismo não tem sido capaz de deter esse problema”. Logo, é emergencial uma virada paradigmática na construção de

estratégias acerca da temática sustentabilidade na agenda política nacional e global. Leff (2013) argumenta que as contradições ecológicas do capitalismo se manifestam por meio de custos ecológicos desigualmente distribuídos entre diferentes setores da sociedade e da natureza, refletindo-se em conflitos de classe na apropriação dos recursos naturais. No entanto, ele destaca que a transição para a sustentabilidade exige superar a contradição entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental. Para Leff (2001), a crise ecológica não pode ser solucionada apenas pela incorporação dos custos ambientais nos cálculos econômicos, nem pela resolução de conflitos dentro da lógica dominante do sistema, que é a lógica neoliberal.

Em contraponto dessa corrente, têm-se os estudos centrados numa perspectiva sistêmica de sustentabilidade que, de acordo com a literatura consultada, pode ser dividida na perspectiva biocêntrica conservacionista (culto ao silvestre) e biocêntrica ecocêntrica (perspectiva que dialoga com a vertente da ecologia decolonial). Na perspectiva biocêntrica, é preciso ver a natureza a partir do entendimento da pluralidade de valores que a compõe e como cada membro dessa grande Teia da Vida é crucial para a sobrevivência da Terra. A atribuição de valores à natureza na visão biocêntrica, ao invés de pensar a partir de uma perspectiva hierárquica, foca a vida em sua totalidade, somando-se as perspectivas dos humanos às dos demais seres vivos (Gudynas, 2019; Lourenço, 2019). No biocentrismo, todos os elementos componentes da natureza têm importância, sem discriminar apenas o que é útil e passível de proteção. Nesse sentido “a Natureza como conjunto reaparece como sujeito de valores” (Gudynas, 2019, p.68).

De acordo com Martinez Alier (2018), a corrente de ecologismo, nomeada por ele como “Culto ao Silvestre”, segue a norma geral das posições biocêntricas acerca da compreensão sistêmica de ambiente, porém focando de forma mais enfática no conservacionismo e na noção de espaços intocados sem a interferência de seres humanos. Os teóricos dessa vertente focam seus esforços na proposição de espaços, como parques e reservas naturais para manter a conservação dos espaços intocáveis.

Essa perspectiva também se aproxima da noção de decrescimento, cunhada pelo pesquisador Nicholas Georgescu-Roegen, que traz a reflexão sobre a necessidade de frear a perspectiva do

crescimento desenfreado e dar mais importância ao crescimento qualitativo, provendo qualidade de vida, sendo o crescimento sinérgico a regeneração dos insumos naturais (Georgescu-Roegen, 2012). Partindo desse pressuposto, quatro propostas mais populares dos teóricos do decrescimento são redução do PIB, redução do consumo, redução da jornada de trabalho e decrescimento radical.

Porém, como observa Costa (2019), políticas voltadas ao decrescimento econômico deliberado enfrentariam grande resistência. Caso um governo propusesse medidas desse tipo, haveria uma reação imediata do mercado financeiro, com forte queda nas bolsas de valores, desencadeando sucessivos ciclos de crise e instabilidade econômica. Uma das críticas ao decrescimento é como fomentá-lo a partir do desgaste já provocado em determinadas regiões e o nível de desenvolvimento de outros. Pois o decrescimento deriva de um pensamento que não considera os diferentes níveis de comprometimento ambiental no mundo.

Já a segunda corrente, a qual nos aprofundaremos com mais ênfase, dialoga com as perspectivas de povos tradicionais, como os povos originários, comunidades camponesas, extrativistas, dentre outros. De acordo com Lourenço (2019), a corrente do biocentrismo ecocêntrico possui um posicionamento holístico, visualizando a Terra como um superorganismo autônomo, onde todos os que o compõe são importantes para o funcionamento dela, fugindo de posturas hierarquizantes, como visto na visão antropocêntrica. Também é pontuado por Gudynas (2019) que essa corrente não aborda somente as dimensões geoeconômicas, abordando também cultura e sensibilidade, valorizando especialmente a ética do cuidado e considerando a afetividade em seus processos.

O primeiro documento que se atentou a trazer uma ética do cuidado no campo da agenda de políticas públicas ambientais foi o documento produzido na Rio 92 intitulado “Cuidar da Terra”, onde as questões éticas ganham centralidade no debate, pautado numa ética para viver de outra maneira, ou, como afirma Gudynas (2019, p.35) “cuidar da Terra reposiciona o papel do ser humano como parte da comunidade da vida, junto com as demais espécies viventes”. Essa perspectiva não foi aderida pelos governos participantes da Rio 92, que pensam a natureza ainda como recurso utilitário.

Mais adiante, nos anos 2000, um grupo de pesquisadores, incluindo o filósofo brasileiro Leonardo Boff, confeccionou um documento intitulado “Carta da Terra”, a partir de uma Consulta pública com instituições dos três setores da sociedade (público, privado e sociedade civil), considerada um chamado importante para a corresponsabilidade dos humanos com os iminentes riscos ambientais que podem e poderão afetar a Terra. Trazendo como ponto central em seu entendimento de sustentabilidade a noção de cuidado, centralidade da vida e afetividade (Boff, 2016).

Acerca da gestão pública, a natureza aparece enquanto sujeito de direitos pela primeira vez na Constituição do Equador, em 2008, e, alguns anos depois, da Constituição da Bolívia. Isso só foi possível a partir do surgimento do que é chamado por Gudynas (2019) de Giro Biocêntrico, que favoreceu o reconhecimento da Natureza enquanto sujeito de direitos constitucionais e possui ligação direta com as perspectivas dos povos originários, como o conceito de bem-viver, saindo da ideia de natureza originada nos países do Norte, centrada na dinâmica de exploração, espoliação e domínio e partindo do conceito de *Pachamama*, que atrela a definição de natureza como geradora de vida.

A noção de bem-viver, de acordo com Acosta (2016), é uma perspectiva latina, advinda dos povos originários, que tem como foco a conexão harmônica com a Natureza, estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade entre os seres e no afastamento da lógica de acumulação advinda do capitalismo. As discussões sobre a noção de bem-viver abrem portas para as discussões sobre novos olhares e caminhos para pensar a vida na terra. Um fato importante a ser observado sobre a concepção andina do bem-viver é que o ambiente não se restringe aos elementos da biota, elencando também elementos sociais, logo “essa não é uma natureza intocada, e, sim, um meio ambiente em que se trabalha, às vezes muito intensamente e, com o qual, são criadas relações que obrigam a reciprocidade” (Gudynas, 2019, p.143).

A perspectiva do bem-viver indígena é trazida por Boff (2016) como promotora de práticas que focam na centralidade da vida, por ter uma ética pautada na solidariedade, na harmonia entre os comuns, na integração humanos e ambiente, no pertencimento ao sistema vivo Terra e na

compreensão biocentrada da vida nesse sistema, referenciado como *Pachamama*. Valores como o uso consciente dos bens naturais, valorização da dimensão afetiva e ancestral com o território e reciprocidade para com todos os seres vivos desse sistema são necessários. Na perspectiva do autor, a definição de sustentabilidade ganha o seguinte caráter:

o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (Boff, 2016, p.14).

Outro autor importante para compreender a noção de sustentabilidade dos povos originários latino-americanos é o brasileiro Ailton Krenak, membro da Academia Brasileira de Letras. Em suas obras “Ideias para adiar o fim do mundo” e “A vida não é útil”, o autor reflete sobre o quão a civilização está desconectada dessa relação visceral com a Mãe Terra: “estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da Terra” (Krenak, 2020b, p. 17). Para Krenak (2020), apenas nos últimos anos, com o agravamento das mudanças climáticas, os sujeitos estão começando a se atentar ao que os povos originários apontam há muito tempo: é preciso sair do entendimento utilitarista, da Terra como recurso e começar a vê-la como de fato é: um superorganismo onde todos devem viver em sinergia, pois “a ideia de nós, os humanos, nos desconectarmos da terra, vivendo em uma abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2020a, p. 22-23).

Quando é pensado sobre a construção dos modos de produção dos povos tradicionais, em especial do povo camponês, na perspectiva do bem-viver andino, a *Pachamama* não é vivenciada como um elemento externo à vida deste, mas, sim, como algo internalizado e que faz parte deste camponês (Gudynas, 2019). Essa concepção se aproxima bastante da noção da tofília agricultor-

ambiente, que será trabalhada no tópico 4.3 deste escrito.

Uma vertente da Ecologia que também dialoga diretamente com a noção de sustentabilidade biocêntrica e ecocêntrica é o Ecologismo dos Pobres. De acordo com Martinez Alier (2018), a perspectiva do Ecologismo dos Pobres, também chamada pelo autor como ecologia da libertação, possui alinhamento com as chamadas epistemologias do Sul, vertentes epistemológicas voltadas para produções dos povos do hemisfério Sul, como latinos, africanos e moradores do sudeste asiático. Esse modelo reflete sobre como o processo exploratório dos países do Norte afetam o Sul, tendo como pilar central a noção de justiça social.

O modelo é voltado para grupo sociais historicamente vulneráveis e tem a solidariedade para com humanos e natureza como aspecto importante, o que é verificado no funcionamento de diversos grupos camponeses e indígenas. Para o autor, “eixo principal dessa corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas antes, em um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição de subsistência (...) pelos humanos pobres de hoje” (Martinez Alier, 2018, p.34). É pensar a coexistência cuidadosa e respeitosa entre todos os seres do sistema, sem impossibilitar o acesso de populações historicamente fragilizadas ao espaço natural. Dentre as possibilidades elencadas por essa corrente, que une o saber dos povos tradicionais com a ciência formal é falado pelo autor sobre os esforços dos camponeses na relação respeitosa com o seu território através do que o autor chama de “orgulho agroecológico”, onde a partir do modelo de produção da Agroecologia, os agricultores mostram as potencialidades de seus sistemas agrícolas e como esses convergem com as peculiaridades da flora, fauna e clima do seu espaço de vida e produção.

A perspectiva atual de relação com os bens naturais a partir do modo de produção neoliberal tem como base a acumulação de recursos e a perspectiva exploratória no trato do ambiente natural. Um dos principais agressores da natureza nesse contexto é a utilização desmedida de agrotóxicos e insumos quimicamente modificados na produção rural, o que devasta espécies importantes para a fertilidade da terra e devasta biomas. Dentre os indicadores de desenvolvimento sustentável, aparecem o estímulo e o suporte à produção agroecológica e orgânica na agricultura familiar, que o serão abordados no tópico a seguir.

Agricultura sustentável e políticas públicas: o florescer da agroecologia no território brasileiro

Antes de iniciar a discussão sobre como a agroecologia começou a ganhar força no espaço rural brasileiro, em especial nas comunidades formadas por agricultores familiares, é preciso fazer um parêntese sobre o entendimento da história da construção do rural no Brasil. De acordo com Graziano Neto (1982), as raízes do processo de formação do espaço rural brasileiro se deram a partir da implantação do cultivo do açúcar e do investimento em produção pelo sistema *plantation*¹², no processo de colonização. Holanda (2014), ao falar sobre a influência da colonização da formação do Brasil rural, relata que o modelo português de colonização no Brasil, visto as boas condições de solo e clima, tem como base a exploração latifundiária e a opção pela monocultura. Logo,

O princípio de que, desde os tempos mais remotos da colonização norteara a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (Holanda, 2014, p.60).

Também na colonização tem-se a origem do problema de concentração de terras do Brasil, visto que as terras foram destinadas a pessoas portuguesas de grande poder aquisitivo, tanto pelo sistema de capitanias hereditária, quanto pela cessão das sesmarias, em especial na região Nordeste. A economia açucareira, base da economia colonial, começa a decair com a predominância da mineração, fenômeno esse que demarca o início da centralização do eixo econômico Sul e Sudeste no país, regiões estas historicamente privilegiadas em processos de fomento à produção e financiamento rural (Graziano Neto, 1982).

¹² Wedig e Ramos (2023) explicam que os sistemas de *plantation* possuem uma configuração que prioriza a replicação de monoculturas em larga escala, com foco na padronização, velocidade e eficiência, tratando a diversidade biológica e cultural como obstáculos ao progresso moderno.

No que se refere à construção da economia pastoril, ao sertão e à concessão de sesmarias, Ribeiro (2022) afirma que a apropriação das terras estava vinculada à busca de pasto para bois e vacas, conduzidos pela figura do vaqueiro, assim como tinha raízes nos surgimentos dos engenhos de açúcar em localidades do interior nordestino, como também foi visto no capítulo de caracterização, focado na formação populacional do Cariri. Essa economia pobre e dependente deu origem a uma população sertaneja com cultura própria, marcada por um modo de vida rústico, religiosidade messiânica e forte submissão às elites locais.

De acordo com Medeiros (2015), a questão acerca do acesso à terra e da concentração fundiária no Brasil, problemática que perpassa as comunidades de agricultores familiares, está intrinsecamente ligada à própria construção histórica do país, visto que a concentração de terra por pessoas de grande poder aquisitivo remonta à época das capitanias e sesmarias. Tal discussão também reverbera no estudo sobre o campesinato tradicional brasileiro, que é originário de populações historicamente vulneráveis e que sempre sofreram com os entraves para obtenção da terra. A autora menciona a Lei de Terras de 1850 como uma das situações que consolidou o estado de desigualdade no acesso à terra até os dias de hoje, visto a instituição da compra de terras como forma de acessá-las.

Com a queda da extração de minérios, no século XIX, o país passa por um processo de “renascimento” da agricultura, tendo como foco a produção do café no centro-sul brasileiro, cultura essa que tornou o país um grande exportador. É importante ressaltar que o foco na exportação reflete questões que também desvelam como se constituía a dinâmica trabalhista nesta época. Caio Prado Júnior (2014) aponta que a exploração histórica e a precariedade das condições de vida da população rural brasileira, especialmente em comparação aos padrões do mundo moderno, são resultado direto das relações desiguais de produção e trabalho no campo. Esse processo contribuiu para a manutenção da população negra recém-liberta em situação de pobreza, com acesso extremamente limitado à terra. As grandes culturas agrícolas desempenharam um papel decisivo na configuração da ocupação rural do país.

Ao longo dos anos, a temática da redistribuição fundiária foi trazida ao debate na esfera

pública, como nas reflexões do movimento tenentista sobre a relação entre concentração de terra e poder na década de 1920, o impulso do processo de urbanização na década de 1940 e o surgimento dos primeiros movimentos sociais de base, no que se refere à necessidade de se ter uma reforma agrária, que tinha como foco reivindicar a permanência do camponês na terra (Graziano Neto, 1982; Medeiros, 2015). Ribeiro (2022), observando a história do rural brasileiro no início do século XX, afirma a existência de um cenário permeado pelo monopólio de terra e expulsão de pequenos produtores, que tem suas terras captadas pelos grandes latifundiários, gerando reverberações também no contexto urbano, onde essa massa proveniente do êxodo rural se depara com dificuldades na entrada no mercado de trabalho e vivencia situações de exclusão e desigualdade social na cidade.

Esses movimentos sofriam grande represália dos latifundiários, que se utilizavam de práticas violentas para coibir os protestos e fortalecer as relações de dependência no campo. Outra questão geradora de conflito, que é praticada até a atualidade, foi a grilagem¹³, utilizada para expropriar pequenos agricultores de suas terras. A fundação das Ligas Camponesas, na década de 1950, ganha força, especialmente no contexto nordestino, como o caso apresentado por Prado Júnior (2014) do engenho Galileia, em Pernambuco. Embora surgidas a partir da luta por terra entre arrendatários e ocupantes, sua projeção se deu pela mobilização dos trabalhadores dos canaviais, cuja principal demanda era por melhores condições de trabalho. Os conflitos no campo, no entanto, iam além da disputa fundiária, envolvendo também questões salariais, contratuais e sociais.

Tais movimentos de base foram cruciais para o surgimento do sindicalismo rural, tendo suas primeiras portarias de regulamentação durante a gestão João Goulart (1961-1964): “Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962, e Portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962” (Coletti, 2019, p.137). Segundo Coletti (2019), as oligarquias rurais resistiram à extensão de direitos trabalhistas e à reforma agrária até os anos 1960. Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra, que, ao priorizar a modernização e a formação de empresas rurais, acabou reforçando a concentração fundiária e a

¹³ O termo grilagem é um termo popular que indica situações de expropriação de terra geradas por meio de violência e fraudes documentais. Esses documentos falsificados, para parecerem antigos, eram postos em caixas com grilos para os deixarem envelhecidos.

expulsão dos trabalhadores do campo, alinhando-se ao projeto econômico da ditadura militar.

Na década de 1970, o regime militar utilizou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL como principal estratégia para enfraquecer a capacidade organizativa dos sindicatos rurais, transformando-os em canais de assistência e controle estatal. Criado em 1963, o fundo oferecia benefícios previdenciários aos trabalhadores do campo, como aposentadoria, pensão e assistência médica (Colleti, 2019). Durante o regime militar, os movimentos populares foram duramente reprimidos, especialmente aqueles vinculados às reformas de base, como a reforma agrária. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), entidade criada em 1963, sofreu intervenção estatal, teve sua liderança perseguida e viu diversos dirigentes sindicalistas exilados, presos ou assassinados. Ainda assim, a entidade intensificou sua atuação sindical, ampliando sua base organizativa e engajando-se ativamente na luta pela redemocratização (CONTAG, 2024).

Na década de 1980, acompanhando o declínio do regime militar e o crescimento dos movimentos pró-redemocratização brasileira, começam a surgir movimentos sociais que tem como base os paradigmas da questão agrária, como o entendimento sobre a influência dos modelos de desenvolvimento, em especial o modelo capitalista neoliberal, tem no que se refere ao domínio dos territórios rurais pelos grandes latifundiários e o agravamento das situações de desigualdade social no campo causadas por essa noção distorcida de desenvolvimento, que deve ser contraposta por um modelo que favoreça a autonomia campestre, o acesso democrático à terra e o respeito aos saberes tradicionais, no que se refere ao cultivo e produção no campo (Fernandes, 2010). Um desses movimentos foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criado em 1984, que tem como objetivos lutar pela Terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade, definido-se como “um Movimento de Massas, de caráter Sindical, Popular e Político” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024, p.18).

Em contraponto à ascensão dos movimentos sociais rurais de base, emerge na década de 1960, em especial no período pós-golpe militar de 1964, a necessidade de “modernizar” o rural brasileiro, que era visto popularmente como sinônimo de atraso. Segundo Graziano Neto (1982), o

processo de modernização deve ser entendido para além das questões técnicas, levando em consideração que esse modo de produção essencialmente capitalista trouxe implicações para além do aspecto instrumental, como as mudanças sociais na organização produtiva, mudança na forma de remuneração dos trabalhadores rurais, sazonalidade no vínculo trabalhista, como pode se observar no caso dos chamados boias-frias, expropriação de pequenos produtores rurais ocasionadas pela pressão dos grandes latifundiários, aumento nos conflitos pela terra e a predominância do modelo de produção agroindustrial no país. Com isso, observou-se o enfraquecimento da agricultura de subsistência, o desmonte nas práticas campesinas e o domínio dos investimentos em agroindústrias e produções de larga escala para a exportação da produção agrícola.

Segundo Marx (1985), a relação entre o ser humano e a natureza, que inicialmente era harmônica e integrada, foi rompida com o advento do modo de produção capitalista, como pode ser visto no caso do surgimento do modelo agroindustrial, promovido pelo processo de modernização da produção agrícola. Nesse novo contexto, a natureza deixa de ser um meio de subsistência e passa a ser apropriada como meio de produção, submetida ao capital. À medida que o capital intensifica a busca por produtividade, ele amplia a exploração do trabalho e da natureza, o que, por sua vez, aprofunda os processos de alienação em relação a ambos. Essa separação entre o indivíduo e suas condições naturais de existência, portanto, não é algo inerente ou “natural”, mas, sim, resultado de um processo histórico.

De acordo com Prado Júnior (2014), embora o avanço tecnológico nas atividades rurais seja frequentemente apontado como solução para os diversos interesses em jogo, ele não garante, por si só, a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. O autor destaca que a eficácia de uma técnica depende do contexto em que é aplicada e que o progresso técnico pode, inclusive, agravar a situação dos trabalhadores, caso não esteja acompanhado de outras medidas sociais e econômicas.

No que se refere ao âmbito instrumental da modernização, foi observado a intensificação no uso de agrotóxicos, fertilizantes artificiais, uso de sementes modificadas e investimento em maquinário, como tratores e colheitadeiras. Esses artifícios são utilizados visando o aumento da produtividade e a diminuição dos custos de trabalho na produção, o que ocasiona o aumento da

apropriação de mais-valia dos grandes produtores. Esse processo de mecanização por conta do maquinário ocasionou o chamado desemprego tecnológico, onde diversos trabalhadores rurais se veem obrigados a mudar para os grandes centros urbanos, tendo em vista a falta de emprego no campo. Tal problemática ocorreu no Ceará, nas décadas de 1970 e 1980, com o aumento do êxodo rural e da migração para região Sudeste (Graziano Neto, 1982; Medeiros, 2015).

O modelo socioeconômico desenvolvimentista da década de 1960, com fortes bases neoliberais, favorece a predominância do agronegócio, modo de produção latifundiária de larga escala, em sua maior parte pautada na monocultura, orientada para o comércio exterior, em especial a exportação de insumos, o que mencionado por Balestro e Sauer (2013, p.8) como “artificialização da agricultura”. Essa modalidade de produção é base para se pensar no modelo de agricultura convencional, popularizado a partir do movimento chamado “Revolução Verde”, onde o chamado para as práticas de “modernização”, visto que a noção de modernização dentro do neoliberalismo sofre um revés conceitual, da agricultura familiar e utilização de defensivos químicos foram propagados como fatores primordiais para sucesso da produção (Pessoa & Alchieri, 2013; Santos *et al.*, 2014).

O discurso de modernização da agricultura, vinculado à Revolução Verde é considerado um ponto de mudança na relação do agricultor familiar com o seu território, decorrente da modificação nas suas relações com o trabalho e com o uso da terra. De acordo com Servilla Guzman (2001), o processo de modernização decorrente do pensamento do progresso técnico da agricultura causou a erosão do conhecimento local, que possui um potencial endógeno embasado na relação pessoa-ambiente. Isso trouxe, conseqüentemente, reverberação nas atividades e vínculos comunitários preexistentes, onde imperava a ética da solidariedade. Nesse contexto, as comunidades buscam formas de resistir e manter seus vínculos comunitários e territoriais, como é visto nessa reflexão de Krenak (2020a, p. 14)

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de

seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com a sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos.

Uma das prerrogativas utilizadas para justificar a implementação da Revolução Verde foi a sua visualização como estratégia para solucionar o problema da fome. Porém, o que ocorreu no processo de uso desse modelo foi o oposto: cada vez mais o problema da fome e do acesso à segurança nutricional tem aumentado. Ao mesmo tempo em que estimulou o aumento da produção em algumas localidades, trouxe danos socioambientais e climáticos grandiosos. O modelo advindo desse movimento é um dos causadores de vários problemas ambientais contemporâneos, como o desmatamento, a diminuição da biodiversidade de diversos ecossistemas e a crise climática. Utiliza-se da lógica do acúmulo de *commodities* e da monocultura. O colapso hídrico e a intoxicação da água por pesticidas também são reflexo dessa lógica de produção (Carporal, 2013, Carporal & Costabebber, 2002).

O chamado pacote tecnológico, implementado pelo governo federal entre as décadas de 1970 e 1980, privilegia investimentos vultosos para grandes produtores rurais, contendo tanto investimento em insumos químicos e maquinário, como disponibilização de assistência técnica especializada. Nesse mesmo período, começam a surgir ações organizadas dos sem terras, que foram afetados diretamente pela dita modernização do espaço rural brasileiro, o que proporcionou o surgimento das primeiras ocupações e acampamentos na tentativa de recuperar as terras que lhes foram tomadas (Balestro & Sauer, 2013; Medeiros. 2015). Fernandes (2010) afirma que o Movimento Sem Terra foi fundamental para ilustrar a necessidade de discutir questões relacionadas à reforma agrária a partir da noção campesina da questão agrária, que escancara o quão desigual se configura a estrutura fundiária nacional. No mesmo contexto, a figura do agricultor familiar também começa a ganhar espaço, visto as lutas pelas melhorias nas condições de renda e trabalho e pela permanência no campo.

Na década de 1980, tendo em vista a influência dos movimentos de redemocratização do país, a pauta da reforma agrária é colocada como algo emergencial para ser discutido na esfera pública. Movimentos como o MST e a CONTAG discutiam proposta para se pensar em um plano nacional de Reforma Agrária, em contraponto ao que é ilustrado pelo Estatuto da Terra. Tais proposições, ao chegar ao poder público, foram desfiguradas pelas demandas dos grandes proprietários de terra, o que ocasionou a criação de políticas públicas que tentam amenizar a problemática da concentração fundiária, mas não atravessam diretamente seus problemas socioeconômicos estruturais (Medeiros, 2015; Fernandes, 2010).

A mudança na percepção do mundo rural começa a ocorrer no final da década de 1990, com o reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais importantes no meio rural, a partir do fomento e execução de políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva dessa parcela da população, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e o Garantia Safra, o que ajudou a romper com a visão patrimonialista do campo. Segundo Leite (2022), os estudos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a atuação de organismos internacionais e agências multilaterais, como a ONU e o Banco Mundial, exerceram forte influência durante a composição da agenda política da década de 1990, o que influenciou também a criação das políticas para agricultura familiar. No entanto, isso não diminui a importância das/os agentes sociais do meio rural, como os sindicatos e organizações do terceiro setor com foco no pequeno produtor, que tiveram um papel fundamental na implementação do programa por meio de suas organizações e lutas.

Outro movimento que tem refletido sobre as particularidades da vida no campo é o crescimento dos movimentos de reforma agrária e dos assentamentos. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se deu no final da década de 1990, a partir da medida provisória N 1.911-12, refletindo como a criação do PRONAF e o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, que conquistaram um espaço específico para execução e criação de políticas públicas e linhas de crédito para o agricultor familiar (Wanderley, 2000; Thomson, Bergamasco & Borsatto, 2018).

Também na década de 1990, em consonância com as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, o debate sobre a agroecologia começa a ganhar força na América Latina, gerando uma preocupação com a elaboração de políticas públicas voltadas ao combate da degradação ambiental e busca por modos de produção mais sustentáveis, dentre as ações, as ações agroecológicas. Antes de adentrar a linha do tempo das iniciativas agroecológicas no Brasil, cabe um parêntese para a conceituação de agroecologia.

Os estudos sobre agricultura sustentável são recentes e respondem os anseios acerca dos problemas ambientais atuais e das discussões emergentes sobre sustentabilidade. A Agroecologia, segundo Carporal e Costabeber (2002) é um campo do conhecimento científico interdisciplinar que tem como unidade de análise e intervenção o agroecossistema, objetivando a promoção de práticas de manejo sustentável deste. Segundo Altieri (2011, p.104-105), pode-se definir agroecologia como “aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agrossistemas sustentáveis, oferece em uma base mais ampla para avaliar sua complexidade”.

De acordo com Sevilla Guzmán e Molina (2013, p.16), só será possível solucionar a problemática ambiental atual a partir da mudança da lógica de produção agrícola contemporânea para “manejo agroecológico de recursos naturais, em que aparece a dimensão social e política que pode trazer a agroecologia e que esteja baseado na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar”. O modelo agroecológico propicia a integração de princípios derivados da agronomia e da ecologia, levando em consideração o contexto socioeconômico onde o agricultor ou grupo produtivo está inserido. Articulando o conhecimento fornecido pela população com as inovações científicas, esta metodologia propicia o envolvimento da comunidade nos processos de adequação do cultivo. Como objetivos, o método em questão visa promover a ressignificação do agricultor familiar no campo a partir do manejo sustentável do solo, tendo como foco a conservação do ambiente e valorização dos saberes locais (Altieri, 2004; Carporal & Costabeber, 2002).

Servilla Guzman (2001) e Servilla Guzman e Molina (2013) apresentam o modelo agroecológico enquanto uma agricultura participativa, passível de várias experimentações técnicas

embasadas em práticas tradicionais camponesas, mas que jamais negam a investigação científica e, sim, modificam-na, incorporando elementos do saber popular. Tal sistema de produção deve ter uma perspectiva dialógica, onde as atividades fomentadas devem ser ligadas às demandas reais das comunidades, promovendo um modelo de desenvolvimento rural integral, endógeno e sustentável. A agroecologia está alinhada à perspectiva das epistemologias do Sul, sofrendo resistência por meio da ofensiva agroindustrial.

Outros aspectos ressaltados tanto por Servila Guzman (2001) quanto por Corporal e Costabeber (2002) quando se fala sobre a relação entre a Agroecologia e a promoção do desenvolvimento rural são a valorização das atividades socioeconômicas e ambientais desenvolvidas à nível local (que devem ser fortalecidas) e a compreensão do contexto sociocultural no qual aquela comunidade está envolvida, respeitando as seis dimensões da sustentabilidade para a agroecologia (ética, cultural, política, ecológica, econômica e social). As três dimensões da agroecologia citadas por Corporal (2013, p.282) são: “a) ecológica e técnico-agronômica b) socioeconômica e cultural e c) sociopolítica”. São dimensões indissociáveis e integradas que devem ser entendidas a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Outro conceito ilustrado pelo autor é o de Metabolismo Social, onde é percebido que a execução das atividades produtivas está atrelada a uma relação dialética e recíproca da sociedade com a natureza.

A Agroecologia, segundo Santos *et al.* (2014), para além das questões instrumentais, também é vista como movimento promotor de participação social e superação das vulnerabilidades socioambientais no campo, pois ela traz uma posição política e questionadora sobre os atuais modelos de desenvolvimento. Isso é visível no que ocorreu no contexto pandêmico, quando se observou a organização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na defesa dos direitos dos agricultores rurais, como as reivindicações acerca do veto do ex-presidente Bolsonaro do Projeto de Lei 735/20¹⁴ – projeto que pautava o apoio aos agricultores familiares perante o contexto de pandemia – e o apoio à divulgação das feiras agroecológicas virtuais – que foram promovidas por

¹⁴ O projeto de lei 735/20, também chamada de Lei Assis Carvalho objetivava prover “medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19” (BRASIL, 2020).

várias organizações da sociedade civil.

A agricultura de base campesina é a categoria central da Agroecologia, tendo como foco compreendê-la para além dos aspectos produtivos e econômicos, abordando dimensões como a cultura, determinantes sociais e ambientais. Os camponeses não se restringem à população dos pequenos produtores, pois também operários agrícolas, pessoas que trabalham em atividades como colheita, corte de cana etc., também são inclusos neste grupo. Para entender quem são os camponeses, deve-se ter uma percepção que compreenda tanto o tipo de manejo dos agrossistemas quanto as relações socioculturais e o contexto histórico, compreendendo que no contexto do surgimento de estudos sobre agricultura sustentável “o campesinato é o grupo social em torno do qual se organizavam e organizam-se, ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas”. (Servila Guzman & Molina, 2013, p.78).

Os pequenos agricultores, além de apresentarem maiores níveis de produtividade, ao ser considerada a produção total de alimentos, estimulam o dinamismo do comércio local e se mantêm na zona rural, além de serem mais cuidadosos com os recursos naturais locais. Um fato importante é que, na atualidade, as terminologias referentes à agricultura capitalista (agro) também têm sido questionadas, como a utilização da denominação “agricultura familiar” para se referir aos povos camponeses. (Altieri, 2011; Medeiros, 2015). As questões identitárias dos pequenos agricultores e sua relação pessoa-ambiente serão versadas no próximo tópico. Neste trabalho, foi escolhida a nomenclatura agricultura familiar, visto que esta é a modalidade de trabalho expressa na política pública abordada.

Outro parêntese importante a ser feito é a diferenciação entre agroecologia e agricultura orgânica, visto que a agroecologia é entendida como uma ciência interdisciplinar, com arcabouços teórico e metodológico bem definidos, direcionamento voltado para as camadas populares e saber horizontalizado; já a Agricultura Orgânica, apesar de também ser modo de produção que se propõe a promover práticas que reduzam os impactos desta no planeta, a partir da redução da poluição e do uso de insumos químicos, tem um direcionamento essencialmente mercadológico, como foco

aumentar a rentabilidade do agroecossistema com fins de aumento de produtividade, de forma “sustentável”. A Agroecologia, em contraponto à concepção da agricultura orgânica, não se restringe à dimensão econômica da sustentabilidade, pois abarca também a compreensão da agricultura como processo social, intrinsecamente voltado para a realidade dos movimentos sociais de base campesina e da agricultura familiar (Weber & Silva, 2021; Moura, 2017).

Um dos grandes desafios para o estabelecimento da agroecologia como modo de produção agrícola nas comunidades rurais é o processo de transição entre agricultura convencional e agroecologia, pois esse movimento não envolve só o saber técnico, mas também aspectos econômicos, sociais e culturais. De acordo com o Marco Referencial em Agroecologia produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a transição agroecológica consiste no processo de mudança nos modos de produção agrícola, onde as técnicas advindas da agricultura convencional, com base nos preceitos da Revolução Verde, são gradativamente substituídas por práticas fundamentadas em três marcos: “[...] redução e racionalização no uso de insumos químicos, substituição dos insumos químicos por produtos de origem biológica e manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos” (EMBRAPA, 2006, p. 28).

A transição agroecológica é embasada em uma perspectiva sistêmica de sustentabilidade, levando em considerações vários fatores para além da dimensão ecológica. Logo, deve ser entendida como “um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agrossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social” (Schmitt, 2013, p.174). A transição agroecológica não pode ser entendida como algo estático e linear, pois, assim como vários processos de mudança social, é composta de momentos de acertos e erros. Outro detalhe importante para o processo é considerar as especificidades das comunidades onde as técnicas serão aplicadas, pois, cada localidade tem condições socioeconômicas e culturais diferentes. Logo, esse processo não deve ser visualizado apenas pelos condicionantes tecnológicos; existem outras condicionalidades envolvidas nele que devem contemplar as ações: “[...]a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações

referentes à legislação ambiental” (EMBRAPA, 2006, p.29). Para isso, é preciso considerar elementos humanos, como o cuidado e aprendizado na estruturação de uma ação de transição agroecológica. Como também realizar um trabalho transdisciplinar, dando atenção especial ao saber local.

Para que esse modelo seja efetivo, suas atividades e estratégias devem estar ligadas a uma noção de transformação social, para além dos componentes econômicos e ambientais envolvidos. A dimensão da relação com o território e das relações de apoio social fomentadas são importantes para compreender as implicações desse processo de forma ampla. Elementos como a cultura ancestral camponesa, conhecimentos sobre cultivo e produção passados de pai para filho também impulsionam a opção por práticas que permitam uma maior conexão com a terra, pois “valorizadas e estimuladas, as práticas de antigamente voltaram a fazer parte do dia a dia dos agricultores e extrativistas, ainda que em novas bases” (Schmitt, 2013, p.178). O processo de construção dos modos de produção agroecológicos tem raízes em práticas ancestrais, passíveis de ressignificação de acordo com o crivo temporal, sendo um espaço tanto de convergências quanto de descontinuidades.

Um dos pontos centrais do estímulo à prática agroecológica é o estímulo à autonomia do agricultor familiar em cada etapa da transição. Esse elemento é primordial para eventual continuidade do processo. Alguns fatores que podem impactar o processo e gerar descontinuidade são: pressão comercial (concorrência das agroindústrias), implementação de Grandes Projetos de Investimento, expansão da área urbana e especulação imobiliária no campo. Para alguns pesquisadores, a agroecologia não deve ser limitada à perspectiva da academia, pois essa é propulsora de um novo modo de vida no contexto rural, pautado em elementos como autonomia, qualidade de vida, democracia, justa remuneração e emancipação política. Também entendida como um movimento de resistência advindo do campesinato (Carporal, 2013; Schmitt, 2013; Servila Guzmán & Molina, 2013).

Após esta contextualização sobre Agroecologia e Transição Agroecológica, será feito um resgate sobre como a agroecologia começa a adentrar na agenda de construção de políticas públicas

no Brasil. Em 1991, foi publicado o primeiro regulamento técnico nacional sobre a regulação do mercado de produtos orgânicos no Brasil, tendo como base o Regulamento Técnico no 2092/1991 da Comunidade Econômica Europeia sobre produtos orgânicos. (Santos *et al*, 2014, Moura, 2017).

O primeiro programa governamental voltado para pensar o estímulo da agricultura sustentável no país, foi o Programa Piloto, aprovado em 1994. Durante sua execução, teve êxito um subprojeto voltado para o controle social de políticas públicas, o subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Já em 1999, foi feita a publicação da Instrução Normativa número 007 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criada durante a segunda gestão Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), que “dispõe sobre as normas e os procedimentos para produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil” (Moura, 2017, p.30). Enquanto isso, no campo de pesquisa e extensão, acontecia no mesmo ano o primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, considerado um dos primeiros espaços para promoção do diálogo entre agricultores e técnicos sobre o modo de produção agroecológico. Ao observar as três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no país, Leite (2022) observa que a pauta da sustentabilidade no campo integra a terceira geração de políticas para agricultura familiar, que inicia em 2003. Nesse contexto, houve a consolidação de um referencial centrado na criação de mercados voltados à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental.

Nos anos 2000, foi criado o grupo de trabalho da Embrapa, voltado para pesquisas sobre agricultura orgânica, o que resultou na publicação de um documento de referência de práticas que possibilitou a temática da agroecologia se consolidar enquanto temática de interesse prioritário, permitindo em 2002 que a agroecologia entrasse como linha temática em editais da instituição. Em 2003, com a aproximação da sociedade civil dos espaços de controle social da gestão do PDA, surgiram pautas propositivas voltadas para a agroecologia e produção orgânica. A temática, após 2000, surge nas Instituições de Ensino Superior enquanto disciplina e linha de grupo de pesquisa e estudos. (Moura, 2017, Niederle *et al*, 2019).

De acordo com Moura (2017), durante os anos da primeira e segunda gestão do governo

Lula (2003-2009), houve o fortalecimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e apoio às políticas públicas para agricultura familiar, tendo como marcos importantes a criação do Programa Fome Zero, reestruturação do Consea, criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e revigoração do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse ínterim, foram publicadas as seguintes normativas: Lei no 10.831/2003, que define as condições obrigatórias para produção de produtos orgânicos e Portaria 158/2004, que promove estratégias de regulação, capacitação, produção e comercialização de orgânicos. Tais iniciativas foram um contraponto importante para o fomento da garantia do direito à alimentação adequada, visto a dominação do agronegócio no país.

Em 2012, na primeira gestão Dilma Rousseff (2010-2014), foi criada a primeira política pública voltada para essa perspectiva, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com a regulamentação do Decreto no 7.794/2012. Segundo Trovatto e colaboradores (2017, p. 88), este plano buscou “implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica da produção orgânica de base agroecológica”, com o intuito de levar ao público o contato mais acessível com produtos de base agroecológica, como também aumentar a oferta de produtos saudáveis no mercado (em consonância com a política de segurança alimentar) e o manejo sustentável de nossos recursos naturais.

Em seu artigo primeiro, a PNAPO é definida enquanto política que tem como objetivo

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Brasil, 2012, s.p).

A construção da PNAPO se originou de espaços de discussões com representação do poder público e da sociedade civil, a partir de cinco seminários regionais realizados, nas reuniões

promovidas pelas Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs) e no seminário nacional da pauta. A PNAPO traz no artigo 4 a disposição sobre os instrumentos de execução dessa política pública, entre eles, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), instrumento central. Esse instrumento é composto por “objetivos, metas, programas e iniciativas a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos federais parceiros na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)” (Trovatto *et al*, 2017, p.98) e é resultante de uma construção colaborativa. Foram executadas duas edições do Planapo, sendo a segunda enfraquecida pelas sanções ocorridas durante a gestão Temer (2016-2018), que dissolveu a pasta do MDA e fragmentou as ações voltadas para a agricultura familiar em uma secretaria especial, ligada à presidência.

De acordo com o que fora analisado por Martins, Lima e Bomfim (2025), a PNAPO foi totalmente descontinuada na gestão Bolsonaro (2019-2022), que, dentre os seus primeiros atos enquanto presidente, revogou as instâncias de controle social da política a partir do Decreto nº 9.784/2019. Além disso, ocorreu a dissolução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além da redução do status da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que era ligada ao gabinete da presidência e passou a ser uma subsecretaria dentro do MAPA, afetando diretamente a captação de recursos para execução de políticas públicas de inclusão produtiva como o PRONAF, o PAA e o Plano de Safra da Agricultura Familiar. Como esperado, não houve a criação do terceiro Planapo e a palavra agroecologia passa a ser substituída por produção orgânica nas produções do governo, tendo foco na pauta mercadológica do selo de produto orgânico.

Apenas em 2023, com o advento do terceiro governo Lula (2023-atualmente), a estratégia agroecológica está voltando a ser atividade prioritária da gestão federal. Como primeira ação foi recriado o MDA, agora nomeado Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Brasil, 2023). Em seguida, no mês de junho, foi assinada a revisão do Decreto 7.794/2012, o que possibilitou a retomada da PNAPO em todo o território Nacional e a recriação das instâncias de controle social da política pública, como a Ciapo (ANA, 2023). A pauta agroecológica também figurou na construção do Plano Plurianual Participativo, onde cidadãos brasileiros podem votar para

trazer a pauta como prioritária no acesso a recursos financeiros.¹⁵ Em agosto, a questão agroecológica também foi apresentada como prioritária no rol de proposições realizadas durante a Cúpula da Amazônia.¹⁶ Em 16 de outubro de 2024, Dia Mundial da Alimentação, o presidente lançou o terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (III Planapo), com o objetivo de fortalecer a produção de alimentos saudáveis e promover a preservação ambiental (Brasil, 2024).

Como pode ser observado, durante a exposição feita neste tópico, mesmo com todos os atravessamentos vivenciados pelos povos do campo, a agroecologia resiste e se torna cada vez mais essencial no contexto socioambiental atual. Indo em contramão ao sistema agroalimentar vigente (agroindustrial), o sistema agroecológico tem como base importante as unidades familiares da agricultura, respaldadas pelo conhecimento sobre o bioma local e formas sustentáveis de usos múltiplos dos insumos locais e o potencial endógeno das comunidades assistidas.

Ressalta-se que não adianta pensar no processo de transição agroecológica sem pensar no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, coadunando com os estudos sobre a construção de modos de vida sustentáveis em comunidades rurais. Visto isso, faz-se necessário refletir sobre como a Psicologia Ambiental, partindo da categoria de análise Afetividade, pode contribuir nas discussões acerca da promoção desses modos de vida sustentáveis e do fortalecimento da relação agricultor-ambiente, assunto tratado a seguir.

Ambiente rural, trabalho rural, afetividade e compromisso pró-ecológico: algumas considerações

Partindo do entendimento da perspectiva urbanocentrada da Psicologia, faz-se necessário iniciar este tópico discutindo sobre a importância de abordar o conceito de ruralidade e ambiente

¹⁵ Informação retirada do boletim informativo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, retirado de <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/07/vote-para-colocar-a-agricultura-familiar-e-a-agroecologia-na-pauta-prioritaria-do-governo-federal>

¹⁶ Informação retirada do boletim informativo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, retirado de <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/08/cupula-da-amazonia-firma-compromissos-com-a-agricultura-familiar>

rural em estudos com foco na compreensão da relação do agricultor familiar com seu território. Em seguida, será pontuado sobre a necessidade da compreensão do trabalho rural e de como esse está atrelado à concepção da relação agricultor-ambiente. Por fim, serão discutidos os conceitos de compromisso pró-ecológico e comportamento ecológico e a necessidade do entendimento destes termos pelo crivo da afetividade.

O conceito de ruralidade e o entendimento de ambiente rural para Psicologia Ambiental

Como visto no tópico anterior, o espaço rural brasileiro, ao longo dos anos, passou por constantes situações de disputas no que tange o acesso à terra e inclusão produtiva. Wanderley (2000) afirma que para entender como se constituiu a visão de rural atual é preciso levar em consideração três constatações: 1) o problema da concentração de terras e da falta de ações de reforma agrária, o que faz com que o espaço rural seja lido apenas pelo viés produtivo, fragilizando a formação de laços dos pequenos produtores rurais com o seu lugar de vida, o que propulsiona, além dos problemas econômicos, o êxodo rural, ocorrente tanto da expulsão dos agricultores de seus espaços pelos detentores da terra, quanto por problemas econômicos e climáticos; 2) A definição de rural como algo disperso, homogêneo, periférico, precário, algo que foi reforçado, inclusive, pela definição de rural por órgãos censitários; 3) o entendimento atual de que o espaço rural é um espaço diverso, composto por especificidades a nível cultural, relacional e social.

A mudança na percepção do mundo rural começa a ocorrer no final da década de 1990, com o reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais importantes no meio rural, a partir do fomento de políticas voltadas para a inclusão produtiva no campo, como o PRONAF e o Garantia Safra. Outro movimento que tem refletido sobre as particularidades da vida nesse contexto é o crescimento dos movimentos de reforma agrária e dos assentamentos. (Wanderley, 2000).

Segundo Schneider e Blume (2004) os estudos sobre ruralidades surgem na década de 1990, por meio da preocupação dos estudiosos sobre a tendência de urbanização dos espaços rurais, do entendimento das mudanças estruturais nos modos de produção agrícola, a partir do reconhecimento da agricultura familiar como função produtiva, para além da perspectiva de subsistência e do

surgimento de políticas públicas para essa parcela da população, que sempre ficou invisível perante o Estado.

Existem duas perspectivas mais emergentes no que se refere ao debate sobre ruralidade: uma voltada aos aspectos demográficos e econômicos, que defende a separação desses estudos dos estudos voltados à dinâmica social das comunidades rurais, compreendendo a amplitude da ruralidade para além dos estudos sobre a produtividade econômica do setor; outra mais centrada na análise do rural sob aspectos socioculturais, que estuda mais a fundo questões relacionadas à construção de modos de vida, de identidades sociais e modos de socialização e construção de relações sociais no campo. Ainda há um terceiro caminho nos estudos sobre ruralidade: a discussão da normatização da ruralidade, embasada nas críticas às noções de rural e urbano expressas pelas leis brasileiras e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se baseiam apenas em critérios políticos e administrativos, levando em consideração apenas questões de perímetro (Schneider & Blume, 2004).

Sobre a primeira perspectiva, vemos que a primeira definição de rural para o IBGE caracteriza essa população tendo como base apenas a questão do espaço de morada, sendo rural o que está fora do perímetro urbano. Abramovay (2000) relata que essa perspectiva de rural demográfico gera uma visão fatalista do meio rural, como algo que tende a se esvaziar e declinar, onde o urbano ganha cada vez mais espaço e o rural é visto como algo distante. Essa perspectiva também fortalece a perpetuação de estereótipos negativos acerca dos sujeitos que vivem nesses territórios, considerados apartados da “modernidade” dos grandes centros urbanos.

Apenas em 2017 o IBGE passa a ampliar a perspectiva de rural, ao visualizar as manifestações sociais e culturais que caracterizam diferentes espaços rurais, coadunando com a segunda perspectiva dos estudos sobre ruralidade. O debate sobre o conceito de ruralidade tem iluminado os caminhos sob uma perspectiva multidimensional dos espaços rurais e de suas populações. As concepções atuais de ruralidade não se limitam ao debate sobre o que é urbano e o que é rural, englobando como os processos sociais, econômicos e culturais das comunidades rurais, apesar de suas especificidades, são integrados à sociedade contemporânea, saindo da percepção de

rural como algo arcaico e rudimentar. (Schneider & Blume, 2004).

A ruralidade deve ser entendida como um conceito de “natureza territorial e não setorial” (Abramovay, 2000, p.12), onde a percepção desse espaço não deve estar centrada em apenas uma dimensão (econômica, social ou espacial). A multisetorialidade do meio rural deve ser considerada. A preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes. Uma abordagem que está ganhando visibilidade nos últimos anos, no que se refere à ruralidade, é a abordagem territorial, que tem foco na relação construída entre os grupos sociais e seus espaços de vida (Schneider & Blume, 2004).

A compreensão do rural como um espaço diverso, multifacetado, que possui peculiaridades de território a território dialoga muito com a percepção da diversidade sociocultural do povo brasileiro. Os estudos atuais sobre ruralidades e novas ruralidades devem considerar como se dá o processo de reconhecimento de uma comunidade como rural, como também o reconhecimento do que é urbano e como esse urbano se relaciona com o rural. Para isso, o estudo sobre ruralidade deve levar em consideração elementos físicos, simbólicos, sociais e culturais para ampliar os olhares (Medeiros, 2017).

Outro autor que traz contribuições para o entendimento multifacetado do rural é Brandenburg (2010). O autor afirma que existem correntes distintas sobre o entendimento da formação dos ambientes rurais, pois, para alguns estudiosos, o rural estaria em processo de desaparecimento, em razão da modernização e da industrialização dos espaços produtivos, que acabam por desestruturar formas tradicionais de organização social, especialmente aquelas baseadas na agricultura camponesa ou familiar. Já para outros, o rural é compreendido como um espaço em reconstrução, no qual diferentes atores, especialmente o agricultor familiar, desempenham papel central na manutenção das tradições da vida social camponesa.

Levando em consideração aspectos históricos, sociais e culturais, o autor apresenta três tipos de rural na atualidade: “o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental” (Brandenburg, 2010, p.418). O rural tradicional tem como características sociais fortes relações de vizinhanças, a

prática do compadrio e a distância geográfica dos centros urbanos, assim como a precariedade no acesso de transporte e meios de comunicação. A vida social nesses espaços costuma se estruturar ao redor da Igreja, que funciona como centro das atividades educativas, culturais e festivas. A configuração espacial das comunidades rurais varia conforme o tipo de colonização, podendo apresentar desde moradias dispersas até vilarejos. Assim,

O rural nesse sentido resulta de ações coletivas que fazem dele a construção de um espaço ou território de vida e trabalho. É nesse contexto que se criam laços de pertencimento a uma comunidade, resultando daí relações de proximidade, como de vizinhança, de compadrio, típico de uma comunidade, tal como concebida tradicionalmente. Essas relações, no entanto, só são reproduzidas na medida em que estes agricultores pertencem a uma mesma categoria ou mesma condição: a condição camponesa (Brandenburg, 2010, p.420).

No âmbito da relação pessoa-ambiente, Brandenburg (2010) observa que, apesar de algumas práticas camponesas, como as queimadas, serem frequentemente classificadas por técnicos como ambientalmente predatórias, elas envolviam formas de manejo que, em certa medida, contribuíam para a preservação da biodiversidade e de áreas naturais, assim como para o descanso da terra cultivável. Técnicas como o pousio, voltadas ao restabelecimento da fertilidade do solo, revelam um conhecimento empírico e adaptado ao ambiente, desenvolvido historicamente pela agricultura familiar. Essas práticas dialogam diretamente com os princípios da agroecologia, ao promoverem o uso sustentável dos recursos naturais e valorizarem saberes locais em sintonia com os ciclos ecológicos

O rural moderno possui correlação com o processo de modernização da agricultura, que foi trabalhado no tópico anterior. Aqui, a crescente integração das comunidades rurais ao mercado tem provocado um ajustamento significativo em suas dinâmicas econômicas e sociais, rompendo gradualmente com formas tradicionais de vida comunitária. As unidades de produção familiar, antes centradas na subsistência, passam a direcionar parte de sua produção ao mercado, inclusive com o

objetivo de adquirir alimentos e outros bens industrializados. Essa mudança é agravada tanto por mecanismos econômicos desfavoráveis quanto pela intensificação das desigualdades sociais nas próprias comunidades, além da expropriação de pequenos agricultores, resultado de uma política de modernização conservadora que favoreceu as grandes propriedades (Brandenburg, 2010).

No que se refere à dimensão social do rural moderno, começa a ocorrer o desaparecimento de práticas sociais e o enfraquecimento de formas antigas de sociabilidade, como o mutirão e as relações de vizinhança, reflexo da desintegração das comunidades e pequenos núcleos rurais. Nesse sentido, “a sociabilidade antes exercida mediante as formas de mutirão, relações de vizinhança e confiança são substituídas por relações societárias”. (Brandenburg, 2010, p.422). A lógica dominante do sistema econômico, centrada na busca por rendimento, exerce forte pressão sobre os modos de vida rural e, quando aplicada de forma unilateral, tende a gerar consequências negativas, como a perda de identidade cultural e a desintegração do tecido social das comunidades, além de impactos na relação pessoa-ambiente, visto que os elementos naturais se tornam recursos que devem ser explorados, causando desequilíbrio ambiental.

Já o rural socioambiental é apresentado como “o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública” (Brandenburg, 2010, p. 423). Pode ser compreendido como socialmente reorganizado a partir de tradições reinventadas por comunidades locais, configurando-se como uma continuidade da vida camponesa. Nesse contexto, a modernidade não anula a tradição, mas a ressignifica, promovendo uma reflexividade em que elementos tradicionais são reinterpretados com base em experiências passadas e em projetos coletivos voltados ao futuro. Assim, o tradicional e o moderno deixam de ser opostos, coexistindo e compondo uma ruralidade multidimensional, marcada por redes de sociabilidade heterogêneas.

No que tange à relação pessoa-ambiente, Brandenburg (2010) pontua que a ecologização do rural é promovida por atores sociais que articulam práticas sociais e ambientais, reconstruindo o vínculo entre natureza e sociedade. Esses sujeitos, ao incorporarem elementos da tradição em seus

projetos de vida, não apenas resgatam saberes e modos de fazer, mas também constroem um ambiente em que a natureza deixa de ser vista como um objeto de domínio e passa a ser reconhecida como parceira nas relações sociais. Nessa perspectiva, a tradição não é superada, mas constantemente recriada, funcionando como base para a afirmação identitária e para um estilo de vida rural que integra sustentabilidade, pertencimento e continuidade cultural.

Visto a diversidade dos territórios rurais e os elementos simbólicos e subjetivos sobre o ambiente e trabalho nesses territórios, é importante pontuar sobre a compreensão do ambiente rural pela Psicologia Ambiental e do trabalho rural, pela Psicologia Social do Trabalho. Sobre o primeiro aspecto, Mendéz (2015) pontua acerca da invisibilidade do território rural nos estudos sobre a correlação entre Psicologia Ambiental e sustentabilidade, sendo que a maior parte dos instrumentos de pesquisa e intervenção voltados para investigações sobre os elementos subjetivos acerca da sustentabilidade são criados a partir do contexto dos grandes centros urbanos.

Landini (2015, p.22) pontua o quão importante é que a Psicologia se aproxime e se aprofunde nos estudos sobre territórios rurais, ressaltando que “os espaços rurais têm potencialidades para gerar processos subjetivos portadores de especificidades quem devem ser considerados”. Logo, os conceitos de ruralidades, a pluralidade dos territórios rurais, devem ser considerados na condução de pesquisas e práticas da Psicologia, promovendo ações efetivas e contextualizadas com a realidade de cada território rural abordado.

Mendéz (2015), ao falar sobre as peculiaridades do estudo dos ambientes rurais, menciona a necessidade de ter um olhar contextualizado sobre o sentido do território para o morador, em especial se este for um agricultor familiar. Para o trabalhador rural, a terra possui duplo significado: um lugar de produção (trabalho) e de vida (moradia e reprodução de subjetividade). Nesse ambiente é preciso observar como as tendências atuais, como o processo de urbanização do campo, as atuações não-agrárias e a pressão dos mercados em prol da “modernização” da agricultura geram desequilíbrio na relação pessoa-ambiente.

Outro aspecto mencionado pela autora é a escalada do uso de agrotóxicos e os efeitos das mudanças climáticas no contexto rural. Para trabalhar pautas como o fortalecimento dos vínculos

territoriais, intervenção em casos de vulnerabilidade e risco, a pauta de segurança alimentar e estímulo ao manejo sustentável da terra, é preciso que o psicólogo trabalhe a partir de uma perspectiva multidisciplinar, podendo “trabalhar como facilitadores nas comunidades rurais, apoiando-se como processos participativos, que reforçam as capacidades adaptativas através da promoção da coesão social, conectividade, inovação comunitária e resolução de problemas” (Mendéz, 2015, p. 312).

Uma perspectiva que é mencionada como uma intersecção dos estudos de Psicologia Ambiental e Psicologia Comunitária voltada para os contextos rurais é a noção de Psicologia Ambiental Comunitária, que de acordo com Almaral e Wiesenfeld (2015), vê a comunidade como um ambiente de ação-reflexão e promoção de qualidade de vida. Partindo deste *a priori*, são contemplados estudos sobre o ambiente rural, associado às questões sociais, como a pobreza, vulnerabilidade e a desigualdade social e condições de trabalho no campo, aspectos tratados no próximo subtópico.

Trabalho Rural e a relação agricultor-ambiente: Reflexões a partir da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social do Trabalho

Acerca da temática sobre o trabalho rural, a partir da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho (PST), é refletido por Scopinho (2017) que a compreensão dos modos de vida e subjetividade dessa categoria de trabalhadores é desafiadora, pois, assim como acontece na Psicologia Ambiental, esta categoria de trabalho ainda é pouco investigada pela PST, o que corrobora com o que foi dito anteriormente sobre a centralização da construção de conhecimento em Psicologia na perspectiva dos grandes centros urbanos. Tal constatação gera um alerta importante, pois estamos falando de uma categoria essencial para subsistência humana: a agricultura.

Para compreender a trajetória da formação do que conhecemos hoje como trabalho da agricultura familiar e seus desafios, é preciso voltar para o que foi discutido anteriormente sobre o histórico de luta pela terra vivenciada pelos camponeses brasileiros ao longo dos séculos. Fato esse

que se intensificou ainda mais na década de 1970, com a chegada dos pacotes de modernização da agricultura e da Revolução Verde, o que possibilitou o fortalecimento do agronegócio e gerou diversas situações de conflito territorial no campo, como foi ilustrado no capítulo anterior (Medeiros, 2015).

Scopinho (2017) pontua que as mudanças de larga escala promovidas pela revolução verde também modificaram a forma como o agricultor lida com a produção, trazendo inovações técnicas, porém aumentando a ocorrência de situações de trabalho terceirizado e análogo à escravidão em propriedades de grandes ruralistas, coadunando com o que é dito por Prado Júnior (2014) sobre a correlação entre avanço do progresso técnico e agravamento das condições trabalhistas.

O modelo agroindustrial e a extrema tecnificação fragmentam a relação do trabalhador com o seu território de trabalho e impacta na saúde deste trabalhador e na sobrevivência do meio ambiente, visto que esse modelo “ameaça a sustentabilidade e a reprodução social dos pequenos produtores ao incrementar a competitividade dos mercados; interliga campo e cidade acentuando as desigualdades regionais, entre outras consequências.” (Scopinho, 2017, p. 130).

Na atualidade, o rural tem vivenciado uma situação de escassez de mão-de-obra, o que decorreu tanto do processo de êxodo rural e estereotipia do rural enquanto “lugar de atraso”, como do aumento da tecnificação da mão-de-obra e a dificuldade de acesso à terra. De acordo com dados ilustrados por Scopinho (2017, p.132), há a projeção de que “em 2050 apenas 8% da população total estará morando no campo, o que representa uma diminuição de 84% em relação ao ano de 1950. (...). Como o número de estabelecimentos manteve-se, a queda foi atribuída à especialização e à mecanização da produção”.

Tendo em vista que o público que compõe o substrato de sujeitos rurais é extenso (agricultores, extrativistas, assentados, pescadores, quilombolas, indígenas etc.), Zimath e colaboradores (2020) afirmam que o psicólogo precisa atuar a partir da interdisciplinaridade e de maneira crítica, levando em consideração os contextos sociocultural e histórico onde esses sujeitos estão situados e as particularidades de cada espaço abordado. Logo,

Do ponto de vista temático, investigar o trabalho rural requer aproximações com alguns campos imprescindíveis para a compreensão da sua dinâmica, entre eles o das políticas públicas em geral, o do meio ambiente, o dos movimentos sociais e o dos fluxos migratórios. (Scopinho, 2017, p.138).

As lutas sociais empreendidas pelos agricultores familiares pelo direito à terra, água, moradia e inclusão produtiva, decorrente de mobilizações de sindicatos, cooperativas e movimentos sociais de base são cruciais tanto para a transformação e ressignificação da definição sobre o que é rural e o que é trabalho rural, como para a garantia de políticas públicas contextualizadas para as especificidades dessas comunidades e para a melhoria das condições de trabalho no campo. Scopinho (2017) menciona o contexto atual e a dualidade de percepções sobre o trabalho rural, onde de um lado é propagado um discurso tecnocrático, embasado na perspectiva do agronegócio e, de outro lado, têm-se as manifestações sociais em prol da retomada da relação do agricultor com o seu território a partir da perspectiva do campesinato, tendo a Via Campesina¹⁷ como um dos principais movimentos de debate sobre essa temática.

Ao pautar a questão ambiental, que perpassa o trabalho rural, Scopinho, Gonçalves e Melo (2016) afirmam que ela é considerada uma das linhas mestras da organização social dos trabalhadores do campo, pois a correlação desses trabalhadores com esse ambiente é importante para compreender os fenômenos ambientais atuais, como o fortalecimento da pauta agroecológica no campo.

Do ponto de vista dos movimentos sociais do campo, a crítica ao modelo de desenvolvimento rural centrado na tecnologia poupadora de força de trabalho avança de uma crítica que aponta para os problemas sociais gerados pelo modelo de desenvolvimento rural capitalista (êxodo rural, analfabetismo, violência no campo, mortalidade dos seres vivos por contaminação dos alimentos, do ar, do solo e das águas, carestia dos alimentos e

¹⁷ A Via Campesina é um movimento social internacional voltado para defesa das pautas dos povos do campo e do campesinato ao redor do mundo, possuindo uma sede também no Brasil.

pobreza) para uma crítica política pelo controle do uso das sementes, do solo e das águas, pela luta contra os transgênicos e os agrotóxicos, em suma, pela reconversão e sustentabilidade das práticas agrícolas (Scopinho, 2017, p.140-141).

Para Scopinho (2017, p.136), pensar o rural a partir da ótica citadina remete ao pensamento colonizador, pois “opera, essencialmente, no sentido de modernizar e civilizar um rural que é considerado arcaico por natureza”. Um olhar que pode auxiliar nesse processo é o conceito de Rural Profundo, que trata de entender as comunidades rurais que vivem os modos de agricultura tradicional e preservam a cultural local camponesa.

Os camponeses possuem um papel importantíssimo no processo de promoção de práticas sustentáveis no campo, a partir da interlocução do saber acadêmico com os saberes tradicionais. O lugar, enquanto território de produção de sentido, é indicado como elemento importante para a implementação da transição agroecológica, contrapondo-se ao “não-lugar (ausência no sentido antropológico) e à artificialização da natureza buscada pela agricultura moderna” (Balestro & Sauer, 2013, p.13).

Um elemento importante de caracterização da agricultura camponesa é a orientação autogerenciada embasada na sinergia entre o camponês e o seu ambiente, sendo que este trabalho não é orientado estritamente pela produção externa, mas leva em conta questões como o ciclo produtivo da natureza, relações familiares e comunitárias. Um dos elementos trazidos por Altieri (2011) sobre a potencialidade dos camponeses é a forte memória social, recheada de saberes tradicionais. A criatividade também é algo mencionado como louvável. Brandenburg (2010) também menciona a importância dos processos de sociabilização, cultura e memória social para reforçar práticas ambientalmente respeitadas, de acordo com as especificidades do território.

Tendo em vista o que fora exposto, é visível que o fortalecimento da relação trabalhador-ambiente e preservação da cultura local são fatores importantes de serem observados quando verificamos a participação dos agricultores em ações que reforcem a sua cultura de base (campesinato), o que gera o rechaço de alguns é a terminologia “agricultura familiar” para se referir aos pequenos produtores. Tuan (1980), em seus estudos sobre Topofilia, que se trata do processo de

desenvolvimento de laços afetivos entre o sujeito e o seu território de vivência, fala como é importante compreendermos que não existe uma dissociação entre o meio ambiente e a construção de modos de vida.

No caso da figura do agricultor, para quem a terra possui um simbolismo muito forte, a construção de relações afetivas com o ambiente pode ser mais intensa, pois “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela” (Tuan, 1980, p. 111). O autor relata que o sentimento de unidade com a terra, que é tida como “repositório de lembranças”, auxilia-o a entender a terra como parte de si, o que fortalece o processo de apropriação do espaço deste trabalhador com seu território.

Higuchi e Theodorovitz (2018) afirmam que o entendimento sobre um território pode ser compreendido em como um lugar resulta do processo de apropriação do espaço, que se dá tanto a nível físico quanto a nível simbólico. Apropriação essa, segundo Pol (2002), que se dá por meio de dois processos centrais: a ação-transformação e a identificação simbólica. A partir destes, o sujeito dota o espaço de significados que são difundidos através da interação social. Quando é apropriado simbolicamente, o entorno desempenha um papel importante na vida do sujeito, tornando-se um referencial importante para o desenvolvimento de processos: cognitivos, como, por exemplo, a orientação socioespacial; afetivos, como o pertencimento e identidade territorial. Estes são elementos importantes para se entender os surgimentos de condutas espaciais sustentáveis.

Uma das demandas emergentes, no que tange o fortalecimento da agroecologia e consideração dos seus aspectos sociais, é o investimento em estudos e metodologias voltados para a compreensão das visões de identidade dos diferentes grupos envolvidos no processo, desde que esses indicadores estejam contextualizados territorialmente, de acordo com a especificidade de cada contexto pesquisado (Sevilla Guzmán & Molina, 2013).

Ressalta-se que não adianta pensar no processo de transição agroecológica sem pensar no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, coadunando com os estudos sobre a construção de modos de vida sustentável em comunidades rurais. Os modos de vida sustentáveis têm como chave de estudo a interdisciplinaridade na compreensão do desenvolvimento rural, tanto

no que se refere a processos operacionais, como na mobilização social gerada em torno da produção desses modos de vida. Para ser considerado sustentável, o modo de vida deve ter foco na manutenção dos recursos locais, na resiliência e no estabelecimento de relações sociais de cuidado e suporte (Schmitt, 2013).

A forma que o agricultor se compromete com o ambiente também está ligada à sua visão ideológica de natureza. Sendo que, quando este tem uma visão altruísta e consciente da natureza, pode haver comprometimento ambiental (Moser, 2016). A essa compreensão, deve também ser somada a compreensão da dimensão afetiva da relação trabalhador-ambiente, pois, para haver uma relação respeitosa com a terra, a dimensão pertencimento deve ser fortalecida e isso só é possível pelos afetos. É sobre essa perspectiva que será discutido o item a seguir.

Compreendendo os conceitos de Compromisso Pró-Ecológico e Comportamento Ecológico a partir do colorido da Afetividade: reflexões a partir da Psicologia Ambiental

Para iniciar essa discussão, será apresentado o conceito de Compromisso pró-ecológico e de Comportamento Ecológico, seguido da discussão sobre o lugar da afetividade na Psicologia Ambiental e a noção de ética do cuidado ambiental, proveniente da perspectiva de sustentabilidade biocêntrica ecocêntrica. Como pontuado por Kruse (2004), a preocupação com a pauta da sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável ganha força entre meados dos anos de 1980 e 1990, com surgimento de grandes conferências ambientais, como a Rio-92 e o fenômeno das mudanças climáticas. Com os problemas ambientais crescendo substancialmente, as dimensões humanas e psicológicas desses fenômenos começam a ser abordadas a partir da compreensão dos três papéis do ser humano nos fenômenos ambientais: vítimas, agentes causadores e agentes transformadores.

Para Wiesenfeld (2003), um dos pontos críticos dos estudos acerca da temática do Desenvolvimento Sustentável, além da visão de sustentabilidade, na grande parte das discussões, embasada em pressupostos antropocêntricos utilitaristas, é o baixo percentual de estudos voltados

para a dimensão social do DS, campo para estudo da Psicologia. As reflexões sobre os aspectos abordados na dimensão social ajudam na superação da visão conservacionista e promove amplitude no debate.

O grande foco dos estudos da Psicologia Ambiental, quando se refere ao desenvolvimento sustentável, são as atitudes humanas danosas ao meio ambiente, mudança nas condutas ambientais, ações humanas pró-ambiente, dimensão cultural do desenvolvimento sustentável e o fomento de modos de vida sustentáveis (Wiesenfeld, 2003). Dentre esses conceitos, a discussão aqui realizada se centrará no entendimento de dois: Compromisso Pró-Ecológico e Comportamento Ecológico.

De acordo com Gurgel e Pinheiro (2011, p. 159), o compromisso pró-ecológico (anteriormente nomeado Compromisso Pró-Ambiental) consiste na “relação cognitiva e/ou afetiva, de caráter positivo, que as pessoas estabelecem com o meio ambiente a partir do meio, responsabilizando-se e interessando-se por ele”. Partindo dessa relação, é possível gerar condutas embasadas na noção de corresponsabilidade com o ambiente vivido. Para compreender como este processo se desenvolve, devem ser levados em consideração alguns indicadores como as crenças, atitudes e valores ecológicos.

O termo crença ambiental é definido como “sistema psicológico estruturado que corresponde ao conceito de visão de mundo alusivo ao modo de perceber a relação da pessoa com o ambiente” (Pato & Higuchi, 2018, p.36). Estas crenças podem surgir tanto quando há contato direto com o ambiente (crença primária), quanto quando são aprendidas indiretamente a partir da distribuição de informações com outras pessoas (crença secundária), sendo as primeiras mais difíceis de mudar do que as segundas. Outro aspecto importante sobre elas é que, para que haja uma atitude perante o ambiente, tem-se como base uma crença, que pode ser perene ou passível de mudança, sendo que uma atitude pode gerar novas crenças a respeito de um objeto. Para compreender as crenças, os componentes vivenciais (história de vida) e socioculturais também devem ser levados em consideração (Pato & Higuchi, 2018).

Sobre as atitudes ambientais, Pato e Higuchi (2018, p.36) relatam que estas são “opiniões ou avaliações de um objeto social que predispõe resposta ou ações a ele relacionadas”. Existem dois

modelos de compreensão sobre atitudes ambientais: o modelo unidimensional, que correlaciona a noção de atitudes como algo referente aos sentimentos direcionados ao objeto e o modelo tridimensional, que entende que a atitude é composta por fatores afetivos, cognitivos e de conduta, sendo que neste os afetos manifestados na relação pessoa-ambiente são considerados para entender como as pessoas agem com relação às pautas ecológicas.

Ao falar sobre valores, Pato (2011, p. 296) os define como “aqueles que visam ao equilíbrio e a sustentabilidade das relações entre os diversos ecossistemas ou ambientes e estão diretamente relacionados a crenças, atitudes e comportamentos ecologicamente responsáveis”. Os valores ecológicos, assim como os valores humanos, são compostos por elementos como a motivação, a compreensão de normas, ética, fatores afetivos e são importantes para dar base às ações humanas acerca do seu ambiente. A base de valores ambientais possui correlação direta com o sentimento de pertencimento ao lugar, que é fomentado a partir do estreitamento do vínculo do sujeito com o seu ambiente vivido. Alguns valores ecológicos citados por Pato (2011) são: união com a natureza, proteção ambiental, higiene, proteção do ambiente, prevenção da poluição e respeito à Terra.

A compreensão dos valores é imprescindível para entender a orientação de compromisso pró-ecológico que influencia na forma como os sujeitos agem no ambiente. González e Amérigo (1999) definem que existem três orientações acerca dos valores ecológicos: egoística (interesses individuais), social-altruística (individuais e coletivos) e biosférica (coletivos e ambientais). Essas orientações estão ligadas às três formas de expressar compromisso pró-ecológico, descritas aqui.

A orientação de compromisso pró-ecológico egoística é fruto da base antropocêntrica do ambientalismo e sustentabilidade, porém, é ligado a uma perspectiva mais individualista, onde o processo de manutenção da vida na Terra é focado apenas na perspectiva dos bens individuais do sujeito, como, por exemplo, preservar apenas o espaço que condiz ao seu próprio lar. Já a orientação altruística de compromisso, que partilha da mesma base conceitual sobre sustentabilidade da vertente egoística, tem um olhar mais ampliado, com foco nos impactos das ações ambientais na coletividade humana e suas reverberações nas vidas das próximas gerações. Essa perspectiva dialoga diretamente com o conceito de sustentabilidade que é propagado nos fóruns mundiais e em

políticas públicas pautadas na noção de Desenvolvimento Sustentável, como foi mostrado no primeiro tópico desse estudo (Amérigo, 2007; Gurgel & Pinheiro, 2011; Olivos, Aragonés & Amérigo, 2011).

A orientação biosférica, também chamada de ecocêntrica de compromisso, advém de uma perspectiva macrodimensional, onde não apenas o processo de manutenção de vidas humanas deve ser levado em consideração, mas também as consequências das ações humanas e suas reverberações nos animais, plantas e ecossistemas, visualizando a terra a partir de uma perspectiva que foca no afeto e na espacialidade. Dialoga diretamente com os direcionamentos biocêntricos dos estudos sobre sustentabilidade, com a perspectiva sistêmica da terra e com a ética planetária de cuidado (Diniz & Pinheiro, 2014; Gurgel & Pinheiro, 2011; Amérigo, 2007).

Nos estudos atuais sobre a temática, é percebida uma predominância da visão antropocêntrica, o que pode ser explicado por esta ser a perspectiva mais difundida no campo de construção do conceito e aplicabilidade da sustentabilidade. Para entendermos como essas orientações de compromisso surgem, é preciso considerar aspectos históricos, socioculturais e as bases afetivas e cognitivas que movem esse processo. Tais orientações são cruciais para o entendimento do fomento de comportamentos ecológicos e modos de vida sustentáveis (Diniz & Pinheiro, 2014; Gurgel & Pinheiro, 2011).

Pato e Campos (2011, p.122) definem comportamento ecológico como “ação humana que visa contribuir para proteger o meio ambiente ou para minimizar o impacto ambiental de outras atividades”. Algumas expressões utilizadas para falar sobre comportamento ecológico são: comportamento pró-ambiental, comportamento ambientalmente responsável e conduta pró-ambiental. O fenômeno do comportamento ecológico é expresso através de condutas psicológicas que tenham foco em ações de conservação e proteção dos ecossistemas.

São ações que se dão de forma integrada e efetiva, partindo das exigências sociais e individuais em prol do meio ambiente. Esse comportamento é composto por três características principais: ser produto de uma conduta que gera mudanças no meio em que vive, ser resultado de uma demanda existente na atualidade e apresentar um nível de complexidade comprometido com

três esferas temporais: presente, passado e futuro. Não há como compreender o surgimento de um comportamento ecológico sem levar em consideração a orientação de compromisso pró-ecológico e os elementos intrínsecos a este (atitudes, valores e crenças ambientais), assim como o modo de vida e de subjetivação e as condições do ambiente vivido (Pato & Campos, 2011).

Tapia-Fonllem e colaboradores (2013) pontuam que a maioria dos estudos voltados para a perspectiva do comportamento pró-ambiental são embasados em uma perspectiva nomeada de “modelo de homem racional” (*rational-man model*), que tem como pressuposto o entendimento de que o comportamento pró-ambiental é emitido quando este é suscitado por processos racionais. Porém, o processo de compreensão da composição da psiquê humana não é apenas composto por cognição, as emoções devem ser consideradas nesse processo, pois estas, para além de serem importantes para a composição dos processos subjetivos humanos, influenciam diretamente nos processos cognitivos, corroborando com a perspectiva monista da mente humana.

Corral-Verdugo (2010) afirma que as emoções são visualizadas por muitos autores como a porta de entrada para o processo de educação ambiental, pois para além dos processos cognitivos, as predisposições ao se engajar em ações sustentáveis também derivam do afeto gerado na relação pessoa-ambiente natural. Logo, as emoções devem ser entendidas como um “mecanismo que orienta o comportamento humano em direção aos tempos futuros – e, às vezes, incertos –, o que torna as emoções um ingrediente mental básico de ações sustentáveis” (Tapia-Fonllem *et al*, 2013, p.236, tradução nossa).

Corral-Verdugo (2010) explica que os fatores afetivos influenciam vários componentes básicos, como a atitude e a motivação no processo de predição de condutas ecológicas. Logo, o processo de decisão a respeito de ações em favor do meio ambiente deve considerar tanto os aspectos afetivos, como os aspectos cognitivos, sem que um tenha menor valor que o outro; portanto, o fator emoção deve ser investigado nesse processo. Alguns estudos citados pelo autor apontam a correlação direta entre aspectos afetivos e o senso de apreciação pelo ambiente natural a nível implícito e explícito. Outro constructo discutido por esse autor é que, ao mesmo tempo em que os afetos são gerados na emissão de condutas pró-ecológicas, também são geradores de ações

em prol do ambiente, sendo citado o senso de altruísmo como um dos principais afetos motivadores desse tipo de conduta, logo “as emoções são causas e consequências de ações sustentáveis” (Corral-Verdugo, 2010, p. 136, tradução nossa).

Dentre as pesquisas que observam a importância das variáveis emocionais como preditores de comportamentos pró-ecológicos, é citada por Tapia-Fonllem e colaboradores (2013) a de Carrus *et al.* (2008), que pontuou que emoções negativas correlacionadas à antecipação, como a preocupação e o medo podem mover indivíduos a mudarem sua postura e ter mais zelo com seu ambiente. Outra coisa falada pelos autores é sobre como emoções positivas podem ser geradas quando se tem um contato mais próximo com ambientes naturais, o que é percebido quando se estuda sobre a noção de ambientes restauradores.

Outro direcionamento trazido pelos autores é o conceito chamado Biofilia, que de acordo com Tapia-Fonllem e colaboradores (2013), trata-se de uma orientação afetiva de agir com prol da vida e da biodiversidade. É pontuado que a relação entre humanos e natureza, que em outros tempos ocorria de forma mais duradoura, tem sido afetada pelo processo adaptativo aos modelos de ambientes construídos na modernidade como, por exemplo, a rotina das grandes cidades. Apesar disso, ainda precisamos desse contato com o ambiente natural e isso pode gerar também afinidade por todos que compõe esse ambiente (vidas humanas e não humanas).

De forma geral, a importância do entendimento das emoções no processo de compreensão do compromisso pró-ecológico e dos comportamentos ecológicos é primordial para a compreensão de fatores como motivação, modos de vida, subjetivação e formas de se relacionar com o ambiente, visto que “de qualquer forma, sem emoções seria difícil encontrar afinidade com a proteção ambiental”. (Corral-Verdugo, 2010, p.141, tradução nossa). Porém, os estudos acerca da correlação entre condutas sustentáveis e afetividade ainda são escassos e isso decorre da ênfase nos estudos sobre os aspectos cognitivos nos estudos sobre a temática na Psicologia Ambiental. Visto isso, será apresentada aqui a perspectiva do entendimento da relação afetiva pessoa- ambiente embasada na Psicologia Ambiental de abordagem transacional e na Psicologia Histórico-Cultural de Vygostky, base das pesquisas e intervenções realizadas no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental

da Universidade Federal do Ceará (Locus-UFC).

Pensar na situação de crise ambiental atual requer uma reflexão ampla sobre a construção de uma racionalidade ambiental, que é o estudo do ambiente por meio de um caminho interdisciplinar e reflexivo, partindo de uma relação de alteridade. É fundamental reconhecer que não existe uma separação rígida entre os aspectos racionais e emocionais na formação das condutas humanas. Uma perspectiva cartesiana, que fragmenta razão e emoção, mostra-se insuficiente para compreender a complexidade envolvida na construção de comportamentos e na elaboração de uma ética ambiental. Logo, “a construção de uma nova racionalidade ambiental precisa resgatar a afetividade como condição de saber, como categoria ética do saber ambiental (...), orientado por uma ética afetiva, isto é, por uma racionalidade ético-afetiva” (Alencar, Bomfim & Barrocas, 2009, p.74).

Pensar em uma racionalidade ético-afetiva, que, conforme Bomfim (2023), é um processo decorrente da dialética pessoa-ambiente e favorece a construção de laços sociais nesse contexto, é pensar em considerar que os lugares que permeiam nossa vida são carregados de fatores como sentidos, significados, histórias e afetos que influenciam diretamente na forma como representamos a identidade desse território. Em seu texto intitulado “O Calor do Lugar”, Sawaia (1995) inicia uma reflexão sobre o caráter simbólico e identitário dos espaços partilhados, visto que este é ao mesmo tempo incluyente e excluyente, sendo que uma parcela populacional pode sofrer, em um mesmo território, situações de segregação socioespacial, onde os direitos básicos a bens e serviços garantidos por lei são violados ou negados.

Mais adiante, ao refletir sobre o conceito de sofrimento ético-político, Sawaia (2014) relata que, ao estudar sobre situações geradoras de vulnerabilidade social e violação de direitos básicos, é preciso enxergar não apenas os critérios de riscos socioeconômicos, sendo a afetividade um elemento importante para compreensão de como as pessoas que passam por esses processos se sentem e como o poder público lida com essas questões. Sawaia (2014, p.102) traz nesse aspecto a emoção enquanto elemento importante para a construção do pensar e do agir no cotidiano, pois se trata de um “fenômeno objetivo e subjetivo, que constitui a matéria-prima básica à condição

humana”.

Ao pensar a perspectiva da sustentabilidade e dos elementos psicológicos que envolvem esse processo a partir da compreensão da racionalidade ético-afetiva, é preciso considerar a relevância dos afetos para entender como se dá a dinâmica de constituição dos espaços, partindo de uma perspectiva onde afetividade e cognição não são vistas como opostas, mas, sim, enquanto essenciais para o entendimento dos fenômenos socioambientais. Considerando que o afeto é “um ato de implicação com algo ou alguma coisa, seja uma pessoa, um espaço ou até mesmo uma ideia. É parte do pensamento e da ação, podendo assumir forma positiva ou negativa, ativa ou reativa, direta ou indireta” (Bomfim, 2023, p. 54).

Para compreender a perspectiva de Racionalidade ético-afetiva e suas reverberações na relação pessoa-ambiente, Bomfim (2023) promove o diálogo sobre a base de entendimento do conceito de afetividade a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural sobre as emoções, tendo como base os estudos de Lev Vygotsky, a compreensão de afetos e afecções de Baruch Espinosa e a Teoria dos Sentimentos de Agnes Heller.

Com base no Materialismo Histórico-Dialético, Vygotsky (2008) rompe com os modelos tradicionais da Psicologia predominantes no início do século XX, que priorizavam a dimensão intrapsíquica do sujeito. Ao conceber o sujeito como um ser histórico, inserido em contextos sociais, culturais e temporalidades específicas, sua abordagem possibilitou o desenvolvimento de investigações voltadas à compreensão das influências do meio sobre a constituição do indivíduo.

Outro conceito importante para entender o desenvolvimento humano é o conceito de vivência, que é entendida como uma manifestação na qual as características individuais se combinam com os traços específicos do ambiente social em que o sujeito está inserido, influenciando sua conduta diante de situações particulares. Esse aspecto é essencial para compreender como as nuances pessoais moldam as formas de intervenção de uma pessoa em diferentes contextos sociais. Vygostky (2006) traz dois elementos importantes para compreendermos a vivência, que são os estados internos, que captam os estímulos externos através das funções psicológicas sensação e percepção e as formações afetivas, onde este estímulo

percebido ganha significado através da nomeação dos afetos vivenciados neste momento. A vocalização de sentimentos e afetos derivados da vivência ocorre inicialmente aos sete anos de idade, quando a criança consegue externalizar esses conteúdos a partir da linguagem.

De acordo com Brandão (2012), entender a influência de Vygotsky sobre os estudos acerca das emoções requer distinguir dois processos: funções inferiores – aquelas reflexivas e inatas – e funções superiores, construídas através da interação social. Nesse contexto, o processo de significação, exclusivo aos humanos, conecta as dimensões interna e externa, revelando a natureza sócio-histórica dos sentimentos. Assim, esse autor propõe que afeto e cognição são inseparáveis na constituição da subjetividade, o que é evidenciado pela predominância do sentido na linguagem interior e do significado na comunicação externa.

Ao estudar sobre afetividade, tema central de discussão no livro “Teoria das Emoções”, Vygotsky (2004) afirma que esta é uma função psicológica superior, gerada no processo de mediação do sujeito com o seu contexto social, que possibilita que os sentimentos originados ao longo de um determinado contexto social e histórico podem se transformar, logo, o afeto não é algo estático. A concretização da externalização dos afetos se dá a partir do pensar, sendo esse possível através da linguagem, quando é comunicado ao ambiente externo os nossos sentimentos e sentidos. Logo, para entender as emoções, é primordial considerar os sentidos e significados expressos sobre ela a partir da comunicação.

A visão monista de entendimento sobre os processos conhecidos como razão e emoção permite vislumbrar que não existe hierarquização entre esses elementos, pois o pensamento também é carregado por elementos afetivos. A crítica ao pensamento cartesiano a respeito do dualismo emoção-razão advém do estudo desenvolvido sobre a teoria das emoções de William James e Carl Lange, que se voltava apenas para questões fisiológicas das emoções, sem se debruçar sobre seus aspectos psicossociais. Como contraponto à base mecanicista da teoria James-Lange, Vygotsky (2004) traz a discussão espinosana, tendo como ponto de partida a compreensão do entendimento da integração entre razão e emoção como forças que devem ser compreendidas e valorizadas igualmente, a partir de um olhar holístico.

Os adeptos de uma nova tendência acham em Spinoza não só uma nomenclatura e uma classificação das paixões, mas também certas relações fundamentais que atravessam toda a vida dos sentimentos e as motivações, cuja importância é decisiva para compreensão do ser humano, também de construir temas para um método descritivo preciso (Vygostky, 2004, p. 233, tradução nossa).

Os estudos de Espinosa (2015) acerca dos afetos também partem de uma perspectiva monista de ser humano, onde afirma que para compreender a origem dos afetos é preciso entender que corpo e mente são uma unidade, que ao interagir com o meio, pode sofrer afetações deste, como também pode transformar esse espaço a partir do afeto, numa percepção dialética entre sujeito e meio. Os afetos são definidos pelo autor como “as afeições do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afeições” (Espinosa, 2015, p. 98).

A sociabilidade desempenha um papel essencial na formação dos afetos, uma vez que a consciência, surgindo do corpo, está intrinsecamente integrada a ele e atua no armazenamento de informações. Quando essa conexão direta entre o consciente e o meio é interrompida, surgem distorções no conhecimento, permitindo que a imaginação produza saberes inadequados e fantasiosos, os quais podem fomentar a superstição.

Ainda sobre a dinâmica dos afetos, um conceito importante criado por Espinosa é o conceito de *Conatus*, que é compreendida como uma força que estimula o sujeito para a autoconservação. Durante o processo de manifestação e constituição do *Conatus*, a consciência funciona como um instrumento que permite ao ser humano reconhecer a presença e a orientação desse impulso, sem modificá-lo ou direcioná-lo. O *Conatus* é a base para o surgimento da potência de ação, que move o ser humano a entrar em atividade e intervir em seu meio. Quando é gerada a potência de ação, vê-se a predominância de afetos ativos (alegres), que promovem liberdade e autonomia. Já quando essa potência de ação é bloqueada, emerge a potência de padecimento, onde emergem os afetos passivos (tristes) que propulsionam a servidão e alienação dos sujeitos (Espinosa, 2015).

Continuando a explorar as bases conceituais da racionalidade ético-afetiva de Bomfim (2023), apresenta-se a Teoria dos sentimentos, derivada dos estudos da socióloga Agnes Heller. Esta autora também compreende a produção do sujeito enquanto ser sócio-histórico e elucida que a forma e impacto gerado por um sentimento passa pelo crivo do contexto externo onde este é manifestado. Elementos como a implicação, intensidade e valoração são importantes para o sujeito decodificar o que o sujeito está sentindo e como agir perante estes sentimentos. (Heller, 2004).

A autora classifica os sentimentos em seis categorias: sentimentos impulsivos, afetos, sentimentos orientativos, sentimentos cognitivo-situacionais (emoções), sentimentos de caráter e personalidade e predisposições emocionais. Destas seis categorias, será dada ênfase a três: afeto, sentimentos orientativos e sentimentos cognitivos-situacionais. Heller (2004) conceitua os afetos como sentimentos distintos, enfatizando que, embora os impulsos constituam uma base para sua formação, nem todos os afetos são diretamente derivados destes. Para ela, somente os impulsos mais significativos desencadeiam afetos e emoções complexas, os quais são fundamentais para promover a homeostase social e compor o caráter social do indivíduo. A manifestação do afeto pode ser modulada por emoções secundárias e regulada por normas éticas, permitindo que sejam sublimados ou canalizados ao longo do tempo.

Já os sentimentos orientativos são definidos por Heller (2004) como aqueles que norteiam nossas atividades perante o mundo, sendo desenvolvidos a partir das experiências perpassadas ao longo do tempo, a partir da forma que o sujeito vivencia o contexto social. São importantes para guiar o pensamento, a realização de contatos e afiliações sociais e na construção do conhecimento popular, que é chamado de senso comum. Os sentimentos cognoscitivo-situacionais, também conhecidos como emoções, são entendidos como fruto inerente à estrutura social do sujeito; podem se manifestar de forma distinta de cultura para cultura; são aprendidas socialmente e desencadeadas em um determinado contexto e por um estímulo específico, sendo consideradas essenciais para o desenvolvimento humano.

Em resumo, Heller (2004) apresenta as predisposições emocionais como habilidades que tornam o indivíduo mais propenso a experimentar determinados sentimentos com maior frequência

e intensidade. Esse padrão de resposta afeta a forma de sentir e agir ao longo da vida e é influenciado tanto por experiências marcantes e interações sociais quanto por fatores hereditários. Além disso, tais predisposições têm origens diversas e são passíveis de mudança, não se fixando de maneira permanente.

Visto essa breve conceituação da noção de afetividade que embasa os estudos sobre a compreensão da relação afetiva pessoa-ambiente por Bomfim (2023), pode-se notar que os sentimentos e emoções são cruciais para a orientação das ações realizadas cotidianamente nos territórios, visto que a “afetividade não é só o vínculo do habitante com o seu lugar, mas todos os sentimentos e emoções que, em seu conjunto, demandam disposições afirmativas ou negativas, positivas ou negativas, que configurem uma afetividade em relação ao espaço construído e vivido” (Bomfim, 2023, p.55).

A partir do entendimento sobre o quão implicado o sujeito é com o seu lugar de vida é possível entender quais os afetos que se manifestam na relação pessoa-ambiente, podendo estes afetos serem indicadores importantes da racionalidade ético-afetiva, derivada do encontro. Respalhada na teoria espinosana sobre os afetos, Bomfim (2023) relata que a geração da potência de ação só é possível através dos bons encontros, que são promovidos em espaços que fomentam a participação ativa do cidadão e facilitam interações que fortalecem a autonomia, em contraste com experiências negativas, que mantêm o estado de alienação. Esses encontros são caracterizados pelo incentivo a afetos que potencializam a emancipação, permitindo acesso integral aos direitos e recursos do Estado.

Compreendendo o quão revelador esses sentimentos podem ser para entender como os sujeitos agem em suas localidades, a autora reforça que os afetos são importantes para “o desenvolvimento de valores éticos nas relações interpessoais” (Bomfim, 2023, p. 66), podendo nessas ações haver predominância de afetos ativos (advindos da potência de ação e geradores de emancipação) ou afetos passivos (advindos da potência de padecimento, geradores de alienação). Também é preciso verificar qual o impacto emocional está por trás do processo de atribuição de valores a um espaço.

Acerca da dimensão emocional ao estudar a relação pessoa-ambiente, Corraliza (1998) afirma que a valoração afetiva do ambiente é crucial para tornar um espaço em lugar, tendo como consequência o fato de “que as variáveis espaciais e físicas se convertam, em função da implicação do indivíduo, em um ambiente de significado simbólico” (Corraliza, 1998, p.63, tradução nossa). A partir disso, surge a percepção do ambiente como território emocional, espaço onde o sujeito se desenvolve. Deve-se levar em consideração a experiência emocional no processo de relação pessoa-ambiente, mas sem deixar de levar em consideração os índices socioeconômicos e culturais.

Segundo Feitosa *et al.* (2018), olhar o território a partir da afetividade auxilia no entendimento da forma com que os sujeitos se relacionam com ele, podendo influenciar com os seus modos de vida e de intervenção no local. As autoras afirmam que ainda há negligência da dimensão afetividade na compreensão territorial e que isso se dá principalmente pela forma utilitarista de vislumbrar o espaço que ainda vigora, direcionada ao uso dos recursos naturais que nele existem. Por conta disso, é preciso interpretá-lo de modo multidimensional, sendo a afetividade uma “[...] via integradora para compreensão do território e de suas vulnerabilidades” (Feitosa *et al.*, 2018, p.199).

Tal perspectiva advém dos estudos de Bomfim (2023) e Bomfim, Ferreira e Delabrida (2018) acerca dos territórios emocionais e afetividade. Sob essa ótica, quando se faz um estudo sobre a relação pessoa-ambiente, é necessário considerar, para além dos determinantes sociais presentes nestes, a dimensão afetiva da relação do sujeito com o ambiente. O afeto é, nesse contexto, um componente orientativo para compreender como se dão as dinâmicas de apropriação e formação de vínculos nesses lugares, em um determinado contexto sócio-histórico, tornando-o um indicador da racionalidade ético-afetiva, gerado na sociabilização. Compreendendo o lugar a partir dos sentimentos e emoções é possível observar como aspectos sociais, culturais e políticos perpassam o processo de apropriação e construção identitária de um local (Bomfim, Ferreira & Delabrida, 2018).

Uma forma de aferir a influência da afetividade na relação pessoa-ambiente é estudando como surge o processo de estima de lugar, definido como “[...] via de acesso ao conhecimento da cidade, internalizado a partir da vivência” (Bomfim, 2023, p. 218). A partir desse conhecimento, é

possível observar como a dimensão afetiva influencia um indivíduo a agir ou ser inerte às situações vivenciadas em seu território. As estimas podem ser potencializadoras, que impulsionam a ação e a autonomia e fomentam a felicidade pública, ou, despotencializadoras, que proporcionam o padecimento e a alienação, fomentando o sofrimento ético-político. (Bomfim, 2023; Bomfim, Ferreira & Delabrida, 2018).

Para chegar a esses dados, Bomfim (2023) desenvolveu um instrumento metodológico chamado “Instrumento Gerador de Mapas Afetivos” (IGMA), que possibilita compreender como os afetos se manifestam na relação de uma pessoa com o seu lugar. Inclusa no inquérito do IGMA, também pode ser utilizada a Escala de Estima de Lugar (EEL), que permite ao pesquisador compreender se há predominância de afetos ativos (estima potencializador) ou passivos (estima despotencializadora). Os aspectos gerais sobre a aplicação e análise do IGMA estão detalhados no tópico sobre os métodos da pesquisa.

Acerca da base dos sentimentos no senso de cuidado com o ambiente, é dito por Lourenço (2019) que os estudiosos da corrente biocêntrica de sustentabilidade visualizam que não é possível entender a ética do cuidado sem entender os afetos geradores do sentimento de altruísmo, sem que este seja visto como uma recíproca obrigatória e, sim, orgânica. Outro tópico pontuado é que a ética do cuidado deve sair da dicotomia razão/emoção e partir de uma perspectiva holística, visto que essa dicotomia do que é considerado racional e irracional reforça a discriminação dos seres supostamente irracionais e os põe como inferiores aos humanos, reforçando a pirâmide hierárquica do antropocentrismo.

Boff (2016) menciona também a importância de acrescentar ao estudo sobre sustentabilidade duas dimensões, a espiritual e a psicológica, sendo esta última o foco da presente tese. Um dos elementos importantes para essa mudança paradigmática na relação com o sistema Terra é o afeto, a capacidade de sentir, afetar e ser afetado, afeto esse rechaçado em discussões modernas sobre o pretexto de uma pretensa “racionalidade moderna”. Não há como pensar em uma ética de emancipação e cuidado sem levar em consideração os afetos e os sentimentos. Logo, dentre as necessidades básicas que precisam estar contidas nos estudos sobre sustentabilidade, localizam-se

“o afeto (amar e ser amado), o entendimento (aceitar os outros como são e ser também aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade” (Boff, 2016, p.150). Após a ilustração do constructo teórico que dá base a esta tese, em seguida será descrito seu percurso metodológico.

Procedimentos Metodológicos

A Psicologia ambiental pode ser entendida como uma Psicologia aplicada, pois esta subárea comporta processos de tomada de decisão e intervenção no ambiente, mediante as demandas sociais observadas (Moser, 2016). Como afirmado por Wiesenfeld (2003), as pesquisas no campo da Psicologia Ambiental devem levar em consideração a participação ativa e o protagonismo dos sujeitos pesquisados, como também o contexto comunitário onde serão desenvolvidas.

Tendo em vista esse panorama, a presente pesquisa, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, que, de acordo com Cresswell (2012), possibilita a sistematização de dados aliada à percepção do contexto social e histórico de forma holística, optou pela metodologia chamada Pesquisa de Campo, que, para Minayo (2021, p.56), “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual se formulou uma pergunta e também visa estabelecer uma interação com os diferentes atores que fazem parte da realidade”.

A opção pela realização de uma pesquisa de campo justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos investigados *in loco*, tendo um encontro direto com o público-alvo e a estrutura sociocultural onde a pesquisa será desenvolvida. O contato com os agricultores familiares que passaram pelo processo de transição agroecológica a partir da política pública Projeto Paulo Freire (PPF) é crucial para entender a relação social e afetiva destes com seu território, com sua comunidade e com os pressupostos utilizados no processo de condução da transição pelo PPF, assim como para vislumbrar suas perspectivas sobre questões importantes para este trabalho, como a orientação do entendimento de sustentabilidade (a partir da compreensão da orientação de comprometimento pró-ecológico) e os aspectos psicossociais suscitados na mudança para a agroecologia.

Tal metodologia tem como premissa o reconhecimento dos elementos socioculturais e históricos do contexto de desenvolvimento de pesquisa, visando o estímulo da participação da comunidade no processo para além da dinâmica pesquisador-sujeito, uma vez que a construção do estudo também recebe contribuições advindas dos saberes locais e histórias de vida dos participantes (Minayo, 2021).

Seguindo a tendência vigente em pesquisas da Psicologia Ambiental, adota-se a abordagem multimétodos, que segundo Gunter, Elali e Pinheiro (2011), consiste na utilização de dois ou mais métodos de coleta de dados, que são escolhidos de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, os métodos devem proporcionar a integração entre os resultados obtidos em cada fase da coleta de dados. Neste tópico, inicialmente será apresentado o cenário da pesquisa: os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri, que compõe a Região Metropolitana do Cariri (RMC). Adiante, será ilustrado como se deu o processo de seleção da amostragem, os métodos de coleta de dados escolhidos e utilizados, assim como a metodologia de análise de dados e os princípios éticos da pesquisa.

Cenário da pesquisa

Neste tópico, serão abordadas as especificidades da composição e contexto social do território rural onde foi realizada a pesquisa de campo: Nova Olinda, município onde se localiza a comunidade Sítio Gostoso e Santana do Cariri, localidade de onde o Sítio Cedro/Mina Nova é proveniente. O motivo da escolha deste recorte territorial advém tanto pelo fato destes municípios estarem inseridos na área de cobertura do Projeto Paulo Freire, quanto pelo interesse da pesquisadora em manter o seu propósito de pautar seus estudos no processo de interiorização da pesquisa de pós-graduação, visto o baixo quantitativo de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia em regiões interioranas, como o Cariri.

Como foi abordado no capítulo de contextualização territorial, as cidades de Nova Olinda e Santana do Cariri são componentes da Região Metropolitana do Cariri, sendo anexadas a esta por sua proximidade com o triângulo CRAJUBAR, com o foco em irradiar ações que tem como objetivo

o desenvolvimento regional para além do triângulo, diminuindo o desnível entre os municípios. A porção oeste do Cariri, onde os municípios supracitados estão localizados, tem na agricultura de base familiar sua principal atividade econômica, mesmo estando em um contexto em que as condições climáticas características do semiárido trazem fragilidades no fomento e manutenção das plantações e criações de animais (Pinho & Piancó, 2017).

De acordo com o IPECE (2022a), o município de Nova Olinda tem população aproximada de 11.354 habitantes, sendo que aproximadamente 58% destes residem na zona rural. A área do território de Nova Olinda corresponde a 282,584 km², com densidade demográfica de 54,49 habitantes por km². No que se refere a sua história de fundação, Batista (2020) relata que durante o período histórico chamado “Ciclo do Couro”, onde os vaqueiros migravam para o interior do estado para ampliar o acesso à pastagem para os bovinos, os exploradores encontraram a área onde se localizava anteriormente a aldeia do povo indígena Kariri chamada “Aldeia da Água Saída do Mato”, que foi nomeada posteriormente como Tapera, visto que abrigava ruínas, onde os vaqueiros se abrigavam.

Alguns destes tropeiros, satisfeitos com a região, resolvem instalar moradia na região, gerando o povoado Tapera. Posteriormente, houve a visita de missionários pernambucanos que buscavam guarita neste povoado, ato que foi negado. Mesmo assim, a pedido dos moradores, foi realizada uma missa, onde, durante a celebração, manifestando o desagrado com a situação vivenciada, o padre do local declama a seguinte frase “De hoje em diante o nome deste povoado será Nova Olinda, para que fique marcada a minha passagem” (Batista, 2020, p.253). Tal evento marcou a mudança de nome do povoado para Nova Olinda, que posteriormente foi elevado a distrito de Santana do Cariri em 04 de dezembro de 1933.

O processo de emancipação política do distrito aconteceu no ano de 1957, a partir da Lei nº 3.555, sendo instalada um ano depois com a posse do primeiro prefeito, Laurêncio Alves Feitosa. Um dos monumentos, que é conhecido como marco inicial do município, é a Casa Grande da antiga fazenda da Tapera, que anteriormente era considerada uma casa mal-assombrada e hoje é a sede do equipamento de cultura Fundação Casa Grade- Memorial do Homem Cariri (Figura 13) (Batista,

2020).

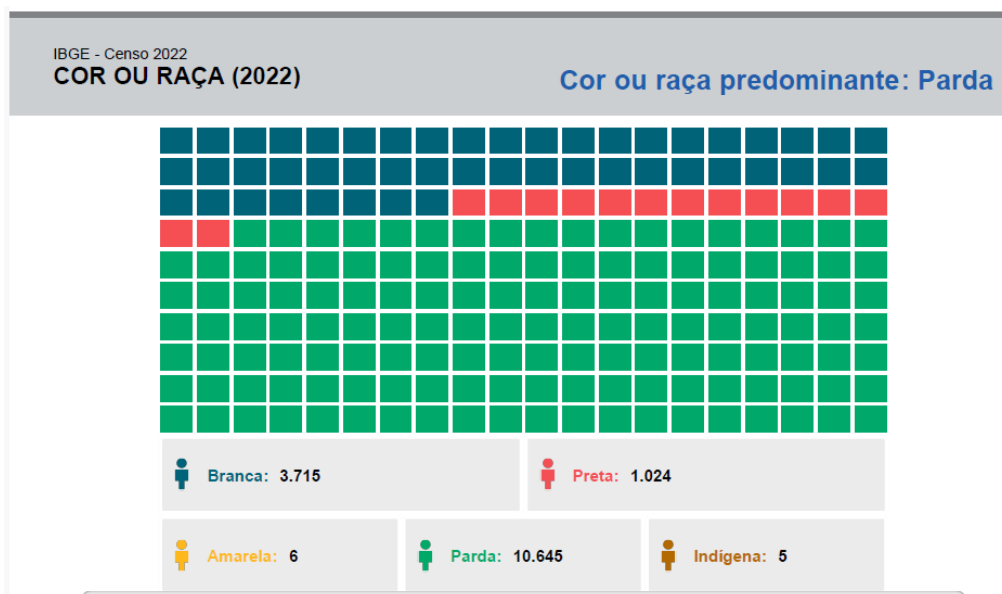
Figura 13- Casa Grande de Nova Olinda



Nota: Retirada de Google Imagens (2024)

Na atual configuração, Nova Olinda é composta por uma sede municipal, com onze bairros, um distrito rural (Triunfo) e várias comunidades rurais, cita-se Angicos, Araçás, Barreiros, Bujari, Catolé, Chiquitoso, Extrema, Gostoso, Olho d'Água, Patos, Pedra Branca, São João, Sozinho, Zabelê I e Zabelê II. Acerca de aspectos econômicos, o município tem na produção agropecuária sua maior força econômica. No que tange a produção agrícola de base de Nova Olinda, as culturas mais populares são do milho, feijão, fava e mandioca. Já sobre criação de animais, predominam as de bovinos, galináceos e ovinos. A apicultura também se destaca na região, que é reconhecida por ser produtora de mel e derivados. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município em 2023 era de R\$ 10.341,85 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atual da localidade é de 0,682, considerado médio. (Silva, Félix & Andrade, 2023; IBGE, 2022a, IPECE, 2022a).

No que se refere à pauta racial, a maioria da população se autodeclara parda, como pode ser observado pela Figura 14.

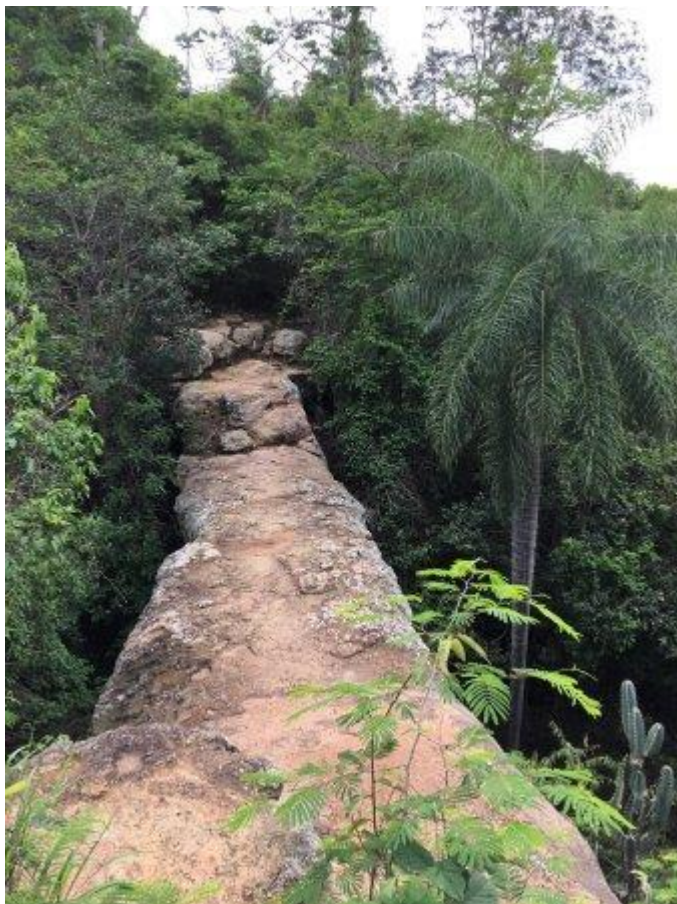
Figura 14- Representação de cor ou raça em Nova Olinda

Nota: Retirada de IBGE (2022a)

Acerca de outros elementos sociais, o município tem se destacado na pauta de educação básica, atingindo o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 6,5, estando no top 20 (14ª posição) dos índices relacionados a educação fundamental no estado do Ceará e figurando entre os 50 maiores IDEB do país (36º posição) em 2023. A cultura e o turismo são pontos cruciais para essa localidade que, de acordo com a Prefeitura de Nova Olinda (2025), é reconhecida pelo Ministério do Turismo como um dos sessenta e cinco destinos indutores de turismo nacional.

Conforme Duavy (2023), a vocação turística de Nova Olinda se dá tanto por estar localizada na Chapada do Araripe, área de incidência de sítios paleontológicos e da Floresta Nacional do Araripe, que fica vizinha à cidade; quanto pelo seu rico repertório cultural voltado para memória e produção de artesanatos, em especial em couro. Nova Olinda abriga um dos geossítios que compõe a rede Geopark Araripe, que é o Geossítio Ponte de Pedra (figura 15), composto de uma formação rochosa que se assemelha a uma ponte, acima de um riacho. De acordo com o Geopark Araripe (2023), esse local era utilizado como uma passagem para os primeiros moradores da região, os índios Kariris. Hoje, a área faz parte da rota de turismo natural do Cariri.

Figura 15- *Geossítio Ponte de Pedra*



Nota: Retirada de Mapa da Cultura do Ceará (2024).

Acerca das manifestações culturais referentes à preservação da memória local, destaca-se o papel da Fundação Casa Grande, dos Museus Orgânicos e dos Mestres da Cultura Cearense presentes nesse território. A Fundação Casa Grande (FCG) é uma entidade do terceiro setor criada com o objetivo de "proporcionar a crianças e jovens e seus familiares a formação social e cultural através da vivência em gestão institucional dentro dos seus cinco programas: i) educação infantil, ii) profissionalização de jovens, iii) empreendedorismo social, iv) geração de renda familiar e v) sustentabilidade institucional" (Rabinnovici, 2024, p.158).

Em sua estrutura, a FCG (figura 16) possui atividades voltadas para o protagonismo infantojuvenil, educação patrimonial e pertencimento territorial, a partir de metodologias lúdicas e espaços promotores de interação social. Dentre as estratégias, tem-se utilização e gestão compartilhada dos espaços da casa como a gibiteca, dvdteca, biblioteca, participação e gestão da TV Casa Grande, Teatro Violeta Arrais e da Rádio Casa Grande FM, capacitações na área de

turismo, educação patrimonial e arqueologia, estímulo ao empreendedorismo social e ao turismo de base comunitária, além do fomento a atividades culturais, como a criação da banda “Os Cabinhas”. As ações da Fundação têm reconhecimento nacional e internacional, sendo considerada em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como de Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe. (Fundação Casa Grande, 2025).

Figura 16- Oficina promovida no interior da Fundação Casa Grande



Nota: Retirada de Mapa da Cultura do Ceará (2024).

Além da Casa Grande, outro espaço de promoção da preservação da memória e cultura legal são os museus orgânicos, projeto desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio do Ceará (SESC Ceará) em parceria com a FCG, que visou transformar a casa de Mestres da Cultura e de personalidades históricas importantes de um município em um espaço de transmissão de memória, afetos e conhecimentos. Durante a visita, são encontrados itens pessoais, fotografias, artesanatos e demais objetivos que reforçam o impacto daquela pessoa na construção da cultura local, sendo a visita mediada ou por membros da família, ou pelo próprio mestre. (Sesc, 2022). Um dos museus orgânicos mais conhecidos da região é o Museu do Ciclo do Couro, que fica localizado na oficina do Mestre de Cultura Espedito Seleiro (figura 17), reconhecido mundialmente pelo seu artesanato em couro e homenageado recentemente pela Presidência da República com a Ordem do Mérito Cultural, figurando em exposições nacionais e internacionais.

Figura 17- Mestre Espedito Seleiro trabalhando em sua oficina



Nota: Retirada de Governo do Estado do Ceará (2022).

Em meio a esse território, que transpira cultura pelos poros, encontra-se a comunidade rural do Sítio Gostoso. Localizada próxima à divisa territorial do município do Crato, a comunidade tem em sua composição majoritária propriedades rurais de pequeno porte, algumas com quintais produtivos e outras focadas na criação animal, como a apicultura e a criação de galináceos. Além disso, espaços residenciais, uma capela, uma Unidade Básica de Saúde, uma escola de ensino fundamental (figura 18) e pequenos comércios, como bares e mercearias.

Figura 18- Escola de Ensino Fundamental da comunidade Sítio Gostoso



Nota: Foto tirada pela autora em 2025.

Os agricultores da região produzem em escala de subsistência, assim como estão participando de programas governamentais de apoio à agricultura familiar, como o Garantia Safra e, entre 2016 e 2020, o Projeto Paulo Freire. Parte dos moradores é beneficiária de programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que visa, a partir do armazenamento de água da quadra chuvosa, possibilitar o acesso à água potável nos períodos de estiagem. De acordo com os moradores que participaram da pesquisa, o problema do acesso à água é uma demanda antiga e, somente em 2024, chega à comunidade o sistema de água encanada, pauta de luta da Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Gostoso. Na esfera cultural, ritos religiosos como a Procissão de Santa Luzia e Festa de Nossa Senhora Aparecida fazem parte da agenda da localidade, seguindo a tendência de turismo religioso vista em outros municípios do Cariri.

Já sobre o município de Santana do Cariri, o IPECE (2022b) ilustra que este, que tem uma área territorial de 855,165 km², possui população estimada de 16.954, tendo 56.45% da sua população residindo na zona rural e densidade demográfica de 19,83 habitantes por km². Acerca da sua história de fundação, Batista (2020) relata que a localidade inicialmente foi habitada pelos indígenas Buxixé, ramificação da nação tapuia, que ocupava parte do território da Chapada do Araripe. Com o avanço das explorações de terra para criação de gado, que aconteceram no Cariri, a região começou a ser conhecida como Riacho Brejo Grande que, aos poucos, foi se tornando um pequeno povoado. Em 1838, o lugar passa a ser um distrito subordinado ao município de Assaré, sendo renomeado para Santana do Brejo Grande, em homenagem à padroeira da capela local, Senhora de Sant'Ana. Mais adiante, em 1885, a comunidade recebe *status* de vila, que tem anexado ao seu território o então distrito de Nova Olinda.

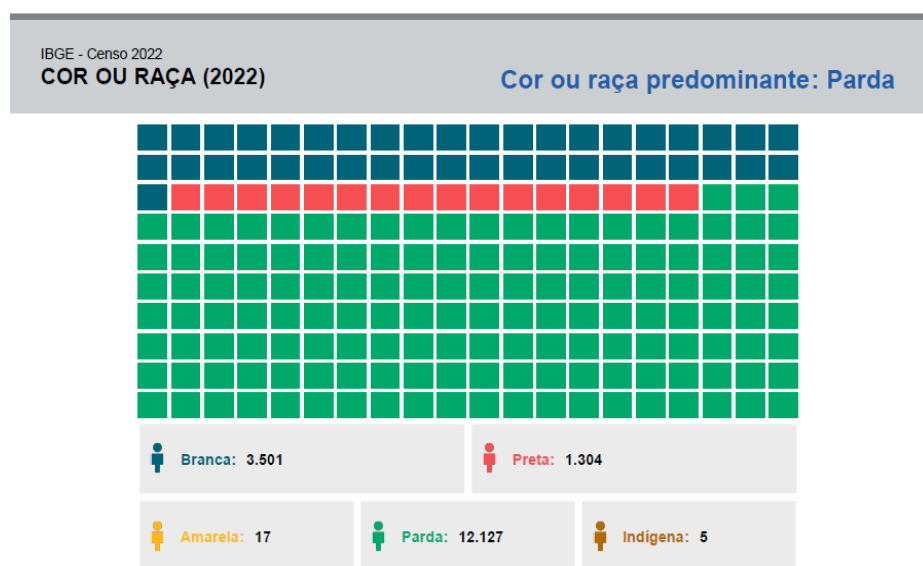
Em 1896, a partir da Lei Estadual nº 287, a vila tem uma nova mudança de nome, passando a se chamar Santana do Cariri. Em 1926, a localidade foi anexada ao município do Crato e sofreu ataques diretos da tropa de Manuel Alexandre de Sá, que queria depor o então prefeito Felinto da Cruz Neves. A batalha durou vinte e quatro dias, resultando na deposição do prefeito. Mais adiante, em 1938, é emitido o Decreto Estadual nº 448, que eleva a vila à condição de município e lhe atribui

um novo nome, Santanópolis, criando também o distrito de Nova Olinda. Em 1951, a cidade volta a ser chamada de Santana do Cariri e, em 1957, perde o distrito de Nova Olinda, que se tornou emancipado.

Na atualidade, Santana do Cariri é composta por uma sede municipal, composta por dois bairros, e cinco distritos: Dom Leme, Brejo Grande, Anjinhos, Araporanga e Pontal da Santana Cruz, onde estão distribuídas várias comunidades rurais, dentre elas: Boqueirão, Canafístola, Cedro, Guritiba, Encruzilhada, Mina Nova, Peixoto, Pimenteira, Ponta da Serra, Rosendo, Saco do Angelim, Serra de São Gonçalo, Sítio Bois, Sítio Lírio, Sobradinho e Tabuleiro. Assim como foi observado em Nova Olinda, a produção agropecuária é a maior força econômica desse município, tendo como destaque a produção de milho, mandioca, feijão, fava e fumo. Sendo também reconhecida pela sua criação de bovinos, suínos, ovinos e caprinos e pela apicultura. Atualmente é a maior produtora de mel do estado do Ceará e, de acordo com uma matéria do portal G1, publicada em 2024, o maior produtor do Brasil. (IPECE, 2022b; IBGE, 2022b)

Acerca de índices econômicos, de acordo com o IPECE (2022b), Santana do Cariri possui PIB per capita de R\$ 8.985,52 e IDH 0,612, considerado médio. Acerca da composição racial, a autodeclaração mais popular é a parda, como pode ser observado na figura 19.

Figura 19- Representação de cor ou raça em Santana do Cariri



Nota: Retirada de IBGE (2022b).

Acerca de questões socioculturais e geográficas, o município é conhecido por sua riqueza paleontológica, sendo considerado nacionalmente como Capital Cearense da Paleontologia. De acordo com Fernandes *et al* (2024), nessa região há uma incidência de fósseis datados do período Cretáceo, principalmente de espécies de pterossauros. Conforme dados apresentados pelo Geopark Araripe (2023a), o Parque dos Pterossauros (figura 20), situado no sopé da Chapada do Araripe e atualmente administrado pela Universidade Regional do Cariri (URCA), destaca-se como um dos mais relevantes sítios de fósseis do Nordeste. O local já atraiu o interesse de diversos atores, desde garimpeiros até pesquisadores nacionais, sendo preservado após a doação do terreno por um empresário estrangeiro que reconheceu a ilegalidade do comércio de fósseis no país.

Figura 20-Geossítio do Parque dos Pterossauros



Nota: Retirada de Mapa Cultural do Ceará (2024).

O Parque dos Pterossauros, inserido no Geopark Araripe, destaca-se pela relevância científica das escavações no membro Romualdo, onde são encontrados fósseis tridimensionais preservados em concreções calcárias. Os achados revelam a existência de uma antiga laguna com ligação ao Oceano Atlântico, datada de cerca de 100 milhões de anos, com destaque para a diversidade de pterossauros e peixes fósseis identificados na região (Geopark Araripe, 2023a). Até hoje, infelizmente, as áreas que possuem resquícios arqueológicos ainda são alvos do tráfico ilegal

de fósseis. De acordo com uma matéria veiculada na plataforma online G1 (2025), em março de 2025, vinte e cinco fósseis de inseto, que foram traficados para o Reino Unido, foram devolvidos à Chapada do Araripe. A matéria relata que “o material data de cerca de 100 milhões de anos e foi anunciado ilegalmente em um site especializado em venda de rochas e fósseis”. (G1, 2025, s.p)

Os artefatos paleontológicos encontrados na região são direcionados ao Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (figura 21). De acordo com a URCA (2019, p.4), o objetivo da criação do museu, em 1985, foi “salvaguardar o patrimônio fossilífero da Bacia do Araripe”. Em 1991, passa a ser administrado pela URCA, atuando como um importante núcleo de desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão na área da paleontologia. Com um fluxo de visitação aproximado de dois mil visitantes por mês, possui em seu acervo fósseis provenientes das formações Missão Velha e Santana, com destaque para troncos petrificados, samambaias, moluscos, artrópodes, peixes, anfíbios e diversos répteis, incluindo dinossauros e pterossauros (URCA, 2019).

Figura 21- *Entrada do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens*



Nota: Retirada de Mapa Cultural do Ceará (2024).

A criação do Museu de Paleontologia teve como objetivo “parar a sangria desatada que é o tráfico de fósseis na Região da Bacia do Araripe” (URCA, 2019, p.4), pois, como explicado acima, por muitos anos os fósseis encontrados na Chapada do Araripe tem sido alvo do tráfico ilegal. Na

atualidade, o Geopark Araripe realiza ações com foco na conscientização sobre as implicações do tráfico ilegal e incentiva a doação de fósseis encontrados por populares para o museu.

Acerca das peculiaridades geomorfológicas da localidade, Pereira e Sampaio (2014) pontuam que o município se destaca pelo potencial na exploração de minerais como o calcário laminado, conhecido como "Pedra Cariri", amplamente utilizado na construção civil para pisos e revestimentos, além de ter seus resíduos aproveitados na produção de cimento. Outro recurso relevante é a gipsita, empregada na fabricação de gesso.

Além do Geossítio Parque dos Pterrosauros, outro que se destaca na região é o Geossítio Pontal de Santa Cruz (figura 22), um ponto de observação que deriva da formação geológica Exu, que integra a Bacia Sedimentar do Araripe. Localizado no topo da Chapada do Araripe, destaca-se como um ponto turístico de valor paisagístico, cultural e simbólico em Santana do Cariri. Além de sua vista panorâmica, abriga uma capela erguida por devoção popular e está envolto em lendas locais sobre assombrações, refletindo a riqueza da tradição oral caririense, frequentemente ligada às formações rochosas e aos achados fósseis da região (Pereira & Sampaio, 2014; Geopark Araripe, 2023b).

Figura 22- *Mirante do Pontal de Santa Cruz*



Nota: Retirada de Mapa Cultural do Ceará (2024).

Outro ponto turístico e museu da cidade é o Casarão do Coronel Felinto Cruz, onde são guardados registros tanto da batalha histórica que aconteceu na cidade no início do século XX, como

registros relacionados à história de Generosa Amélia da Cruz, a primeira mulher cearense a assumir uma prefeitura no estado e uma das primeiras prefeitas do Brasil. (Prefeitura de Santana do Cariri, 2018). Dentre os festejos tradicionais, encontram-se a Festa de Nossa Senhora Santana, a Grande Vaquejada de Santana do Cariri e as procissões e festejos referentes à Benigna Cardoso da Silva, também conhecida como Menina Benigna.

De acordo com Batista (2020), Benigna nasceu na comunidade Sítio Oiti, em 1928. A partir dos doze anos, a menina passa a sofrer assédio sexual de um rapaz da mesma localidade, que, por ela resistir a uma tentativa de estupro, assassinou-a com requintes de crueldade, utilizando um facão, quando esta tinha treze anos de idade. Considerada uma mártir pela comunidade, o seu jazigo passou a ser um espaço de visitação popular, onde populares passam a fazer orações e homenagens às preces alcançadas e a menina passa a ser identificada como uma santa popular. Recentemente, em 2022, Benigna foi beatificada pela Igreja Católica, fortalecendo o movimento de procissões que já existia no município

Imersa nesse território de riqueza paleontológica e relevância cultural, encontra-se a comunidade Sítio Cedro, onde a pesquisa foi realizada. A comunidade faz parte do distrito Dom Leme, criado em 1987 a partir da Lei Nº 11.327, que contém em sua infraestrutura uma escola de educação infantil, uma escola de ensino fundamental, uma minimaternidade e uma quadra de esportes. O Sítio Cedro fica a aproximadamente onze minutos, de carro ou moto, da sede do distrito Dom Leme e é composto por pequenas propriedades rurais, lojas de pequeno porte, mercadinho, bar e a capela de Menino Jesus (figura 23), que, em seu anexo, comporta as reuniões da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Serra da Mina Nova.

Figura 23-*Capela Menino Jesus, no Sítio Cedro*



Nota: Foto tirada pela autora em 2025.

No que se refere às propriedades rurais, algumas contêm quintais produtivos, escala de produção para subsistência, criação de suínos, galináceos e uma expressiva quantidade de apicultores. Com relação ao acesso às políticas sociais, os agricultores familiares da localidade participam de alguns programas como o Projeto São José, o Garantia Safra e, assim como na comunidade Sítio Gostoso, passam a integrar o Projeto Paulo Freire em 2016. Segundo o relato dos moradores, a Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Serra da Mina Nova foi a primeira entidade do Cariri a ser selecionada para participar do PPF e receber suas ações estratégicas.

Alguns dos moradores, que vivem em situação de vulnerabilidade social, também relataram ser beneficiários de programas de transferência de renda, em especial, do Bolsa Família. A Associação é um espaço de organização e luta pelo acesso às políticas públicas para os agricultores associados, atualmente desejosos em serem selecionados para participar do PPF 2. As principais manifestações culturais estão voltadas a festas religiosas, como procissões relacionadas à Menina Benigna e ao Menino Jesus. Visto o panorama apresentado dos dois cenários onde a coleta de dados ocorreu, o próximo subtópico ilustra como se deu a construção da amostra da pesquisa.

Amostragem da Pesquisa

A escolha das comunidades rurais participantes do estudo se deu a partir de um mapeamento, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário, onde foram localizados catorze projetos comunitários, abordando seis comunidades em Nova Olinda e oito comunidades em Santana do Cariri. Dentre essas, onze comunidades foram assessoradas pela Organização Não Governamental Cactus, com sede na cidade de Santa Quitéria, região do Sertão dos Crateús, e três comunidades contaram com a assessoria do Instituto Flor do Pequi, localizado na cidade do Crato, na Região Metropolitana do Cariri.

Tendo em vista a proximidade territorial, optou-se em selecionar previamente as três comunidades participantes do PPF que foram acompanhadas pelo IFP. Foi feito um contato inicial com a instituição em dezembro de 2024 e uma visita presencial no início de janeiro de 2025, onde foram captados dados sobre a área abordada pelo projeto e os contatos telefônicos das três comunidades: duas localizadas em Nova Olinda e uma em Santana do Cariri. No mesmo mês, foram feitos os primeiros contatos com as lideranças responsáveis pelas associações contactadas, sendo duas comunidades com líderes mulheres e uma com liderança masculina.

Ainda em janeiro, por meio da plataforma de mensagem *Whatsapp*, foi pactuada a data de visita em cada comunidade, inicialmente obtendo retorno de todas com confirmação. Porém, quando se aproximou a data das visitas, não houve confirmação do líder de uma das associações comunitárias, apesar de ligações e envio de mensagens. Logo, essa comunidade não pôde ser acessada. A captação da população participante da pesquisa prosseguiu com disponibilidade confirmada por comunitárias e presença dos moradores no momento de aplicação dos instrumentos de coleta de dados selecionados.

Como critério de inclusão da pesquisa, foram abrangidos agricultoras e agricultores familiares, maiores de dezoito anos, que participaram de ações promovidas pelo Projeto Paulo Freire, vinculados à associação que recebeu o projeto e que tenham passado pelo processo de capacitação e monitoramento em transição agroecológica durante a implementação do projeto. Como critério de exclusão, não foram contemplados menores de dezoito anos, agricultores

familiares que não participaram do PPF, membros da associação que não atuam na agricultura familiar e membros das organizações de assistência técnica e extensão rural que foram responsáveis pela execução do processo de capacitação e monitoramento da transição agroecológica.

A delimitação da amostragem foi realizada a partir do método Bola de Neve que, conforme Campos e Saidel (2022), acontece quando, a partir de uma cadeia de referências, os sujeitos que participam do estudo indicam outros sujeitos para participar do processo e essas indicações serão consideradas de acordo com os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Por meio do contato realizado pelas duas líderes das associações que foram abordadas, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Gostoso e a Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Serra da Mina Nova (Cedro), foi possível contar com a presença de vinte e seis participantes, sendo onze da comunidade Sítio Gostoso e quinze da comunidade Sítio Cedro. Logo abaixo, serão apresentados os métodos de coleta de dados utilizados pela pesquisa.

Instrumentos de coleta de dados

Neste tópico são apresentados os três instrumentais selecionados para a condução desse estudo: a pesquisa documental, o círculo de cultura e o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos. Cada instrumento aqui apresentado está conectado a um ou mais objetivos específicos desta pesquisa.

Pesquisa documental

Alinhando-se ao propósito do primeiro objetivo específico da pesquisa, foi realizada uma pesquisa documental, procedimento definido por Gil (2008) como um meio de obtenção de dados que possibilita ao investigador acesso às fontes que contenham conhecimentos relevantes acerca de um tema específico, em um determinado recorte social e temporal. É possível, através da investigação por documentos de fontes primárias e secundárias, compreender aspectos importantes sobre acontecimentos históricos, manifestações culturais ou características peculiares sobre um objeto investigado.

Para isso, foram consultados dados secundários produzidos tanto pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do estado do Ceará quanto pelas instituições de ATER envolvidas no fomento da política pública. Foram lidos e analisados os relatórios operacionais parcial e final sobre a primeira fase de implementação do PPF, o boletim informativo Floriô Semiárido, produzido pela SDA com informações e entrevistas sobre as principais iniciativas promovidas pelo projeto, o manual de implementação do projeto, a revista PPF em números, o relatório de impacto da política pública e dados advindos de publicações do Instituto Flor do Pequi. Com isso, foi possível compreender a metodologia e formato de atuação preconizado pela política pública no processo de fomento à transição agroecológica.

Círculo de Cultura

Com o propósito de elucidar as questões geradas pelo terceiro objetivo específico, optou-se pela realização de um círculo de cultura, metodologia criada por Paulo Freire (2025) que objetiva, a partir do diálogo e da participação ativa, promover trocas e aprendizado sobre situações vividas no cotidiano do público abordado. Em seu livro “Educação como Prática de Liberdade”, ao refletir sobre metodologias aplicadas à alfabetização de adultos, Freire (2025) destaca que, a relação do ser humano com o mundo é de criação e recriação constantes, sendo o conhecimento um produto dessas interações. Mesmo sem escolarização formal, o indivíduo é capaz de captar e interpretar aspectos da realidade, ainda que de forma opinativa, pois não existe ignorância ou sabedoria absoluta – apenas diferentes níveis de apreensão crítica dos nexos causais que estruturam os fenômenos vividos.

Como forma de promover uma alfabetização contextualizada e estimuladora do pensar criticamente, o autor aponta que a apresentação dialogada de conteúdos, com apoio de recursos visuais, favorece a compreensão crítica da realidade. Freire (2025) defende que, para o processo educativo tornar-se verdadeiramente crítico, é essencial adotar um método ativo, capaz de instigar a reflexão por meio da apresentação de situações desafiadoras que sejam existencialmente significativas para o grupo. Caso contrário, corre-se o risco de repetir práticas de uma educação

alienada e meramente instrumental. Nessa perspectiva, o diálogo surge como elemento central – entendido como uma relação horizontal entre sujeitos, fundada em valores como amor, humildade, esperança, fé e confiança, sendo a única forma autêntica de comunicação e geração de criticidade.

No campo da pesquisa, a utilização do Círculo de Cultura se inicia com uma inserção etnográfica, por meio do levantamento do universo vocabular dos participantes. O material utilizado para a ação deve estar profundamente vinculado ao contexto e à vivência dos(as) participantes, representando sua história, linguagem e identidade, funcionando como recurso mediador para a releitura crítica da realidade social (Nepomuceno *et al.*, 2019).

Foram realizados dois encontros, um em cada comunidade abordada pelo projeto, em fevereiro, no Sítio Gostoso e em março no Sítio Cedro, conforme a disponibilidade dos participantes. Contou com a presença de onze pessoas (nove mulheres e três homens) na primeira comunidade e quinze (treze mulheres e dois homens) na segunda. A partir da técnica da roda de conversa, o diálogo foi iniciado com a apresentação pessoal de cada participante e, em seguida, por um momento para contar como cada pessoa chegou a participar do Projeto Paulo Freire.

Em seguida, foram trabalhadas na roda quatro palavras, referentes à temática de compromisso pró-ecológico contextualizada à prática agroecológica: Ambiente, Cuidado, Sustentabilidade e Agroecologia. As palavras foram levadas impressas e suscitaram o diálogo, onde todos que participaram da pesquisa falaram sobre como essas palavras estão relacionadas às suas práticas cotidianas na comunidade. Todos os dados coletados foram registrados por meio da confecção de diários de campo, que, de acordo com Medrado, Spink e Mello (2014), é um recurso utilizado para registro das experiências realizadas no campo de pesquisa, que podem ser acessadas pelo autor quando ele precisar.

O círculo de cultura foi importante para entender aspectos relacionados ao entrelaçamento das experiências vivenciadas com os temas dialogados, para o entendimento da base de orientação de compromisso pró-ecológico mais presente nas falas e compreensão de como essas temáticas se relacionam com a implicação dos participantes no PPF e como isso reverberou na relação agricultor-ambiente de vida, o que foi aprofundado a partir da categoria de análise afetividade, com a utilização

do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, descrito a seguir.

Instrumento Gerador de Mapas Afetivos

Tendo em vista responder o segundo e terceiro objetivo específico, foi realizada a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) como estratégia de coleta de dados. Este instrumento foi criado por Bomfim (2008; 2023), objetivando a apreensão dos afetos expressos pelos sujeitos relacionados a um ambiente a partir da “[...] compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído, enfatizando o afeto como grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade” (Bomfim, 2008, p. 253).

Tendo como pressupostos chaves o conceito de base afetivo-volitiva de Vygostky (2004), o estudo sobre os afetos de Espinosa (2015), a teoria dos sentimentos de Heller (2004), a teoria das representações sociais de Moscovici (2011) e a ideia de mapas cognitivos de Lynch (1997), Bomfim (2023) criou o IGMA, que tem a afetividade como centro no processo analítico e busca proporcionar reflexões sobre como é possível fomentar a racionalidade ético-afetiva através do encontro do sujeito com seu território.

Em sua composição, o IGMA possui como elementos o desenho, perguntas relacionadas ao desenho, construção de metáforas, pergunta relaciona à participação em grupos sociais, a escala Likert e um formulário sociodemográfico. O desenho nesse processo se configura como um recurso imagético disparador para a resolução das perguntas contidas no inquérito, sendo que estas possibilitam a construção de metáforas, recurso importante para apreender os afetos manifestados pelo ambiente (Bomfim, 2023).

Podem ser adicionadas também perguntas relacionadas ao objeto de estudo contemplado na aplicação do instrumento. No caso deste estudo, foram adicionadas três perguntas: uma referente à chegada do Projeto Paulo Freire na comunidade, uma que buscava saber se os participantes já tinham conhecimento prévio sobre agroecologia e uma voltada para compreender as sensações e sentimentos vivenciados durante o processo das capacitações realizadas voltadas para transição agroecológica.

Nos elementos qualitativos do instrumento, são analisados o sentido e os significados dos afetos expressos na relação pessoa-ambiente, referente às cinco imagens associadas à representação de afetos ativos (Agradabilidade e Pertencimento), afetos passivos (Destruição e Insegurança) e afetos conflitantes (Contrastes), ressaltando que, como consta na pesquisa de Pacheco (2018), a imagem de contrates pode ser subdividida entre contraste potencializador e contraste despotencializador.

Já na aplicação da escala Likert, a partir da resposta de 41 itens referentes às imagens citadas acima, é mensurada a estima de lugar, definida por Bomfim (2023, p.218) como uma das “[...] vias de acesso ao conhecimento da cidade, internalizado a partir da vivência”. Cada item possui uma escala de concordância de 1 a 5, onde o 1 significa “discordo totalmente”, 2 significa “discordo”, 3 significa “nem concordo, nem discordo”, 4 significa “concordo” e 5 significa “concordo totalmente”. De acordo com o resultado obtido, pode indicar incidência da estima potencializada (> 1), promotora de afetos que fomentam autonomia, ou estima despotencializadora (< 1), promotora de afetos que promovem a passividade diante da realidade (Bomfim *et al.*, 2014).

O intuito de utilizar o IGMA nessa etapa partiu da necessidade de compreender como a mudança paradigmática vivenciada pelos agricultores familiares que foram alvo da pesquisa trouxe impactos diretos à forma como se relacionam com seu lugar de produção de vida e subjetividade e se essa mudança impactou na forma como esses sujeitos cuidam e preservam o seu território, fazendo ligação com temas que foram trabalhados no círculo de cultura, descrito anteriormente. Questões como estímulo à participação social, elementos socioculturais e relações interpessoais entre os moradores da comunidade também serão pautadas no inquérito, a partir de quatro perguntas que foram adicionadas ao instrumento, com o foco de entender como eles entraram em contato com a política pública.

A aplicação ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2025, na sede de funcionamento das associações contactadas: a Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Gostoso e a Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Serra da Mina Nova. Com apoio das líderes das associações, foi possível contato com onze participantes em Nova Olinda (Sítio Gostoso) e quinze

participantes em Santana do Cariri (Sítio Cedro). A aplicação ocorreu de maneira coletiva, onde a pesquisadora leu em voz alta cada pergunta do inquérito, tirou dúvidas e auxiliou diretamente os casos que envolviam pessoas com baixa escolaridade, que relataram dificuldade com a escrita. A opção pela aplicação conjunta deu-se a pedido do público-alvo, que preferiu um dia que todos pudessem estar presentes. No caso da comunidade do Sítio Gostoso, foi realizada em um dia de reunião da associação. Já no caso da comunidade Sítio Cedro, foi em um dia pactuado pelo grupo.

Análise de dados

Como metodologia de análise de dados optada, foi utilizada a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo é descrita como um conjunto de técnicas de análise de expressões que utiliza procedimentos sistemáticos para a descrição do conteúdo, permitindo, assim, conhecimentos relativos às condições de vários escritos.

A base de trabalho da análise de conteúdo é a articulação entre três elementos: a descrição, a análise de superfície e as particularidades do material analisado. A leitura do material, a partir da análise de conteúdo, permite a compreensão do sentido mostrado de forma explícita no texto, além da visibilização de sentidos implícitos. Observando os significados e significantes do conteúdo posto em análise, pode-se chegar a várias conclusões (Bardin, 2009).

Na composição da análise de conteúdo, há três etapas: 1) Pré-análise, onde ocorre a organização e sistematização dos dados para análise; 2) Exploração do material, onde a análise é realizada a partir da definição das categorias e da codificação dos dados e 3) Tratamento dos resultados, onde ocorre a inferência ou dedução lógica, processo definido por Bardin (2009, p.70) como “uma passagem das premissas em revisão através do texto até a conclusão do trabalho”, e também a interpretação dos dados obtidos.

Ética em pesquisa em Psicologia

Todas as atividades aqui escritas foram realizadas de acordo com as orientações da Resolução N° 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que versa sobre

as questões éticas no desenvolvimento de pesquisas com seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará em 2024, sendo posteriormente aprovado sem ressalvas.

Durante o processo de condução da aplicação dos instrumentos de coleta de dados escolhidos, os sujeitos de pesquisa receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que também foi lido em voz alta, sendo descritas informações sobre os procedimentos que serão realizados, como seus riscos e benefícios, além da garantia do sigilo acerca das informações fornecidas. As pessoas que participaram da pesquisa puderam escolher um nome fictício para referenciá-las durante a construção dos resultados. Nos casos em que os participantes se esqueceram de mencionar seu nome fictício, foi feita a escolha de nomes referentes a elementos da fauna e da flora local.

O Estímulo à Transição Agroecológica no Projeto Paulo Freire: reflexões sobre a estratégia de ação utilizada nas comunidades pesquisadas

Este capítulo apresenta os principais métodos utilizados pelo PPF para a realização do processo de transição agroecológicas. Além dos dados documentais, serão acrescentadas informações da Cartilha de Agroecologia disponível nos arquivos do projeto na plataforma da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará e falas obtidas durante o preenchimento do IGMA e durante o círculo de cultura.

Princípios básicos do processo de assessoria continuada em Transição Agroecológica

Este tópico trabalha o pilar conceitual do processo de assessoria continuada em Transição Agroecológica utilizado pelo Projeto Paulo Freire. O material-base da discussão foi a “Cartilha de Agroecologia”, do Instituto Giramundo Mutuando, que é o material que faz parte do escopo formativo das comunidades assessoradas pelo projeto.

De acordo com o Instituto Giramundo Mutuando (2005, p.37), ao pensar o início do processo de transição agroecológica, é necessário, primeiro, realizar “uma análise profunda do

agroecossistema do qual as famílias fazem parte”. Nesse processo, recorre-se às Metodologias de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER), que tem como principal foco serem participativas e proporcionarem uma relação horizontal de transmissão entre técnico e agricultor, onde os modos de vida e o conhecimento prévio do público-alvo acerca da produção agrícola também são levados em consideração. Um foco importante das metodologias participativas é o estímulo do pensamento crítico e promoção da autogestão das famílias assessoradas.

No livro “Extensão e Comunicação”, Freire (2019) reflete sobre o papel do agrônomo educador no processo de assistência às comunidades rurais e pontua a necessidade de sair do aspecto de extensão enquanto processo passivo e replicador de conhecimentos pré-fabricados para começar a compreensão de que os conhecimentos cocriados pelos camponeses passam pelo crivo da sua relação com o ambiente de trabalho. Acerca disto, o autor atenta para necessidade de o agrônomo educador agir de forma ativa, sendo “mais do que um técnico frio e distante, um educador que se compromete e se insere com os camponeses na transformação, como sujeito, com outros sujeitos” (Freire, 2019, p.82).

As metodologias participativas são fundadas em uma perspectiva dialógica, onde todos os participantes de uma capacitação ou atividade formativa possam agir de forma ativa e integrada, no processo de construção de conhecimento. Ao organizar a atividade, o técnico facilitador deve escolher recursos e técnicas de facilitação que promovam um aprendizado ativo, ágil, progressivo e fomentador de interações sociais, fortalecendo tanto o potencial de aprendizado quanto os vínculos formados no contexto do grupo ou família participante da ação (Instituto Giramundo Mutuando, 2005).

Durante a realização de atividade de ATER, são sugeridas pela Cartilha de Agroecologia base do PPF (2005) três técnicas: dinâmicas de grupo, como elemento vivencial e prático para trabalhar as temáticas da capacitação, assim como fortalecer vínculos pré-estabelecidos; técnicas de visualização, tendo como foco a sistematização dos conteúdos apresentados durante a assessoria, podendo ser utilizados mapas, matrizes, fluxogramas e diagramas temporais e observação em campo, onde o participante do processo formativo é chamado para olhar para sua realidade social e

correlaciona-la com os conceitos trabalhados em grupo.

Antes de iniciar o processo de capacitação em transição agroecológica, é recomendável fazer o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), definido como “uma metodologia para criar e compartilhar conhecimentos, reconhecer pontos positivos e negativos e planejar e avaliar ações” (Instituto Giramundo Mutuando, 2005, p.41). Para isso, é preciso que o técnico responsável pela assessoria mobilize os agricultores para participar dos encontros, assim como escolher, de acordo com o contexto e especificidades socioculturais do público-alvo, as técnicas mais adequadas.

O DRP é uma metodologia indicada para o início de um trabalho de mobilização para um determinado tema de interesse da comunidade rural. Ele tende a ser aberto e amplo e abordará os problemas da comunidade de forma geral, para preparar e mobilizar as forças sociais para o processo de mudança. Esse processo pode acontecer em qualquer escala temporal, podendo levar de uma semana a três meses, dependendo da disponibilidade do grupo e do objetivo estabelecido. Outro elemento importante, ao delimitar o recorte temporal da ação, é a construção de um cronograma, com início, meio e fim da atividade, o que viabiliza ao grupo as proposições de continuidade ou não do processo. Dentre as técnicas utilizadas para construção do DRP, citam-se abaixo (Tabela 2).

Tabela 2- *Técnicas de trabalho utilizadas na construção do DRP*

Técnica	Método
Mapa falante	Recurso imagético, onde os membros do grupo devem ilustrar seus cultivos, recursos naturais presentes no território, problemáticas e demais dados necessários para compreender o contexto onde o sujeito está imerso.
Caminhada transversal	Recurso imagético, que deve ser feito após a atividade de observação de campo, onde o participante desenha um percurso que parte do ponto mais alto ao ponto mais baixo da sua propriedade, pontuando a partir de um corte transversal, pontos positivos, pontos a melhorar, recursos naturais, dentre outros dados.
Calendário Sazonal	Instrumento de monitoramento dos processos de cultivo, colheita e criação de animais, marcando as datas importantes para cada fase em um calendário específico.

Diagrama Histórico	Instrumento de monitoramento de possíveis danos ambientais, de processos de queda de produção, entre outros. É construído através do relato de história de vida dos participantes, onde esses relatos são sistematizados em formato de diagrama.
Diagrama de Venn	Diagrama que tem como objetivo compreender as relações entre os equipamentos públicos e sociais com os participantes do diagnóstico.
Matriz de responsabilidades	Tabela de controle para organização das atividades realizadas pelo participante em seu contexto de trabalho.

Nota: Tabela elaborada a partir de dados do Instituto Giramundo Mutuando (2005)

A partir da constatação da emergência na resolução de problemas correlatos ao processo de Transição Agroecológica, é sugerida a técnica chamada Análise de Agroecossistema, composta por “técnicas visuais de fácil aplicação e nos auxiliam no entendimento dos agroecossistemas como um todo” (Instituto Giramundo Mutuando, 2005, p.48). Um agroecossistema é composto por vários subsistemas, como o espaço de cultivo, criatórios, espaços de beneficiamento de produtos advindos do plantio (exemplo: casa de farinha), dentre outros locais geradores de um produto, que pode ser direcionado para a subsistência familiar ou ser comercializado.

De acordo com Guzmán e Molina (2015), o uso de ferramentas metodológicas com enfoque agroecológico favorece a compreensão do funcionamento energético dos agroecossistemas, oferecendo subsídios importantes para o aprimoramento de sua sustentabilidade. Considerando que a Agroecologia atua na interface entre natureza e sociedade e toma o agroecossistema como unidade de análise, essa abordagem torna-se essencial para avaliar a (in)sustentabilidade agrária. Um tipo de subsistema destacado na cartilha é o mediador de fertilidade, que possui ligação direta com o fortalecimento dos processos produtivo, como, por exemplo, adubação verde e sistema de cisternas. Quanto mais diversa é a produção, mais mediadores estão presentes nesse agroecossistema, logo, esses marcadores estão alinhados ao tipo de produção policultura, onde várias espécies são cultivadas num mesmo recorte territorial.

Dentre as técnicas utilizadas para a análise de agroecossistemas, destacam-se o mapa dos sistemas produtivos, o fluxograma de insumos e produtos, o fluxograma de renda e o fluxograma

de trabalho. Após a realização dessa análise, é possível começar o planejamento das inovações agroecológicas que serão utilizadas naquela propriedade, o que possibilita “iniciar experiências agroecológicas, as quais mostrarão, na prática, os caminhos possíveis para a Transição Agroecológica naquele agroecossistema” (Instituto Giramundo Mutuando, 2005, p.51).

A transição agroecológica exige maior investimento de trabalho, que pode ser suprido pela família, pela comunidade e pelos serviços ambientais prestados pela própria natureza, como compostagem e controle biológico. Ao reorganizar o trabalho e valorizar esses serviços, é possível reduzir custos com insumos externos e aumentar a rentabilidade do agroecossistema. Feito todo o levantamento anterior, é possível realizar o planejamento de implementação de um agroecossistema sustentável, onde precisa “seguir um processo participativo de diagnóstico e análise do agroecossistema, de modo que haja um grupo de agricultores(as) e técnico(as) mobilizados(as) e um acúmulo de conhecimentos sobre a realidade” (Instituto Giramundo Mutuando, 2005, p.52). Algumas técnicas podem ser utilizadas nesse processo, como o mapa das inovações agroecológicas e o Desenvolvimento Tecnológico Participativo (DTP), sendo esse último composto pelas seguintes fases: contrato inicial, levantamento de aspectos a serem pesquisados, desenho de experimentos, experimentação, socialização dos resultados e continuidade do processo.

O processo de execução de estratégias de Transição Agroecológica faz com que os envolvidos na ação se tornem mais familiarizados com o agroecossistema local e busquem implementar inovações agroecológicas que façam sentido naquele contexto. Essas inovações devem sempre ter como objetivo “trazer mais equilíbrio ecológico e maior ao agroecossistema” (Instituto Giramundo Mutuando, 2005, p. 56). Para que esse processo ocorra de maneira sustentável, é preciso levar em consideração as seguintes características: diversidade, produtividade, estabilidade, flexibilidade, adaptabilidade, equidade e autonomia.

Como se trata de um processo contínuo e de longa duração, é importante que as atividades comecem de forma gradual, para que a terra possa se adaptar às novas práticas e potencializar a assimilação das técnicas e da consciência ambiental. Na Tabela 3, pode-se observar como se dá a escalada do processo de Transição Agroecológica.

Tabela 3- *O processo de Transição Agroecológica*

1	Recuperar o manejo do solo de forma ecológica, visando revitalizar a capacidade produtiva do agroecossistema.
2	Livrar-se dos venenos aos poucos, substituindo-os por defensivos naturais e práticas de controle biológico, até que o sistema se equilibre.
3	Produzir pensando também no autoconsumo familiar, ou seja, aumentar a renda não-monetária proveniente de produtos para a família.
4	Controlar a produção das próprias sementes e mudas, de modo a conservar, experimentar e melhorar variedades adaptadas ao local (sementes variadas e crioulas).
5	Garantir a disponibilidade de água em quantidade e qualidade para a produção e para a família, por meio de pequenas cisternas e açudes e do crescente cuidado com as nascentes. Afinal, água é a fonte da vida!
6	Conservar e recuperar matas e pomares, pois as árvores são fundamentais para o equilíbrio ecológico e o controle de pragas. As árvores abrigam boa parte dos inimigos naturais, são importantes para manter a umidade e regular o clima e as chuvas e dão madeira. Os pomares, em especial, garantem a biodiversidade no agroecossistema e asseguram às famílias uma alimentação variada, saudável e equilibrada.
7	Dominar os conhecimentos básicos para a produção de base ecológica, combinando os conhecimentos populares com os da pesquisa acadêmica; na transição agroecológica, os(as) agricultores(as), juntamente com os(as) técnicos(as), se tornam os próprios cientistas, pois observam a natureza (plantas e animais), produzem conhecimentos e possibilitam o diálogo com os estudos científicos acumulados.
8	Construir, de forma associada ou cooperativa, a própria infraestrutura de produção, transporte, agroindustrialização e comercialização, garantindo a independência e o justo reparto dos benefícios.

Nota: Tabela elaborada a partir de dados do Instituto Giramundo Mutuando (2005)

O êxito da Transição Agroecológica depende de diversos fatores, como a participação ativa das famílias agricultoras, a análise detalhada do agroecossistema, o planejamento contínuo das inovações agroecológicas e suas avaliações, além da corresponsabilidade entre agricultores, organizações e técnicos.

Também são fundamentais os espaços de aprendizagem coletiva voltados à produção ecológica e os momentos de mobilização regional, como fóruns, encontros e seminários, que possibilitam a troca de conhecimentos e o fortalecimento de outros processos relacionados à Transição Agroecológica. Algumas das principais técnicas utilizadas nesse processo são a preparação do solo, quebra-ventos, adubação verde, fabricação e utilização de defensivos naturais, compostagem, sistemas agroflorestais e a produção animal agroecológica (Instituto Giramundo

Mutuando, 2005).

Aplicabilidade das metodologias de Transição Agroecológica nas comunidades assessoradas pelo Projeto Paulo Freire

Para a descrição do percurso metodológico optado pelo Projeto Paulo Freire, no que tange à pauta da Transição Agroecológica e sua implementação nas comunidades selecionadas, foram analisados os seguintes documentos: relatórios de supervisão produzidos pelo FIDA durante suas missões de campo, Manual de Implementação do Projeto Paulo Freire, edições do informe “Floriô Semiárido”, compilado de resultados presente no ebook “Bem-Viver no Semiárido: olhares sobre a assessoria técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo Freire”, relatório de conclusão do projeto produzido pelo FIDA, relatório de impacto elaborado pela SDA e informativo PPF em número. Acrescido a isso, foram trazidas falas das produtoras rurais participantes do círculo de cultura e da aplicação do IGMA.

De acordo com o relatório de supervisão do Projeto Paulo Freire, produzido pelo FIDA (2016), após a seleção das instituições que fariam o processo de assessoria técnica das comunidades selecionadas pela SDA, foi realizada a construção de Diagnósticos Rurais Participativos e Planos de Desenvolvimento Comunitário em todas as comunidades assessoradas. Sobre a criação dos DRPs, o FIDA (2016) ressalta que foi observado envolvimento e participação ativa entre técnicos e agricultores, porém, foi observada a necessidade de realização de ajustes na condução do processo, visto as peculiaridades e demandas de cada comunidade.

No Manual de Implementação do PPF (2017, p.9), a elaboração do DRP é apresentada como marco inicial da intervenção do projeto, sendo esses planos focados nos temas centrais levantados pelo projeto como “produção, renda, manejo e conservação de recursos naturais, equidade de gênero, juventude, etnia”. Decorrente desse processo, são produzidos Planos de Desenvolvimento, definidos como instrumentos compostos pelas demandas mapeadas nas comunidades, sendo parte dessas financiadas pelo PPF e parte que pode ser apoiada por outras fontes. No relatório de

conclusão do projeto (2022), é sinalizado que foram produzidos, durante os anos de execução, o somatório de 601 DRPs, desenvolvidos em comunidades rurais dos 31 municípios abordados, superando a meta inicial de 484 DRPs.

Acerca das metodologias utilizadas para a realização dos DRPs, o Manual de Implementação (2017) reforça a necessidade de abordar os temas centrais do projeto de forma dialógica, compreendendo os dois componentes de ação do PPF: 1) Desenvolvimento de capacidades e 2) Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. No relatório de impacto do FIDA (2022, p.43), é dado ênfase ao papel da utilização de metodologias participativas, como um fator orientador para as ações conduzidas pelos agricultores e pelos técnicos, onde “Todo o processo de construção coletiva dos investimentos, facilitaram a participação comunitária, oportunizando maior transparência ao processo, bem como empoderamento e responsabilidade dos beneficiários na execução do projeto”.

Não foram encontrados nos relatórios de impacto e conclusão dados acerca das técnicas escolhidas para formulação dos DRPs, mas foi possível visualizá-las a partir das falas dos moradores que participaram da pesquisa de campo. As técnicas “mapa falante” e “calendário sazonal” estiveram aparentes nos relatos sobre como o Projeto Paulo Freire chegou à comunidade. Na aplicação do IGMA, no elemento do desenho, alguns moradores falaram que fizeram desenhos também no início do projeto e que a aplicação do IGMA lembrava esse momento. Como a fala de Rosa Amélia 1, moradora do Sítio Gostoso: *“Quando a gente começou no Paulo Freire, teve um dia que eles pediram para a gente desenhar também, desenhamos nossa roça, nossos animais”*. No Sítio Cedro, o agricultor Feijão recordou que *“Teve um momento que a gente teve que desenhar os animais e eu desenhei meus porcos”*. Outros relatos falavam sobre eles contarem como era o ciclo de colheita, como eles cuidavam dos animais e quais os períodos do ano que eles se preparavam para plantar.

A realização dos diagnósticos foi crucial para pensar a estruturação das formações promovidas durante o ciclo de capacitações do PPF. Essa fase corresponde ao componente 1 do projeto, onde o foco das ações foi a promoção de capacitações em políticas públicas, manejo

agroecológico, empreendedorismo social, gestão de comercialização, formação para lideranças comunitárias, dentre outras temáticas vistas como essenciais para a comunidade assessorada.

Durante o preenchimento do IGMA e o círculo de cultura, foram citadas pela população abordada oficinas para confecção de defensivos naturais, como o que foi falado pela agricultora Estrela: *“Participamos de várias formações. Teve aquele que a gente fez um produto natural pra botar nas plantas, eu tenho até anotado em casa como faz”*. Houve também a fala do agricultor Macaxeira, referente às técnicas de adubação verde: *“Teve uma de botar o mato no chão pra fazer estrume”*. No que concerne ao beneficiamento e reaproveitamento de insumos, como o óleo de cozinha, foi citado pela participante Libélula: *“Teve até um sabão, que ensinaram a fazer aqui também”*. Sobre a implementação do sistema agroflorestal, o senhor Milho pontua: *“Quando eles falaram sobre essa agroecologia, a gente aprendeu sobre como plantar em ambiente de floresta”*.

Durante a atividade de campo realizada nesse estudo, foi percebido que o termo técnico Transição Agroecológica é substituído pelo termo “capacitações” quando os moradores falavam sobre como se deu o processo em suas respectivas comunidades. Utilizar expressões locais e contextualizar exemplos práticos com os elementos que já existem em suas comunidades potencializa o processo de aprendizado social.

Outro recurso usado foram os intercâmbios de experiência, onde os sujeitos assessorados pelo PPF conheciam experiências exitosas na área da agricultura familiar. O informativo “Floriô Semiárido” (2019) mostra a experiência do evento “Caravana da Juventude”, onde jovens participantes do projeto apresentaram suas vivências em suas comunidades, na qual realizaram interações com stands de movimentos sociais, instalações sociais e espaços de debates, gerando, ao final, um documento chamado “Carta das Juventudes do Semiárido”, com pautas reivindicatórias e propositivas. Os próprios informativos “Floriô Semiárido” também foram estratégias de comunicação com foco em publicizar experiências dos territórios abordados entre os participantes, para que tenham contato com as diferentes realidades onde o PPF era aplicado.

Tais situações reforçam a necessidade de aplicar práticas dialógicas focadas nas demandas locais, reforçando o que Freire (2019, p.45) pontua sobre não trabalhar temáticas apenas de forma

instrumental, semelhante a um adestramento, e, sim, compreender que o sujeito agricultor se torna sujeito e reconhece sua relação com o mundo a partir do trabalho, pois “somente o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da *práxis*”. Isso também coaduna com o entendimento da Psicologia Ambiental de que o espaço rural possui dupla função na construção dos processos de subjetivação do camponês, visto que é um lugar instrumentalizado para o trabalho e para a história de vida desses sujeitos (Martins, Bento, Bomfim, 2023).

Após a condução do processo de assessoria técnica em Transição Agroecológica e do Manual de Implementação do PPF (2017), chega-se à formulação dos diagnósticos, que são construídos com os Planos de Desenvolvimento de cada comunidade, contendo as demandas mapeadas e possíveis intervenções, e os Planos de Investimento, onde será demarcado como se dará o financiamento das ações pelo PPF. O projeto conta com três modalidades de assessoria: contínua, onde os técnicos acompanham a comunidade com mais frequência; especializada, voltada para temas específicos e com duração de tempo predeterminada e capacitação em política públicas, mais pontual e focada apenas nos conteúdos dessa pauta.

Conforme dados ilustrados pelo FIDA (2022), foram elaborados 533 Planos de Desenvolvimento, superando a meta estabelecida de 482 planos. A execução e o acompanhamento dos planos se deram a partir da Assessoria Técnica Continuada (ATC). Sete instituições da sociedade civil organizadas foram selecionadas, entre elas, o Instituto Flor do Pequi, que prestou assessoria às comunidades abordadas nesse estudo. O relatório de conclusão do projeto aponta que durante um período de três a quatro anos, 23.766 famílias foram acompanhadas pela ATC em todo o território de abrangência do PPF, o que representou 79% da meta estabelecida pelo FIDA (30.000).

Dentre os principais resultados apontados pelo relatório, destacam-se o fortalecimento das práticas produtivas com foco na convivência com o semiárido, através de tecnologias sociais relacionadas às especificidades climáticas da região, o aumento na adesão a práticas agroecológicas, promoção de equidade de gênero e raça, envolvimento do público juvenil e oportunidade de acesso

ao acompanhamento técnico, visto que 75% das famílias abordadas não passaram por nenhuma assessoria de ATER anteriormente. Tal dado também se reflete nas falas dos moradores, visto que a maioria destes relataram esse tipo de assessoria pela primeira vez e que gostaria de passar novamente por esse tipo de acompanhamento, como pode ser visto na fala de Girassol, do sítio Cedro: “Foi muito importante a chegada desse projeto na comunidade, movimentou a gente. Estamos esperando pela chegada de outro projeto”. Rosa Amélia 1, agricultora do Sítio Gostoso, mencionou a chegada de uma formação promovida pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) e o Projeto São José como estratégias importantes para assessorar a população, relatando também sentir falta das atividades do PPF.

Ao falar sobre o ciclo de políticas públicas, Secchi, Coelho e Pires (2019) explicam que o processo de extinção de uma política pública pode se dar por três razões: razões relativas ao problema público, razões relativas à solução e razões relativas ao ambiente político. No caso do PPF, o encerramento da política se deu por razões relativas à solução, pois, neste caso, havia prazo de encerramento; prazo este que foi prorrogado e depois realizado o fechamento das ações. A necessidade do fluxo de continuidade do processo de assistência técnica pós-projeto foi algo recorrente nas falas dos agricultores, o que acende um alerta sobre a necessidade de se pensar em estratégias de suporte pós-projeto para as comunidades porque quando a população não tem acesso a uma política pública que é necessária naquele contexto, isso pode também trazer reverberações na sua relação com o território. Este debate é aprofundado no próximo capítulo.

A partir da avaliação da política feita pelo FIDA e pela SDA, atualmente se desenha a proposta do Projeto Paulo Freire 2, visto os impactos positivos observados na primeira versão. Ao saberem sobre o PPF 2, os agricultores das duas comunidades visitadas demonstraram satisfação e torcida para serem novamente selecionados, visto o tempo que alguns deles ficaram sem ter acesso às ações de assessoria e capacitações. Ao falar sobre a Política Nacional de ATER, Corporal (2006) reforça a necessidade das ações de ATER prezarem pelo envolvimento do terceiro setor desde a gênese, para uma compreensão abrangente da real demanda das populações assistidas.

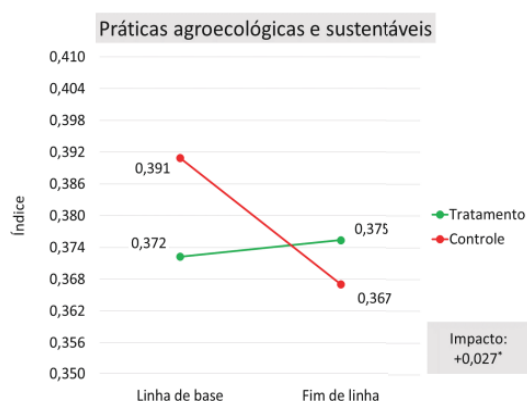
Sobre o desenvolvimento das ações de ATC com foco na pauta de Transição Agroecológica,

incluídas no rol de ações do Componente 2 da política pública, de acordo com o Manual de Implementação (Ceará, 2017), é prioritário o trabalho com foco em gênero e juventude, assim como implementar práticas sustentáveis conjugadas com o respeito ao saber local e com as especificidades climáticas do território, visando “uma maior sustentabilidade das atividades agropecuárias na área de atuação do Projeto e a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento do semiárido”(Ceará, 2017, p.16). O objetivo central do trabalho de ATC no componente 2 é apoiar o fortalecimento dos espaços produtivos com foco na promoção da agricultura sustentável, buscando, a partir do incremento da produção e do suporte aos trabalhadores, reduzir o índice de pobreza rural nos territórios assessorados.

De acordo com o relatório de conclusão do PPF (FIDA, 2022), foram feitos investimentos em 4.591 quintais produtivos de base agroecológica, majoritariamente gerenciados por mulheres (75%) e implementando tecnologias sociais como cisternas, sistema de reúso de água, fogões ecológicos e demais técnicas voltadas para fomentar o processo produtivo. Também ilustram, ao discutir sobre os resultados acerca da pauta de meio ambiente, que os princípios agroecológicos foram basilares para os dois componentes do projeto, respeitando a legislação estadual e estimulando a adoção de práticas sustentáveis em comunidades que, anteriormente, não tiveram contato com essa temática, ressaltando que “fato de 100% dos investimentos do PPF adotarem práticas agroecológicas e técnicas produtivas sustentáveis assegurou que fossem produzidos alimentos livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos”.

Dados do relatório de impacto do Projeto Paulo Freire (Ceará, 2022b) ilustram o estudo do índice de práticas agroecológicas (Figura 24), derivados de um estudo com um grupo controle e um grupo tratamento realizado entre 2015 e 2020. Partindo desse estudo, foi possível observar um leve aumento no grupo de tratamento e uma redução significativa no grupo de controle. Observando o cálculo estatístico realizado, o relatório aponta que, partindo do modelo de análise das diferenças, aponta-se um impacto positivo do Projeto Paulo Freire, no que se refere ao estímulo e adesão à agroecologia.

.Figura 24-*Índice de práticas agroecológicas e sustentáveis*



Nota: Retirada de Ceará (2022b)

Dentre os dados estatísticos apresentados, é apontado no Relatório de Conclusão de que 16.215 famílias (60% do público-alvo do PPF) passaram a adotar práticas agroecológicas, tanto no que se refere à produção agropecuária quanto em práticas de conservação dos recursos naturais locais, como o reuso de água e atividades de reflorestamento. No que se refere às práticas da coivara, onde a terra é queimada na preparação para o plantio, não houve nem diminuição e nem aumento da prática. Sobre o ingresso destes agricultores em espaço de comercialização, como feiras, pontua-se que 70% das famílias que passaram pelo processo de transição agroecológica passaram a integrar as feiras de agroecologia da sua região.

Uma tecnologia social mencionada tanto no relatório de conclusão quanto no relatório de impacto da política pública foi a metodologia das cadernetas agroecológicas. De acordo com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (2021, p.14), esse método surgiu tendo como base os conhecimentos sobre Agroecologia e a teoria da Economia Feminista, objetivando ser “um instrumento político pedagógico elaborado para que, de forma simples e de fácil compreensão, seja possível mensurar, visibilizar o trabalho das agricultoras agroecológicas e, ainda, contribuir para a promoção da sua autonomia e empoderamento”. A partir do monitoramento da produção na caderneta, as mulheres conseguem mensurar o impacto da produção na subsistência familiar, o que aumenta a percepção e valorização do seu trabalho.

Durante a execução do Projeto Paulo Freire, 144 mulheres foram contempladas por essa

ação, que teve como marco inicial um seminário realizado em Recife, cujo objetivo foi a apresentação da metodologia das cadernetas para os projetos que fazem parte do programa Semear Internacional, seguido posteriormente do Encontro Estadual das Cadernetas Agroecológicas do PPF, onde a metodologia foi apresentada para as participantes do projeto. Nos documentos analisados não foram encontradas informações sobre como se deu a seleção das 144 mulheres que participaram da experiência com as cadernetas, quais os critérios e porque esse foi o número final. (Ceará, 2017, 2022b; FIDA, 2022).

As mulheres participantes da pesquisa de campo realizada nesta tese não obtiveram acesso à vivência das cadernetas ecológicas, mas algumas delas relataram ouvir falar sobre essa técnica e ficaram interessadas. Cabe aos *policy makers* envolvidos na elaboração do PPF 2 avaliar, visto a boa receptividade dessa tecnologia nas comunidades atendidas, a possibilidade de expansão do número de mulheres que passarão pela capacitação sobre esse método.

Dois pontos considerados como desafios para os executores da política pública foram a realização das práticas de ATC durante a pandemia do COVID-19 e a descontinuidade de políticas públicas, ocorridas a partir de 2016 (FIDA, 2022). Sobre o primeiro tópico, no período de isolamento social, cumprindo as medidas sanitárias propostas para prevenção de contaminação pelo Coronavírus, foi necessário repensar as formas de acompanhar as comunidades, principalmente tendo como panorama a dificuldade de acesso à internet em algumas comunidades. O relatório de impacto do projeto (Ceará, 2022b) ilustra que esse período trouxe implicações diretas em questões socioeconômicas, como impacto na renda familiar *per capita* e no engajamento nas ações promovidas em associações, que foi menor do que no modelo presencial.

As atividades de campo da ATC foram substituídas pela assessoria remota, onde formações e conteúdos de suporte aos projetos do PPF ocorreram via plataformas online. Nos documentos avaliados, não fica claro quais as redes sociais utilizadas para o acompanhamento, porém, são citadas algumas estratégias utilizadas, como lives, a produção do boletim informativo “Floriô Semiárido”, campanhas de prevenção ao COVID-19, rodas de conversa virtuais, eventos como o Encontro Estadual da Rede de Juventudes e estratégias artísticas, como a exposição “Janelas

Virtuais”, onde os jovens participantes do projeto mostravam seu cotidiano nesse contexto adverso (Ceará 2022a; FIDA, 2022).

Sobre o processo de descontinuidade das políticas públicas que compõem a pauta da agricultura familiar e pautas sociais, o relatório do FIDA (2022, p.24) aponta que houve um decréscimo no acesso e investimento de políticas públicas que são acessadas pelo público-alvo do PPF, destacando uma queda de “-56% no programa Bolsa Família, -96% no Brasil Sem Miséria, -84% no Garantia Safra e -58% em água para consumo humano por meio do carro pipa”. Tais dados corroboram com o que fora apresentado por Martins, Lima e Bomfim (2025) sobre o impacto da dissolução do MDA na gestão Temer e a incorporação da pauta da agricultura familiar ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), responsável pelas políticas voltadas ao agronegócio na gestão Bolsonaro, o que enfraqueceu ainda mais a destinação de recursos para os projetos destinados aos agricultores familiares.

No que tange ao acompanhamento dos grupos que receberam assessoria no Cariri pelo Instituto Flor do Pequi, o documento “Bem-viver no Semiárido: olhares sobre assessoria técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo Freire” (Silva, 2022), demonstra que antes de iniciar o processo de ingresso nas comunidades, houve formações internas focadas em especial na demanda agroecológica, além de atividades de nivelamento e avaliações semestrais das ações promovidas nos dez municípios de abrangência da organização. A equipe multidisciplinar, composta por profissionais da pedagogia, zootecnia, agronomia e sociologia, acompanhou 3.450 famílias, distribuídas em 74 comunidades, realizando atividades de capacitação, acompanhamento e monitoramento das ações endossadas pelos Planos de Desenvolvimento gerados do Diagnóstico Rural Participativo feito nessas comunidades.

Acerca dos desafios encontrados, são citados a delimitação de tempo para realização das ações de ATC, a reestruturação de 60% das associações rurais selecionadas e a criação de novas associações e fatores burocráticos relacionados a documentações, como, por exemplo, a alimentação do sistema “E-parcerias”. Para realizar essas atividades, foi importante a integração dos agentes do PPF com executores de políticas públicas que dialogavam com as temáticas do projeto, atuantes no

Cariri. Sobre os resultados correlacionados ao estímulo à produção agroecológica, é pontuado que foram concluídos os planos de investimento das comunidades assessoradas e que houve a implantação de quintais produtivos e cisternas, em especial, em áreas que não tinham acesso a água para consumo, envolvimento e participação ativa das mulheres e da juventude nas atividades propostas e engajamento das comunidades tradicionais (Silva, 2022c).

Observado o panorama de práticas realizadas com foco em agroecologia, ratifica-se o que é pontuado por Altieri (2011) sobre a necessidade de as políticas públicas agroecológicas serem executadas em diálogo com as comunidades, saindo da perspectiva verticalizante do modelo *top-down*, onde todas as decisões são implementadas pela gestão superior sem um diálogo prévio e utilizando estratégias de gestão *bottom-up*, onde os receptores da política pública também participam de processos decisórios.

A metodologia do Diagnóstico Rural Participativo e a criação conjunta dos planos de desenvolvimento e planos de investimento integraram os sujeitos participantes no fluxo de execução da política, o que gerou engajamento e participação ativa. Além dos instrumentos aqui descritos, um índice importante para compreender a relação dos beneficiários com a política pública e com o seu território de convívio é a relação afetiva agricultor-ambiente, debatida a seguir.

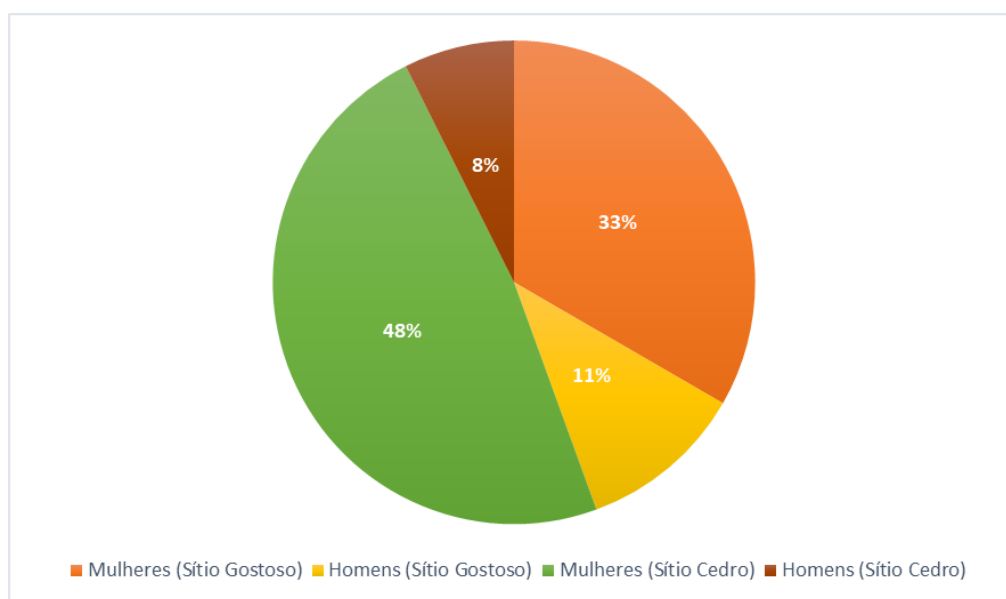
Afetividade, Transição Agroecológica e relação agricultor-ambiente: compreendendo a dinâmica afetiva de beneficiários do Projeto Paulo Freire com o seu território

O presente capítulo apresenta dados acerca da relação agricultor-ambiente com o seu território de vida e o trabalho após passar pelo processo de transição agroecológica promovida pelo Projeto Paulo Freire. Foram aplicados vinte e seis mapas afetivos, onze da comunidade Sítio Gostoso e quinze da comunidade Sítio Cedro.

O público é composto majoritariamente de mulheres chefes de família em ambas as comunidades pesquisadas, sendo 81% da amostra geral (Figura 25). Observando o desenho e execução do Projeto Paulo Freire, esse é um público prioritário no acesso às ações realizadas,

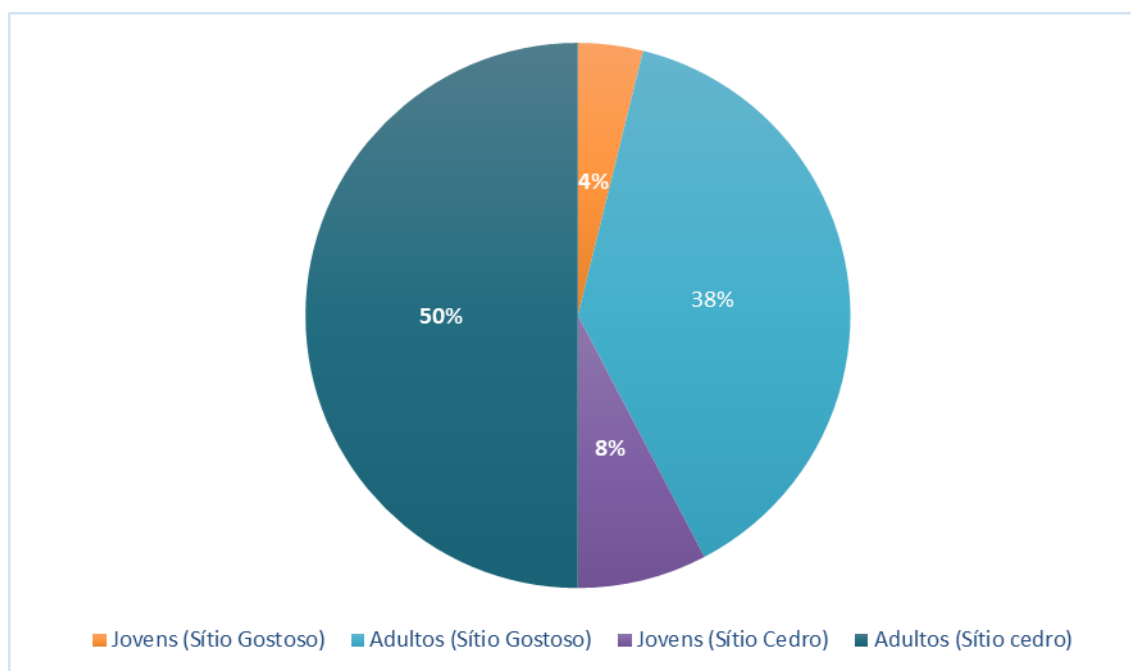
trazendo no escopo das suas ações a autonomia e empoderamento de mulheres rurais. As lideranças comunitárias que participaram desse estudo também são mulheres, engajadas tanto na agenda das associações que presidem como em outros espaços de movimentos sociais agrários, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de seus respectivos municípios.

Figura 25- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com o gênero



Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

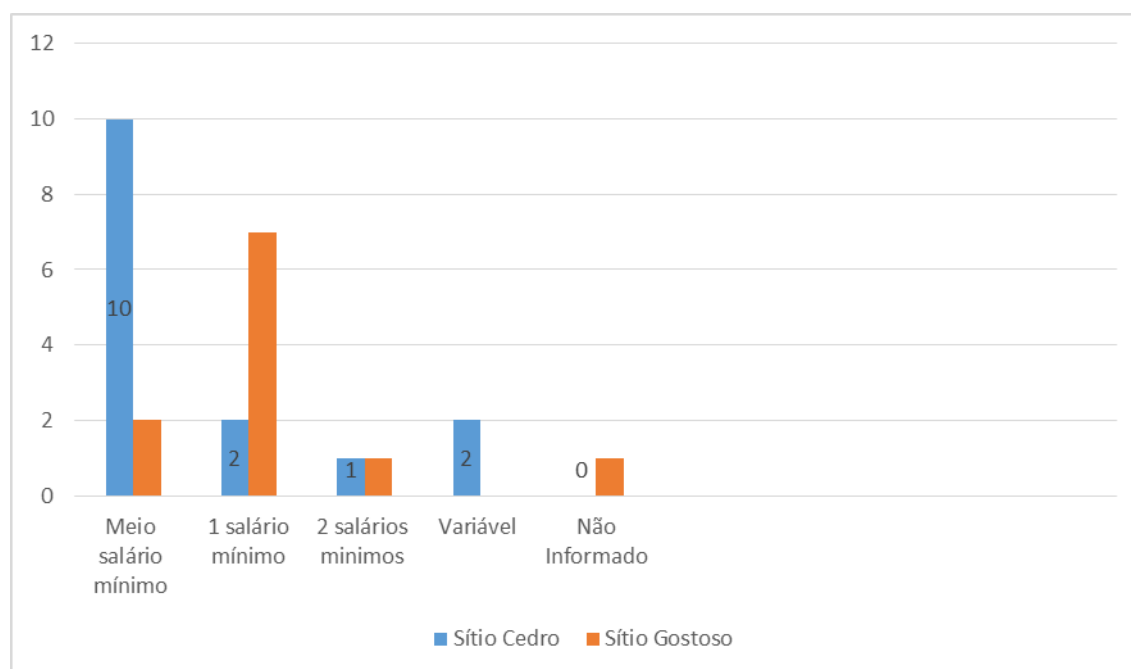
Acerca da divisão etária, observa-se que a maioria do público da pesquisa tem entre trinta e cinquenta anos de idade. A quantidade de adultos participantes é maior do que a de jovens (entre quinze e vinte e nove anos), sendo o primeiro grupo 88% das pessoas pesquisadas e o segundo 12% (Figura 26). Não houve participação de idosos na atividade. Quando observada a distribuição desses dados por comunidade, tanto no Sítio Gostoso, quanto no Sítio Cedro a maior parte dos sujeitos que participaram da pesquisa são adultos. A presença de jovens agricultores é estimulada pela política pública, havendo uma agenda de capacitações e eventos voltados para o processo de permanência e sucessão rural.

Figura 26-*Distribuição etária do público da pesquisa*

Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

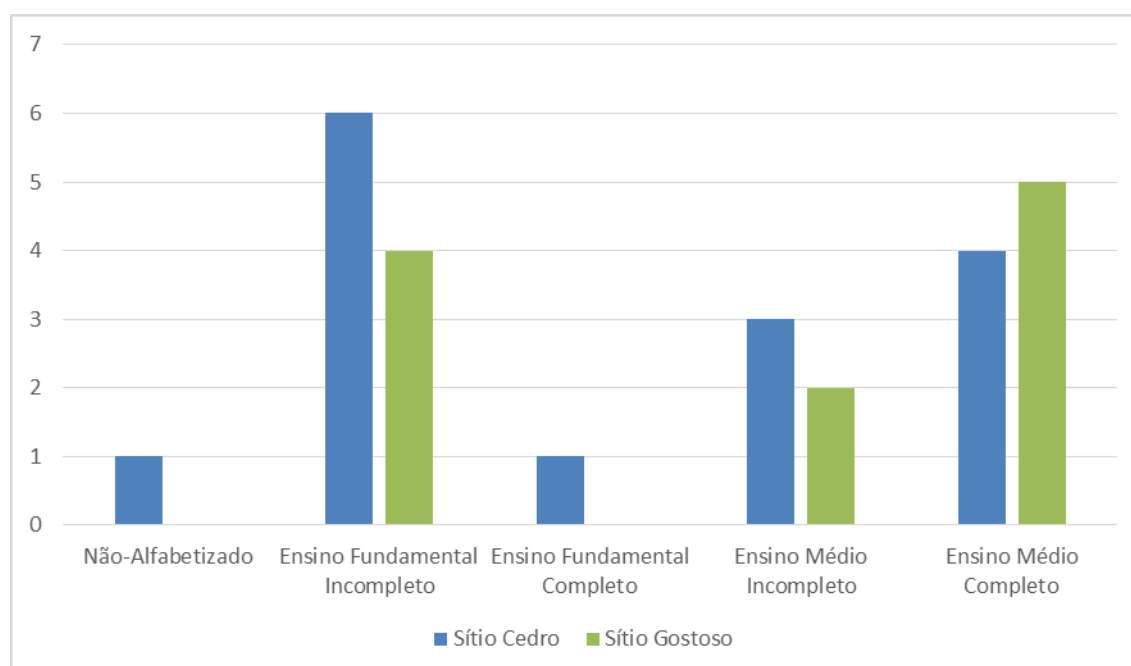
Referente à questão de renda, a maioria dos participantes possuem renda aproximada de meio salário (44%) a um salário-mínimo (36%) (Figura 27), sendo apresentadas também pessoas que recebem dois salários-mínimos (8%), que pontuavam que a renda era variável (8%) e que não informaram sua renda no questionário socioeconômico (4%). Quanto ao índice por comunidade, observa-se que a amostra do Sítio Cedro tem maior percentagem de pessoas com renda familiar de meio salário-mínimo; já no Sítio Gostoso, pessoas com renda de um salário-mínimo.

Algumas agricultoras que participaram da pesquisa mencionaram ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), programa governamental de transferência de renda que visa o enfrentamento da extrema pobreza em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de aproximar esse público de outras políticas públicas como as da área da saúde e da educação (BRASIL, 2023). O público pesquisado se encaixa no critério de vulnerabilidade socioeconômica do PBF.

Figura 27-*Distribuição do público da pesquisa quanto à renda*

Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

Quanto ao nível de escolaridade, os dados indicam que 38,46% dos participantes possuem o Ensino Fundamental incompleto. Em seguida, 34,61% concluíram o Ensino Médio, 19,23% não o completaram, enquanto 3,85% finalizaram o Ensino Fundamental. Por fim, 3,85% declararam não ser alfabetizados (Figura 28).

Figura 28-*Distribuição do público da pesquisa quanto o nível de escolaridade*

Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

Sobre o engajamento em movimentos sociais, todas as pessoas entrevistadas são membros ativos da associação de trabalhadores rurais. Além da associação, alguns mencionaram ser ativos nos sindicatos de base e em comunidades religiosas católicas. Já sobre o tempo de serviço na agricultura, algumas pessoas colocaram suas respectivas idades, para representar que trabalham na agricultura durante toda sua vida, outras pontuaram uma média de 20 a 40 anos de trabalho nesse setor e uma minoria possui menos de 10 anos como trabalhador da agricultura familiar.

No tocante à estrutura dos desenhos elaborados durante a aplicação do IGMA, foi percebido que 23 mapas afetivos possuem desenhos com estrutura cognitiva, que diz respeito a elementos que são apreendidos pelos órgãos sensoriais, representando de forma gráfica a realidade apreendida (Bomfim *et al*, 2014). Nesses desenhos, a principal figura de referência é a casa e os elementos que estão em seu entorno, como representações dos quintais produtivos, dos animais, árvores e espaços de produção, como no caso da representação da casa de farinha, observada no mapa afetivo de Macaxeira, morador do Sítio Cedro.

Somente 2 mapas afetivos analisados nessa pesquisa tinham estrutura metafórica, que tem como base uma representação metafórica da forma que sentem e interagem com o território (Bomfim & Lima, 2024). Nos dois casos, expressões referentes a contentamento e amor pelo território são representadas por um desenho de um coração rodeado de flores, como no caso do mapa afetivo da agricultora Rosa Amélia 2 (Sítio Gostoso) e um rosto com um largo sorriso no mapa afetivo da liderança feminina Girassol (Sítio Cedro). Bomfim e Lima (2024) apontam a importância do desenho e da elaboração da metáfora no processo de prospecção dos afetos presentes na relação pessoa-ambiente, apreendidos pelo IGMA. Destacam que, durante o processo de elaboração desses dois elementos, o sujeito, a partir da imaginação e da criatividade, realiza a ancoragem e a nomeação dos afetos manifestados na sua interlocução com o território.

Um elemento importante a ser ressaltado, que pode ter influenciado no processo de produção de mais mapas de estrutura cognitiva do que de estrutura metafórica foi a influência da experiência dos grupos participantes da pesquisa com o instrumento de diagnóstico rural mapa falante, onde o sujeito deve desenhar elementos referentes à sua unidade produtiva familiar. Durante a elaboração

da etapa do desenho, os agricultores falaram que essa etapa lembrava a época inicial do Paulo Freire, que também teve uma atividade com desenhos. Já as duas agricultoras que optaram pela estrutura metafórica, expressaram durante a aplicação que queriam representar o seu ambiente de uma forma diferente, explorando a imaginação.

A utilização das metáforas, conforme Bomfim e Lima (2024), possibilita a compreensão da implicação afetiva que entrelaça a relação pessoa-ambiente, a partir de elementos simbólicos e de representações de correlação ao significado deste ambiente para o sujeito. As metáforas prospectadas nesse estudo são, em sua maioria, voltadas para sentimentos de familiaridade, bem-estar e aconchego, como é observado nas metáforas Casa, Cantinho de Paz, Lugar de Paz, Piscina, Lugar de Amor e Respeito, Mansão, Igreja, Praia e Paraíso, sendo esta última a metáfora mais recorrente nos mapas afetivos analisados (5 pessoas a utilizaram). Além disso, foram elencados elementos referentes à singularidade do local, como é visto nas metáforas Único e Incomparável, relacionadas à atratividade do local, visualizado nas metáforas Lugar Bonito, Belo Jardim e Jardim Bonito e correlatos ao ambiente natural que cerca a população abordada, percebido nas metáforas Floresta, Natureza e Mato.

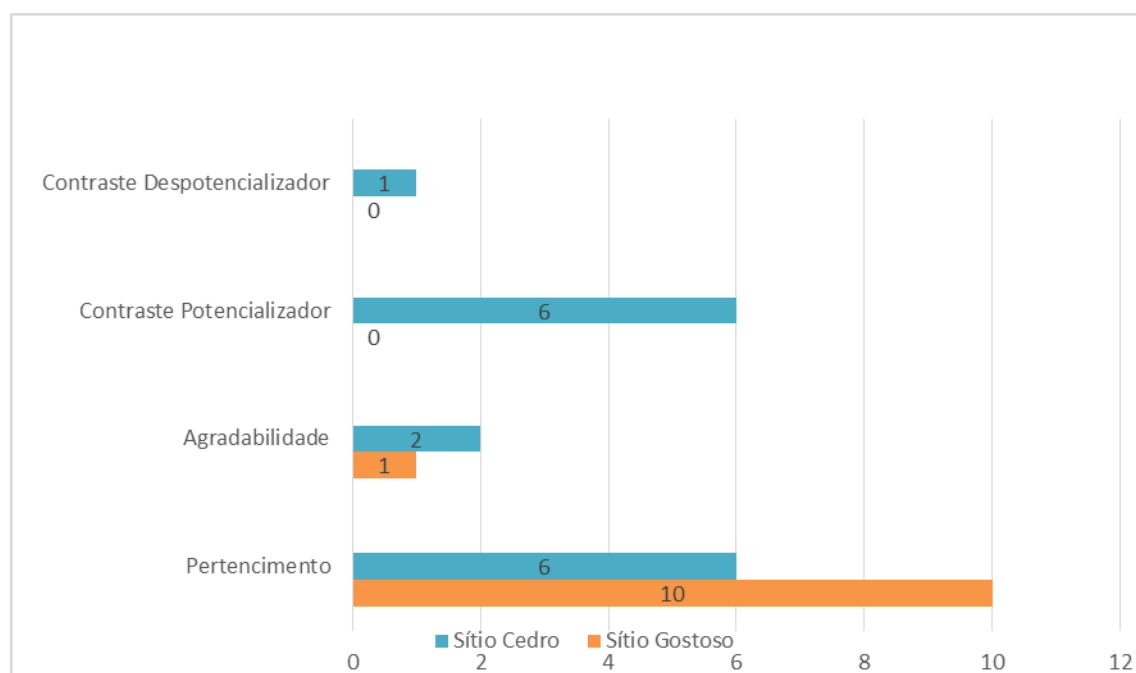
No processo de análise dos mapas afetivos, é realizada a captura de imagens afetivas que ilustram, de maneira sintética, como se dá a relação pessoa-ambiente em um contexto específico. Bomfim e colaboradores (2014) relatam a existência de cinco tipos de imagens: Agradabilidade, que possui correlação com sentimentos de bem estar e satisfação com o lugar; Pertencimento, que se refere ao sentimento de fazer parte e ter amor pelo lugar; a Insegurança, correspondente ao ato de se sentir inseguro perante sua vivência no seu território; a Destruição, que remota a sentimentos de apatia e abandono e os contrastes, onde afetos potencializadores e despotencializadores aparecem na perspectiva do sujeito sobre o ambiente.

Ao estudar sobre os contrastes, Pacheco (2018) os subdivide em duas categorias: Constrastes Potencializadores, onde apesar da ambiguidade de sentimentos, predominam afetos ativos, que movem o sujeito a se conectar com o território, e Contrastes Despotencializadores, onde predominam os afetos geradores de passividade e fragilidade da relação pessoa-ambiente. O autor

afirma que na imagem de contraste pode-se ter duas configurações: sentimentos do plano de fundo (mais permanente e duradouro), que estão no cerne da vivência do sujeito com seu ambiente, e os sentimentos de plano de frente (situacional), referentes a uma situação específica.

Na figura 29, está demonstrada a frequência das imagens afetivas apresentadas nos vinte e seis mapas afetivos analisados.

Figura 29-*Frequência das imagens afetivas presentes nos mapas aplicados*



Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

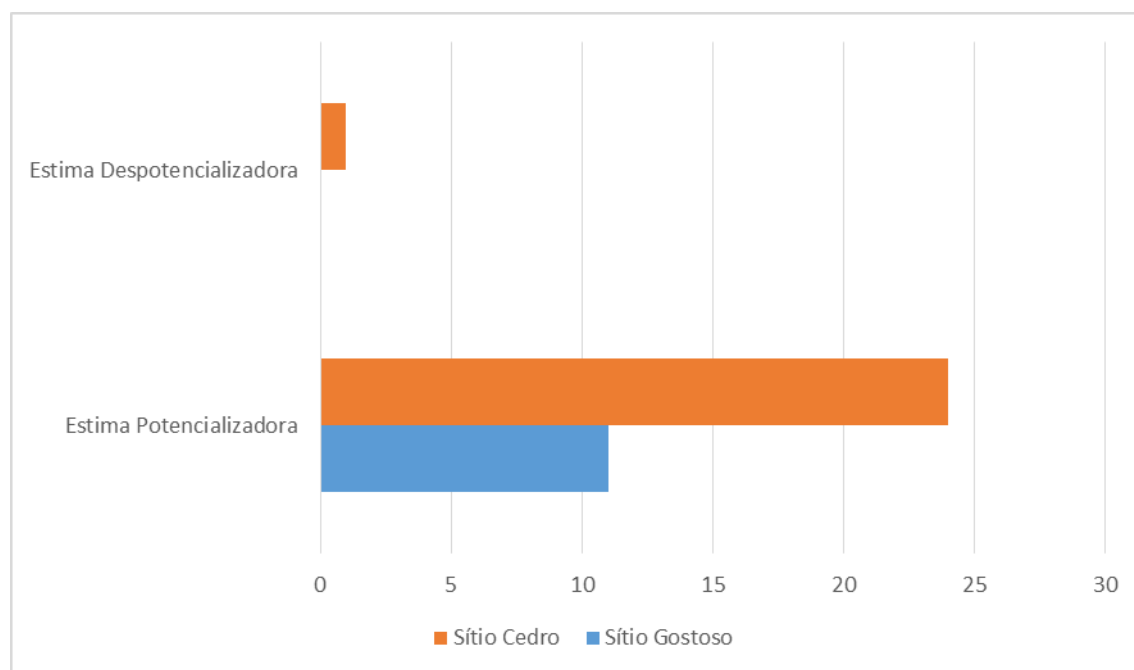
Como ilustrado na tabela, foram detectadas 17 imagens afetivas de pertencimento, 3 de agradabilidade, 6 contrastes potencializadores e 1 contraste despotencializador. Quando observadas quanto à localidade dos participantes, é visualizado que no Sítio Gostoso há predominância de imagens correlacionadas à estima potencializadora (10 imagens de pertencimento e 1 de agradabilidade) e no Sítio Cedro há variações entre imagens correlatas à estima potencializadora (2 de agradabilidade e 6 de pertencimento) e imagens de contraste (7 contrastes).

A Estima de Lugar é conceituada por Bomfim *et al* (2014) como um elemento referente à atribuição de valor e significado em relação ao lugar, que tem como base elementos físicos, como a qualidade do ambiente, preservação, acessibilidade e elementos relacionais, como as redes de apoio

social e o processo de apropriação do espaço. A estima pode ser potencializadora, que move o sujeito a proteger e participar ativamente no território, ou despotencializadora, que causa apatia e fragilização no vínculo com o ambiente. Para captá-la, foi aplicada a Escala de Estima de Lugar, acoplada no IGMA.

O cálculo do Índice de Estima de Lugar (IEL), elemento que afere quantitativamente a implicação de uma pessoa com o seu território, é realizado a partir da seguinte fórmula: $IEL = \text{soma dos elementos do Fator I (itens correspondentes à Agradabilidade e Pertencimento)} + \text{soma dos elementos do Fator II (itens correspondentes à Insegurança e Destruição)}$. Com relação aos dados dessa pesquisa, na figura 30 é ilustrado que a maior parte dos participantes apresentam IEL acima de zero.

Figura 30- Índice de Estima de Lugar observado nas comunidades estudadas



Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa

Lima (2025) explica que quando o valor do IEL é maior do que zero, é um indicativo de predominância de estima potencializadora. Já, quando o valor do índice está abaixo de zero, compreende-se que há predominância da estima despotencializadora. Na comunidade Sítio Gostoso todos os participantes apresentaram IEL acima de zero. Já na comunidade Sítio Cedro, dez

participantes apresentaram IEL correspondente à estima potencializadora e cinco apresentaram índice correlato à estima despotencializadora. A discussão da análise dos dados das imagens é apresentada abaixo.

Agradabilidade

A imagem afetiva de Agradabilidade é uma das duas imagens captadas pelo IGMA relacionada à estima potencializadora, onde há predominância da expressão de afetos que aumentam a potência de ação dos sujeitos e seu envolvimento ativo no ambiente de convívio. Na Agradabilidade, os afetos voltam-se à perspectiva de apreciação e bem-estar, onde significados expressos advêm do senso de satisfação ambiental com o entorno (Bomfim, 2023; Lima, 2025).

Ao observar os três mapas afetivos que possuem imagem de Agradabilidade, é perceptível a predominância da sensação de felicidade e bem-estar por ter uma residência fixa em sua comunidade e atratividade pela beleza natural da região, como pode ser observado no mapa afetivo da Margarida (Figura 31).

Figura 31- Mapa afetivo da agricultora Margarida

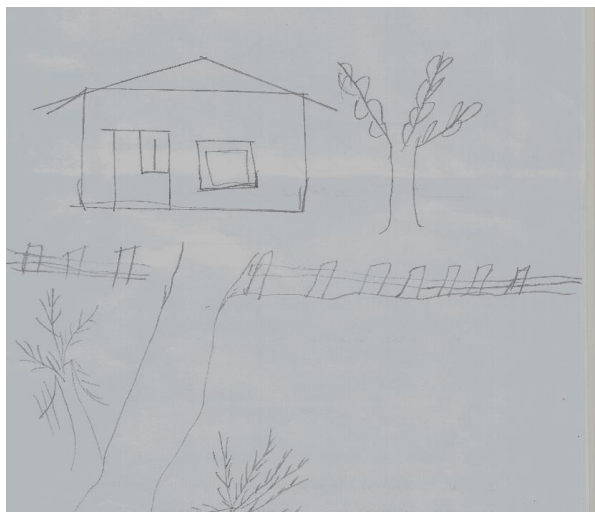
IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Margarida Sexo: F Idade: 59 anos Comunidade: Sítio Gostoso			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 12 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Entrada da minha casa, vendo a grade de frente. Portão e dentro cheio de frutas, plantas etc.	Me sinto realizada em ter conseguido comprar (o sítio) com o trabalho, muito feliz.	Gratidão, florescer, colorida, feliz.	Como uma mansão. Porque é muito difícil consegui uma moradia hoje em dia.
		SENTIDO: O sítio Mansão é um lugar permeado por sentimentos de gratidão e felicidade , onde há uma sensação de florescer coisas boas e de satisfação pela aquisição da casa própria, o que reflete uma imagem de Agradabilidade .	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 20		Imagem: Agradabilidade	

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa.

Margarida mudou para a comunidade há 12 anos e foi uma das agricultoras contempladas pela assessoria técnica continuada (ATC) em transição agroecológica. Em seu relato, Margarida explicita sua felicidade em ter seu próprio domicílio, algo que para ela sempre foi um sonho: “*Me sinto realizada em ter conseguido comprar (o sítio) com o trabalho, muito feliz*”. Em sua metáfora, sítio Mansão, reflete-se o espaço do sítio como um espaço seguro e aprazível para ela.

O elemento da casa própria também aparece nos mapas afetivos com imagem Agradabilidade produzidos por agricultoras do Sítio Cedro, onde além da realização do sonho de ter sua casa, elementos como tranquilidade e paz permeiam suas vivências, como o exemplo do mapa da agricultora Estrela (Figura 32).

Figura 32- Mapa afetivo da agricultora Estrela

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Estrela Sexo: F Idade: 41 anos Comunidade: Sítio Cedro			
Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 12 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Este desenho é a forma de mostrar o lugar onde moro, onde tem bastante árvores que favorece muito para o viver.	Alegria de poder viver num lugar tranquilo, onde me sinto segura juntamente a minha família.	Paz, segurança, alegria, trabalho.	Como um lugar único.
		SENTIDO:	
Estrutura: Cognitivo		O sítio Único é um lugar que lhe traz sentimento de alegria, paz e segurança , que irradia no seu envolvimento ativo no cuidado com sua moradia e engajamento em movimentos sociais. A sensação de tranquilidade passa segurança para sua vivência na localidade. Tal segurança também foi expressa ao falar sobre a contribuição do Projeto Paulo Freire para sua prática de trabalho, mostrando uma imagem de Agradabilidade .	
Índice Estima de Lugar (IEL): 10		Imagem: Agradabilidade	

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa

Estrela trouxe como ponto importante a felicidade e sensação de tranquilidade em morar na

zona rural, o que lhe traz segurança. Outro elemento importante trazido tanto por ela quanto por sua colega Mariposa é a visão do lugar enquanto atrativo e provedor, visto que as árvores frutíferas que ficam no entorno possibilitam, além de uma linda paisagem, a possibilidade de manutenção da sua vida. Ao falar sobre seu sítio, Mariposa dá destaque a um pé de Pequi (*Caryocar brasiliense*), uma árvore popular na área de cobertura da Chapada do Araripe, cujo fruto é apreciado pela culinária local e traz fonte de renda a diversas famílias extrativistas.

As imagens de agradabilidade e os relatos das agricultoras sobre o seu território ser um lugar que traz paz e tranquilidade para elas, aproximam-se do conceito de ambientes restauradores. De acordo com Gressler e Gunther (2013), são ambientes que atuam no combate ao estresse e à fadiga mental, causando uma sensação de bem-estar. As autoras pontuam que os ambientes naturais são mais restauradores do que ambientes virtuais, como, por exemplo, plataformas de simulação de realidade. O contato direto com o entorno e com as paisagens presentes da Chapada do Araripe evocam uma sensação de bem-estar nessas agricultoras. A seguir, são apresentados dados sobre a imagem de pertencimento.

Pertencimento

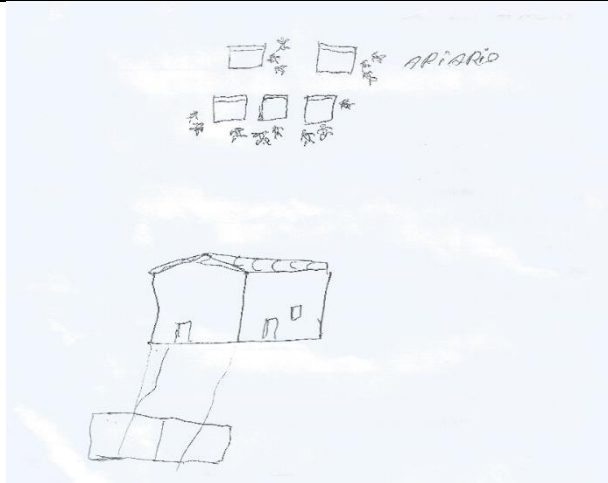
Também vinculada à estima potencializadora, a imagem de Pertencimento tem como característica central o sentimento de pertença a um ambiente, sendo também visualizados afetos conectados com a noção de integração e identificação com o lugar, como o amor pelo lugar, o sentimento de familiaridade e a percepção do lugar como seu lar. (Bomfim, 2023; Lima, 2025).

A maioria dos mapas afetivos gerados da aplicação do IGMA nas duas comunidades de abrangência do projeto tem como imagem predominante o pertencimento. Para compreender como esse sentimento de pertença permeia a relação pessoa-ambiente, é importante recorrer ao conceito de apropriação do espaço. Conforme Pol (2002), o processo de apropriação do espaço envolve dois componentes: a ação-transformação, que diz respeito à forma que o sujeito intervém em um espaço, transformando-o e sendo transformado por ele, e a identificação simbólica, que ocorre quando a

pessoa atribui uma qualidade ao espaço, que, ao ganhar para ela um significado, torna-se um lugar.

Quando observados os dezessete mapas afetivos referentes à imagem Pertencimento (quase 70% da população pesquisada), o processo de apropriação de espaço vivenciado pelas agricultoras e agricultores participantes da pesquisa perpassa por três elementos centrais: a casa, o trabalho e as relações de apoio e vizinhança. Falar sobre a casa, para os sujeitos que colaboraram com a pesquisa, é falar sobre amor, segurança, aconchego e realização, principalmente quando eles obtêm a posse da terra onde vivem. Segue o mapa afetivo da agricultora Ipê, moradora da comunidade Sítio Cedro (Figura 33).

Figura 33-Mapa afetivo da agricultora Ipê

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Ipê Sexo: F Idade: 44 anos Comunidade: Sítio Cedro			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 44 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Meu apiário, minhas abelhas e minha casa.	Meu sítio é maravilhoso, só em ser meu é muito bom. Gosto do sítio, sinto feliz, sinto paz	Paz, felicidade, tranquilo, amor, bem-estar.	Com o paraíso, porque amo minha casa
		SENTIDO:	
		O sítio Paraíso 3 é um lugar que lhe remete sentimentos como paz, felicidade, amor e tranquilidade. A sensação de bem-estar a que se refere quando fala do seu ambiente de convívio e da satisfação do aprimoramento das técnicas de trabalho, em especial no apiário, pelas formações do Projeto Paulo Freire, reflete uma imagem de Pertencimento.	
Estrutura: Cognitivo		Índice Estima de Lugar (IEL): 40	
		Imagem: Pertencimento	

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa

A casa, onde acontecem atividades importantes para a manutenção da vida do sujeito, como a alimentação, o descanso, a construção de vínculos familiares, é vista como um lugar que acolhe, protege e proporciona felicidade a essa agricultora. Sentimentos similares foram observados em

vários mapas afetivos, como o exemplo das falas aqui ilustradas: “*Muita felicidade por ter minha linda morada, graças da Deus. É o melhor lugar do planeta*” (Rosa Amélia 2, Sítio Gostoso); “*Me sinto feliz, eu amo morar aqui, aqui eu sinto maravilhado. Por meu esforço, construí com muito prazer. Obrigada, meu Deus*” (Macaxeira, Sítio Cedro); “*Me sinto feliz, bem, aconchegada e muito feliz. Acho muito bom, um lugar lindo*” (Rosa, Sítio Gostoso).

No processo de estabelecimento do vínculo agricultor-ambiente, o lar é o primeiro espaço a ser apropriado, que ganha características e significações de acordo com a vivência de cada morador. É ao redor da casa que são desenvolvidas as atividades produtivas de subsistência e/ou de produção agrícola comercial, o lugar de trabalho do agricultor. O lar consolida-se como entidade nuclear no processo de construção de vinculação afetiva, funcionando como *locus* privilegiado de construção de significados pessoais (Scannell & Gifford, 2010). Sua relevância deriva da capacidade de integrar memórias biográficas, rotinas e relações interpessoais que conformam a identidade espacial do indivíduo.

Observando tanto as falas, quando as representações gráficas dos mapas afetivos analisados, o ambiente de trabalho, que é um local de sustento, é visto como uma extensão do lar, que precisa ser cuidado e que desperta sentimentos de gratidão, felicidade e amor. No mapa afetivo de Ipê, percebe-se que, além da representação da casa, há o desenho do apiário. Também são ilustrados em outros mapas afetivos elementos que remetem aos espaços de produção, como canteiros de árvores frutíferas, chiqueiros e presença de animais e pessoas, como o que é ilustrado no mapa afetivo de Amor, agricultora residente do Sítio Gostoso (figura 34).

Figura 34-Mapa afetivo da agricultora Amor

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Amor Sexo: F Idade: 41 anos Comunidade: Sítio Gostoso			
Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 9 anos			
SIGNIFICADO	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
:			
O desenho mostra minha casa, meu quintal de galinhas, eu e minha filha.	Me sinto realizada por hoje ter minha casa, é um dos melhores lugares que já morei.	Conquista, Felicidade, Agradecimento, Amor, Prosperidade, Carinho.	Comparo com o amor, respeito. Mudar para cá foi a melhor escolha que fiz na minha vida.

	SENTIDO: O sítio Amor e Respeito é um lugar que lhe traz sentimento de felicidade, gratidão, prosperidade, carinho e amor, que ela sente ser uma grande conquista obtida, pois agora possui sua casa própria. A sensação de realização está alinhada com o sentimento de integração e participação nas atividades promovidas ao âmbito comunitário. Seu engajamento enquanto uma das lideranças locais e o seu carinho no que se refere a preservação do seu território refletem a imagem de Pertencimento.
Estrutura: Cognitivo	
Índice Estima de Lugar (IEL): 34	Imagem: Pertencimento

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa

Quando o sujeito se apropria do espaço onde desenvolve seu trabalho, como os quintais produtivos, chiqueiros, apiários, galinheiros e roças, ao mesmo tempo que ele executa sua atividade, gera o simbolismo sobre a terra que habita, reverberando também no sentido do trabalho. Para Amor, sua propriedade rural é um lugar de realização e conquista, onde, além de ter sua casa, consegue realizar suas atividades produtivas, ilustradas a partir do galinheiro. A agricultora mencionou uma oficina, promovida pelo Projeto Paulo Freire, sobre criação agroecológica de galinhas, que a auxiliou muito no manejo do cuidado com os animais. A aparição do elemento trabalho durante o preenchimento dos itens do IGMA apareceu também nas respostas de outros agricultores, por exemplo: “*É um lugar bom demais, gosto de cuidar das galinhas e dos bichos e da roça*” (Feijão, Sítio Cedro), “*Felicidade em ter conseguido uma pocilga e um quintal produtivo através de programas e projetos governamentais*” (Rosa Amélia 1, Sítio Gostoso), “*Um ponto do meu futuro, pois gosto muito do meu trabalho*” (Macaxeira, Sítio Cedro).

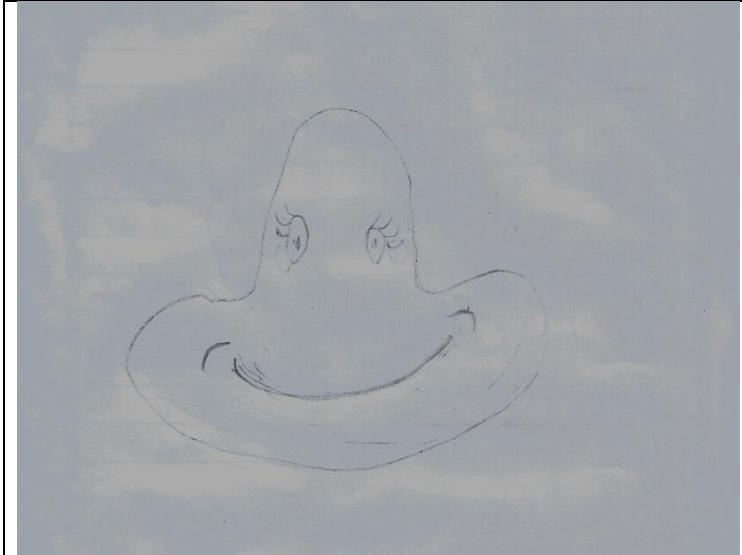
Os dados corroboram com o que é pontuado pelo Tuan (1980) sobre a aproximação profunda da agricultora e do agricultor com a terra, que é vista como um componente basilar na sua constituição enquanto sujeito. Trabalhar em um ambiente rural é trabalhar em um ambiente que tem seu próprio ritmo e características, que são internalizadas durante o processo de apropriação e que perpassa mudanças mediante a ação humana neste ambiente.

A relação do agricultor com o ambiente rural, quando dotada de afetos e significados, gera uma vinculação afetiva, que se relaciona com o apego ao lugar, que se manifesta quando sujeitos transformam espaços físicos em territórios de afeto, através de vivências carregadas de subjetividade (Elali & Medeiros, 2011). Importante ressaltar que essa vinculação agricultor-ambiente pode ser atravessada por elementos sociais e econômicos, que podem influenciar a forma que o sujeito enxerga seu território e quais os afetos que atravessam essa ação, que podem fortalecer (afetos ativos) ou enfraquecer (afetos passivos) nesse processo.

Além da relação com o ambiente físico (casa e espaço de trabalho), outro elemento se destacou no fortalecimento de vínculos com o lugar: as relações de apoio sociais presentes na vizinhança. Ao observar a imagem de pertencimento nos mapas afetivos dos agricultores que foram desapropriados por conta da obra do Cinturão das Águas do Ceará, Martins (2020) resalta que as relações de apoio e cooperação entre os moradores daquela comunidade foram importantes para que o vínculo agricultor-ambiente se fortalecesse e os impulsionou a se organizarem socialmente em busca dos seus direitos e na defesa da comunidade. Para compreender como este elemento se manifesta nas comunidades beneficiadas pelo PPF, apresenta-se o mapa afetivo da liderança Girassol, agricultora do Sítio Cedro (Figura 35).

Figura 35- Mapa afetivo da agricultora Girassol

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Girassol Sexo: F Idade: 45 anos Comunidade: Sítio Cedro Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 40 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Meu desenho mostra que sou muito feliz no sítio, comunidade onde moro.	Uma maravilha.	Felicidade, paz, esperança, tranquilidade, alegria.	Como a igreja, porque é só bênção
			SENTIDO:

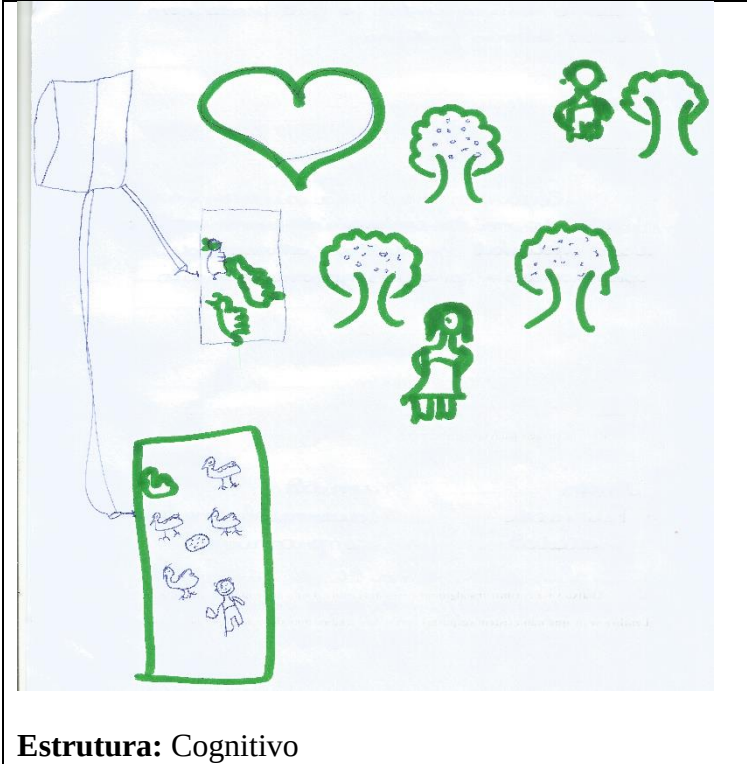
	O sítio Igreja é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, paz, esperança e tranquilidade. A sensação de alegria e estar abençoada em morar nesse território coaduna com seu constante engajamento enquanto liderança, em trazer atividades estratégicas para comunidade, como o Projeto Paulo Freire, o que reflete a imagem de Pertencimento.
Estrutura: Metafórico	
Índice Estima de Lugar (IEL): 16	Imagem: Pertencimento

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa

Enquanto liderança ativa na Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Serra da Mina Nova, Girassol está engajada nos movimentos sociais locais e no sindicalismo rural, buscando promover atividades para o fortalecimento da sua comunidade. Ao pontuar sobre a sua vivência na comunidade, Girassol mencionou a importância do apoio entre os membros da associação, sendo alguns deles seus vizinhos, e como essa relação de suporte também é importante para o engajamento na participação em políticas públicas: *“A gente tá sempre trocando ideias, se ajudando e sempre que chega uma novidade, um projeto, eu comunico. Essa semana um representante da SDA disse que tá pra chegar um projeto novo e nossa comunidade já está inscrita”*. A mesma questão também é observada no mapa afetivo de Rosa Amélia 1, liderança que reside no Sítio Gostoso (Figura 36).

Figura 36- Mapa afetivo de Rosa Amélia 1

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Rosa Amélia 1 Sexo: F Idade: 36 anos Comunidade: Sítio Gostoso Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 25 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Minha produção de aves e suínos e como meu quintal foi frutificado com várias árvores frutíferas.	Felicidade em ter conseguido uma pocilga e um quintal produtivo através de programas e projetos governamentais. Esse é o melhor lugar que já conheci na minha vida.	Amor, felicidade, gratidão, união, desenvolvimento, compromisso.	Compararia com um coração, porque sempre cabe mais um próximo.

 Estrutura: Cognitivo Índice Estima de Lugar (IEL): 28	SENTIDO: O sítio Coração é um lugar permeado por sentimentos de amor, felicidade, gratidão, união, que reverberam na busca do desenvolvimento da comunidade onde vive. O seu senso de compromisso com a comunidade e com os membros da associação fazem com o que, enquanto liderança, se engaje e busca engajar os moradores na participação em projetos governamentais como o PPF, o que reflete uma imagem de Pertencimento. Imagem: Pertencimento
--	--

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa.

Rosa Amélia 1 é uma liderança ativa na Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Gostoso, engajada tanto na associação quanto no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Nova Olinda. Assim como Girassol, Rosa Amélia 1 destacou em seu discurso a importância da união e da participação dos colegas membros da associação como uma dimensão de cuidado na comunidade, visto que *“a gente está aqui e o pessoal vir para as reuniões (associação) e, como é que se diz, é buscar melhoria para as pessoas que vivem aqui. Hoje mesmo chegou o aviso da formação do SISAR, que é uma coisa boa pra comunidade. E a gente vai se cuidado, ajudando uns aos outros”*.

Todas as agricultoras e agricultores participantes da pesquisa são membros de associações comunitárias voltadas para o trabalho rural, mas, além da participação nas atividades promovidas pelas associações, alguns relataram vinculação com sindicatos de base e grupos religiosos locais. Também foi pelas associações que este público recebeu as capacitações e ações de assistência técnica promovidas pelo Projeto Paulo Freire.

Sobre a formação de relações de apoio social, é perceptível a valorização dos laços sociais em falas emitidas tanto no preenchimento do IGMA como no círculo de cultura, quando foram

trabalhadas as palavras geradoras referentes ao tema da pesquisa. Como exemplo, ilustram-se as seguintes falas: *“a gente estar aqui e o pessoal vir para as reuniões (associação) e, como é que se diz, te melhora para as pessoas que vivem aqui”* (Amor, Sítio Gostoso); *“ajudar uns aos outros é importante para cuidar da comunidade”* (Sol, Sítio Gostoso); *“quando alguém precisa de algo que ela não sabe e eu sei, eu também posso ajudar”* (Pássaro, Sítio Cedro); *“aqui temos uma boa vizinhança, é muito bom”* (Feijão, Sítio Cedro).

Conforme mostram as pesquisas, o sentimento de pertença tem correlação direta com o engajamento ativo em espaços decisórios, como associações, movimentos sociais e articulações voltadas em defesa de um território (Bomfim, 2023; Pacheco, 2018; Pacheco & Bomfim, 2022; Martins, 2020). Isso também foi constatado ao observar a dinâmica de vínculos sociais entre os membros das associações consultadas, tanto no suporte aos colegas, quanto no estímulo à participação em políticas públicas, visto que a associação foi o canal de comunicação principal entre as comunidades, os técnicos do Instituto Flor do Pequi e os agentes públicos da SDA. Um elemento ressaltado pelos moradores do Sítio Cedro foi que a associação deles foi a primeira a ser contemplada no Cariri, fato que os deixa bastante orgulhosos. Abaixo, será apresentada a análise das imagens de contraste.

Contrastes

A categoria contraste é conceitualizada por Bomfim (2023) como aquela onde são encontrados sentimentos conflitantes, onde pode ser visualizada a presença de emoções opostas em uma mesma significação do lugar, representada no IGMA. Afetos potencializadores e despotencializadores aparecem no mesmo contexto, como, por exemplo, o sujeito que, ao mesmo tempo em que aprecia o lugar, sente-se inseguro nele. Existem dois tipos de contraste captados pelo IGMA: o contraste potencializador, onde os afetos potencializadores se sobressaem aos afetos despotencializadores, movendo o sujeito para ação e o contraste despotencializador, onde os afetos despotencializadores são mais frequentes do que os afetos potencializadores, gerando passividade e

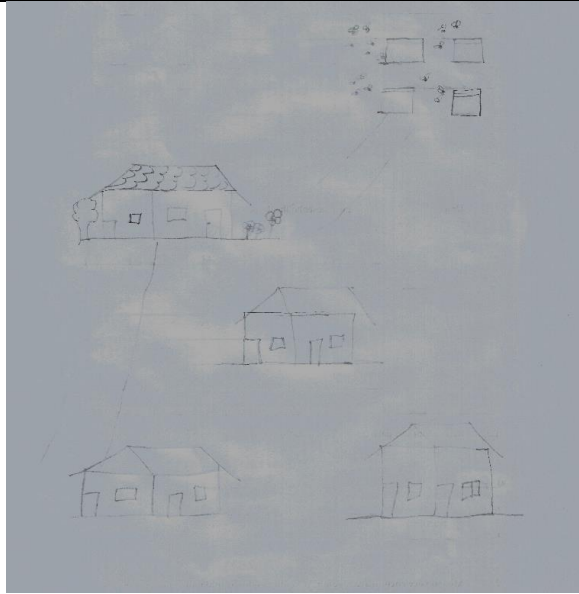
desconexão com o ambiente (Pacheco, 2018; Lima, 2025).

Nesse estudo, foram detectadas sete imagens de contraste, sendo seis contrastes potencializadores e um contraste despotencializador. Essas imagens só apareceram em mapas afetivos de agricultoras da comunidade Sítio Cedro e o principal elemento que perpassa o surgimento desses contrastes são fatores correlacionados à vulnerabilidade socioeconômica e acesso às políticas públicas. Partindo da compreensão da configuração dos contrastes de acordo com Pacheco (2018), é possível perceber que os sentimentos de pano de fundo dos mapas afetivos de contraste relacionados às boas vivências com a comunidade é potencializador. Entretanto, essa potência tem sido afetada pelos sentimentos do plano de frente, causados pelas vulnerabilidades vividas e pela dificuldade no acesso às políticas públicas.

Nos seis mapas afetivos com imagem de contraste potencializador, os sentimentos relacionados à estima potencializadora como o amor, a felicidade, a paz e a gratidão são predominantes, mesmo com a menção dos sentimentos de raiva e desconforto ou com a presença de índices abaixo de zero no IEL, correlatos à estima despotencializadora. Nos casos estudados, quando se fala sobre a casa e as relações comunitárias, predomina o sentido de pertencer, mas, quando se pensa em elementos socioeconômicos, como o desemprego e a precariedade no acesso a alguns serviços públicos, como as escolas de ensino médio e hospitais, presentes apenas na cidade, o desconforto é mencionado, como se pode observar no mapa afetivo da agricultora Abelha (Figura 37).

Figura 37- Mapa afetivo da agricultora Abelha

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Abelha Sexo: F Idade: 37 anos Comunidade: Sítio Cedro Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 37 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Eu mostrei aí que amo onde moro. Amo muito e as minhas abelhas também, que é muito bom pro meio ambiente.	Que é muito bom, meus vizinhos são muito bom pra mim.	Paz, alegria, felicidade, raiva, gratidão	O lugar onde eu moro não tem comparação porque é único.
			SENTIDO:

	O sítio Único 2 é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, paz e raiva. A sensação de gratidão por sua moradia e boa convivência comunitária se contrapõe ao desconforto perante questões de vulnerabilidade socioeconômicas vivenciadas no seu território, o que espelha uma imagem de Contraste.
Estrutura: Cognitivo	Índice Estima de Lugar (IEL): 4
	Imagem: Contraste Potencializador

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa.

A agricultora relatou ter apreço por seu território e seu trabalho. As relações de vizinhança também são ressaltadas, assim como a forma de ver o ambiente como um lugar único, dotado de sentimentos positivos. O sentimento de raiva presente no seu mapa afetivo se correlaciona com o seu relato sobre a demanda de empregabilidade local *“Aqui é um lugar bom, mas é difícil as coisas, assim, trabalho é complicado”* (Abelha, Sítio Cedro). Isso foi pontuado por Flora, moradora da mesma comunidade *“Um lugar bom demais, só é ruim porque não tem trabalho”*. Cabe um parêntese sobre a diferença de percepção do trabalho agrícola para as demais formas de trabalho que podem ser exercidas no campo. Para ser exercido, o trabalho agrícola depende das condições climáticas e ambientais, como, por exemplo, em períodos de quadra chuvosa e áreas onde o solo é mais propício para o cultivo. Isso impacta diretamente nas formas de subsistência local.

Visto isso, Cruz (2012, p.242) pontua sobre uma tendência que tem ganhado força em comunidades rurais: a perspectiva da pluriatividade, onde há a *“conciliação entre atividades agrícolas e não agrícolas nos estabelecimentos familiares”*. Nesse sentido, atividades como o artesanato, confeitaria e outras modalidades de trabalho também são desenvolvidas na unidade familiar rural. No percurso formativo do PPF, algumas formações como a de saboaria, produção de bolos e salgados e crochê, já demonstram a tendência da pluriatividade nas comunidades rurais atendidas.

Bomfim (2015) elucida que é possível avaliar as potencialidades e vulnerabilidades inerentes à relação pessoa-ambiente ao se ter acesso aos elementos afetivos dessa relação. Quando o contraste potencializador se manifesta na forma do sujeito sentir o ambiente, é possível perceber, ainda, os elementos que movem o sujeito para a ação, mesmo em um contexto onde existam situações adversas.

No caso da vivência de Abelha e Flora no contexto comunitário, as redes de apoio social e o sentimento de pertença são mais fortes do que a insegurança causada pela situação vivenciada, o que as mantém engajadas em suas atividades produtivas e nas reuniões propostas na comunidade. Silva e colaboradoras (2016, p.297) definem apoio social como “relações formais ou informais que garantem ao sujeito a percepção de ser valorizado, cuidado e tem com quem contar em momentos difíceis, recebendo algum tipo de auxílio”.

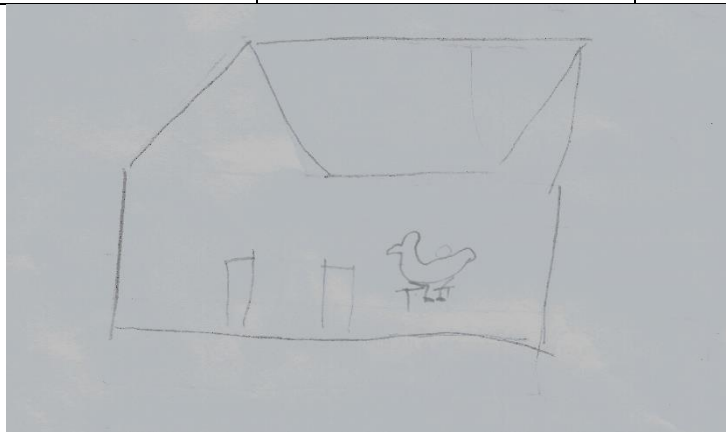
O relato da agricultora Caju sobre a importância das relações de apoio existentes da comunidade na perspectiva do entendimento do que é cuidado (assunto discutido no círculo de cultura), reforça a necessidade de pensar a intervenção comunitária sempre tendo em vista o fortalecimento dos vínculos pré-existentes:

É estar ajudando uns aos outros, recentemente eu precisei de ajuda do esposo dela aí e ele me socorreu, porque eu tava correndo risco, o botijão de gás começou vazando e eu não sabia o que fazer, e eu estava sozinha. Aí liguei pra ela, aí ela repassou pro esposo dela, ele repassou uns áudios pra mim, aí eu fui e tirei o registro do botijão. Mesmo assim continuou vazando, aí ele foi na minha residência e ajeitou. Porque ele já trabalhou no corpo de bombeiro e sabe o procedimento todo. E ele me ajudou. Então quer dizer que foi uma ajuda que teve da comunidade e eu fico grata por isso também, agradeço demais. (Caju, Sítio Cedro).

No caso dessa agricultora, houve frequentes menções à questão das amizades, felicidade e paz em seu mapa afetivo. Porém, observando o índice de estima de lugar desta agricultora (-3), há

um alerta de que essa agricultora pode estar se despotencializando, o que pode ocasionar a fragilização no vínculo pessoa-ambiente e a diminuição gradual da sua implicação com o território. Isso também foi observado nos mapas afetivos e nos IELs de outras três agricultoras, como Libélula, agricultora do Sítio Cedro (Figura 38).

Figura 38- Mapa afetivo da agricultora Libélula

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Libélula Sexo: F Idade: 58 anos Comunidade: Sítio Cedro			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 40 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Eu me sinto muito feliz com esse Projeto Paulo Freire.	É bom demais, muito bom.	Tranquilidade, feliz, paz, alegria.	Como a praia, por causa da paz.
			SENTIDO: O sítio Praia é um lugar que lhe traz sentimentos de felicidade, paz e tranquilidade, o que a motivou a se engajar no Projeto Paulo Freire. Porém, em meio à sensação de felicidade por ter sido contemplada, quando se reporta a realidade atual, questões relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica trazem uma dualidade que reflete uma imagem de Contraste .
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): -1			Imagem: Contraste Potencializador

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa.

Ao observar o índice de estima de lugar, Pacheco (2018) relata que quando o IEL está na zona de contrastes, com valores negativos que se aproximam do número zero, por mais que os indicadores afetivos positivos ainda sejam enunciados no discurso, o sujeito está começando a perder a potência de ação, por isso, despotencializando-se. Nas falas de Libélula há um predomínio de afetos ativos, como a alegria e a paz. Porém, ao observar as marcações feitas na Escala de Estima de lugar, afirmativas como “É ruim”, “Com estruturas precárias” e “Parece abandonado” possuem escores altos, conflitando com outras afirmativas que também têm alta pontuação, mas possuem sentido oposto como “Sinto que faço parte”, “Me sinto identificado com ele” e “Me sinto apegado”. Esse mesmo fenômeno de dualidade se repete nos mapas afetivos e no preenchimento da Escala de

Estima de Lugar (EEL) das agricultoras Vagalume, Caju e Tulipa.

Acerca das pontuações sobre vulnerabilidade socioeconômica, recorrente nos mapas afetivos de contraste, os dados obtidos pelo estudo de Santos, Queiroz e Carvalho (2024) demonstram que, dentre os nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri, Santana do Cariri possui o maior índice de população vulnerável à pobreza (74,3%). O alto índice de vulnerabilidade econômica também impacta na dinâmica migratória intrarregional, onde a cidade é uma das que detém maior saldo de perda populacional, junto aos municípios de Farias Brito, Jardim e Missão Velha.

A pandemia do COVID-19 foi um agravante na questão dos índices socioeconômicos em comunidades historicamente vulneráveis, como as radicadas na zona rural. De acordo com Mendonça e colaboradores (2021), no que tange o trabalho rural, o período pandêmico causou um grande impacto na agricultura familiar, visto que espaços de escoamento da produção, citando o exemplo das feiras, foram paralisados, o que ocasionou diminuição na renda dos agricultores. No estudo de Leite (2022), realizado com a população rural do distrito de Arajara, na cidade de Barbalha (Região Metropolitana do Cariri), são trazidos relatos de agricultores familiares que sofreram impactos socioeconômicos significativos durante a pandemia, além de questões de ordem de saúde pública, como a crescente de casos de COVID em comunidades rurais e casos de óbito.

A autora pontua que a pandemia “acentuou as desigualdades existentes e expôs deficiências nos sistemas sociais, políticos e econômicos, até mesmo no que se refere ao acesso aos serviços de saúde e de proteção social” (Leite, 2022, p.248), destacando que mulheres chefes de família, trabalhadores sem vínculo empregatício ativo, juventude e a população pobre como os mais afetados por esse processo. Esse dado dialoga com os mapas com imagem contraste, que são produções de mulheres chefes de família que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O impacto do período pandêmico também é destaque no Relatório de Impacto do Projeto Paulo Freire (2022), onde é demonstrado que houve uma queda na participação das ações promovidas pelo projeto nesse período, que pode decorrer das dificuldades de acesso à internet nas comunidades, visto que durante 2020 e 2021, as atividades migraram para espaços digitais, em

respeito ao distanciamento social. A pandemia também impactou nos resultados correlatos às metas de redução da pobreza extrema nas comunidades assessoradas pelo projeto.

Outro problema que potencializou o momento crítico pré e pós-pandêmico foram as limitações orçamentárias e cortes em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que ocorreram entre 2019 à 2022, como, por exemplo, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que ocorreu a partir Medida Provisória nº 1.061/2021, sendo reativado em 2023 pela Lei nº 14.628/2023 e, também, a descontinuidade da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que passou apenas a contemplar uma pequena pauta sobre produção orgânica no Ministério da Agricultura e Pecuária. (Martins, Lima & Bomfim, 2025) A mesma problemática do corte orçamentário é ilustrada no estudo de Leite (2022) e nos relatórios de avaliação do PPF.

Por fim, um mapa afetivo apresentou contraste despotencializador, onde os afetos que promovem passividade e desconexão com o território são mais abrangentes. Ilustra-se aqui o mapa afetivo da agricultora Lírio (Figura 39).

Figura 39- Mapa Afetivo da agricultora Lírio

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Lírio Sexo: F Idade: 44 anos Comunidade: Sítio Cedro			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 44 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
A entrada da minha casa e três pés de pitomba	É um lugar livre, mas tenho sentimento de sair de lá, mudar de casa. É seguro, mais é um lugar mais ou menos.	Tristeza, desconforto, desagrado, mudança.	Parece um mato, porque só tem mato dentro de casa.
		SENTIDO:	
		O sítio Mato é um lugar onde se apresentam sentimentos de tristeza, desconforto e desagrado. A sensação de insatisfação com o lugar onde mora e como sua rotina cotidiana ocorre em paralelo a sensação de segurança e liberdade, demonstrando uma imagem de Contraste.	
Estrutura: Cognitivo		Imagem: Contraste Despotencializador	
Índice Estima de Lugar (IEL): -23			

Nota. Mapa Afetivo formulado a partir dos dados da pesquisa.

Em seu relato, Lírio ressaltou a vontade de se mudar da localidade, apesar de achar a comunidade segura e se sentir livre, além do incômodo visual do seu entorno, que ela pontua ser muito parado e cheio de mato. Observando o preenchimento da escala de estima de lugar, é observada a atribuição de escore alto para afirmativas como “É ruim”, “Me indigna”, “Com estruturas precárias”, dentre outros que denotam distanciamento do território. Porém, ao mesmo tempo, a atribuição de pontuações altas para frases como “Sinto que faço parte”, “Considero parte da minha história” e “Defenderia se fosse necessário”, indicando que mesmo que o vínculo dela com o ambiente esteja frágil e passível de ser rompido, ainda há um ímpeto em cuidar dele.

Segundo Bomfim (2023), os sentimentos que limitam a potencialidade humana são aqueles que geram sofrimento e fragilizam a capacidade ontológica do indivíduo de se relacionar com o espaço. Emoções como tristeza, insegurança, medo, raiva, desesperança ou mesmo sentimentos ambivalentes (contrastes) atuam como fatores que prejudicam a ação dos sujeitos na construção de sua relação afetiva com o ambiente. No caso de Lírio, a predominância da estima despotencializadora tem causado gradativamente o distanciamento do seu ambiente de vida, com o qual ela não se sente mais conectada.

Tendo em vista a diversidade de manifestações afetivas apresentadas até então, pode-se perguntar: como um mesmo lugar pode despertar tantas relações distintas? Para entender como as pessoas experienciam um mesmo ambiente de forma distinta, recorre-se ao conceito de vivência. Segundo Vygotsky (2010), a vivência desempenha um papel fundamental na relação entre o indivíduo e seu ambiente, pois é por meio dela que uma pessoa interpreta e atribui significado às experiências captadas no meio, resultando em uma compreensão única de cada situação. O autor conceitua a vivência como uma unidade que integra tanto as características individuais da personalidade quanto as especificidades do contexto, formando uma representação singular da realidade. Esse processo é essencial para analisar como as particularidades do sujeito e do ambiente influenciam suas ações diante de circunstâncias específicas, destacando-se como um elemento-chave na compreensão do desenvolvimento humano.

Um aspecto relevante na abordagem do autor é a relação entre vivência e afetividade,

demonstrando como as emoções influenciam a maneira como as experiências são assimiladas. Segundo Vygotsky (2006), a estruturação das vivências afetivas tem seu marco inicial na chamada "crise dos sete anos", fase em que a criança começa a internalizar e expressar conscientemente seus sentimentos sobre as situações vivenciadas, desenvolvendo, assim, uma compreensão mais clara de suas próprias emoções.

Ao articular essas duas dinâmicas – a vivência individual e a mediação sociocultural –, evidencia-se que a relação da criança com o ambiente é sempre singular. Essa perspectiva reforça a noção de que o desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado à interação social. Sendo assim, o meio atua como um eixo central que conecta a dimensão interna (vivência subjetiva) e a dimensão externa (experiência cultural), destacando que o crescimento psicológico só se consolida por meio das relações sociais (Vygotsky, 2006; 2010). Após a análise das categorias de imagem apresentadas até então, segue ênfase a um ponto que une todas essas vivências no processo de adesão à transição agroecológica e efetividade do engajamento nesta política pública: o papel da relação afetiva agricultor-ambiente como elemento mobilizador da participação nas atividades promovidas pelo Projeto Paulo Freire, ilustrado a seguir.

Afetividade como elemento mobilizador da participação de agricultoras e agricultores no processo de Transição Agroecológica promovido pelo PPF

Partindo da compreensão da importância da relação afetiva pessoa-ambiente na adesão às condutas ecologicamente responsáveis (Corral-Verdugo, 2010; Bomfim, 2023) e da importância do sentido do trabalho rural no processo de mobilização para melhorias nas condições de vida e trabalho no campo (Scopinho, 2017), o presente tópico tem como objetivo ilustrar como os afetos apreendidos durante a aplicação do IGMA se correlacionam à implicação das agricultoras e dos agricultores integrantes do Projeto Paulo Freire na participação das capacitações e ações promovidas pela assessoria técnica continuada, com foco no processo de transição agroecológica.

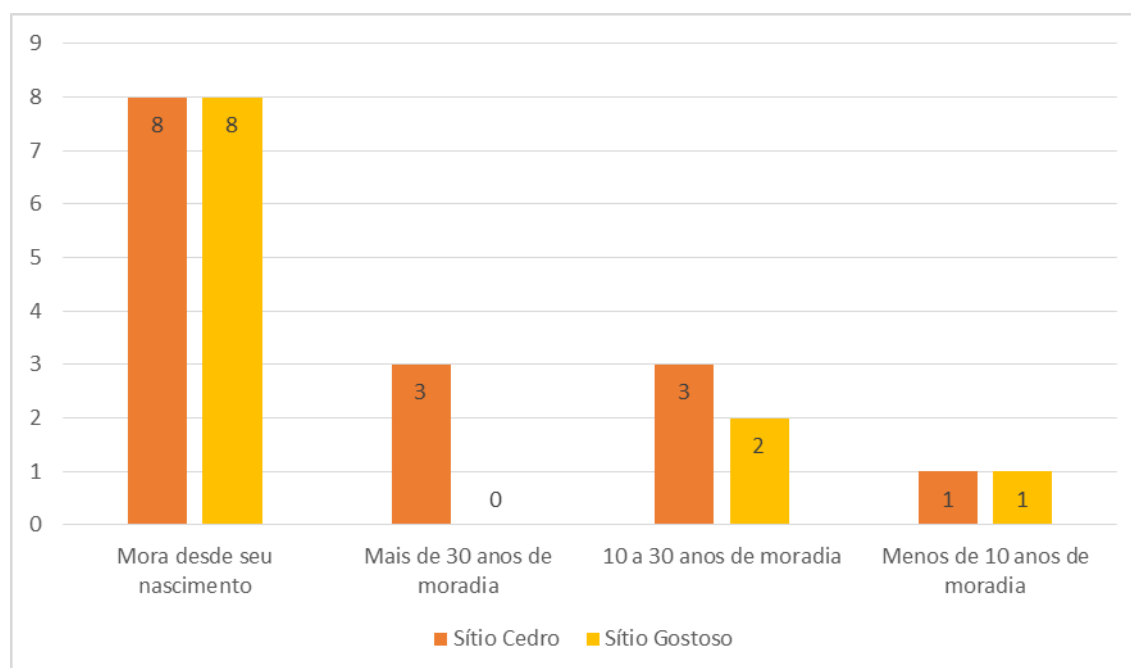
Para isso, além dos dados apresentados no tópico anterior, serão trabalhados aspectos

referentes às respostas das quatro perguntas acopladas ao IGMA. A primeira pergunta diz respeito ao tempo de moradia dos agricultores em suas respectivas comunidades. A segunda refere-se, a saber, como eles tiveram contato com a política pública e a terceira questão buscou saber se esse foi o primeiro contato com a agroecologia e como ocorreu. Por fim, o questionamento final buscou prospectar os sentimentos vivenciados durante o processo de transição agroecológica.

Informações referentes ao tempo de moradia são importantes para compreender elementos relacionados ao processo de apropriação do espaço e, consequentemente, do desenvolvimento do apego ao lugar. Na perspectiva de Elali e Medeiros (2011), o apego ao lugar surge, em grande parte, do processo de apropriação do espaço, com o qual o indivíduo estabelece uma relação identitária, transformando-o e personalizando-o. Essa dinâmica de significação fortalece os vínculos afetivos com o território.

Foi observado que a maioria do público participante da pesquisa mora em suas respectivas comunidades desde que nasceram (64%), seguido de participantes residentes entre dez e trinta anos na localidade (20%), há mais trinta anos (10%) e os que vivem há menos de dez anos (6%) nesses territórios, como pode ser visualizado na figura 40.

Figura 40- Tempo de moradia dos participantes da pesquisa em suas comunidades



Nota. Gráfico formulado a partir dos dados da pesquisa.

Visualizando esse dado, é possível perceber que a maioria dos beneficiários da política pública já viviam há bastante tempo na comunidade, logo, a relação ambiente-trabalho é permeada por elementos vivenciais de longa duração, como questões familiares, organização do arranjo produtivo local e participação em espaços de reivindicação de direitos fundamentais, como as associações. Nesse caso, o recebimento da política pública foi algo que fortaleceu os vínculos pré-estabelecidos entre o público e seu ambiente de vida e de trabalho.

A outra percentagem dos moradores recebeu a política pública nos anos iniciais da sua moradia na comunidade, sendo o projeto, neste caso, um instrumento importante para potencializar o processo de apropriação do espaço, a partir da ação-transformação (práticas e técnicas agroecológicas aplicadas a esse novo contexto de moradia que está sendo apropriado) e de identificação simbólica (o significado que esse lugar tem para o agricultor e a formação do vínculo afetivo).

Na segunda pergunta, todas as pessoas que participaram da pesquisa citaram as suas respectivas associações como a porta de entrada da política pública. O primeiro contato e a mobilização ocorreram via associação, onde cada uma das comunidades pesquisadas recebeu a equipe de assessoria técnica, participou da construção do diagnóstico rural participativo, da elaboração conjunta dos planos de desenvolvimento e de investimento e receberam assessoria sobre produção agroecológica.

Isso reforça o que é dito por Scopinho (2017) sobre a importância dos espaços de organização social comunitários para buscar acesso às melhorias nas suas condições de vida e de trabalho no campo, assim como na garantia do acesso às políticas públicas prioritárias para o público rural. Um exemplo elencado por Sol, agricultora do Sítio Gostoso, durante a aplicação do IGMA, ilustra uma problemática que só foi possível de ser sanada por meio da organização comunitária: a dificuldade no acesso à água.

Mulher, se tu vinhesse uns anos atrás e pedisse para o povo desenhar, todo mundo ia desenhar água, porque todo mundo pensava nisso. Tô falando sério, mais agora (parte

inaudível). Ia desenhar um monte de gotinha, mulher, porque o problema aqui era a água.
(Sol, Sítio Gostoso).

De acordo com a agricultora e com os demais participantes moradores do Sítio Gostoso, a associação lutou constantemente pelo direito ao acesso à água encanada, visto que, por muitos anos, só era possível conseguir água por poços ou carros-pipa. Com a chegada do PPF, foram construídas cisternas para auxiliar o abastecimento no período de seca, porém, a situação do abastecimento foi impactada pelo período pandêmico e por longas quadras de estiagem, o que tornou a pauta da água encanada mais emergencial. Em 2024, foi concluído o processo de instalação do Sistema de Abastecimento de Água da comunidade, a partir de uma iniciativa da prefeitura de Nova Olinda, com suporte do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar).

O relato acima ratifica o que foi pontuado no tópico de análise das imagens de pertencimento, sobre a correlação entre o sentimento de pertença e o aumento na participação em processos que visam o fortalecimento comunitário (Bomfim, 2023; Pacheco, 2018; Martins, 2020), principalmente porque nesta comunidade, a imagem de pertencimento foi a mais recorrente nos mapas afetivos. Quanto mais interligados ao contexto comunitário, mais atuantes essas pessoas são em seu território. O espaço da associação proporciona a união de forças ao visar um objetivo comum.

Outro elemento que também precisa ser ressaltado é a importância dos equipamentos sociais comunitários no processo de formulação de uma política pública. Wu e colaboradores. (2014) destacam que, além do governo, diversos atores sociais têm um papel fundamental na proposição e análise de políticas públicas. Segundo os autores, grupos de interesse, que englobam desde associações profissionais até organizações da sociedade civil, são contribuintes essenciais no processo de formulação de políticas em diversos países, especialmente quando possuem forte identificação com temas específicos. A estratégia do Projeto Paulo Freire de seleção a partir das associações comunitárias e de realizações de ações estratégicas em parceria com essas associações foi uma decisão acertada, que proporcionou um contato mais direto com a população assistida.

Conforme as respostas obtidas na terceira pergunta, sobre como ocorreu o primeiro contato com a agroecologia, foi percebido que a maioria das pessoas que participaram desse estudo tiveram o seu primeiro contato com a temática a partir da chegada do PPF em suas comunidades. Nos mapas afetivos com imagem de Agradabilidade, as três agricultoras relataram que esse foi o primeiro contato delas com a agroecologia. As capacitações realizadas foram relatadas como um momento de bastante aprendizado e troca de experiência, como pode ser visto na fala de Mariposa: *“Eu não conhecia não, eu quis participar das capacitações para saber mais e aprender”*.

Elementos similares apareceram nas falas dos agricultores, dos quais os mapas afetivos tinham como imagem o pertencimento, que representam a maior parte da amostra desse estudo. A maioria deste público relatou que esse foi o primeiro contato com a agroecologia. Algumas agricultoras afirmaram ter sido também a primeira vez que receberam assistência técnica em suas unidades produtivas. A título de ilustração, demonstram-se os seguintes exemplos de falas sobre o primeiro contato com as atividades agroecológicas do PPF: *“Não conhecia (a agroecologia), mas estava fazendo parte da associação e com a vinda do Paulo Freire, aprendemos muitas coisas que a gente não sabia”* (Lua, Sítio Cedro); *“Não tive contato antes (com a agroecologia), mas o projeto me motivou a aprender mais”* (Águia, Sítio Gostoso); *“Não conhecia (agroecologia). O que motivou participar foi o aprendizado”*. (Ipê, Sítio Cedro), *“Eu não sabia o que era agroecologia, mas nas formações eu aprendi. Foi muito importante para eu saber lidar com a roça”* (Amor 2, Sítio Gostoso).

Três agricultores (1 do Sítio Cedro e 2 do Sítio Gostoso), com mapa afetivo com imagem de pertencimento, afirmaram que já produziam sem a utilização de agrotóxicos, mas que não conheciam algumas outras técnicas que foram apresentadas na capacitação e na assessoria de transição agroecológica. Feijão, agricultor do Sítio Cedro, relatou que *“Já conhecia sim, nunca usei veneno na plantação. Mas a formação foi bem legal, porque arrumei uma forma de colocar estrume nas plantas sem veneno”*. Chaves, agricultor do Sítio Gostoso, mencionou que já conhecia a prática de agrofloresta, citando o exemplo da Agrofloresta de seu Zé Arthur, experiência agroflorestal exitosa de Nova Olinda, que atrai pesquisadores nacionais e internacionais: *“Já conhecia a*

agroecologia por causa da agrofloresta, mas o curso foi muito importante para aprender mais”.

Nos casos das agricultoras que possuem a imagem de Contraste em seus mapas afetivos, sendo maior parte delas de contraste potencializador (pertencimento x insegurança), o padrão observado anteriormente tende a se repetir. Quando perguntado a elas sobre as ações voltadas para transição agroecológica promovidas pelo PPF, apenas Abelha já teve contato com a temática da agroecologia, por conta de um curso que participou. As demais relataram ter sido a primeira vez que entraram em contato com essa temática e que gostaram da experiência, como pode ser visto no exemplo dessas falas: *“Não conhecia (a agroecologia), foi bom pra saber como funciona e conhecer”* (Flora, Sítio Cedro); *“Já conhecia, é muito interessante como cuida do meio ambiente”* (Abelha, Sítio Cedro), *“Não conhecia, conheci a partir do Projeto Paulo Freire”* (Lírio, Sítio Cedro), *“Não conhecia, aprendemos nas formações”*. (Libélula, Sítio Cedro).

Observando o panorama geral, é possível afirmar que dois elementos foram cruciais para a adesão das agricultoras e agricultores às atividades voltadas para transição agroecológica promovidas pelo projeto: a vontade de adquirir novos conhecimento e utilizá-los, tendo em vista a melhoria do processo produtivo e rentabilidade da produção e a necessidade de cuidar do seu ambiente de vida e de trabalho. As palavras aprender e aprendizado foram recorrentes nas falas dos entrevistados, que visualizavam os momentos formativos coletivos, que ocorriam no espaço das associações como uma oportunidade de aprender coisas novas e partilhar o que sabiam sobre o tema, sendo esse último aplicável aos quatro agricultores que já eram produtores agroecológicos.

Os momentos formativos coletivos foram os mais lembrados quando a pergunta foi realizada, tendo como oficinas mais citadas: produção de defensivos naturais, sistema agroflorestal, fossa verde, adubo verde, criação agroecológica de animais (principalmente galinhas e abelhas), reaproveitamento de óleo para produção de sabão, confecção de salgados e crochê. Esse dado corrobora com Quintanar (2009), que fala que a unidade familiar campesina e a sua relação com a comunidade são um elemento importante para fortalecimento tanto do autoconceito pessoal, onde se solidifica a identidade cultural local, quanto para a aprendizagem social, respeitando o ritmo de cada sujeito. O processo de aprendizagem social promovido pelas capacitações do PPF foi permeado

por relações entre sujeitos com o ambiente e sujeitos comunitários, mediadas pelos afetos ativos, que movem os sujeitos a participarem e viverem seu território.

Bomfim (2023), partindo da perspectiva espinosana de afetividade, defende que os ambientes democráticos são construídos através de "bons encontros", interações que potencializam a ação coletiva através de afetos ativos correlatos, combinando o acesso aos direitos universais com as singularidades de cada contexto. Esses encontros dependem de espaços que equilibrem segurança íntima e convivência com a diferença, e tem na estima de lugar “um indicador da potência de ação e da cidadania” (Bomfim, 2023, p.217). Vendo o percurso do processo de transição agroecológica, é perceptível que os momentos formativos e o espaço das associações são fomentadores de bons encontros nas comunidades pesquisadas, o que levou ao engajamento dos sujeitos no PPF e à mobilização destes sujeitos a pedirem o retorno da política pública, outro tema que se repetiu tanto no círculo de cultura quanto no momento de aplicação do IGMA.

Tanto na comunidade Sítio Gostoso quanto na comunidade Sítio Cedro foi pontuado que as capacitações em grupo ocorreram entre os anos de 2016 e 2018. Não foi falado por eles como se deu a assessoria em 2019, mas sobre 2020 foi mencionado que muitas políticas públicas foram paralisadas no período da pandemia. No Sítio Gostoso, foi expressa nas falas do grupo pesquisado a vontade de participar de políticas voltadas para assessoria técnica, similares ao PPF, visto que, para muitos desses agricultores, foi a primeira vez que receberam esse tipo de assessoria.

Foi mencionado que eles já tinham ouvido falar do Projeto Dom Hélder Câmara (que também faz parte do Programa Semear Internacional do FIDA). Algumas agricultoras falaram do interesse em conhecer melhor a estratégia das cadernetas agroecológicas, visto que essa tecnologia social não foi trabalhada na comunidade na época do PPF. Na atualidade, alguns agricultores desta comunidade relataram fazer parte do Projeto São José, iniciativa da SDA que tem como objetivo promover o fortalecimento da agricultura familiar no Ceará, assim como ampliar o acesso à água e ao saneamento básico. Quando eles souberam da possibilidade da volta do Projeto Paulo Freire, mostraram-se interessados em participar novamente.

No Sítio Cedro, existe uma grande demanda por serviço de ATER, visto que desde a

finalização das atividades de campo do PPF, os moradores relataram não terem recebido mais projetos voltados para esta pauta. Em um momento da realização do círculo de cultura, a liderança comunitária comunicou que recebeu informações da secretaria (SDA) de que uma política pública iria chegar à comunidade esse ano. O grupo está esperançoso que a política em questão seja o PPF 2, a segunda edição das ações voltadas para comunidades rurais em estado de vulnerabilidade social no estado. Isso mostra como as políticas públicas destinadas às comunidades rurais precisam estar integradas para, ao final de um projeto de tempo determinado, não haja essa sensação de vácuo entre a política finalizada e uma nova política a ser implementada que tenham objetivos similares.

Observando esse dado, cabe um parêntese para pensar sobre como a gestão pública pode lidar quando executa uma política com período de finalização pré-determinado. Wu e colaboradores (2014) ressaltam que, observando a complexidade dos problemas públicos mais recorrentes, como as crises econômicas e socioambientais, é necessário pensar na solidez da estrutura de uma política pública a ser implementada. Para potencializar esse processo, é preciso partir de uma visão de construção de políticas públicas integradas.

Segundo Wu et al. (2014), a formulação de políticas públicas exige uma integração que envolva tanto os objetivos quanto os processos. Embora seja natural que existam metas concorrentes e sobrepostas nas sociedades, é possível buscar uma conceituação coerente entre elas, permitindo ações coordenadas. Os autores afirmam que a integração de políticas públicas atende a diversos propósitos importantes, como assegurar a consistência e a sinergia entre os objetivos sociais, identificar políticas inovadoras que explorem possíveis complementaridades, reconhecer eventuais conflitos entre metas e propor ajustes, além de promover maior transparência e responsabilidade entre os agentes envolvidos em relação aos diferentes objetivos.

Acerca do segundo elemento elencado na análise, que é a necessidade de cuidar do ambiente onde vive, podem-se observar confluências do que foi expresso sobre o contato inicial com agroecologia e as respostas referentes à última pergunta da entrevista, que se voltou a compreender como os agricultores se sentiram ao participar do processo de transição agroecológica. Para Boff (2017), o cuidado tem um componente dual, sendo um ato de atenção e preocupação com um

terceiro, derivado de um investimento afetivo.

A noção de cuidado ambiental implica uma transformação na maneira como a humanidade se relaciona com o meio que a cerca. Em vez de enxergá-lo como um mero recurso a ser dominado e explorado – como ocorre na lógica mercadológica – propõe-se uma convivência harmoniosa e horizontal, superando a perspectiva de exploração predatória (Boff, 2017). Observando os pressupostos que baseiam a ciência agroecológica, a pauta da convivência com os elementos do ecossistema e do cuidado com o ambiente devem ser levados em consideração quando realizado o processo de transição agroecológica. Para que a mudança da relação agricultor-ambiente seja de fato efetiva, não se deve limitar a técnicas produtivas, mas também trabalhar elementos socioculturais e a forma com que os sujeitos se implicam e cuidam do ambiente, além de como o aprendizado das técnicas pode influenciar na sua adesão ao modelo agroecológico (Schimmt, 2013).

Um elemento crucial para o fomento do cuidado é o afeto. O ato de sentir e de se emocionar é algo eminentemente humano, assim como a formação de laços afetivos com pessoas, animais e lugares, pois “(...) é o sentimento que nos faz sensível ao que está a nossa volta, que nos faz gostar ou desgostar. É o sentimento que nos une às coisas e nos envolve com as pessoas” (Boff, 2017, p.115). Nesse sentido, as relações afetivas pessoa-ambiente são a base do cuidado ambiental.

Os vínculos afetivos com lugares constituem uma dimensão fundamental da experiência humana, desempenhando um papel significativo tanto na construção identitária dos sujeitos quanto em seu bem-estar psicossocial. Esta relação afetiva transcende a mera funcionalidade do espaço, incorporando valores simbólicos e memórias afetivas que contribuem para a formação do self (Proshansky *et al.*, 1983).

Bomfim (2023), ao falar sobre a racionalidade ético-afetiva, afirma que esse processo, resultante da relação pessoa-ambiente, leva em consideração não apenas elementos cognitivos e operacionais, mas a dimensão dos sentimentos e das emoções no processo de vinculação de uma pessoa com o ambiente. Pensar na relação pessoa-ambiente a partir da racionalidade ético-afetiva é buscar fortalecer vínculo dos cidadãos com o espaço público a partir de suas vivências, anseios e afetos, fomentando a formação de comunidades participativas e direcionadas ao bem comum.

A partir da análise dos dados da pesquisa, foi possível identificar que nos mapas afetivos em que predominam as imagens de Pertencimento e Agradabilidade, assim como naqueles em que sentimentos de pertença compõem a maior parte da imagem de contraste, os afetos ativos presentes na relação agricultor-ambiente foram importantes para o engajamento na transição agroecológica, visto que esse modelo é compreendido pelo público da pesquisa como promotor de cuidado com o seu ambiente de vida e trabalho.

Quando perguntado às agricultoras com mapas afetivos com imagem de Agradabilidade como elas se sentiram em participar das capacitações e das atividades de assessoria técnica promovidas pelo PPF, elas expressaram sentimentos relacionados a bem-estar e segurança para desenvolver as atividades produtivas, como pode ser observado na fala de Estrela (Sítio Cedro), *“Com as capacitações, me senti mais preparada pra trabalhar”* e de Margarida (Sítio Gostoso), *“Me senti bem em participar”*. Acerca dos motivos que as fizeram participar das ações do projeto, quatro elementos se destacam: a mobilização realizada pela associação, a vinculação positiva com o seu ambiente de vida e trabalho, a melhoria dos processos produtivos e a necessidade de cuidar e preservar este ambiente, visto como agradável e promotor de bem-estar.

Nas respostas referentes às agricultoras e agricultores com mapas afetivos vinculados à imagem de pertencimento, os sentimentos mais mencionados foram alegria, satisfação e ansiedade para pôr em prática o conteúdo aprendido, como pode ser observado nas falas aqui exemplificadas: *“Me senti bem, mais preparada para cuidar do meio ambiente, animais, etc”* (Girassol, Sítio Cedro); *“Me senti alegre, gostei muito das formações realizadas”* (Milho, Sítio Gostoso); *“Eu gostei porque não preciso mais usar agrotóxico”* (Ipê, Sítio Cedro); *“Me senti muito satisfeita porque aprendi coisas que eu não sabia sobre as plantações e cuidados com os animais”* (Amor, Sítio Gostoso).

Foi possível constatar que os principais elementos motivadores para a participação nas ações do PPF desse público foram o sentimento de pertencimento perante o ambiente de vida e trabalho, vontade de aprender e aprimorar seus processos produtivos, mobilização comunitária, suporte das redes de apoio social presentes nas comunidades pesquisadas, curiosidade sobre a temática agroecológica e noção de cuidado e preservação ambiental.

No que se refere aos sentimentos referentes às ações com foco na transição agroecológica vivenciadas pelas agricultoras com imagem de contraste, todas avaliaram positivamente o percurso formativo do PPF, ressaltando que as capacitações e o acompanhamento foram bons momentos de aprendizado, como pode ser visto nesses relatos: *“Me senti muito bem, aprendi coisas novas”* (Vagalume, Sítio Cedro); *“Foi bom, aprendemos a plantar as coisas sem veneno”* (Flora, Sítio Cedro); *“Eu me senti muito bem por participar”* (Tulipa, Sítio Cedro) ; *“Eu me senti muito bem, aprendi a cuidar das galinhas”* (Lírio, Sítio Cedro). Nesse público, o que impulsionou a participação nas ações do Projeto Paulo Freire foi o interesse em aprender coisas novas, melhorias no processo produtivo e o ato de cuidar do seu entorno, mesmo que o vínculo com esse ambiente esteja frágil perante a vulnerabilidade socioeconômica.

Observando esses dados, é possível afirmar que a predominância da estima potencializadora na relação pessoa-ambiente motiva os sujeitos a realizarem práticas de cuidado ambiental. Principalmente quando este ambiente é visto como uma extensão do lar, como observado na fala emitida por Pássaro, agricultora do sítio Cedro, sobre a sua perspectiva de cuidado com o ambiente durante a discussão do círculo de cultura: *“precisamos cuidar do ambiente como se fosse nossa casa”*.

Logo, afetos ativos são elementos importantes para os sujeitos buscarem aderir a uma prática respeitosa com o ambiente, o que aponta a dimensão afetiva como um elemento fundamental para o engajamento dos agricultores em práticas agroecológicas. A perspectiva de cuidado, afetividade e aprendizagem também aparece nas discussões pautadas nos círculos de cultura realizados nas duas comunidades participantes da pesquisa. Esses elementos e o seu diálogo com o processo de Compromisso Pró-Ecológico e práticas de comportamento ecologicamente responsáveis será trabalhada no tópico a seguir

Transição agroecológica, Compromisso Pró-Ecológico e Afetividade: Reflexões sobre as vivências dos beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri

O presente capítulo discutirá sobre a orientação de compromisso pró-ecológico predominante nos participantes da pesquisa, assim como a correlação desta orientação com a adesão de comportamento pró-ambientais, como a própria adesão às técnicas agroecológicas e demais condutas responsáveis com o ambiente. Serão apresentados dados referentes à roda de conversa realizada nos círculos de culturas produzidos, correlacionando com as informações obtidas na aplicação do IGMA. Como citado no capítulo sobre os procedimentos metodológicos, aconteceram dois círculos de cultura, um na comunidade Sítio Gostoso, em fevereiro de 2025, e um na comunidade Sítio Cedro, em março de 2025. A atividade contou com a presença de todas as pessoas que preencheram o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos.

No espaço de funcionamento das reuniões das associações, o público foi disposto em roda, seguido do momento de apresentação pessoal. Em ambas as rodas de conversa promovidas, os sujeitos foram bastante participativos e entusiasmados no processo. O primeiro momento foi pautado no relato dos agricultores sobre como foi a chegada do Projeto Paulo Freire nas comunidades. Todos os moradores afirmaram que o início das ações ocorreu em 2016, com a seleção das comunidades como elegíveis para participar do projeto.

No Sítio Gostoso, foi pontuado pelos participantes que, inicialmente, foram feitas atividades voltadas para conhecer as especificidades do território, sendo mencionado pelos moradores, posteriormente, na elaboração do desenho do IGMA, que eles tinham feito uma atividade de desenhar os elementos presentes em sua comunidade no início do PPF. Dados similares foram obtidos no encontro realizado no Sítio Cedro, tanto referente ao ano de início das atividades quanto da lembrança a respeito das atividades feitas durante a primeira etapa da política pública, voltada para o Diagnóstico Rural Participativo. Os moradores ressaltaram que a comunidade foi a primeira do Cariri a receber as ações. Serem os pioneiros foi motivo de orgulho.

Em seguida, foi conduzido o debate sobre como eles visualizam as questões relacionadas ao ambiente, ao cuidado, o que eles entendem como sustentabilidade e o que significa a agroecologia em seu campo de prática. Para isso, foram usadas tarjetas com os termos supracitados, que eram colocados no centro da roda quando o tema estava sendo discutido.

Para começar o diálogo, foi perguntado aos membros do grupo o que, pensando no contexto em que vivem, significa a palavra ambiente. Tanto no Sítio Gostoso, quanto no Sítio Cedro, as respostas gravitaram em três perspectivas: natureza, cuidado e preservação, como pode ser observado na nuvem de palavras abaixo (figura 41).

Figura 41- Nuvem de palavras referente ao significado de ambiente para os participantes da pesquisa



Nota. Nuvem de palavras formulada a partir dos dados da pesquisa.

É possível verificar que a percepção e o sentido do ambiente para os agricultores são permeados por três perspectivas: pela ideia naturalista de ambiente, que remete às áreas verdes e espaços naturais, pelo senso de preservação e prevenção de agravos aos ambientes naturais, que coaduna com a visão de sustentabilidade ambiental presente na agenda de políticas públicas ambientais (Boff, 2017) e pelo sentimento de cuidado e zelo, pois para que esse ambiente seja preservado, ele precisa ser cuidado. O sentido de cuidado ambiental expresso pelos agricultores, como visto na análise dos mapas afetivos, possui uma conexão direta com a relação afetiva pessoa-ambiente, pois quando se tem um vínculo permeado por afetos ativos, como o sentimento de pertença, a alegria e a satisfação, o ato de cuidar é visto como manifestação da responsabilidade do sujeito com o seu lugar de vida e trabalho.

Aproveitando o gancho das afirmações sobre a correlação entre cuidado e ambiente suscitadas na roda de conversa, foi apresentada a segunda palavra, cuidado, e perguntado quais

ações eles realizam para cuidar desse ambiente. A maior parte das respostas vêm em encontro com a perspectiva de manutenção do ambiente local, com um olhar atravessado por senso de zelo e carinho pelo lugar, como pode ser observado na nuvem de palavras abaixo (Figura 42).

Figura 42-Nuvem de palavras referente ao significado das ações de cuidado ambiental para os participantes da pesquisa



Nota. Nuvem de palavras formulada a partir dos dados da pesquisa.

Observando os termos mais repetidos durante o diálogo da pauta de ações de cuidado ambiental nas rodas de conversa, são percebidos dois tipos de condutas: individuais e coletivas. Dentre as condutas individuais, foi citado o ato de manter as plantas irrigadas, manter o sítio limpo e zelado e não jogar lixo em locais incorretos (para não poluir o ambiente). Já as condutas coletivas mencionadas foram a organização coletiva nas associações para buscar melhorias para o ambiente do território, que preservar é um dever de todos que fazem parte da comunidade e que é preciso estimular o reflorestamento.

Ao ser perguntado como eles se sentiam ao cuidar e viver no seu território, as respostas refletiam elementos de pertencimento, responsabilidade e satisfação com este contexto, frases como “Pra mim é um dos melhores lugares aqui do município” (Rosa Amélia 1, Sítio Gostoso); “Só pelo nome Gostoso já dá pra saber que é o melhor lugar de Nova Olinda” (Milho, Sítio Gostoso); “precisamos cuidar do ambiente como se fosse nossa casa” (Pássaro, Sítio Cedro); “É muito bom participar da associação do Sítio Cedro” (Tulipa, Sítio Cedro). Tais elementos reforçam a

importância do cuidado atrelado às vivências afetivas potencializadoras.

Após a discussão sobre cuidado e ambiente nas duas comunidades, foi pontuado que o tema sustentabilidade foi algo bastante trabalhado durante as formações promovidas pelo PPF. O que ocasionou a seguinte pergunta: para vocês, o que significa ser sustentável? A síntese dos conteúdos centrais das respostas emitidas está ilustrada na figura abaixo (Figura 43).

Figura 43- Nuvem de palavras referente ao significado de sustentabilidade para os participantes da pesquisa



Nota. Nuvem de palavras formulada a partir dos dados da pesquisa.

Observando as respostas dos agricultores, é possível visualizar elementos referentes ao tripé do conceito de sustentabilidade (Sachs, 2009): econômico (ter uma renda, produzir e obter o sustento familiar), ambiental (plantar utilizando técnicas sustentáveis, como o reflorestamento de áreas impactadas pela agricultura) e social (redes de ajuda, organização comunitária), porém permeado pelo crivo da vivência pessoal dos sujeitos com o contexto comunitário. Para os participantes, sustentabilidade não se resume à responsabilidade com o ambiente, pois é preciso ter acesso à renda e a condições de trabalho que fortaleçam sua produção, como também contar com redes de ajuda mútua, como vizinhança e organizações do terceiro setor, além de políticas públicas que promovam, de fato, inclusão socioprodutiva.

Problemas socioeconômicos podem, a curto ou longo prazo, gerar desconexão com o ambiente e com os vínculos comunitários, como pode ser observado na dualidade presente nas imagens de contraste nos mapas afetivos. Para Sachs (2008, 2009) práticas que fomentam desenvolvimento sustentável devem combinar crescimento econômico inclusivo com preservação

ambiental e valorização das potencialidades locais. O autor destaca a necessidade de garantir direitos humanos em todas as suas dimensões (políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais), com especial atenção à distribuição equitativa dos benefícios gerados.

Por fim, após o levantamento das percepções acerca de sustentabilidade, foi falado que uma das práticas sustentáveis realizadas por trabalhadores rurais é a utilização de técnicas advindas da agroecologia. Para ambos os grupos, falar sobre agroecologia é falar sobre as ações do Projeto Paulo Freire, pois a agroecologia foi tema central nas formações que eles participaram ao longo do projeto. Um elemento importante a ser observado é que a nomenclatura técnica, como “transição agroecológica”, “biofertilizantes” e “defensivos naturais” não é familiar para o público pesquisado, então foi pedido para eles descreverem de forma literal o que era realizado pelo projeto no que se refere ao tema agroecologia.

Isso ressalta a necessidade de, durante o processo formativo, pensar a adequação do material educativo e do conteúdo base das capacitações, respeitando as particularidades socioculturais de cada comunidade. Abaixo, ilustra-se os conteúdos mais frequentes nas falas dos agricultores sobre agroecologia (Figura 44).

Figura 44- Nuvem de palavras referente ao significado de agroecologia para os participantes da pesquisa



Nota. Nuvem de palavras formulada a partir dos dados da pesquisa.

Na nuvem de palavras, apresentam-se as atividades que mais se destacaram nas falas dos beneficiários do PPF (oficinas, aulas práticas e formações) e os temas trabalhados mais lembrados,

como a criação agroecológica de galinhas e abelhas, reaproveitamento de óleo para produção de sabão, preparação de defensivos naturais para coibir infestação de pragas na plantação, dentre outros elementos. Algumas ações mencionadas, como a oficina de crochê, apesar de não se tratar de uma prática agroecológica, fazem parte do componente 2 da política pública, focado no fortalecimento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, sendo contempladas ações voltadas para artesanato.

Observando os elementos identificados no círculo de cultura e nos mapas afetivos analisados, é possível correlacioná-los com os três elementos base da construção da orientação de compromisso pró-ecológico: atitudes, crenças e valores ambientais. Os três estão relacionados a elementos cognitivos afetivos e socioculturais, tendo a afetividade como elemento de unificação. Na figura abaixo (Figura 45) são ilustradas como esses processos se correlacionam com o senso de compromisso com o ambiente dos beneficiários do PPF que participaram deste estudo.

Figura 45-Diagrama de Venn dos elementos que compõe a noção de Compromisso Pró-ecológico dos beneficiários do Projeto Paulo Freire



Nota. Diagrama de Venn formulado a partir dos dados da pesquisa.

Compreendendo que o compromisso pró-ecológico é a base das condutas de corresponsabilidade com o ambiente, é possível afirmar que os agricultores beneficiários do Projeto Paulo Freire se sentem responsáveis pelo cuidado e proteção do seu contexto ambiental, visto o

alto índice de pertencimento e de apego da maioria às suas comunidades e sítios. Nesse sentido, o afeto é um importante mobilizador na perspectiva de compromisso com o ambiente, fato que deve ser considerado na construção de uma estratégia de ação que visa promoção de condutas pró-ecológicas, pois o engajamento em condutas pró-ecológicas deriva da somatória do senso de corresponsabilidade, presença de afetos ativos e práticas de aprendizado social, como o que foi observado no caso da participação dos agricultores nas atividades formativas sobre transição agroecológica.

Diniz e Pinheiro (2017) destacam que o compromisso pró-ecológico, enquanto fenômeno psicossocial, é moldado por práticas e relações culturais em contextos históricos específicos. Os autores ressaltam, ainda, a influência central do ambiente – abrangendo tanto suas dimensões físicas quanto simbólicas – na constituição desse compromisso. Trata-se, portanto, de um fenômeno psicossocioambiental que emerge há mais de cinquenta anos, impulsionado pelo debate ecológico e pela crescente conscientização pública. No caso das comunidades pesquisadas, é vista a importância de considerar os aspectos socioculturais tanto no início da ação voltada para fomento de uma política pública que tem objetivos correlacionados à promoção de práticas ecologicamente responsáveis, como as técnicas agroecológicas. Saber quais os elementos afetivos que permeiam a relação agricultor-ambiente e qual a visão do público-alvo da política pública acerca do seu papel no cuidado e preservação do ambiente pode ajudar o agente executor desta política a pensar em ações contextualizadas e promotoras do fortalecimento do comprometimento dos sujeitos com os seus lugares.

A junção entre a prospecção da relação afetiva pessoa-ambiente e do suporte técnico qualificado, assim como a possibilidade de incremento na produção e melhoria da condição socioeconômica das famílias assessoradas pode gerar um processo de aprendizado ativo, assim como maior engajamento nas ações promovidas por uma política pública. Logo, pensar em uma ATER agroecológica contextualizada é essencial no fomento de comportamentos pró-ecológicos no setor agrícola familiar.

Tendo em vista as três orientações de compromisso pró-ecológico (egoística, social-

altruística e biosférica), é possível observar um alinhamento maior do compromisso dos agricultores com a vertente social-altruística, visto o protagonismo de elementos voltados para manutenção da vida humana nos discursos. Essa corrente se alinha com a noção antropocêntrica de sustentabilidade, base da construção das políticas públicas voltadas para a pauta de desenvolvimento sustentável em organizações de financiamento internacionais. Porém, visualizada a existência de falas que ressaltam a necessidade de um cuidado ampliado, não restrito à produção humana, mostra-se um potencial de transição para um modelo ecocentrado de relação pessoa-ambiente. Esse processo pode ser potencializador pela junção do trabalho de formação continuada aliado ao entendimento dos processos afetivos que permeiam a vivência dos beneficiários da política pública com seu território.

Uma corrente de educação ambiental propícia para esse processo é a Perspectiva Eco-Relacional, definida por Figueiredo (2007, p.55) como uma visão monista, multidimensional e dialógica de pensar a Educação Ambiental, sendo que “essa perspectiva se funda na proposta de enfatizar a relação como eixo principal dentro do contexto de mundo (sentido, pensado, vivido) na construção ontológica e epistemológica do ser”. Dentre seus eixos principais, citam-se a centralização nas relações (com seres vivos e não vivos que fazem parte de um ecossistema), a compreensão da totalidade, a importância da afetividade nas relações respeitadas entre elementos de um mesmo ambiente e a dimensão ética eco-relacional, que “(...) se estabelece no respeito à alteridade como legítima e importante no contexto da existência e transcendência da própria coevolução” (Figueiredo, 2007, p.60).

A partir da ecopráxis, que tem foco na relação solidária e equilibrada dos sujeitos com o todo que faz parte da teia da vida terrestre, busca-se respostas para a crise planetária, a partir da compreensão do contexto. A ecopráxis visa promover a alfabetização eco-relacional, ética e correlacional com respeito à alteridade, a partir da valorização dos múltiplos saberes e de práticas que objetivem a transformação com solidariedade, rompendo com a dicotomia humano-ambiente, ao entender que a humanidade é parte dessa natureza, saindo da perspectiva de domínio atrelada ao capital. (Figueiredo, 2007). A seguir, serão apresentadas as considerações finais acerca dessa tese.

Considerações Finais

Durante minhas andanças no Cariri, rememorando os tempos de assessoria técnica e pensando nas comunidades visitadas durante o percurso da pesquisa, percebi um aspecto que sempre se repete nos relatos: o orgulho caririense. Já havia sinalizado isso na minha dissertação, quando citei a fala do meu amigo, que se referia a essa região como um estado de espírito, mas, agora na tese, afirmo que o Cariri, para quem nele convive, não é apenas uma região de planejamento no Sul do Ceará, mas um território afetivo, permeado por elementos simbólicos que reafirma a identidade deste lugar. E quando falamos sobre o Cariri Rural, esse entendimento ganha mais nuances. Esse ambiente é marcado por vulnerabilidades socioambientais, mas também por participação, pertença, cuidado e valorização de suas raízes. Esses territórios, tidos como invisíveis, possuem uma potência de ação pulsante e vigorosa, que precisa ser fortalecida e cuidada. Para isso, estudar a conexão entre a gestão de políticas públicas, o conhecimento sobre as ruralidades brasileiras e a Psicologia é importante.

Voltando aos objetivos específicos da pesquisa, podemos chegar aos seguintes resultados: sobre o Projeto Paulo Freire, no que tange ao entendimento de como o projeto chegou nas comunidades pesquisadas, constatou-se que o processo de implementação das técnicas de transição agroecológica no Projeto Paulo Freire é iniciado após a seleção das famílias e das organizações prestadoras de assistência técnica. Seu marco inicial é a produção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), onde os técnicos, junto à população, levantam as principais características e demandas de cada comunidade assessorada.

Esse processo é a base da construção dos percursos formativos, dos instrumentos de assessoria técnica continuada e da formulação dos Planos de Desenvolvimento, que contêm as intervenções que serão realizadas durante a vigência do projeto e dos Planos de Investimento, onde é demarcado como será financiado cada projeto comunitário. Dentre as ações desenvolvidas nos territórios consultados, destacam-se capacitações, oficinas práticas e o acompanhamento contínuo dos processos produtivos fomentado nas comunidades.

A execução do PPF sofreu impactos diretos no período pandêmico, visto que as atividades presenciais foram descontinuadas, os recursos federais destinados à pauta da agricultura familiar foram reduzidos e algumas políticas públicas dessa pasta, que ocorreram entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, coincidindo com o período de finalização do PPF, foram desmanteladas. Um diferencial que amplificou o engajamento dos agricultores nas atividades foi a utilização de metodologias participativas de assistência técnica e extensão rural, assim como a perspectiva de melhoria de renda e qualidade de vida no campo, perante o aprimoramento da produção.

Na análise dos resultados obtidos pelo Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos, foi notada a predominância da estima potencializadora e da imagem de pertencimento nos mapas afetivos analisados, onde também foram constatados elementos de agradabilidade e de contraste na vivência com o ambiente. Observando as agricultoras e agricultores com imagens referentes à agradabilidade e pertencimento, percebe-se a manifestação de afetos referentes ao sentimento de pertença, bem-estar, integração com a comunidade, felicidade, tranquilidade, amor e senso de cuidado que perpassam a vivência com três elementos centrais na vida desses agricultores: a casa, o trabalho e as relações comunitárias. Tais sentimentos foram cruciais para o engajamento do público com as ações promovidas pelo Projeto Paulo Freire.

Já nas imagens de contraste, a maioria gravita entre o senso de pertencer e zelar por sua comunidade e a insegurança socioeconômica, que fragiliza a manutenção da vinculação pessoa-ambiente e que também se correlaciona com dificuldades vivenciadas no período pandêmico e com a diminuição de recursos para ações estratégicas para agricultura familiar. Apenas um caso ilustrado tem destaque como estima despotencializadora, onde a insegurança socioeconômica e o desagrado com o ambiente cotidiano fazem a agricultora pensar em mudar de localidade, mesmo havendo resquícios de sentimentos referentes à pertença territorial, como a vontade de proteger esse ambiente.

No que se refere ao impacto das relações afetivas agricultor-ambiente no processo de participação das capacitações em transição agroecológica, foi possível perceber que a efetividade do engajamento no projeto dependeu, além do amparo técnico e econômico, da existência de

vínculos de apego ao lugar, visto que quando mais implicado com o ambiente, mais esse público se volta para atividades de cuidado e conservação do ambiente onde vive. Logo, o fomento à transição agroecológica não se trata de um processo eminentemente operacional, visto que a mudança não é apenas na forma de produzir, como também na forma de se relacionar subjetivamente com o ambiente de produção. A transição agroecológica não é apenas técnica, é vivencial e relacional, trazendo impacto direto na forma que o sujeito fortalece ou enfraquece a sua relação ambiental.

Questões socioeconômicas e de políticas públicas também favorecem a manutenção desse afeto, visto as falas relacionadas à importância da posse da terra e do acesso à água, elementos essenciais na prática da agricultura. A fala supracitada reforça a necessidade de as políticas públicas para a agricultura familiar sempre estarem conjugadas com a perspectiva de reforma agrária e gestão democrática das águas, que são elementos basilares para a manutenção da vida no campo.

Sobre os dados que pontuam a existência do compromisso pró-ecológico dos agricultores que optaram passar pelo percurso formativo em agroecologia através do PPF, foi possível ilustrar que o compromisso pró-ecológico é a base das condutas de corresponsabilidade com o ambiente, visto que esse compromisso deriva da necessidade de cuidar do ambiente, do ato de pertencer e participar ativamente da comunidade e do chamado interno de ter condutas ecologicamente responsáveis, visto que o ambiente de trabalho rural e a comunidade precisam ter a mesma atenção que se dá ao ambiente doméstico. Foi também pontuado que, apesar dos resultados apontarem para uma orientação de compromisso pró-ecológico, social e altruísta, existe potencial para ampliar os olhares sobre o ambiente, a caminho de uma perspectiva ecocêntrica de sustentabilidade.

Por fim, apresentam-se os aspectos psicossociais do processo de adesão à transição agroecológica vivenciado pelos beneficiários do Projeto Paulo Freire:

1) Elementos afetivos devem ser considerados ao iniciar a transição agroecológica, visto que antes do técnico chegar à comunidade, já existe uma construção afetiva agricultor-ambiente, influenciada pela vivência, pela socialização e pela cultura local;

2) Quando usadas metodologias ativas, o processo de participação se torna mais prazeroso e imersivo para os participantes da transição;

3) A introdução das técnicas agroecológicas na rotina de trabalho dos agricultores familiares, aliada à perspectiva de fortalecimento de renda e melhoria nas condições de vida e trabalho fortalece a vinculação agricultor-ambiente, consolidando o senso de compromisso com o ambiente e o tornando mais participativo em processos decisórios e

4) É preciso uma aproximação das políticas públicas voltadas para ruralidades com a área da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, compreendendo que a subjetividade é um elemento importante para entender a adesão ou evasão de um público-alvo à uma política pública.

Como recomendações à vindoura execução do PPF 2, reafirmo que conhecer os modos de vida e subjetivação da população rural e a dinâmica afetiva da relação agricultor-ambiente é crucial para pensar em políticas que realmente dialoguem e sejam para o povo. Logo, indica-se integrar ao processo de Diagnóstico Rural Participativo a utilização do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos como ferramenta de investigação sobre como se dá a relação afetiva pessoa-ambiente nas comunidades que serão assessoradas. Outro ponto importante é a integração com outras pastas governamentais, para que, ao final do projeto, as comunidades não fiquem com sensação de desamparo ou retornem para a situação de vulnerabilidade que viviam antes do projeto. No processo de monitoramento, é preciso atenção especial às comunidades que nunca receberam serviços de ATER, para que estas sejam fortificadas com a implantação dessas atividades.

Já no que se refere a construção de conhecimento na área de Psicologia Ambiental, espera-se que esse estudo contribua no fomento de novas pesquisas voltadas para o ambiente rural, que ainda é marginalizado nos estudos sobre a relação pessoa-ambiente. Como psicólogos, a aproximação com comunidades rurais e cidades de pequeno porte é necessária para ampliarmos nossos campos de atuação e atuar com compromisso ético-político junto a essas populações historicamente vulneráveis e invisibilizadas.

Posteriormente à defesa da tese, serão realizados encontros de devolutiva dos resultados para os gestores da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará e para as duas comunidades que participaram da pesquisa. Serão produzidos folders informativos, que serão doados para as associações participantes da pesquisa, com os principais resultados elencados.

Para fechar as reflexões sobre esse estudo, evoco as recordações das pessoas amorosas e receptivas que receberam esta pesquisadora forasteira em suas comunidades com muito carinho e respeito. Essas pessoas, assim como os cactos do semiárido, florescem apesar das adversidades, carregando em suas vivências memórias, afetos e histórias que merecem toda a nossa atenção. Ao me lembrar das comunidades e de tudo o que vivi ao longo desse percurso do doutorado, sendo também filha do Cariri, me vem em mente os seguintes versos do meu conterrâneo Patativa do Assaré (1986, p.322), no seu poema “Sou Cabra da Peste”: “Tem muita beleza, minha boa terra, desde o vale à serra, da serra ao sertão. Por ela, eu me acabo, dou a própria vida, é terra querida do meu coração”. Sou agraciada por ser Cariri, por pertencer ao Ceará.

Referências

- Abramovay, R. (2000). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. IPEA.
- Acosta, A. (2016). *O bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Elefante ; São Paulo.
- Alencar, H. F., Barrocas, R. L. L., & Bomfim, Z. A. C. (2009). O outro conhecimento na Psicologia: para a construção de uma racionalidade ético-afetiva. In K. S. A. L. Matos (Ed.), *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Edições UFC.
- Almaral, M. I., & Wiesenfeld, E. (2015). Sostenibilidad rural: Possibilidades y limitaciones desde la psicología ambiental comunitaria. In F. Landini (Ed.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. CLACSO.
- Altieri, M. A. (2004). *Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Editora Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.
- Altieri, M. A. (2011). *Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável*. Editora Expressão Popular ; Rio Do Janeiro.
- Amérigo, M., Aragonés, J. I., de Frutos, B., Sevillano, V., & Cortés, B. (2007). Underlying

- Dimensions of Ecocentric and Anthropocentric Environmental Beliefs. *The Spanish Journal of Psychology*, 10(1), 97–103. <https://doi.org/10.1017/s1138741600006351>
- Assaré, P. do. (1986). *Cante lá, que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino*. Vozes.
- Assaré, P. do. (1990). *Ispinho e fulô*. Vozes.
- Balestro, M. V., & Sauer, S. (2013). A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para superação da revolução verde: introduzindo o debate. In S. Sauer & M. V. Balestro (Eds.), *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. Expressão Popular.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Batista, C. A. A. (2020). *Breve historia dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados*. Inesp.
- Boff, L. (2016). *Sustentabilidade : o que é : o que não é*. Vozes.
- Boff, L. (2017). *Saber cuidar* (20th ed.). Editora Vozes .
- Bomfim, Z. A. C. (2008). Afetividade e Ambiente Urbano: Uma proposta Metodológica pelos Mapas afetivos. In J. Q. Pinheiro & H. Gunther (Eds.), *Métodos de pesquisa nos Estudos pessoa - ambiente*. Caso do Psicólogo.
- Bomfim, Z. A. C. (2015). Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades. In A. F. Lima, D. C. Antunes, & M. G. A. Calegare (Eds.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*. Abrapso.
- Bomfim, Z. A. C. (2023). *Cidade e afetividade: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. (2nd ed.). Edições UFC.
- Bomfim, Z. Á. C., & Lima, A. de C. (2024). Imaginação e afetividade no uso de desenhos e metáforas como recursos metodológicos em uma perspectiva sócio-histórico-cultural. *Cadernos CEDES*, 44(124), 376–390. <https://doi.org/10.1590/cc287810>
- Bomfim, Z. A. C., Delabrida, Z. N. C., & Ferreira, K. P. M. (2018). Emoções e Afetividade Ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. (pp. 60–74). Vozes.
- Bomfim, Z. Á. C., Nobre, B. H. L., Ferreira, T. L. M., Araújo, L. M. A. de, Feitosa, M. Z. de S., Martins, A. K. da S., Alencar, H. F. de, & Farias, N. F. (2014). Affective maps: validating

a dialogue between qualitative and quantitative methods. In R. Garcia-Mira & A. Dumitru (Eds.), *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*.

Deputación da Coruña.

Brasil. (2023). *Programa Bolsa Família: 20 anos*. Ministério do Desenvolvimento Social.

Brasil. (2024). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Português*

(Brasil). Wwww.gov.br. <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>

Campos, C. J. G., & Saidel, M. G. B. (2022). Amostragem em investigações qualitativas:

conceitos e aplicações ao campo da saúde. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(25), 404–424.

<https://doi.org/10.33361/rpq.2022.v.10.n.25.545>

Carporal, F. R. (2006). Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns

obstáculos e desafios a serem enfrentados. In J. R. Tavares & L. Ramos (Eds.), *Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Instituto de

Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM.

Carporal, F. R. (2013). Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica:

compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In S. Sauer & M. V.

Balestro (Eds.), *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. Expressão popular.

Carporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2002). Análise multidimensional da sustentabilidade: uma

proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia E Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(3), 70–85.

Carporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). Agroecologia: aproximando conceitos com a noção

de sustentabilidade. In A. Ruscheinsky (Ed.), *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Sulina.

Carson, R. (2010). *Primavera silenciosa*. Gaia.

Ceará. (2017). *Manual de Implementação do Projeto Paulo Freire*. Secretaria de

Desenvolvimento Agrário.

Ceará. (2018). *Plano de desenvolvimento urbano integrado - Região Metropolitana do Cariri*.

Secretaria das Cidades.

Ceará. (2022a). *Projeto Paulo Freire em Números: autonomia e vida digna no Semiárido cearense*. Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Ceará. (2022b). *Relatório de Avaliação de Impacto do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades no Estado do Ceará - Projeto Paulo Freire (PPF-CE)*. Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. (2021). *Caderneta agroecológica : o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Editora Asa Pequena.

Chacon, S. S. (2007). *O sertanejo e o caminho das águas : políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Banco Do Nordeste Do Brasil.

Chagas, A. T. R. (2000). O questionário na pesquisa científica. *Administração on Line*, 1(1).

Coletti, C. (2019). Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais*, 1(2), 129–149.

<https://doi.org/10.29327/213440.1.2-7>

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (2024). *História da CONTAG*. CONTAG.

<http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=>

1

CONTAG. (2023). *Vida Saudável com Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*. Cidade Gráfica.

Corraliza, J. (1998). Emoción y ambiente. In J. Aragonés & M. Amérigo (Eds.), *Psicología Ambiental*. Ediciones Pirâmide.

Corral-Verdugo, V. (2010). *Psicología de la Sustentabilidad: un análisis de lo que nos hace pro ecológicos y pro sociales*. Trillas .

- Cortez, A. S. R. P. (2010). Trabalhadores do Cariri cearense (1850-1884). *Revista Do Tribunal Regional Do Trabalho Da 7ª Região*, 33(33), 133–146.
<https://doi.org/10.69488/revistatrt7.v33i33.46>
- Costa, M. L. (2019). Decrescimento Econômico: Uma análise crítica. *Revista Húmus*, 9(26).
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. Artmed.
- Cruz, S. S. (2012). O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. *Serviço Social & Sociedade*, (110), 241–269.
- Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, (2012).
- Della Cava, R. (2014). *Milagre em Joazeiro* (3rd ed.). Companhia das Letras.
- Diário do Nordeste. (2019, December 2). *Região Metropolitana do Cariri expõe desafios após uma década*. Diário Do Nordeste.
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/regiao-metropolitana-do-cariri-expoe-desafios-apos-uma-decada-1.2181746>
- Diniz, R. F., & Pinheiro, J. (2017). O Compromisso Pró-Ecológico nas Palavras de Seus Praticantes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 27(suppl 1), 395–403. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201704>
- Diniz, R., & Pinheiro, J. (2014). Cuidado Ambiental em Tempos de Sustentabilidade: Relação Entre Compromisso Pró-Ecológico e Orientação de Futuro. *Psico*, 45(3), 387.
<https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.3.17321>
- Duavy, A. L. de O. (2023). *Paisagens e territorialidades (in) visíveis do sertão do cariri* [. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas)].
- Elali, G. A., & Medeiros, S. T. F. (2011). Apego ao Lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Vozes.
- EMBRAPA. (2016). *Marco referencial em agroecologia*. Embrapa Informação Tecnológica.
- Engels, F. (2020). *Dialética da natureza*. Boitempo Editorial.
- Espinosa, B. (2015). *Ética*. Autêntica .

- Feitosa, M. Z. S., Sousa, L. C. A., Paz, A. F. C., Barreto, E. H. F. L., & Bomfim, Z. A. C. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 196–203. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505>
- Fernandes, B. M. (2010). Formação e territorialização do MST no Brasil. In M. Carter (Ed.), *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Editora UNESP.
- Fernandes, L. M. M., Silva, E. V., Cardoso, M. R. de C., & Barbosa, A. L. M. (2024). GEODIVERSITY AND TOURIST ATTRACTIVENESS OF THE MUNICIPALITY OF SANTANA DO CARIRI, CEARÁ/BRAZIL / GEODIVERSIDADE E ATRATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI-CEARÁ/BRASIL. *William Morris Davis – Revista de Geomorfologia*, 5(3), 66–81. <https://doi.org/10.48025/issn2675-6900.v5n3.2024.657>
- Ferreira, F., & Bomfim, Z. A. C. (2010). Sustentabilidade Ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica? Environmental Sustainability: An anthropocentric or biocentric Vision? *AmbientalMENTE Sustentable*, 1(I), 9–10. <https://core.ac.uk/download/pdf/61902992.pdf>
- FIDA. (2016). *Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)- Relatório de supervisão*. FIDA Brasil.
- FIDA. (2022). *Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire – Ceará) - Relatório de Conclusão do Projeto (RCP)*. FIDA Brasil.
- Figueiredo, J. B. A. (2007). *Educação Ambiental Dialógica: As contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina*. Edições UFC.
- Firmiano, M. R., Medeiros, C. N., & Sousa, F. J. (2018). *Panorama Socioeconômico das Regiões Metropolitanas Cearenses*. IPECE.
- Freire, P. (2019). *Extensão ou comunicação?* Paz E Terra.
- Freire, P. (2025). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.
- Fundação Casa Grande. (2024, December 3). *A Fundação Casa Grande*. Wordpress.com;

WordPress.com. <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>

Furlani, D. D., & Bomfim, Z. Á. C. (2010). Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 50–59.

<https://doi.org/10.1590/s0102-71822010000100007>

G1. (2024, December 17). *Santana do Cariri, no Ceará, é a maior produtora de mel de abelha do país, segundo o IBGE*. G1.

<https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2024/12/17/santana-do-cariri-no-ceara-e-a-maior-produtora-de-mel-de-abelha-do-pais-segundo-o-ibge.ghtml>

G1. (2025, April 2). *Reino Unido devolve fósseis levados ilegalmente do Brasil*. G1.

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/04/02/reino-unido-devolve-fosseis-de-100-milhoes-de-anos-levados-ilegalmente-do-brasil.ghtml>

Geopark Araripe. (2023a). *Geossítio Parque dos Pterossauros – Geopark Araripe*. Urca.br.

https://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1721

Geopark Araripe. (2023b). *Geossítio Pontal da Santa Cruz – Geopark Araripe*. Urca.br.

https://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1734

Geopark Araripe. (2023c). *Geossítio Ponte de Pedra – Geopark Araripe*. Urca.br.

https://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1740

Geopark Araripe. (2024). *Quem somos?* Geopark Araripe.

https://geoparkararipe.urca.br/?page_id=3123

Georgescu-Roegen, N. (2012). *O decrescimento : Entropia, ecologia e economia*. Editora Senac .

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social* (6th ed.). Atlas.

González, A. P., & Américo, M. (1999). Actitudes hacia el medio ambiente y conducta ecológica. *Psicothema*, 11(1), 13–25.

Graziano Neto, F. (1982). *Questão agrária e ecologia: Crítica da moderna agricultura*. Editora Brasiliense.

Gressler, S. C., & Günther, I. de A. (2013). Ambientes restauradores: definição, histórico,

abordagens e pesquisas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 487–495.

<https://doi.org/10.1590/s1413-294x2013000300009>

Gudynas, E. (2019). *Direitos da natureza*. Editora Elefante.

Gunther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2011). Múltimétodos. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Vozes.

Gurgel, F. F., & Pinheiro, J. Q. (2011). Compromisso Pró-Ecológico. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Vozes.

Guzmán, G. I., & Molina, M. G. (2015). Energy Efficiency in Agrarian Systems From an Agroecological Perspective. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 39(8), 924–952.
<https://doi.org/10.1080/21683565.2015.1053587>

Heller, A. (2004). *Teoría de los sentimientos*. Editora Fontamara.

Higuichi, M. I. G., & Theodorovitz, I. J. (2018). Territorialidade. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Vozes.

Holanda, S. B. de. (2014). *Raizes do Brasil* (27th ed.). Companhia das Letras.

Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Elsevier.

IBGE. (2022a). *Cidades: Nova Olinda*. IBGE.

IBGE. (2022b). *Cidades: Santana do Cariri*. IBGE.

IICA. (2020, April 8). *Todos os projetos apoiados pelo Semear recebem capacitação de sistema único*. IICA - Instituto Interamericano de Cooperación Para La Agricultura.
<https://iica.int/pt/newsletter/noticias/todos-os-projetos-apoiados-pelo-semear-receberam-capacitacao-de-sistema-unico/>

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE. (2022). *Ceará em números- Ano 2022*. IPECE.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE. (2022a). *Perfil Básico Municipal: Nova Olinda- 2022*. IPECE.

- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE. (2022b). *Perfil Básico Municipal: Santana do Cariri- 2022*. IPECE.
- Instituto Giramundo Mutuando . (2005). *A Cartilha Agroecológica* . Editora Criação.
- Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. (2024). *A organização política do MST*. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.
- Krenak, A. (2020a). *A vida não é útil*. Companhia Das Letras.
- Krenak, A. (2020b). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia Das Letras.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In F. Landini (Ed.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. CLACSO.
- Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. Cortez.
- Leff, E. (2013). *Aventuras da epistemologia ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Cortez.
- Leite, M. L. S. (2022). *Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE* (p. 323) [Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)].
- Lima, A. C. (2025). *Mapas afetivos: tecnologia social para a gestão territorial em Assistência Social*. Pimenta Cultural.
- Lourenço, D. B. (2019). *Qual o valor da natureza?* Editora Elefante.
- Lucero, L. J., & Gonzalez Cruz, J. (2020). Reconceptualizing Urbanism: Insights From Maya Cosmology. *Frontiers in Sustainable Cities*, 2(1). <https://doi.org/10.3389/frsc.2020.00001>
- Lynch, K. (1997). *A imagem da cidade*. Martins Fontes.
- Martínez Alier, J. (2018). *O Ecologismo dos pobres : conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Editora Contexto.
- Martins, C. M. S. S. (2020). *Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE* (p. 220) [Dissertation].
- Martins, C. M. S. S., Bento, H. C. P., & Bomfim, Z. A. C. (2023). Agroecologia, Bem Viver e

Compromisso Pró-Ecológico: articulações sob a perspectiva da Psicologia Ambiental. In M. Calegare, L. P. Ribeiro, & A. O. Mendéz (Eds.), *Psicología Rural: recorridos, prácticas y reflexiones latino-americanas*. Alinea.

Martins, C. M. S. S., Lima, F. A. X., & Bomfim, Z. Á. C. (2025). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e sua execução em três tempos. *Interações (Campo Grande)*, 26(2).

Martins, C. M. S. S., Maciel, S. S., & Alencar, W. M. M. M. (2016). O processo de recomposição do comitê de mulheres do Colegiado Territorial do Cariri. In C. M. F. Silva & D. L. L. L. Mendes (Eds.), *NEDETS em Foco: o fortalecimento de territórios rurais e da cidadania*. IMPRECE.

Marx, K. (2015). *O Capital - Livro 1*. Boitempo Editorial.

Mastrodi, J., & Ifanger, F. C. de A. (2019). Sobre o conceito de políticas públicas. *Revista de Direito Brasileira*, 24(9), 03. <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2358-1352/2019.v24i9.5702>

Medeiros, R. M. V. (2017). Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In R. M. V. Medeiros & M. Lindner (Eds.), *Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios*. Evangraf.

Mendéz, A. O. (2015). Psicologia ambiental y ruralidade. In F. Landini (Ed.), *Hacia una Psicología Rural Latino Americana*. CLACSO.

Mendonça, S., Vitória, B., Barbosa, J., Beatriz Rodrigues Gusmão, & Zaninelli, R. (2021). VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR RURAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19. *Revista de Enfermagem UFPE on Line*, 15(2). <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.247169>

Minayo, M. C. (2021). *Pesquisa social : teoria metodo e criatividade*. Vozes.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2023). *Veja o que já mudou nos primeiros 100 dias de reconstrução do MDA*. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/veja-o-que-ja-mudou-nos-primeiros-100-dias-de->

reconstrucao-do-mda

- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.
- Moser, G. (2016). *Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente*. Alínea.
- Moura Jr, J., Barbosa, V., Martins, C., & Bomfim, Z. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 140–154.
<https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1054>
- Moura, I. F. (2017). Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In R. H. S. Sambuchi (Ed.), *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. IPEA.
- Moura-Fé, M. M. de. (2017). Um mundo chamado Cariri. *Ciência E Cultura*, 69(2), 4–5.
<https://doi.org/10.21800/2317-66602017000200002>
- Nascimento, D. C. (2018). *Ser-Tão “metropolitano” : especialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri*. [Tese (Programa De Pós Graduação Em Geografia)].
- Nascimento, D. C. do, & Chacon, S. S. (2016). Sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri – RMC: Análise a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Do Milênio – ODMs. *Sociedade & Natureza*, 28(3), 443–456. <https://doi.org/10.1590/1982-451320160309>
- Nepomuceno, L. B., Cavalcante, J. A. M., Venâncio, L., & Sanches Neto, L. (2019). Círculo de cultura como componente qualitativo da pesquisa em Educação Física: reflexões teórico-metodológicas. *Pensar a Prática*, 22. <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.55524>
- Niederle, P. A., Sabourin, E., Job Schmitt, C., De Avila, M. L., Petersen, P., & Santos de Assis, W. (2019). A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, 24(1). <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>
- Olivo, P., Aragonés, J., & Amérigo, M. (2011). The connectedness to nature scale and its relationship with environmental beliefs and identity. *Internacional Journal of Hispanic Psychology*, 4(1), 5–19.

- ONU Brasil. (2022). *Projeto Semear Internacional é concluído após beneficiar 93 mil pessoas*.
Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/180331-projeto-semear-internacional-%C3%A9-conclu%C3%ADdo-ap%C3%B3s-beneficiar-93-mil-pessoas>
- ONU. (2022). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Brasil.un.org. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Pacheco, F. P. (2018). *Afetividade e implicações psicossociais vividas pelos moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza* (p. 229) [Dissertation].
- Pacheco, F. P., & Bomfim, Z. A. C.. (2022). Atividade comunitária, estima de lugar e conscientização: uma análise da participação social do movimento Resistência Vila Vicentina. *Interações (campo Grande)*, 23(1), 247–261.
- Pato, C. M. L. (2011). Valores Ecológicos. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Vozes.
- Pato, C. M. L., & Campos, C. B. (2011). Comportamento Ecológico. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Vozes.
- Pato, C. M. L., & Higuchi, M. I. G. (2018). Crenças e atitudes ambientais. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Vozes.
- Pereira, C. E. G., & Sampaio, J. M. (2014). Santana do Cariri em um prato: paisagem, criatividade e cartografia. *Anais Do Encontro Cearense de Historiadores Da Educação - Eche*, 13.; *Encontro Nacional Do Núcleo de História E Memória Da Educação - Enhime*, 3.; *Simpósio Nacional de Estudos Culturais E Geoeducacionais - Sinecgeo* , 385–397.
- Pessoa, Y. S. R. Q., & Alchieri, J. C. (2013). Agricultura familiar orgânica: Em busca de qualidade de vida no âmbito do desenvolvimento rural mais sustentável. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Eds.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 333–355.). EDUFRN.
- Pinho, A. J., & Piancó, A. R. D. (2017). O processo de territorialização de políticas públicas no cariri cearense: percepções e olhares de comunidades rurais. In Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Ed.), *O Legado das Políticas Públicas de*

Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioproductiva no Brasil do IICA. IICA.

Pol, E. (2002). El modelo dual de la apropiación del espacio. In R. Garcia Mira, J. M. Sabucedo, & J. Romay (Eds.), *Psicología y medio ambiente: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos*. (p. p. 123-132). Asociación Galega de Estudios e Investigación Psicosocial-.

Polanyi, K. (1980). *A grande transformação : as origens da nossa época*. Campus.

Portaria interministerial MDA/ SG PR/ MAPAA/ MDS/ MMA/ MS/ MCTI n 7: Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- Planapo, para o período 2024-2027. , (2024).

Prado Júnior, C. (2014). *A revolução brasileira e A questão agrária no Brasil*. Companhia das Letras.

Prefeitura de Nova Olinda. (2023, February 7). *O Município*. Prefeitura Nova Olinda Ceará. <https://novaolinda.ce.gov.br/o-municipio/>

Prefeitura de Santana do Cariri. (2018). *Casarão do Coronel Felinto Cruz*. Prefeitura de Santana Do Cariri. <https://santanadocariri.ce.gov.br/pontosturisticos.php?id=2>

Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57–83. [https://doi.org/10.1016/s0272-4944\(83\)80021-8](https://doi.org/10.1016/s0272-4944(83)80021-8)

Queiroz, I. da S. (2014). Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. *Mercator*, 13(03), 93–104. <https://doi.org/10.4215/rm2014.1303.0007>

Quintanar, C. S. (2009). *Psicología en ambiente rural*. Plaza y Valdes editores.

Rabinovici, A. (2024). Inovação social e empresarização do turismo: as experiências da Fundação Casa Grande no Cariri cearense, Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 1(1), 149–168. <https://doi.org/10.18472/cvt.24n1.2024.dossietbc.2141>

Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais, (2016).

Ribeiro, D. (2022). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (4th ed.). Global Editora.

- Rocha, I. (2012). *Afetividade E Transformação Social: Sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Edições Universitárias da UVA.
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: Incluyente, sustentável e sustentado*. Garamond.
- Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.
- Santos, A. E., & Peixinho, D. M. (2015). Processo de conurbação: elementos espaciais do fenômeno em área não metropolitana. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, 13(1), 35–52.
- Santos, C. F. dos, Siqueira, E. S., Araújo, I. T. de, & Maia, Z. M. G. (2014). A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, 17(2), 33–52. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2014000200004>
- Santos, M. S., Queiroz, S. N., & Carvalho, R. M. (2024). Migrações na metrópole do interior cearense: o caso da Região Metropolitana do Cariri. *Geosul*, 39(90), 166–294. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2024.e94247>
- Sawaia, B. B. (1995). O Calor do Lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo Em Perspectiva*, 9(2), 20–24.
- Sawaia, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99–119). Vozes.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining Place attachment: a Tripartite Organizing Framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.09.006>
- Schmitt, J. C. (2013). Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In S. Sauer & M. V. Balestro (Eds.), *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. Expressão Popular.
- Schneider, S., & Blume, R. (2011). Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, 1(107), 109–135.
- Scopinho, R. A. (2017). A psicologia social do trabalho e os trabalhadores da ruralidade. In M. C.

- Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Eds.), *Psicologia Social do Trabalho*. Vozes.
- Secchi, L. (2023). *Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. Cengage Learning.
- Secchi, L., Coelho, F. de S., & Pires, V. (2019). *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concurso*. (3. ed.). Cengage Learning.
- Secretaria de Desenvolvimento Agrário. (2020). *Projeto Paulo Freire*. Secretaria Do Desenvolvimento Agrário. <https://bit.ly/3k69aIG>
- Serviço Social do Comércio do Ceará- Sesc. (2022). *Museus Orgânicos*. [Www.sesc-Ce.com.br](http://www.sesc-ce.com.br).
<https://www.sesc-ce.com.br/museusorganicos/>
- Sevilla Guzmán, E. (2001). Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent*, 2(2).
https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/uma_estrategia_de_sustentabilidade_a_partir_da_agroecologia.pdf
- Sevilla Guzmán, E., & Molina, M. G. (2013). *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Expressão Popular.
- Silva, F. R. F. da (Ed.). (2022). *Bem viver no Semiárido: olhares sobre assessoria técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo Freire*. Governo do Estado do Ceará.
- Silva, J. A. S., Félix, J. L., & Andrade, M. A. (2023). Nossas ruas, nossas histórias. *Revista Ceará Científico*, 2(2), 169–174.
- Silva, L. B., Feitosa, M. Z. S, Neupomoceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes, V. M. & Bomfim, Z. A. C. (2016). Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In: Ximenes, V. M, Neupomuceno, B. B., Cidade, E. C. & Moura Júnior, J. F. (Orgs). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Expressão Gráfica e Editora.
- Tapia-Follen, C., Corral-Verdugo, V., Gutiérrez-Sida, C., Mireles-Acosta, J., & Tirado-Medina, H. (2013). Emotions and Pro-Environmental Behavior . In V. Corral-Verdugo, C. H. Cadena, & M. A. Frias (Eds.), *Psychological Approaches to Sustainability: Current Trends in Theory, Research & Applications*. Nova Science.

- Thompson, S. C. G., & Barton, M. A. (1994). Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. *Journal of Environmental Psychology*, 14(2), 149–157.
[https://doi.org/10.1016/s0272-4944\(05\)80168-9](https://doi.org/10.1016/s0272-4944(05)80168-9)
- Thomson, C. R., Bergamasco, S. M., & Borsatto, R. S. (2018). A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e as consequências para a extensão rural brasileira. *Anais. VIII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais: Terra, trabalho e lutas no século XXI*, São Paulo.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel.
- United Nations. (2016). *Transforming our world : the 2030 agenda for sustainable development*. Republic Of Mozambique, Ministry Of Economy And Finance, National Directorate Of Planning And Budget.
- Universidade Regional do Cariri- URCA. (2019). *Plano Museológico Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens . URCA*.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. *Tematicas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Vygostky, L. S. (2006). A crise dos sete anos. In L. S. Vygostky (Ed.), *Obras escogidas. Tomo IV*. Visor y A. Machado Libros.
- Vygotsky, L. S. (2004). *Teoría de las emociones*. Ediciones AKAL.
- Vygotsky, L. S. (2008). *A formação social da mente o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedologia . *Psicologia USP*, 21(4), 681–701. <https://doi.org/10.1590/s0103-65642010000400003>
- Wanderley, M. D. N. B. (2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento E Meio Ambiente*, 2(1).
<https://doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>
- Weber, J., & Silva, T. N. da. (2021). A Produção Orgânica no Brasil sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável. *Desenvolvimento Em Questão*, 19(54), 164–184.

<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.54.164-184>

Wedig, J. C., & Ramos, J. D. D. (2023). Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. *Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros*, 86, 16–30.

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i86p16-30>

Wiesenfeld, E. (2003). La Psicología Ambiental y el desarrollo sostenible. Cual psicología ambiental? Cual desarrollo sostenible? *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(2), 253–261.

<https://doi.org/10.1590/s1413-294x2003000200007>

Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2014). *Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos*. ENAP.

Zimath, S. C., Erzinger, G. S., Cruz, R. M., & Silva, H. da. (2020). Trabalhadores Rurais: contribuições da Psicologia para a prevenção e promoção da Saúde. *ECOS - Estudos Contemporâneos Da Subjetividade*, 10(2), 263–278.

<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2897>

Apêndices

Apêndice A: Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) por **Cícera Mônica da Silva Sousa Martins** como participante da pesquisa intitulada **“TERRITÓRIOS INVISÍVEIS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA VIVENCIADO POR BENEFICIÁRIOS DO PROJETO PAULO FREIRE NO CARIRI CEARENSE”**. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Os dados obtidos nesta investigação servirão à construção da tese de doutorado da pesquisadora Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da professora Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim. A pesquisa não dá direito a qualquer retorno financeiro ao participante, no entanto oferecemos como benefício os resultados obtidos de modo a contribuir com reflexões sobre a temática abordada.

Caso aceite, você participará da aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos. Com a sua permissão, a entrevista será gravada com o gravador portátil para que as informações sejam melhores registradas e analisadas posteriormente para a pesquisa. Ressaltamos que seu nome não será identificado na atividade em questão, bem como não serão fornecidas informações a terceiros que possam lhe identificar. Assim, seu nome não será citado na dissertação, artigos, relatórios ou qualquer outro meio de divulgação da pesquisa.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física dos participantes, no entanto poderá gerar desconforto ao responder perguntas sobre a afetividade com relação ao lugar, que não são prejudiciais aos participantes nem impedem o andamento da pesquisa. A aceitação ou recusa em participar desta pesquisa não acarretará qualquer contratempo, desconforto ou prejuízo físico, mental ou material a você. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, solicitando que suas informações sejam retiradas, sem que isto implique qualquer prejuízo para você. Além disso, você terá acesso a qualquer momento às informações relacionadas à pesquisa. Em caso de dúvidas e desistência, você poderá entrar em contato com a pesquisadora por meio do email monicamartins_sousa@hotmail.com ou pelo telefone (88) 99920-5131.

Endereço da responsável pela pesquisa:

Nome: Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Instituição: Universidade Federal do Ceará
Endereço: Avenida da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza
Telefones para contato: (88) 99920-5131

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPEQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPEQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, ____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Nova Olinda, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler)	Data	Assinatura
Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura

Apêndice B: Instrumento Gerador de Mapas Afetivos- IGMA**INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS**

Faça um desenho que demonstre sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir o sítio onde você mora.

1. Agora vamos falar sobre o desenho que você fez! Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas sim suas opiniões e impressões.

1.1 Explique o que você quis mostrar com esse desenho:

1.2 Descreva os sentimentos que o desenho lhe desperta:

1.3 Resuma em seis palavras seus sentimentos em relação ao desenho:

- | | |
|----------|----------|
| a) _____ | b) _____ |
| c) _____ | d) _____ |
| e) _____ | f) _____ |

2. Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre o sítio onde mora e trabalha. Lembre-se de que não existem respostas certas ou erradas, mas sim a sua opinião.

2.1 Caso alguém lhe perguntasse o que acha do sítio onde você mora, o que você diria?

2.2 Se você tivesse que fazer uma comparação entre o sítio onde você mora e alguma coisa, com o que você compararia? Por quê?

3. Gostaríamos agora de fazer algumas perguntas sobre a sua relação com o território onde você mora perante o processo de transição agroecológica fomentado pelo Projeto Paulo Freire em sua comunidade.

3.1 Há quanto tempo você reside nessa comunidade? Como você chegou a morar nessa comunidade?

3.2: Como foi a chegada da equipe do Projeto Paulo Freire na sua comunidade?

3.3 Você já conhecia a agroecologia? O que lhe motivou a escolher passar pela transição agroecológica?

3.4 Como você se sentiu ao passar pelo processo de transição agroecológica?

3.6 Você faz parte a algum grupo ou movimento social em sua comunidade? (Ex: Fóruns, Conselhos, Associações, Sindicatos, etc.)

Sim () Não ()

Caso sim, que tipo de grupo ou movimento e onde este se localiza? Como é sua participação nesse espaço?

4. As frases abaixo referem-se a avaliações, impressões e sentimentos que você pode ter sobre vários lugares. Pensando na sua comunidade, leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Para isso, considere os números ao lado de cada afirmação. Por favor, procure não deixar itens em branco e, sabendo que não há respostas certas ou erradas, tente responder da forma mais sincera possível.

O seu SÍTIO é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Considero como algo meu.	1	2	3	4	5
2. Está poluído.	1	2	3	4	5
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.	1	2	3	4	5
4. Me sinto sossegado.	1	2	3	4	5
5. Não trocaria por nada.	1	2	3	4	5
6. Considero parte da minha história.	1	2	3	4	5

7. Parece abandonado.	1	2	3	4	5
8. Desconfio das pessoas.	1	2	3	4	5
9. Me envergonha.	1	2	3	4	5
10. Há riscos.	1	2	3	4	5
11. Sinto medo.	1	2	3	4	5
12. É ruim.	1	2	3	4	5
13. O perigo é constante.	1	2	3	4	5
14. Acho feio.	1	2	3	4	5
15. Me indigna.	1	2	3	4	5
16. Tenho oportunidades.	1	2	3	4	5
17. Me sinto tranquilo.	1	2	3	4	5
18. Com estruturas precárias.	1	2	3	4	5
19. Se não estou nele, quero voltar.	1	2	3	4	5
20. Me sinto identificado com ele.	1	2	3	4	5
21. Admiro por sua beleza.	1	2	3	4	5
22. Me deixa com raiva.	1	2	3	4	5
23. Sinto que faço parte.	1	2	3	4	5
24. Me sinto sufocado.	1	2	3	4	5
25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim.	1	2	3	4	5
26. Tenho prazer.	1	2	3	4	5
27. É atraente para mim.	1	2	3	4	5
A sua COMUNIDADE é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
28. Sinto que estou desprotegido.	1	2	3	4	5
29. Me deixa orgulhoso.	1	2	3	4	5
30. Me sinto inseguro.	1	2	3	4	5
31. É desprezível.	1	2	3	4	5
32. Amo.	1	2	3	4	5
33. Devo estar alerta.	1	2	3	4	5
34. Me divirto.	1	2	3	4	5

35. Tem tudo a ver comigo.	1	2	3	4	5
36. Está destruído.	1	2	3	4	5
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.	1	2	3	4	5
38. Há sujeira.	1	2	3	4	5
39. Defenderia se necessário.	1	2	3	4	5
40. Tudo pode acontecer.	1	2	3	4	5
41. Me sinto apegado.	1	2	3	4	5

5. Por último, precisamos saber um pouco mais sobre você.

Qual sua idade? _____

Qual seu sexo? () Masculino () Feminino

Qual o seu nível de escolaridade?

() Sem estudos

() Ensino médio completo

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino superior incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino superior completo

() Ensino médio incompleto

() Pós-Graduação

De qual cidade você veio? _____ Há quanto tempo mora nesta comunidade _____

Quantas pessoas moram com você? _____ Qual a renda mensal da sua casa? _____

A quanto tempo trabalha na agricultura familiar: _____

Apêndice C: Mapas afetivos produzidos na pesquisa

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Amor 2		Sexo: M	Idade: 51 anos
Escolaridade: Ensino Médio Completo		Comunidade: Sítio Gostoso	
Tempo de residência: 51 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Minha casa de baixo das árvores. Alegria.	O meu sítio é o meu cantinho de paz.	Alegria. Amor pela minha casa. Paz.	Como um cantinho de paz.
		SENTIDO: O sítio Cantinho de Paz é um lugar que lhe traz sentimento de alegria, paz e amor , sendo considerado um refúgio em meio a lida cotidiana. A percepção do lugar com espaço de paz coaduna com o relato sobre a sensação de tranquilidade em viver no seu território. Isso também reverberou no engajamento das atividades que ele participou por intermédio da associação, como o Projeto Paulo Freire, apontando uma imagem de Pertencimento .	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 17		Imagem: Pertencimento	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Chaves		Sexo: M	Idade: 27 anos
Escolaridade: Ensino Médio Completo		Comunidade: Sítio Gostoso	
Tempo de residência: 27 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
O lugar de paz.	Um lugar tranquilo e alegre.	Paz, tranquilidade, alegria, acolhimento, amor.	Como uma floresta, porque a maioria do ambiente daqui é de floresta.
		SENTIDO:	

	O sítio Floresta é um lugar que lhe traz sentimento de tranquilidade, paz e alegria, sendo um lugar de moradia, produção e desenvolvimento de laços sociais importantes para este. A sensação de acolhimento e bem estar no seu ambiente de convívio reflete sua relação com seu lugar de produção de vida e sustento. Tais aspectos o fizeram interessar em participar do Projeto Paulo Freire, visto como o espaço de formação para aprimorar sua produção, em um ambiente que reflete a imagem de Pertencimento.
Estrutura: Cognitivo	
Índice Estima de Lugar (IEL): 18	Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Amor **Sexo:** F **Idade:** 41 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso
Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 9 anos

SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
O desenho mostra minha casa, meu quinta de galinhas, eu e minha filha.	Me sinto realizada por hoje ter minha casa, é um dos melhores lugares que já morei.	Conquista, Felicidade, Agradecimento, Amor, Prosperidade, Carinho.	Comparo com o amor, respeito. Mudar para cá foi a melhor escolha que fiz na minha vida.



SENTIDO:

O sítio Amor e Respeito é um lugar que lhe traz **sentimento de felicidade, gratidão, prosperidade, carinho e amor**, que ela sente ser uma grande conquista obtida, pois agora possui sua casa própria. A **sensação de realização** está alinhada com o sentimento de integração e participação nas atividades promovidas à âmbito comunitário. Seu engajamento enquanto uma das lideranças locais e o seu carinho no que se refere a preservação do seu território refletem a imagem de **Pertencimento**.

Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 34

Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Milho		Sexo: M	Idade: 32 anos
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto		Comunidade: Sítio Gostoso	
Tempo de residência: 32 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
O desenho mostra minha casa, um lugar com muita felicidade	Me sinto feliz por morar em um ótimo lugar. É muito bom aqui.	Felicidade, alegria, amor, gratidão, esperança.	Comparo com um jardim bonito.
		SENTIDO: O sítio Jardim Bonito é um lugar que lhe desperta sentimentos como Felicidade, amor, gratidão e esperança. A sensação de satisfação em fazer parte da comunidade e da sua atividade enquanto agricultor são motivadores para o engajamento em políticas públicas, como o Projeto Paulo Freire, o que reflete uma imagem de Pertencimento.	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 49		Imagem: Pertencimento	

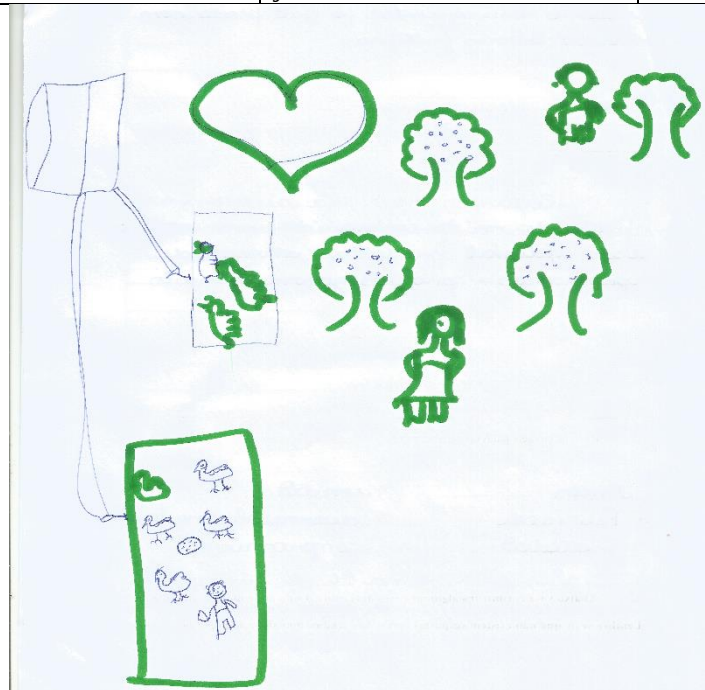
IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Violeta		Sexo: F	Idade: 49 anos
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto		Comunidade: Sítio Gostoso	
Tempo de residência: 49 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
O desenho está mostrando minha casas e eu tirando laranja no meu quintal	Eu diria que é um lugar maravilhoso, com muito amor	Felicidade, agradecida, amor.	Comparo com paraíso.
		SENTIDO: O sítio Paraíso é um lugar permeado pelos sentimentos de felicidade, gratidão e amor. A vivência com o ambiente de morada e provisão, que é o seu sítio, é perpassado por uma sensação de apego, trazendo implicações direta no seu engajamento nas formações agroecológicas e reflete uma imagem de Pertencimento.	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 29		Imagem: Pertencimento	

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Rosa Amélia 1 **Sexo:** F **Idade:** 36 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso
Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 25 anos

SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
---------------------	-------------------	---------------------	------------------

Minha produção de aves e suínos e como meu quintal foi frutificado com várias árvores frutíferas.	Felicidade em ter conseguido uma pocilga e um quintal produtivo através de programas e projetos governamentais. Esse é o melhor lugar que já conheci na minha vida	Amor, felicidade, gratidão, união, desenvolvimento, compromisso.	Compararia com um coração, porque sempre cabe mais um próximo.
---	--	--	--



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 28

SENTIDO:

O **sítio Coração** é um lugar permeado por **sentimentos de amor, felicidade, gratidão, união**, que reverberam na busca do desenvolvimento da comunidade onde vive. O seu **senso de compromisso** com a comunidade e com os membros da associação fazem com o que, enquanto liderança, se engaje e busca engajar os moradores na participação em projetos governamentais como o PPF, o que reflete uma imagem de **Pertencimento**.

Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Rosa Amélia 2 **Sexo:** F **Idade:** 55 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 55 anos

SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
---------------------	-------------------	---------------------	------------------

É uma forma de me sentir, feliz junto com a minha família.	Muita felicidade por ter minha linda morada, graças da Deus. É o melhor lugar do planeta.	Amor, felicidade, paz, harmonia, gratidão, alegria.	Meu sítio é como se fosse um belo jardim.
--	---	---	---

SENTIDO:



Estrutura: Metafórico

Índice Estima de Lugar (IEL): 37

O **sítio Belo Jardim** é um lugar onde vivencia **sentimentos de amor, felicidade, paz, gratidão**, que reverbera no seu modo de cuidar do lugar onde vive. A **sensação de harmonia** que permeia sua relação com o ambiente a fez sentir segurança em participar da proposta do PPF na sua comunidade, e o seu senso de bem estar espelha-se na imagem de **Pertencimento**.

Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Águia **Sexo:** F **Idade:** 40 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso

Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 40 anos

SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

Amor, aconchego, minha referência.

Um dos melhores lugares.

Amor, Lar, Felicidade, natureza, aconchego, paz.

Como a natureza, que reflete minha paz.



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 35

SENTIDO:

O **sítio Natureza** é um lugar permeado pelos **sentimentos de amor, felicidade, aconchego e paz**, que reverberam no engajamento da agricultura em sua comunidade. A **sensação do lugar onde vive enquanto lar e parte da natureza** reflete no seu interesse pela estratégia do PPF, e tal engajamento espelha-se na imagem de **Pertencimento**.

Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Rosa **Sexo:** F **Idade:** 42 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 42 anos

SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Mostrar minha casa, meus animais, o lugar que moro.	Me sinto feliz, bem, aconchegada e muito feliz. Acho muito bom, um lugar lindo.	Alegria, Amor, Felicidade, União, responsabilidade, cuidado.	Compararia com o paraíso, porque é um lugar lindo.
		SENTIDO: O sítio Paraíso 2 é um lugar onde a agricultora vivencia sentimentos de alegria, amor, felicidade e união. O senso de responsabilidade e cuidado com o sítio e a comunidade onde vive são motivadores no engajamento em projetos de políticas públicas que chegam em seu território, como o PPF e a sensação de aconchego reflete a imagem de Pertencimento .	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 20		Imagem: Pertencimento	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Sol	Sexo: F	Idade: 38 anos	Comunidade: Sítio Gostoso
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 38 anos	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Minha casa que amo.	Um lugar bom e com amor.	Amor, fé, beleza, bom.	Com uma casa.
		SENTIDO:	



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 8

O **sítio Casa** é um lugar permeado por **sentimentos de amor, fé e bem-estar**, sendo que o advendo da aquisição da casa própria e do acesso à água faz esta ter uma **sensação de satisfação** com o seu lar, refletindo uma imagem de **Pertencimento**.

Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Margarida **Sexo:** F **Idade:** 59 anos **Comunidade:** Sítio Gostoso

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 12 anos

SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

Entrada da minha casa, vendo a grade de frente. Portão e dentro cheio de frutas, plantas, etc.

Me sinto realizada em ter conseguido comprar (o sítio) com o trabalho, muito feliz.

Gratidão, florescer, colorida, feliz.

Como uma mansão. Porque é muito difícil consegui uma moradia hoje em dia.



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 20

SENTIDO:

O **sítio Mansão** é um lugar permeado por **sentimentos de gratidão e felicidade**, onde há uma **sensação de florescer** coisas boas e de satisfação pela a aquisição da casa própria, o que reflete uma imagem de **Agradabilidade**.

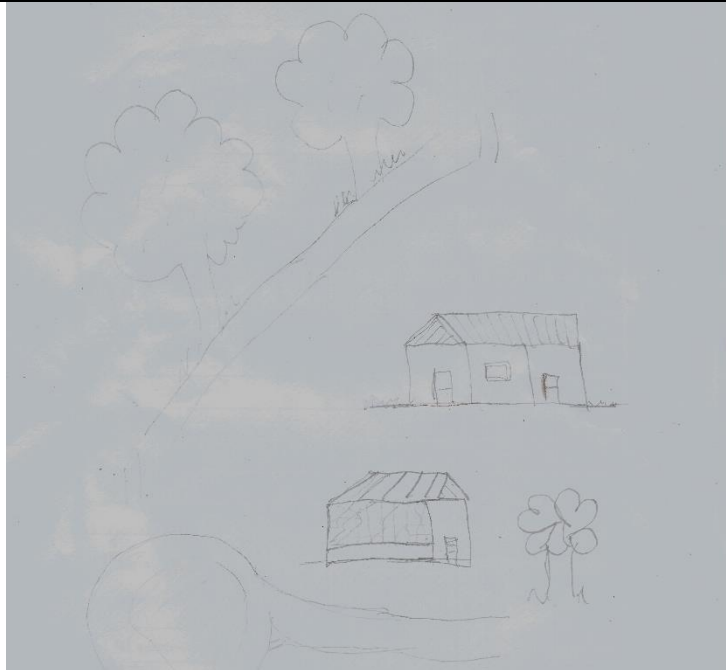
Imagem: Agradabilidade

IDENTIFICAÇÃO:

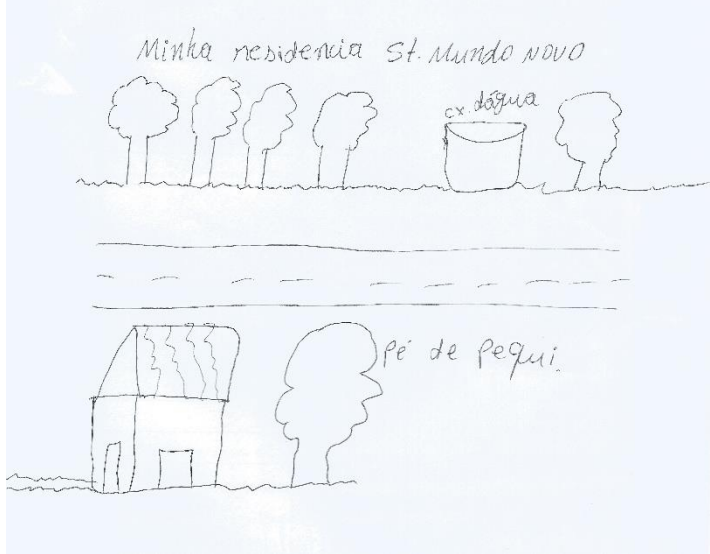
Nome: Vagalume **Sexo:** F **Idade:** 40 anos **Comunidade:** Sítio Cedro

Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 40 anos

SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

A minha casa, o galpão e a entrada da minha casa	É um lugar que representa segurança, bom e tranquilo	Bom, calmo, paz, tranquilo.	Como um lugar bem bonito.
			SENTIDO: O sítio Lugar Bonito é um lugar que lhe traz sentimento de calma, paz e tranquilidade , sendo referenciado como espaço seguro. Porém, a percepção do lugar também está atravessada pela sensação de desamparo causada por problemas relacionados à vulnerabilidade socioeconômica. Tais sentimentos e a vontade de que a política pública Projeto Paulo Freire volte para movimentar a comunidade novamente aponta uma imagem de Contraste .
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): -4			Imagem: Contraste Potencializador

Nome: Lua Sexo: F Idade: 43 anos Comunidade: Sítio Cedro Escolaridade: Ensino Médio Incompleto Tempo de residência: 43 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
A melhoria da estrada, o plantio de eucalipto, que é muito bonito. A reforma da minha casa, etc.	Eu me sinto segura e me sinto feliz, é um lugar calmo. Eu amo onde moro, sou feliz.	Felicidade, paz, segurança, humildade, sem inimizade, tranquilo	É um lugar sem comparação com nenhum outro porque é muito tranquilo, graças à Deus.
			SENTIDO:

	O sítio Incomparável é um lugar que lhe traz sentimento de felicidade, paz, segurança, tranquilidade que torna essa localidade um lugar que ela ama. A sensação de integração, que faz com que ela se engaje em vários grupos de participação social na comunidade, fez com que ela tivesse uma participação ativa no Projeto Paulo Freire, reforçando a imagem de Pertencimento.
Estrutura: Cognitivo	
Índice Estima de Lugar (IEL): 14	Imagem: Pertencimento

IDENTIFICAÇÃO:

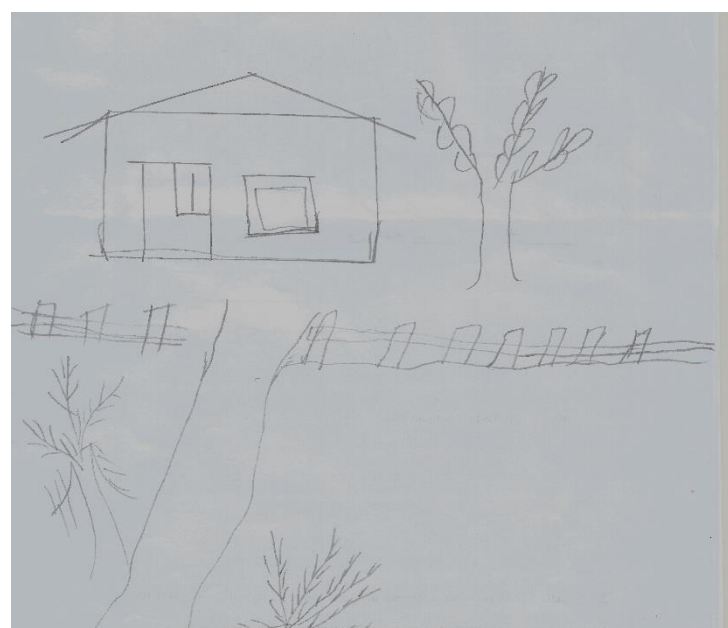
Nome: Estrela **Sexo:** F **Idade:** 41 anos **Comunidade:** Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 12 anos

SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

Este desenho é a forma de mostrar o lugar onde moro, onde tem bastante árvores que favorece muito para o viver	Alegria de poder viver num lugar tranquilo, onde me sinto segura juntamente a minha família.	Paz, segurança, alegria, trabalho.	Como um lugar único.
--	--	------------------------------------	----------------------

SENTIDO:

O sítio Único é um lugar que lhe traz **sentimento de alegria, paz e segurança**, que irradia no seu envolvimento ativo no cuidado com sua moradia e engajamento em movimentos sociais. A **sensação de tranquilidade** passa segurança para sua vivência na localidade. Tal segurança também foi expressa ao falar sobre a contribuição do Projeto Paulo Freire para sua prática de trabalho, mostrando uma imagem de **Agradabilidade**.

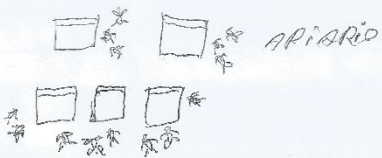


Estrutura: Cognitivo

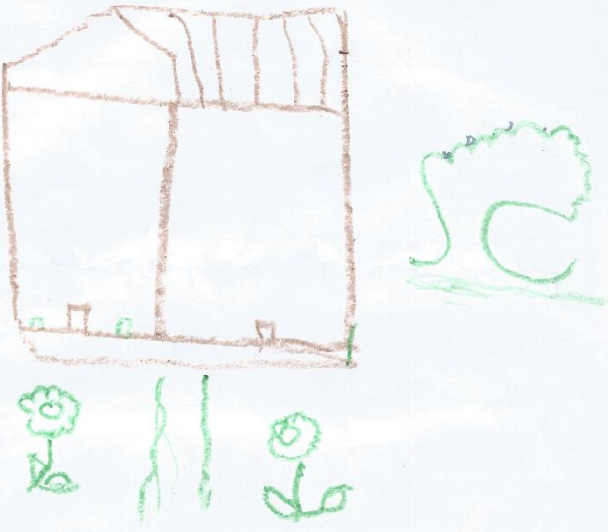
Índice Estima de Lugar (IEL): 10

Imagem: Agradabilidade

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Ipê		Sexo: F	Idade: 44 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 44 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:	
Meu apiário, minhas abelhas e minha casa	Meu sítio é maravilhoso, só em ser meu é muito bom. Gosto do sítio, sinto feliz, sinto paz	Paz, felicidade, tranquilo, amor, bem estar	Com o paraíso, porque amo minha casa	
		SENTIDO:		
		O sítio Paraíso 3 é um lugar que lhe remete sentimentos como paz, felicidade, amor e tranquilidade. A sensação de bem estar a que se refere quando fala do seu ambiente de convívio e da satisfação do aprimoramento da técnicas de trabalho, em especial no apiário, pelas formações do Projeto Paulo Freire, reflete uma imagem de Pertencimento.		
Estrutura: Cognitivo		Índice Estima de Lugar (IEL): 40		
		Imagem: Pertencimento		

IDENTIFICAÇÃO:				
Nome: Flora		Sexo: F	Idade: 41 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto		Tempo de residência: 20 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:	
A entrada da minha casa, uns pezinhos de planta	Um lugar bom demais, só é ruim porque não tem trabalho.	Feliz, bom, tranquilo, amor, legal	Como uma piscina, porque é um lugar muito bom.	
			SENTIDO:	

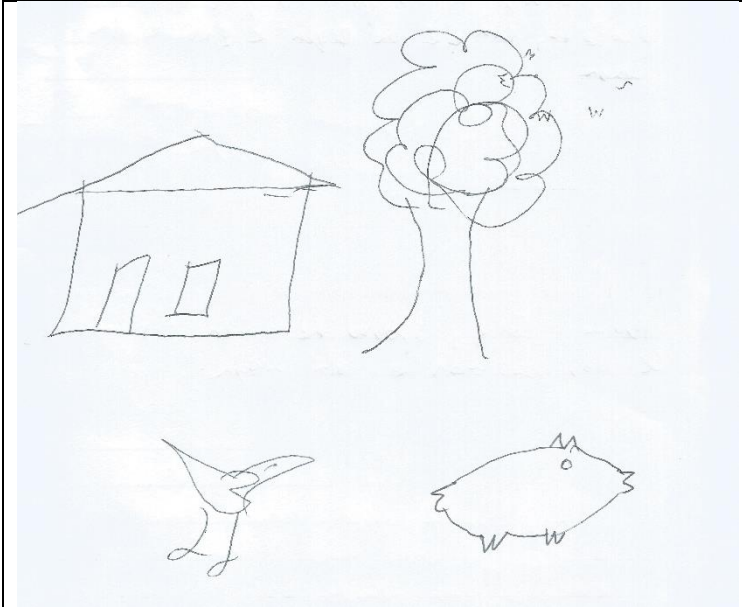
	O sítio Piscina é um lugar atravessado pelos sentimentos de amor, tranquilidade e felicidade. Porém, apesar da sensação de acolhimento sentida nesse contexto, questões socioeconômicas com o desemprego trazem atravessamentos à sua vivência no território, refletindo uma imagem de Contraste.
Estrutura: Cognitivo	
Índice Estima de Lugar (IEL): 6	Imagem: Contraste Potencializador

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Libélula	Sexo: F	Idade: 58 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto	Tempo de residência: 40 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Eu me sinto muito feliz com esse Projeto Paulo Freire.	É bom demais, muito bom.	Tranquilidade, feliz, paz, alegria.	Como a praia, por causa da Paz.
	SENTIDO: O sítio Praia é um lugar que lhe traz sentimentos de felicidade, paz e tranquilidade, o que a motivou a se engajar no Projeto Paulo Freire. Porém, em meio da sensação de felicidade por ter sido contemplada, quando se reporta a realidade atual, questões relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica trazem uma dualidade que reflete uma imagem de Contraste.		
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): -1	Imagem: Contraste Potencializador		

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Cajú	Sexo: F	Idade: 40 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto	Tempo de residência: 10 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:

Ela é minha casa que eu moro, no sítio Moita.	Tem muita gente que se importa com a gente.	Bom, paz, muita saúde.	Parece com as rosas que tem lá em casa, eu gosto, é muito bom
			SENTIDO: O sítio Rosa é um lugar onde vivencia sentimentos de amor, felicidade, paz, gratidão , que reverbera no seu modo de cuidar do lugar onde vive. A sensação de harmonia que permeia sua relação com o ambiente a fez sentir segurança em participar da proposta do PPF na sua comunidade. Porém, na atualidade, questões socioeconômicas a tem deixado preocupada, afetando diretamente sua relação com o território, espelhando uma imagem de Contraste .
Estrutura: Cognitivo Índice Estima de Lugar (IEL): -3			Imagem: Contraste Potencializador

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Feijão	Sexo: M	Idade: 59 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Sem estudos	Tempo de residência: 59 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Os porcos e as galinhas que vieram do projeto, um pé de pequi e a entrada da casa	É um lugar bom demais, gosto de cuidar das galinhas e dos bichos e da roça.	Feliz, bom, ótimo, amor, boa vizinhança	Como minha casa mesmo, porque não tem comparação, porque não aguento ficar 30 minutos sem estar na minha casa.
			SENTIDO:

	O sítio Casa é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, amor e boa convivência, sendo esses primordiais para o engajamento em práticas de produção e cuidado com o ambiente, como a agroecologia. A sensação de apego ao lugar também foi importante no engajamento do agricultor nas ações do Projeto Paulo Freire, refletindo uma imagem de Pertencimento.
Estrutura: Cognitivo	
Índice Estima de Lugar (IEL): 23	Imagem: Pertencimento

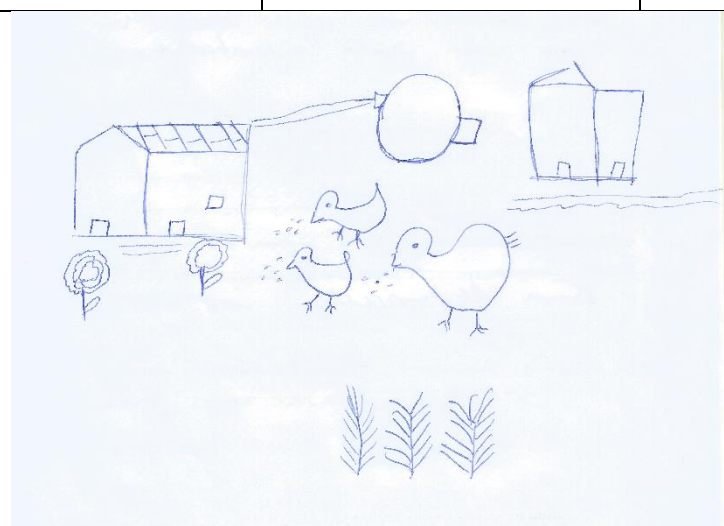
IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Pássaro **Sexo:** F **Idade:** 51 anos **Comunidade:** Sítio Cedro

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 40 anos

SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

Meu sítio, eu acho muito bom, me senti à vontade	Meu sítio onde moro eu acho lindo e maravilhoso, me sinto à vontade nele, adoro meu lugar	Amor, legal, bom, tranquilo.	Uma maravilha, meu paraíso, eu amo minha casa.
--	---	------------------------------	--



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): 47

SENTIDO:

O **sítio Paraíso 4** é um lugar onde se manifestam sentimentos de amor, tranquilidade e conforto. A **sensação de ficar à vontade** no lugar onde mora e produz influenciou também no aumento do seu engajamento em projetos e na associação, tendo em vista o cuidado com seu território, refletindo uma imagem de **Pertencimento**.

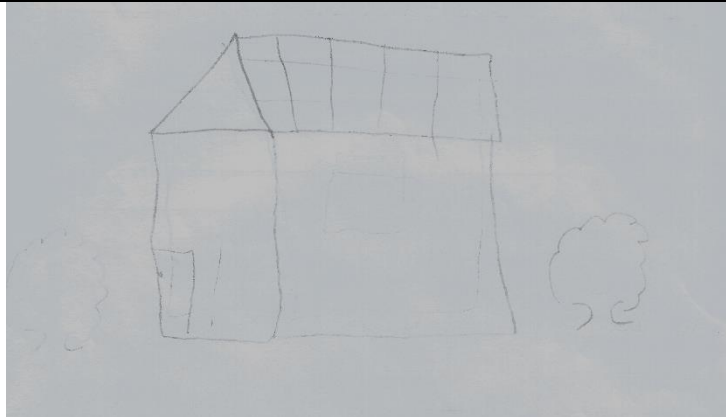
Imagem: Pertencimento

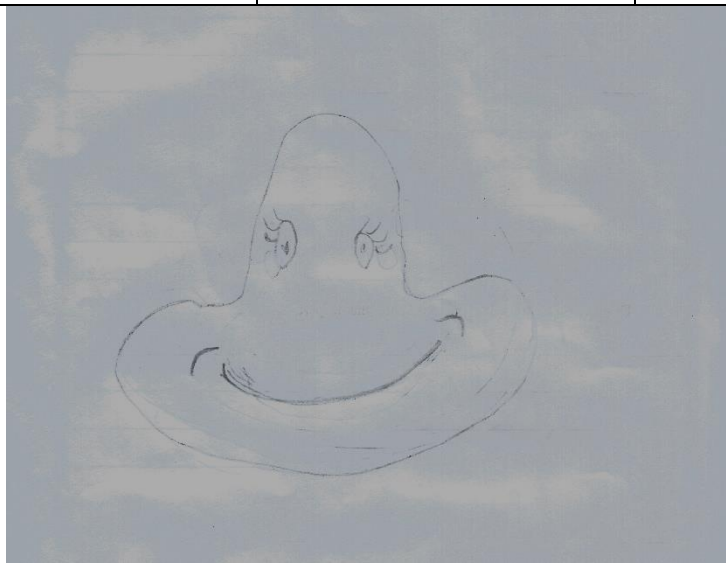
IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Tulipa **Sexo:** F **Idade:** 26 anos **Comunidade:** Sítio Cedro

Escolaridade: Ensino Médio Completo **Tempo de residência:** 26 anos

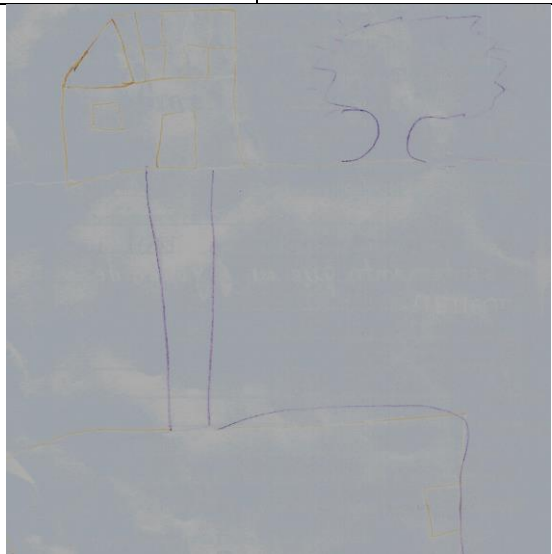
SIGNIFICADO: **QUALIDADE:** **SENTIMENTOS:** **METÁFORA:**

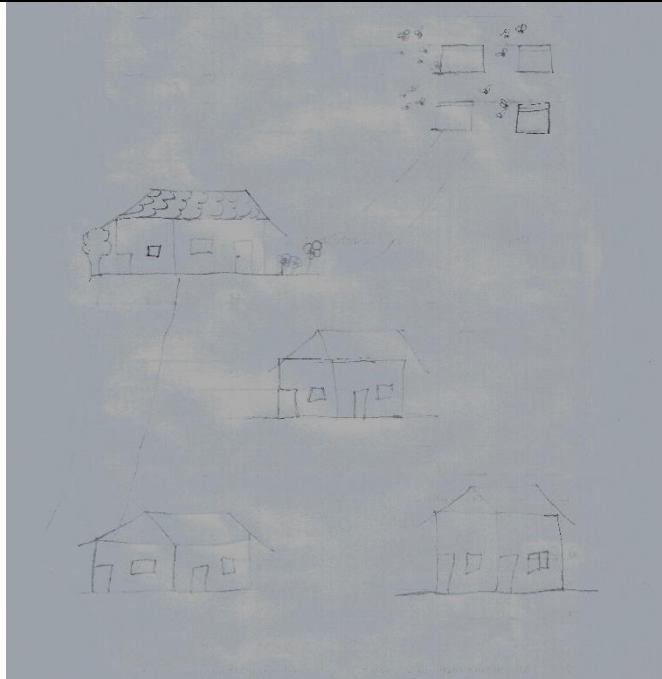
Eu estou muito feliz esta é a minha casa	Lugar tranquilo e muito calmo, aqui onde eu moro eu amo esse lugar. Estou muito feliz.	Feliz, paz, tranquilidade, amorosa.	Lugar de paz
		SENTIDO: O sítio lugar de Paz é um lugar permeado por sentimentos de felicidade, paz e amor , onde possui uma vivência agradável. No entanto, questões relacionadas a vulnerabilidade socioeconômica trazem tensionamentos na sua sensação de calma , refletindo uma imagem de Contraste .	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): -5		Imagem: Contraste Potencializador	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Girassol		Sexo: F	Idade: 45 anos
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Comunidade: Sítio Cedro	
Tempo de residência: 40 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Meu desenho mostra que sou muito feliz no sítio, comunidade onde moro	Uma maravilha.	Felicidade, paz, esperança, tranquilidade, alegria.	Como a igreja, porque é só benção
		SENTIDO: O sítio Igreja é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, paz, esperança e tranquilidade . A sensação de alegria e estar abençoada em morar nesse território coaduna com seu constante engajamento enquanto liderança, em trazer atividades estatégicas para comunidade, como o Projeto Paulo Freire, o que reflete a imagem de Pertencimento .	
Estrutura: Metafórico			
Índice Estima de Lugar (IEL): 16		Imagem: Pertencimento	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Macaxeira		Sexo: M	Idade: 56 anos
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Comunidade: Sítio Cedro	
Tempo de residência: 56 anos			
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:

Mostra minha casa de farinha, meu ponto de trabalho.	Um ponto do meu futuro, pois gosto muito do meu trabalho. Me sinto feliz, eu amo morar aqui, aqui eu sinto maravilhado. Por meu esforço, construí com muito prazer. Obrigada meu Deus.	Feliz, prazer, sossego.	Como um paraíso, muito sossego.
 Estrutura: Cognitivo		SENTIDO: O sítio Paraíso 5 é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, prazer e sossego. A sensação de prazer compartilhada tanto no apego a moradia, quanto com o seu trabalho, o motivou a participar de ações do Projeto Paulo Freire na comunidade, o que reflete numa imagem de Pertencimento.	
Índice Estima de Lugar (IEL): 13		Imagem: Pertencimento	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Mariposa	Sexo: F	Idade: 26 anos	Comunidade: Sítio Cedro
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto	Tempo de residência: 8 anos		
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Eu quis mostrar no desenho minha casa, um pé de pequi, que gosto bastante de pegar para pôr na comida	Eu gosto de morar no sítio	Gratidão, paz, alegria, felicidade	Meu lugar é incomparável
 Estrutura: Cognitivo		SENTIDO: O sítio Incoparável 2 é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, paz e gratidão. A sensação de alegria em fazer parte desse contexto comunitário e a curiosidade em saber mais sobre o cuidado com a terra a fez se interessar pelas estratégias para jovens agricultores promovidas pelo Projeto Paulo Freire, espelhando uma imagem de Agradabilidade.	
Índice Estima de Lugar (IEL): 15		Imagem: Agradabilidade	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Abelha Sexo: F		Idade: 37 anos Comunidade: Sítio Cedro	
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 37 anos	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Eu mostrei aí que amo onde moro. Amo muito e as minhas abelhas também, que é muito bom pro meio ambiente.	Que é muito bom, meus vizinhos são muito bom pra mim.	Paz, alegria, felicidade, raiva, gratidão	O lugar onde eu moro não tem comparação porque é único.
		SENTIDO:	
		O sítio Único 2 é um lugar onde se manifestam sentimentos de felicidade, paz e raiva. A sensação de gratidão por sua moradia e boa convivência comunitária se contrapõe ao desconforto perante questões de vulnerabilidade socioeconômicas vivenciadas no seu território, o que espelha uma imagem de Contraste.	
Estrutura: Cognitivo			
Índice Estima de Lugar (IEL): 4		Imagem: Contraste Potencializador	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Lírio Sexo: F		Idade: 44 anos Comunidade: Sítio Cedro	
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 44 anos	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
A entrada da minha casa e três pés de pitomba	É um lugar livre, mas tenho sentimento de sair de lá, mudar de casa. É um lugar mais ou menos.	Tristeza, desconforto, desgosto, segurança.	Parece um mato, porque só tem mato dentro de casa.
		SENTIDO:	



Estrutura: Cognitivo

Índice Estima de Lugar (IEL): -23

O **sítio Mato** é um lugar onde se apresentam **sentimentos de tristeza, desconforto e desagrado**. A **sensação de insatisfação** com o lugar onde mora e como sua rotina cotidiana ocorre em paralelo a **sensação de segurança e liberdade**, demonstrando uma imagem de **Contraste**.

Imagem: Contraste Despotencializador

Apêndice D: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Territórios Invisíveis: aspectos psicossociais do processo de transição agroecológica vivenciado por beneficiários do Projeto Paulo Freire no Cariri cearense

Pesquisador: Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83993324.7.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.230.753

Apresentação do Projeto:

discussão sobre formas de manejo sustentável da terra e da produção agrícola vem ganhando força desde a década de 1990, sendo esse período primordial para difusão de ideias sobre a Agroecologia. Esse modelo preconiza o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais na agricultura, considerando também as dimensões econômica, social e cultural no planejamento e execução de suas práticas. Um dos desafios para o estabelecimento dessas práticas em unidades produtivas familiares é o processo de transição agroecológica, que implica na mudança do modelo de produção convencional para um paradigma ecológico fundamentado na redução de insumos químicos e no redesenho do sistema produtivo local, com foco na biodiversidade. Essa caminhada de retorno aos saberes tradicionais ocasiona mudanças na forma que os agricultores veem seu lugar de produção e moradia, o que pode gerar dúvidas sobre a aplicabilidade das técnicas e o acirramento da competitividade desigual com os grandes produtores. Considerando isso, o presente projeto de tese tem como objetivo analisar, a partir da categoria afetividade, quais aspectos psicossociais embasam a orientação de compromisso pró-ecológico que norteia os agricultores familiares participantes do Projeto Paulo Freire no engajamento no processo de transição agroecológica e as suas reverberações na relação agricultor-ambiente. Amparando-se teoricamente na Psicologia Ambiental, essa pesquisa descritiva mista, caracterizada como pesquisa de campo,

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 7.230.753

contará com a utilização de dois instrumentos de coleta de dados: análise documental e o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Partindo disso, haverá a proposição de um questionário nomeado temporariamente de Questionário de prospecção de orientação de Compromisso Pró-Ecológico em Ambientes Rurais. Será adotada a Análise de Conteúdo como método de análise dos dados. Espera-se que por meio desta investigação seja alcançado o objetivo proposto e que possa trazer contribuições para o fortalecimento dos estudos sobre as contribuições da Psicologia Ambiental em contextos rurais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar, a partir da categoria afetividade, quais aspectos psicossociais embasam a orientação de compromisso pró-ecológico que norteia os agricultores familiares participantes do Projeto Paulo Freire no engajamento no processo de transição agroecológica e as suas reverberações na relação agricultor-ambiente.

Objetivo Secundário:

Investigar como se dá o processo de implementação do processo de transição agroecológica a partir das ações do Projeto Paulo Freire nas comunidades pesquisadas. Analisar os impactos da transição agroecológica nas relações socioafetivas dos agricultores familiares com o território onde vivem. Identificar quais os elementos que indicam a orientação de compromisso pró-ecológico dos agricultores que optaram pelo modelo agroecológico de produção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica quanto aos riscos:

A pesquisa não oferece riscos à integridade física dos participantes, no entanto poderá gerar riscos mínimos, com desconforto ao responder perguntas sobre a afetividade com relação ao lugar, que não são prejudiciais aos participantes nem impedem o andamento da pesquisa.

Quanto aos benefícios:

Acerca dos benefícios que os participantes da pesquisa acessarão, é possível citar: Para a política pública e operadores da mesma do Governo do

Estado do Ceará: produção da linha do tempo das estratégias de combate à pobreza rural promovidas pelo Projeto Paulo Freire no Cariri (dando

suporte para ampliar esse estudo para as outras duas regiões onde o PPF é executado), produção de um produto técnico onde será relatado o impacto psicossocial da política pública e a avaliação desse impacto na região pesquisada, criação do

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 7.230.753

instrumento do questionário, que possibilitará o mapeamento prévio sobre o entendimento dos agricultores sobre sustentabilidade, o que facilitará as estratégias formativas e de fomento à ações de transição agroecológica para a segunda fase do PPF no Ceará, que começará em 2025. Para as comunidades rurais: promoção de visitas técnicas aos produtores rurais que desejam saber mais informações sobre as questões de sustentabilidade e produção rural, dar visibilidade a demanda dos movimentos sociais sobre agroecologia sobre a necessidade de tornarmos o sistema produtivo brasileiro mais sustentável, reflexões teórico-práticas sobre a valorização do trabalho do agricultor familiar e de sua identidade profissional e de lugar, disponibilização de escuta qualificada, caso seja necessário ao público trazer demandas psicológicas relevantes no processo, produzir devolutiva com material educativo para os participantes da política pública e ampliar o debate das demandas dos povos do campo para que estas também cheguem ao meio acadêmico. Para a comunidade acadêmica: interiorização da pesquisa em Psicologia (visto que ainda é predominante o estudo em grandes centros urbanos, em detrimento das cidades de pequeno porte e comunidades rurais, ribeirinhas e pesqueiras), fortalecimento do campo de estudo da Psicologia em Contextos Rural, abertura para aprofundamento da Psicologia Ambiental em estudos sobre ambientes rurais (que são escassos nesta área), abertura da interlocução com o campo da Gestão de Políticas Públicas, refletindo sobre a necessidade de se ter um profissional da psicologia no processo de promoção a assistência técnica em extensão rural no Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O encaminhamento metodológico da pesquisa demonstra observância aos princípios éticos a serem considerados na realização de pesquisas na área.

Seguem especificações da metodologia:

Como afirmado por Wiesenfeld (2003), as pesquisas no campo da Psicologia Ambiental devem levar em consideração a participação ativa e o protagonismo dos sujeitos pesquisados, como também o contexto comunitário onde estas serão desenvolvidas. Tendo em vista esse panorama, o presente estudo, de natureza descritiva e abordagem mista, que de acordo com Cresswell (2012, p.213) trata-se do ato de coletar e analisar tanto dados qualitativos, quanto

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 7.230.753

dados quantitativos, optará pela metodologia chamada Pesquisa de Campo, que para Minayo (2021, p.56) "permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual se formulou uma pergunta e também visa estabelecer uma interação com os diferentes atores que fazem parte da realidade". A opção pela realização de uma pesquisa de campo justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos investigados in loco, tendo um encontro direto com o público-alvo e a estrutura sociocultural onde a pesquisa será desenvolvida. O contato com os agricultores familiares que passaram pelo processo de transição agroecológica a partir da política pública Projeto Paulo Freire (PPF) é crucial para entender a relação social e afetiva destes com seu território, com sua comunidade e com os pressupostos utilizados no processo de condução da transição pelo PPF, assim como vislumbrar suas perspectivas sobre questões importantes para este trabalho como a orientação do entendimento de sustentabilidade (a partir da compreensão da orientação de comprometimento pró-ecológico) e os aspectos psicossociais suscitados na mudança para a agroecologia. Seguindo a tendência vigente em pesquisas da Psicologia Ambiental, adota-se a abordagem multimétodos, que segundo Gunter, Elali e Pinheiro (2011), consiste na utilização de dois ou mais métodos de coleta de dados, que são escolhidos de acordo com os objetivos da pesquisa. Compõe o cenário de pesquisa comunidades rurais localizadas na área de abrangência do Projeto Paulo Freire em dois municípios: Nova Olinda e Santana do Cariri, no microterritório Cariri Oeste. Tendo em vista a construção da linha do tempo do Projeto Paulo Freire e caracterização dos grupos pesquisados, a coleta de dados se dará a partir do processo de pesquisa documental. Na realização deste, serão consultados dados secundários produzidos tanto pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do estado do Ceará, quanto pelas instituições de ATER envolvidas no fomento da política pública. Após a seleção da amostragem, será realizada a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) Este instrumento foi criado por Bomfim (2008; 2010) objetivando a apreensão dos afetos expressos pelos sujeitos relacionados a um ambiente, a partir da [...] compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído, enfatizando o afeto como grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade (Bomfim, 2008, p. 253). Em sua composição, o IGMA possui como elementos o desenho, perguntas relacionadas ao desenho, construção de metáforas, pergunta relaciona à participação em grupos sociais, a escala Likert e um formulário sociodemográfico. O desenho nesse processo se configura como um recurso imagético disparador para a resolução das perguntas contidas no inquérito, sendo que estas possibilitam

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 7.230.753

a construção de metáforas, recurso importante para apreender os afetos manifestados pelo ambiente (Bomfim, 2010). O intuito de utilizar o IGMA nessa etapa parte da necessidade de compreender como a mudança paradigmática vivenciada pelos agricultores familiares alvo da pesquisa trouxe impactos diretos a forma com que esses se relacionam com seu lugar de produção de vida e subjetividade, e se essa mudança impactou na forma como esses sujeitos cuidam e preservam o seu território.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória encontram-se de acordo com as exigências deste Comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274806.pdf	08/09/2024 22:33:35		Aceito
Outros	Curriculo_monica_2024.pdf	08/09/2024 22:30:06	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_tese_comite_2024_monica.pdf	08/09/2024 22:28:45	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO_monica_2024assinado.pdf	08/09/2024 22:27:26	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_monica_2024.pdf	08/09/2024 22:27:02	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS_monica_2024_assinado.pdf	08/09/2024 22:25:36	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DOS_PESQUISADORES_ENVOLVIDOS_NA_PESQUISA_MONICA_2024_assinado_assinado.pdf	08/09/2024 22:25:13	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_DO_LOCAL_DE_REALIZACAO_DA_PESQUISA_ass.pdf	08/09/2024 22:25:02	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 7.230.753

Cronograma	CRONOGRAMA_monica_2024_assinado.pdf	08/09/2024 22:24:31	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_28229_assinado_assinado.pdf	08/09/2024 22:23:51	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 18 de Novembro de 2024

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br